

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO:

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIAS, AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS NO ENCONTRO DAS EQUIPES
COLABORADORAS (SÃO PAULO-2010)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff. **Vice-Presidente:** Michel Miguel Elias Temer Lulia.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ministro: José Aldo Rebelo Figueiredo. **Secretário-Executivo:** Luis Manuel Rebelo Fernandes. **Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:** Afonso Barbosa. **Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social:** Gianna Lepre Perim. **Coordenadora-Geral de Esporte Educacional:** Eidilamar Ribeiro.



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Reitor: Prof. Dr. Júlio Santiago Prates Filho. **Vice-Reitora:** Profa. Dra. Neusa Altoé. **Diretor da Eduem:** Prof. Dr. Alessandro de Lucca e Braccini. **Editora-Chefe da Eduem:** Profa. Dra. Terezinha Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Prof. Dr. Alessandro de Lucca e Braccini. **Editores Científicos:** Prof. Dr. Adson C. Bozzi Ramatis Lima, Profa. Dra. Ana Lúcia Rodrigues, Profa. Dra. Angela Mara de Barros Lara, Profa. Dra. Anaete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozai da Silva, Profa. Dra. Cecília Edna Mareze da Costa, Prof. Dr. Clóves Cabreira Jobim, Profa. Dra. Eliane Aparecida Sanches Tonolli, Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, Prof. Dr. Eliezer Rodrigues de Souto, Profa. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso, Prof. Dr. Evaristo Atêncio Paredes, Profa. Dra. Larissa Michelle Lara, Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista, Profa. Dra. Luzia Marta Bellini, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Prof. Dr. Oswaldo Curty da Motta Lima, Prof. Dr. Rafael Bruno Neto, Prof. Dr. Raymundo de Lima, Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias, Profa. Dra. Rozilda das Neves Alves, Prof. Dr. Sezinando Luís Menezes, Prof. Dr. Valdeni Soliani Franco, Profa. Dra. Valéria Soares de Assis.

EQUIPE TÉCNICA

Livro Editorial: Edilson Damasio, Edneire Franciscon Jacob, Mônica Tanamati Hundzinski, Vania Cristina Scomparin. **Projeto Gráfico e Design:** Marcos Kazuyoshi Sassaka. **Artes Gráficas:** Luciano Wiliam da Silva, Marcos Roberto Andreussi. **Marketing:** Marcos Cipriano da Silva. **Comercialização:** Norberto Pereira da Silva, Paulo Bento da Silva, Solange Marly Oshima.

Silvana Vilodre Goellner
Luciane Silveira Soares
Marco Antônio Ávila de Carvalho
(Organizadores)

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO:

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIAS, AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS NO ENCONTRO DAS EQUIPES
COLABORADORAS (SÃO PAULO-2010)

Prefácio

Gianna Lepre Perim



Copyright © 2012 para os autores

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, dos autores.

Todos os direitos reservados desta edição 2012 para Eduem.

Revisão textual e gramatical: Maria Dolores Machado

Normalização textual e de referência: Adriana Curti Cantadori de Camargo

Projeto gráfico/diagramação: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Capa - arte final: Luciano Wilian da Silva

Ficha catalográfica: Edilson Damasio (CRB 9-1123)

Fonte: Book Antiqua, Verdana

Tiragem - versão impressa: 500 exemplares

Impressão: Gráfica da UFRGS

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Eduem - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P964 Programa Segundo Tempo : memória, experiências, avaliação e perspectivas no encontro das equipes colaboradoras : São Paulo 2010 / Silvana Vilodre Goellner , Luciane Silveira Soares , Marco Antônio Ávila de Carvalho (organizadores) ; prefácio Gianna Lepre Perim. -- Maringá : Eduem, 2012.
368 p. : il., fotos (algumas color.).

Vários autores.
ISBN 978-85-7628-462-8

1. Programa Segundo Tempo – Memória. 2. Programa Segundo Tempo – História. 3. Esporte e programa social. 4. Avaliação do Programa Segundo Tempo. I. Goellner, Silvana Vilodre, org. II. Soares, Luciane Silveira, org. III. Carvalho, Marco Antônio Ávila de, org. IV. Título.

CDD 21.ed. 796

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 - Bloco 40 - Campus Universitário
87020-900 - Maringá-Paraná - Fone: (0xx44) 3011-4103 - Fax: (0xx44) 3011-1392
www.eduem.uem.br - eduem@uem.br

Sumário

Apresentação	9
Prefácio	13

Parte I - Conferências

Esporte educacional: da conceituação à ação – uma política viável Julio Cesar Monzú Filgueira.....	39
Programa Segundo Tempo: passado, presente e futuro Fábio Hansen.....	63
Esporte e Educação: uma relação imprescindível Suraya Cristina Darido	81
Esporte e Educação: uma relação imprescindível Verônica Regina Muller.....	107

Parte II - Avaliando o Programa Segundo Tempo

Avaliando o Programa Segundo Tempo Vânia de Fátima Noronha Alves e Daniel Marangon Duffles Teixeira.....	127
O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro Público Estadual Rogério Romero	141
O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro Público Municipal Rosemari Machado Vilela	147

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro de Entidade Privada sem fins lucrativos	
Rui de Oliveira	155
Avaliação Pedagógica do Programa Segundo Tempo	
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira.....	167
A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: Equipe Colaboradora	
Evando Carlos Moreira	181
A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: Coordenação de Núcleo	
Armando Dantas Barros Filho.....	193
A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: Monitores	
Dayse Cássia Alves Medeiros	203

Parte III - O Acompanhamento dos Convênios do Programa Segundo Tempo

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: A Secretaria Nacional de Esporte Educativo	
Gianna Lepre Perim e Dirceu Mattos	219
O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: Equipe Colaboradora	
Ruth Eugênia Cidade	239
O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: A Entidade Fiscalizadora	
Saulo de Tarso Gomes Amazonas	243

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: Avaliação da Execução de Programas de Governo	
Elwys Reis.....	253

Parte IV - Projetos Especiais do Programa Segundo Tempo: avaliando experiências

Programa Segundo Tempo - Núcleo para Deficientes	
Alexandre Carriconde Marques	261
Programa Segundo Tempo Universitário	
Matheus Saldanha Filho	269
Programa Segundo Tempo Navegar	
Rodrigo Cavasini	277
Programa Segundo Tempo – Instituições de Ensino Superior	
Marisete Peralta Safons.....	285
Programa Segundo Tempo – Ginástica Aeróbica	
Kátia Lúcia Moreira Lemos.....	289
Programa Segundo Tempo – TOPS	
Michel Saad.....	297

Parte V - Relatório Síntese do evento com apontamentos sobre as potencialidades, fragilidades e indicativos de ações para superação e aprimoramento do Programa Segundo Tempo

Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo – 2010: Indicativos de avanços para o Programa Segundo Tempo	
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Gianna Lepre Perim	307

Apresentação

O Programa Segundo Tempo, desde 2009, tem desenvolvido várias ações no sentido de preservar sua memória pela criação de um projeto específico cujo desenvolvimento foi confiado ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dentre as várias ações direcionadas para esse fim, destacamos a realização de exposições, o registro de depoimentos por meio da realização de entrevistas com gestores, coordenadores de núcleos e equipes, monitores e usuários, a manutenção de uma *home page* específica do Projeto Memória e, em 2011, a criação do Repositório Digital no Programa Segundo Tempo¹.

Essa última iniciativa, de certo modo, engloba todas as outras, pois por meio do Repositório é possível acessar dados, imagens, vídeos, cartazes, folders, material de divulgação, didático e institucional, palestras, videoconferências, documentos diversos, livros digitalizados, entrevistas, assim como fotografias dos materiais tridimensionais produzidos pelo Programa (camisetas, bonés, kit esportivo, etc) enfim, um vasto material relacionado à implementação do Programa Segundo Tempo e seus desdobramentos.

Esse livro também integra as ações desenvolvidas pelo Projeto Memória. Seu objetivo é registrar aquilo que foi expresso no

1 Disponível em <http://www.repositorioceme.ufrgs.br/>.

Encontro Anual das Equipes Colaboradoras, realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 2010 na cidade de São Paulo, cuja temática central intitulava-se *Avaliações e Perspectivas Futuras*.

A promoção desse Encontro aconteceu no final do segundo mandato do Presidente Lula. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional, ciente da responsabilidade de ter conduzido o Programa Segundo Tempo até então, efetivou essa reunião a fim de avaliar as suas potencialidades e fragilidades apontando também, indicativos para torná-lo ainda mais qualificado. Para tanto conferiu voz a vários de seus protagonistas cientes de que os relatos apresentados, ao mesmo tempo em que narravam uma trajetória, traziam consigo novas perspectivas e possibilidades.

Os textos aqui reunidos contemplam essa intenção. Traduzem aquilo que foi expresso pelos palestrantes que, no momento no qual ministraram suas palestras, não tinham conhecimento de que sua fala se tornaria um texto publicado em formato livro.

Vamos explicar: por atuarmos no Projeto Memórias participamos do Encontro objetivando, em um primeiro momento, a realização de um expressivo número de entrevistas, pois nele estariam reunidos gestores, secretários, professores, coordenadores, assessores, monitores, representantes de parcerias estaduais, municipais e de entidades privadas, enfim, uma diversidade de pessoas que constroem cotidianamente o Programa Segundo

Tempo. Sem dúvida alguma, um momento importante para captar informações e registrar sua memória.

No entanto, no exato instante em que foi feita a abertura do evento, despontou a ideia de registrá-lo por inteiro. E assim fizemos: utilizando três gravadores digitais registramos todas as palestras, conferências e apresentações realizadas nesses dois dias de trabalho. Findou ali a primeira e mais fácil etapa de elaboração desse livro.

Feita essa captura, passamos a processar o material gravado, ou seja, transcrevê-lo na íntegra. Essa etapa foi exaustiva e contamos com a colaboração da equipe do Centro de Memória do Esporte², a quem agradecemos imensamente dada as horas dedicadas a descrever, no papel, todas as palavras que compuseram cada uma das 21 apresentações. A terceira etapa se constituiu na devolução aos palestrantes para os ajustes necessários, a quem também agradecemos pela disponibilidade e atenção. Por último, reunimos o material, uniformizamos as citações, referências e agrupamos os textos a partir de quatro temáticas: as conferências; a avaliação do Programa Segundo Tempo; o acompanhamento dos convênios; os projetos especiais. Tal divisão não tem outra razão senão dar coerência temática às apresentações tornando a leitura do livro mais dinâmica e contínua.

A quinta parte foi agregada ao livro considerando a importância das informações que disponibiliza aos leitores. Trata-se do relatório final do encontro, no qual estão registradas as principais

2 Participaram do processo de transcrição das palestras: Aline Rodrigues Guimarães, Bruna Caroline Oliveira Pedro, Carla Lisbôa Grespan, Christiane Garcia Macedo, Ederson Alberto Teixeira Dornelles, Ivone Job, Ingrith da Silva Branda, Johanna Coelho Von Muhlen, Juliana de Abreu Werner Tavares, Leila Carneiro Mattos, Letícia Baldasso Moraes, Luciane Silveira Soares, Márcia Luiza Machado Figueira, Marco Antônio Ávila de Carvalho, Rangele Guimarães Viegas da Silva, Silvana Vilodre Goellner e Tuany Defaveri Begossi.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

discussões ocorridas nas oficinas de trabalho que debateram cada uma das temáticas abordadas ao longo do evento.

Por fim, gostaríamos de registrar que esse livro expressa um momento específico do Programa Segundo Tempo, qual seja o Encontro já mencionado. Portanto, não pode ser lido como uma avaliação do Programa, mas, sobretudo, como um material que pode fornecer ricos indícios para tal.

Silvana Vilodre Goellner
Luciane Silveira Soares
Marco Antônio Ávila de Carvalho

Prefácio

Escrever sobre as ações e eventos do Segundo Tempo é sempre difícil. Embora estejamos trabalhando no processo de qualificação do Programa há mais de seis anos, e muitas conquistas desse período possam ser comemoradas, entre as quais o Projeto Memória, responsável pela publicação desse livro, temos consciência de que há muito o que fazer.

É uma sensação ambígua. Vislumbrarmos o enorme desafio que temos pela frente, convivendo com os limites e as dificuldades da gestão de uma política pública em nosso país, traz certa angústia, causada pelo descompasso entre as demandas urgentes e a nossa limitada capacidade de atendê-las. De outra parte, quando refletimos sobre o Programa, comparando a realidade encontrada em 2006 e seu panorama atual, construído a muitas e diversificadas mãos, é possível sentir um misto de prazer e esperança ao identificarmos as efetivas e positivas mudanças ocorridas; ou seja, avançamos, e mais do que isso, acreditamos que podemos fazer mais.

Esse sentimento que move um enorme coletivo de homens e mulheres dos quatro cantos desse país, entre eles - **a Profª Silvana, a Luciane e o Marco Antônio, organizadores desse livro** e nossos **colaboradores na garantia da memória do Programa**, tem feito enorme diferença na trajetória do Segundo Tempo.

Criado em 2003, às vésperas de completar uma década, o Programa tem por objetivo democratizar o acesso e a cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. Tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira do governo federal para governos estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos.

É um programa de grandes dimensões. Desde a sua criação já atendeu mais de 5 milhões de beneficiados por meio da oferta de atividades esportivas nos atuais 6 mil Núcleos de Esporte Educacional, implantados em todos os Estados da federação e empregam em torno de 7 mil profissionais e 10 mil estudantes de Educação Física e Esporte. Além disso, em parceria com o MEC, oferece atividades esportivas educacionais em mais de 5.000 escolas públicas da Educação Básica com previsão de ampliação para 10.000 escolas, alcançando em 2012 a média anual de atendimento de 2 milhões de beneficiados.

Com essa escala de atendimento e a crescente preocupação com a qualidade da prática esportiva oferecida aos seus beneficiados, voltada à formação cidadã, o Programa precisou se reinventar e se estruturar de forma a garantir as condições mínimas de acompanhamento à gestão, para que o crescimento quantitativo não comprometesse a sua evolução.

Para dar conta dessa tarefa, tornou-se essencial qualificar a gestão do Programa, o que foi possível graças à aproximação da Academia, passando a contar com a colaboração de mestres e doutores da área de Educação Física e Esporte para começar

a discutir os fundamentos pedagógicos do Programa e para desenvolver uma metodologia de capacitação dos Recursos Humanos envolvidos e de acompanhamento das ações em que, de fato, o programa se materializava nos Núcleos de Esporte Educacional.

Foi por meio de uma inovadora e profícua parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, iniciada em 2008, que se tornou possível desenvolver o projeto de Capacitação e Acompanhamento Pedagógico e Administrativo dos Núcleos do Programa e implementar as mudanças necessárias à sua qualificação.

A partir dessa parceria foi criada uma Rede de Equipes Colaboradoras, constituída de profissionais da área, vinculados às Universidades brasileiras de todas as regiões do país. Hoje são mais de 60 instituições de Ensino Superior envolvidas no projeto, envolvendo em torno de 180 profissionais entre professores universitários e alunos de pós-graduação.

Essa Rede, coordenada em parceria com a UFRGS, responde hoje pela formulação e acompanhamento da Política de Esporte Educacional, e pela formação permanente dos profissionais que atuam no Programa. Também responde pelos estudos e pesquisas realizados sobre o Segundo Tempo, e pelos demais projetos e eventos que apoiam e orientam nossas ações.

Foi nesse contexto que a, então, Secretaria Nacional de Esporte Educacional e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio da sua Fundação de Apoio – FAURGS, realizaram o **Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo - PST**, no período de 09 e 10 de dezembro de 2010, na cidade de São Paulo – SP, com a temática **Avaliação e Perspectivas Futuras**.

O encontro teve por finalidade elaborar um balanço das realizações do Programa, em relação ao último ciclo gerencial do PST, coordenado pela Secretaria por meio de sua Equipe Técnica, pela Equipe Gestora do Projeto UFRGS e pelas Equipes Colaboradoras, buscando junto aos participantes indicativos para a elaboração de um documento que pudesse subsidiar as suas futuras gestões.

Para tanto, para participar do evento foram convidados parceiros dos convênios de administrações públicas (municipais e estaduais) e privada do terceiro setor, assim como entidades fiscalizadoras e integrantes de órgãos de controle, para avaliar e discutir os rumos do PST.

Quando pensamos nesse Encontro, pensamos em ouvir a voz de cada um dos atores que compõem a realidade do funcionamento dos Núcleos de Esporte Educacional e o que elas representam no universo do PST: as Entidades parceiras, públicas ou privadas, nas pessoas dos Gestores, Coordenadores, Professores e Monitores; os integrantes das Equipes Colaboradoras por cada uma das funções exercidas; os representantes da sociedade civil, responsáveis por exercer o controle social dos convênios; a Equipe Técnica da SNEED, nas pessoas das Coordenações e dos técnicos, sobre cada um dos setores que acompanham os convênios; e ouvir com muita atenção o que os Órgãos de Controle, em especial o Controle Interno representado pela Controladoria Geral da União – a CGU, tem a nos dizer sobre o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo.

Naquele ano, estávamos em um momento especial – encerrando um ciclo de vida do Programa e mais do que isso, encerrando a gestão de um governo. Embora com a perspectiva de continuidade dos compromissos desse governo, era preciso

avaliar e refletir sobre a Política de Esporte Educacional brasileira a partir da experiência vivenciada por cada um de nós no Programa Segundo Tempo.

Alguns dos presentes acompanharam essa jornada desde o início, desde a criação do PST em 2003 na gestão do Ministro Agnelo Queiroz, e dividiram conosco o esforço de qualificação da gestão do Ministro Orlando Silva – esforço iniciado pelo Secretário João Ghizoni, em 2006, ampliado enormemente pelo Secretário Júlio Filgueira, no período de 2007 a 2009, e finalizado na gestão do Secretário Fábio Hansen, que ficou à frente da Secretaria desde o final de 2009 até o início de 2011, e deu continuidade às ações que estavam em curso de forma a garantir a implementação das mudanças necessárias.

Esforço esse compensado pela adesão integral dos nossos parceiros às mudanças implementadas, não apenas às entidades convenientes, mas os governos estaduais e municipais, o terceiro setor, o MEC, especialmente a Secad/MEC, que coordenava o Programa Mais Educação, as universidades, os professores, os servidores, os nossos colaboradores, enfim, todas as pessoas que pensam, que executam, que avaliam e que fiscalizam o desenvolvimento do Programa, sem as quais não poderíamos ter alcançado êxito nessa empreitada.

Entre os principais resultados dessa fase do Programa estão: a) o aprimoramento do processo de seleção das entidades parceiras; b) a implantação do Sistema de Controle e Monitoramento para acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios desde a celebração até a Prestação de Contas; c) a qualificação do atendimento aos beneficiados com a construção da Proposta Pedagógica do Programa, tornando-a inclusiva e emancipadora, a fim de contribuir com o desenvolvimento integral das crianças

e jovens e sua formação como cidadãos; d) a diversificação das estratégias de financiamento para ampliar o número de beneficiados com vistas a dar escala à Política Pública; e) a capacitação e qualificação de mais de 10.000 pessoas (gestores, profissionais e monitores de Educação Física e Esporte), por meio de capacitação presencial ou telepresencial, de forma descentralizada e permanente, potencializando a abrangência do Programa em todas as suas vertentes; f) o acompanhamento pedagógico e administrativo dos Convênios, para oferecer suporte imprescindível aos avanços do Programa, com contatos virtuais e visitas presenciais em 100% dos convênios e, no mínimo, 20% dos Núcleos de Esporte Educacional, totalizando em torno de 3 mil núcleos visitados desde 2008; g) a elaboração de propostas de projetos para públicos diferenciados, tais como os pilotos voltados ao universitário, à pessoa com deficiência, ao indígena, às Instituições socioeducativas e aos Institutos Tecnológicos; e o estímulo à produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional, de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o Esporte Educacional, totalizando, até o momento, cinco publicações.

Por tudo isso, não há dúvida de que o Segundo Tempo de hoje é muito maior e melhor, mas também é correto dizer que ainda temos fragilidades que precisam ser superadas. Nesse sentido, acreditamos que nada melhor do que tratarmos essas questões com quem de fato vivencia os problemas ao desempenhar sua função no Programa, seja esta administrativa, pedagógica ou de monitoramento e fiscalização. Precisávamos confrontar os pontos de vista, assumir nossas responsabilidades e dificuldades e encontrar soluções para dar mais efetividade à execução da Política Pública.

Eram muitas perguntas a serem respondidas: O modelo de execução é viável? As diretrizes do programa atendem às necessidades do seu público-alvo? A proposta pedagógica está sendo implantada nos núcleos? Como garantir a qualidade no atendimento aos beneficiados? A comunicação com o parceiro é eficaz? Os mecanismos de acompanhamento dão conta de avaliar o PST? Os instrumentos de controle têm sido eficientes? Que medidas adotar para garantir o alcance da meta de beneficiados? Essas e outras questões precisavam ser debatidas na busca das soluções.

Partindo das experiências acumuladas, tanto em relação a parâmetros, ações e valores, quanto em relação à abrangência dos convênios e aos modelos de funcionamento, o Encontro se propôs a discutir o modelo de conveniamento, sua estrutura, a organização, as diretrizes, e o funcionamento dos Núcleos; refletir sobre a proposta pedagógica e as necessidades do público-alvo, o modelo de capacitação e a formação dos Recursos Humanos que atuam no PST; debater o Sistema de Monitoramento e Avaliação, os instrumentos e procedimentos, as dificuldades no acompanhamento processual e presencial; e ainda conhecer e avaliar os resultados do Segundo Tempo na opinião dos beneficiados e de suas famílias.

A ideia foi introduzir as temáticas com painéis em que os diferentes olhares foram sendo apresentados sobre cada uma delas, com o propósito de trazer à luz as suas potencialidades e as fragilidades de forma a estimular o debate e, assim propiciar a construção coletiva dos indicativos para os avanços.

A organização do livro, coordenada pela Prof^a Silvana, procurou retratar essa ideia. Na **Parte I**, são apresentadas as quatro Conferências escolhidas para nortear as discussões temáticas. A

duas primeiras conferências trataram especificamente da **gestão da política de esporte educacional e da gestão do PST**, e não por acaso os convidados foram o, então, Secretário Nacional e o Secretário responsável pela gestão anterior. A primeira, **Esporte Educacional: da conceituação à ação – uma política viável** – proferida pelo **Ex-Secretário Nacional de Esporte Educacional, Julio Cesar Monzú Filgueira** - traz uma visão sistêmica da Política Esportiva e faz um resgate da sua evolução desde a criação do Ministério do Esporte, indicando seus avanços e desafios. Detalha também os resultados esperados do PST e suas conquistas a partir do planejamento estratégico elaborado, executado e monitorado com maestria na sua gestão (2007 – 2009) em que o processo de qualificação do Programa foi concebido e colocado em prática.

A segunda Conferência, **Programa Segundo Tempo: passado, presente e futuro**, apresentada pelo, então, **Secretário Nacional de Esporte Educacional, Fábio Hansen**, tratou do Balanço da gestão do PST desde 2003 com foco no diagnóstico comparativo 2006 – 2010, apresentando os dados quantitativos e qualitativos do panorama nacional. Apontou as fragilidades e potencialidades do PST, abordando as dificuldades da gestão pública, que compreendem desde a precariedade da infraestrutura até os limites orçamentários e financeiros, e, na sequência, apontou os bons frutos colhidos pelo programa, destacando a gestão compartilhada com a UFRGS no desenvolvimento do Projeto de Acompanhamento que permitiu muitos avanços, em especial a estruturação das Equipes Colaboradoras.

A terceira e a quarta conferências, ambas a propósito com o mesmo título - **Esporte e Educação: uma relação imprescindível** - tiveram o objetivo de promover uma reflexão sobre a relação entre o Esporte e a Educação sob dois olhares complementares: a visão do profissional/pesquisador que atua no

Programa e contribuiu na formulação pedagógica do PST, a **Prof^a. Suraya Cristina Darido**, da **Unesp/SP** e a visão do profissional/pesquisador com experiência em outros projetos sociais que beneficia essencialmente crianças e jovens em situação de risco, a **Prof^a. Verônica Regina Muller**, da **UEM/PR**.

A Prof^a Suraya promoveu essa reflexão abordando inicialmente temas sociais emergentes e a sua aplicação em programas de esporte educacional. Na sequência tratou de temas transversais importantes como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo, orientação sexual e saúde, e sua relação com a educação, particularmente com o Segundo Tempo, o que foi enriquecido com sua experiência no programa. Valorizou também a necessidade de aprofundamento da temática pelos profissionais que atuam no PST para dar significado às ações desenvolvidas. Destacou a essência do papel do educador que, em sua opinião, só pode ensinar aquilo que de fato tem relevância para si, estimulando-nos a refletir sobre nossas práticas de maneira singular.

A Prof^a Verônica, por sua vez, tomou por base sua longa vivência no Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua e suas produções teóricas que trazem sempre a reflexão sobre princípios, conceitos e saberes que pensamos ser necessários para as políticas públicas infanto-juvenis, especialmente para atuar em populações com direitos violados. Em síntese, para ela, buscar o significado e os saberes necessários do PST é importante para que nos perguntemos sobre sua coerência com princípios teóricos, legais e ideológicos gerais, mas também para quem ele importa. Considera que o Segundo Tempo está trazendo muitos elementos que dão condições de refletir sobre as teorias já existentes e, em função disso, de reforçar algumas teorias, mas também para mudar alguma outra, enfim, para criar.

Em sua abordagem também tratou da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e ressaltou seus quatro grandes pilares. Relembrou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que defende seus direitos: o direito à liberdade que compreende os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se. Sobre isso apresentou alguns questionamentos tais como: Quais são as políticas brasileiras que existem para cumprir este direito que o governo brasileiro tem obrigação de garantir? Defende que somente com o Segundo Tempo não será possível garantir esses direitos. Para ela é preciso muito mais do que isso, e destaca a importância do sentimento em nossas ações educativas. Em suas próprias palavras “[...] sem sentimento envolvido, sem o olhar para frente, para o mundo, não seria bom... Seria?”.

A **Parte II** apresenta uma **avaliação do Segundo Tempo** na opinião de todos os seus atores, e considerando todos os aspectos de seu desenvolvimento. Inicia pela avaliação realizada em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG junto aos beneficiados do Programa e seus familiares. Com o título **Avaliando o Programa Segundo Tempo**, os **professores da PUC/MG, Vânia de Fátima Noronha Alves e Daniel Marangon Duffles Teixeira**, apresentam a metodologia, a definição dos indicadores e a validação dos instrumentos utilizados no projeto piloto da pesquisa de avaliação do PST que foi dividida em duas etapas: a primeira que foi a delimitação dos objetos a serem avaliados, a indicação de como poderiam ser verificados, os enfoques avaliativos e os meios, e a segunda, onde se construiu o sistema de indicadores, foram aplicados os instrumentos, e analisados os resultados. Em síntese, o Programa Segundo Tempo teve 75,5% de avaliação positiva na opinião dos beneficiados. De acordo com os resultados, para os coordenadores da pesquisa, o PST tem se revelado uma excelente oportunidade para uma

nova síntese e produções de como ensiná-lo, num ambiente com a finalidade, ao mesmo tempo, de conhecer, aprender e praticar, investir na qualidade de vida, construir a cidadania e promover a inclusão. Funciona como um laboratório para a criação de novos métodos, novas abordagens pedagógicas e metodológicas. Na análise dos dados, a surpresa ficou por conta das respostas dos beneficiados em relação ao que o Programa não supria, trazendo uma avaliação mais positiva do que o esperado, mas que ainda assim traz muitos indicativos que podem orientar as mudanças necessárias, como se pode verificar no detalhamento dos resultados.

Na sequência, o livro traz a **visão dos gestores públicos estaduais e municipais sobre o PST e ainda a visão do terceiro setor**, todos parceiros do Programa por meio de convênios celebrados com o Ministério do Esporte. A escolha dos convênios e seus respectivos dirigentes se deram a partir da avaliação da gestão desses, considerando critérios de qualidade, a abrangência do atendimento e a espera administrativa da instituição, de forma a possibilitar o conhecimento de todas as realidades do PST. A primeira fala foi do **gestor estadual**, representado pelo **Secretário Rogério Romero, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude de Minas Gerais**, responsável pelo convênio com o Estado de Minas Gerais que previa o atendimento de 40 mil beneficiados em 192 municípios. A segunda fala foi do **gestor municipal**, representado por **Rosemari Machado Vilela, Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Volta Redonda/RJ**, responsável pelo convênio com a Prefeitura de Volta Redonda, que previa o atendimento a 9 mil beneficiados em 90 núcleos. Ambos os gestores, além de coordenarem a parceria com o PST, também respondem pela pasta do Esporte respectivamente no Estado e no município, o que lhes dá uma visão real e bastante

abrangente sobre a política esportiva, e as dificuldades e os desafios da gestão pública na sua execução. São exemplos de gestores comprometidos com a causa do direito ao esporte, mas que ainda assim enfrentam muitos problemas para desenvolver as ações.

A terceira fala foi do **gestor de entidade privada sem fins lucrativos**, representado pelo **Sr. Rui de Oliveira, Presidente do Instituto Contato/SC** – organização não-governamental que desenvolvia o PST no Estado de Santa Catarina. Voltado para o atendimento de 25 mil beneficiados em 97 municípios, por meio de 250 núcleos do Programa, envolvendo 153 parceiros locais que se dividem entre prefeituras, associações de moradores, universidades, ONGs, empresas privadas e clubes esportivos, o convênio com o Instituto Contato é um exemplo das amarras da administração pública (o Estado estava impedido de celebrar convênios com a união), e o quanto o terceiro setor pode contribuir para viabilizar a execução da política, em parceria com a iniciativa privada. Ao mesmo tempo, de forma contraditória, demonstra as dificuldades que as ONGs enfrentam para estabelecer e manter as parcerias locais, essenciais para que os núcleos do programa funcionem e mantenham a qualidade do atendimento.

Ainda na segunda parte, e de forma complementar, apresenta-se a **avaliação da proposta pedagógica do PST** também vista por todos os ângulos, a visão de quem formula, de quem executa e de quem avalia a ação pedagógica no Segundo Tempo. A primeira fala, do **Prof. Amauri Bássoli, Coordenador Pedagógico do PST**, e responsável pela construção dos fundamentos pedagógicos do PST, apresenta um pouco da história conturbada, mas vitoriosa, dessa importante construção acadêmica coletiva, e os nossos desafios na formação permanente dos educadores que atuam no Segundo Tempo. A segunda fala, do **Prof. Evando Moreira**, da

UFMT, Coordenador da Equipe Colaboradora 08, apresentou a visão das Equipes Colaboradoras nesse processo, valorizando o esforço coletivo e a contribuição dos professores universitários para o enriquecimento da proposta, frente ao desafio de integrar teoria e prática, e ainda as dificuldades na intervenção, o que para ele decorre das fragilidades em nossa própria formação como educadores, o que aumenta ainda mais a responsabilidade do processo de formação do PST.

As duas últimas falas sobre a proposta pedagógica, do **Prof. Armando Dantas Barros Filho, Coordenador de Núcleo do convênio com a Associação Caruaruense de Ensino Superior – Ascens/PE** e a estudante de Educação Física, **Dayse Cássia Alves Medeiros, que atua como Monitora no convênio com o Instituto de Desenvolvimento Humano de Maceió – IDESH/AL** apresentam **o olhar do educador ao desenvolver a proposta pedagógica do PST**, representando os milhares de coordenadores e monitores do PST.

O Prof Armando (ASCES) abordou a importância da execução da política em parceria com Instituições de Ensino Superior, como é o caso da Ascens, que agrega valor à proposta pedagógica do PST, ao integrar ações de ensino, pesquisa e extensão no projeto, e também da intervenção das Equipes Colaboradoras, acompanhada do suporte da Equipe Técnica do Ministério, ou seja, um trabalho de muitas mãos que faz a diferença na qualidade do que é oferecido aos beneficiados. Tratou ainda das perspectivas de crescimento profissional das pessoas que atuam no PST quando se envolvem de fato com o projeto, relatando sua própria experiência ao iniciar como monitor do programa, ser Coordenador de Núcleo e conquistar o posto de gestor municipal na área de Esporte Educacional.

A monitora Dayse (IDESH) também falou da sua experiência no PST e o quanto isso mudou sua visão como acadêmica da UFAL, particularmente pela ação da Equipe Colaboradora e dos profissionais que atuavam no projeto que mais do que os livros e as aulas fizeram com que ela tivesse um olhar diferenciado sobre como materializar a proposta pedagógica do PST e fazer a diferença com as crianças e jovens carentes do núcleo onde atuava. Ela relata os benefícios da intervenção pedagógica do PST, que quando coloca os beneficiados como sujeitos da ação, pode, de fato, afastá-los do envolvimento com drogas, prostituição e violência, muito frequentes naquele bairro, e mais do que isso, ajudá-los a enfrentar suas duras realidades, fazendo-os acreditar que podem ser protagonistas das mudanças em suas vidas.

Na **Parte III**, o livro trata do **Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo** na visão da Secretaria, das Equipes Colaboradoras, das Entidades Fiscalizadoras e do Controle Interno. A primeira fala foi feita por mim, **Gianna Perim**, à época **Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural**, responsável por todas as ações do Segundo Tempo, e pelo **Dirceu Mattos**, então, **Coordenador-Geral de Acompanhamento Operacional do PST**, e **responsável pela plataforma informatizada que integra os sistemas gerenciais do PST**, ambos apresentando a visão da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e abordaram desde a celebração, até a prestação de contas do convênio, destacando as atribuições de cada um dos atores do PST que atuam nesse processo, as dificuldades e desafios da Equipe Técnica frente às nossas limitações, e ainda a importância dos sistemas informatizados na integração das pessoas que atuam no PST, especialmente

considerando a qualidade e o tempo da informação, questões essenciais para aprimorar as ações da rede do Programa.

A segunda fala foi feita pela **Profª Ruth Eugênia Cidade** da **UFPR** e **Coordenadora da Equipe Colaboradora 06**, representando a visão das Equipes Colaboradoras e, em especial, dos avaliadores que acompanham o trabalho de campo nos Núcleos de Esporte Educacional sobre o processo de acompanhamento dos convênios. A Profª Ruth abordou as potencialidades, fragilidades e os indicativos para os avanços a partir dos levantamentos realizado junto às demais ECs e tratou principalmente da necessidade de encontrar um equilíbrio entre a ação do avaliador e a ação do conveniente, aqui incluídos a gestão, os coordenadores de núcleo e os monitores, de forma que possamos encontrar e socializar novos caminhos, afinal estamos todos trabalhando pela mesma causa. Em suas palavras, “[...] precisamos, ainda pesquisar, produzir, escrever, buscar indicadores, sistematizar as experiências, registrar. Mais do que isso, nós temos que praticar a ‘paz nas fronteiras’”.

A terceira fala, do **Sr. Tarso Gomes Amazonas**, **representando a Ordem dos Advogados do Brasil – subsecção de Caruaru/PE**, apresentou a visão das Entidades Fiscalizadoras que atuam no acompanhamento dos convênios do PST, no caso a experiência da OAB com a fiscalização do convênio com a Associação Caruarense de Ensino Superior/PE. O Sr. Tarso ressaltou a importância do trabalho integrado da sociedade civil para garantir os direitos da criança e do adolescente e relatou a experiência com a Asces, em que a atuação conjunta tem permitido potencializar a ação do PST na diminuição dos riscos a que os beneficiados ficam expostos, no caso concreto, no combate às drogas onde há uma ação integrada da Coordenação do Convênio com a subsecção da OAB, que mobiliza outros setores como a Polícia

Militar local. Tratou também das dificuldades do acompanhamento presencial nos núcleos, em função de ser um trabalho voluntário, mas reforçou a importância deste no exercício da cidadania, e da satisfação em contribuir com a diminuição das diferenças sociais que afetam crianças e jovens de nosso país, principalmente por tratar-se do poder público, e de recursos públicos que devem ser investidos na justiça social, lembrando da nossa responsabilidade no controle social, também como cidadãos.

A quarta fala foi do Sr. **Elwys Reis**, da **Controladoria Geral da União – CGU**, representando o controle interno do governo federal, a partir das auditorias realizadas no Programa Segundo Tempo, que ele e sua equipe vêm acompanhando nos últimos anos. Inicialmente, ele apresentou as atuais linhas de atuação da CGU que superam um pouco aquela visão apenas de auditoria e exercem a função de controle atuando na orientação e fiscalização; na correição, de responsabilização de gestores; e na prevenção da corrupção; e ainda a forma de atuação integrada com o Ministério Público em função de sua interface com vários outros órgãos como o Senado, Congresso, Polícia Federal e o próprio Tribunal de Contas da União. Na sequência, apresentou o monitoramento realizado no PST, nos anos de 2007 a 2010, enfocando primeiro na remodelagem dos processos, fluxos, seleções das propostas, implantação dos grupos, capacitação, implantação e funcionamento dos núcleos, e depois na prestação de contas dos convênios, a partir do qual foram identificadas as fragilidades que ainda permanecem, embora tenham sido contabilizados avanços na execução do Programa. Na apresentação do Sr. Elwys, evidencia-se a nova forma de atuação da CGU, onde o trabalho integrado entre o órgão de controle e os gestores da política pública tem contribuído enormemente para a superação dos problemas na

gestão, principalmente na ação preventiva do controle, sem dúvida a mais importante quando se trata da destinação de recursos públicos.

Na **Parte IV** do livro, foram **avaliadas as experiências com os projetos especiais** do Segundo Tempo a partir dos projetos-piloto desenvolvidos nos anos de 2009 e 2010. Esses projetos foram desenvolvidos para testar novas metodologias e diretrizes para modalidades ou públicos específicos de forma a validar os modelos mais adequados para serem oferecidos em larga escala no Segundo Tempo. Para apresentar os resultados desses pilotos convidamos os coordenadores dos núcleos em que as experiências foram desenvolvidas. Em algumas delas o piloto foi desenvolvido em apenas um núcleo, mas na maioria dos projetos especiais, o modelo foi validado valendo-se da experiência realizada entre quatro a oito núcleos, em período que variou de um a dois anos.

O primeiro projeto especial foi o **Núcleo do PST Adaptado**, que integra crianças e jovens sem e com deficiência, apresentado pelo **Prof. Alexandre Carricone Marques**, da **UFPEL, Coordenador da Equipe Colaboradora** e também **Coordenador do Projeto Piloto**, desenvolvido na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. O Prof. Alexandre relata a experiência vivenciada com o desenvolvimento da proposta pedagógica do PST adaptada para integrar o atendimento de deficientes (70%) com os demais beneficiados dos núcleos (30%), para tratar as diferenças de maneira inclusiva ao mesmo tempo em que havia um direcionamento para favorecer o desenvolvimento dos deficientes de acordo com as suas necessidades; destaca os pontos positivos no estilo de vida dessas pessoas, a participação efetiva em atividades físicas e esportivas, as oportunidades sociais, a quebra da rotina, a diminuição do preconceito, entre muitos outros, e reforça a importância dos profissionais e acadêmicos do

PST estarem preparados para receber os deficientes nos núcleos para que não ocorra no PST o que vemos no sistema educacional, onde as famílias dos deficientes estão cansadas de ouvir: “Ele não pode entrar para a escola regular, ele tem que ir para a escola especial”.

O segundo projeto especial foi o **PST - Piloto Universitário** apresentado pelo **Prof Matheus Saldanha Filho**, da **UFSM**, do qual além da Universidade Federal de Santa Maria, participaram a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Minas Gerais, Campus Belo Horizonte (UFMG) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O Piloto Universitário nasceu da ideia de resgatarmos o esporte universitário na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos jovens e estimular a participação em jogos e campeonatos de forma a reavivar os jogos estudantis universitários. O Prof Matheus relatou as dificuldades iniciais na implementação do projeto que foram desde a questão do entendimento, do significado do esporte e do lazer na formação acadêmica, visto que não aparecem como prioridade nos programas de gestão dos diretórios acadêmicos e muito menos nas pró-reitorias de assistência estudantil, de graduação e de extensão; até a necessidade de reforma e melhorias nos espaços destinados às práticas esportivas de forma a viabilizar o funcionamento dos núcleos. A experiência demonstrou que os resultados foram muito positivos, mas que será necessário desenvolver um trabalho intersetorial envolvendo outras áreas de conhecimento e outros órgãos administrativos dentro da instituição para recolocar o esporte estudantil na agenda universitária. Em suas palavras, “[...] o desafio está em buscar a valorização e o reconhecimento do esporte e lazer, como tarefa inadiável de um coletivo”.

O terceiro projeto especial foi o **Projeto Navegar**, apresentado pelo **Prof Rodrigo Cavasini**, da **UFRGS**. Um pouco

diferente dos demais, o estudo realizado para o Navegar teve como foco a recuperação do patrimônio adquirido com recursos da União para o desenvolvimento do projeto Navegar iniciado em 1999. Com a extinção do projeto alguns anos depois, muitos equipamentos foram abandonados e se deterioraram. Para levantar esse patrimônio e retomar a sua utilização, a SNEED realizou, em parceria com a UFRGS, um diagnóstico nacional sobre a localização e o estado dos equipamentos adquiridos com os recursos dos convênios celebrados com governos estaduais e municipais para o funcionamento de 40 núcleos do projeto. O relato do Prof. Rodrigo apresenta os dados gerais do diagnóstico e a construção das novas diretrizes e do modelo de capacitação para o desenvolvimento do PST Navegar, com o objetivo de lançar um Edital específico para seleção de novos parceiros. O estudo também teve como foco questões relacionadas às intervenções de educação ambiental, uma vez que o projeto tem condições ímpares para o desenvolvimento de atividades educacionais que se destinem ao desenvolvimento de competências relevantes para melhoria e manutenção da qualidade do meio ambiente.

O quarto projeto especial foi o **Segundo Tempo Padrão desenvolvido em Universidades** que compõem a rede do programa, denominado **PST IES padrão**. Esse projeto nasceu com o objetivo de criar referenciais de funcionamento para os demais convênios, já que o núcleo implantado na universidade é coordenado por professores que atuam como avaliadores na equipe colaboradora e que ajudaram a construir a proposta pedagógica do PST, ou seja, serviria de modelo para os demais convênios. Esses núcleos funcionaram como laboratórios para que as ECs pudessem vivenciar a realidade do programa e assim testar e validar as estratégias de capacitação e de desenvolvimento da proposta pedagógica. Além das ações oferecidas nos demais convênios, no

projeto IES padrão foram incluídos recursos para pesquisa cujo objetivo é estimular os professores a publicarem e divulgarem os estudos realizados durante a experiência. A **Profª Marisete Peralta Safons**, da **UnB**, representou as IES que participaram do projeto e apresentou o Segundo Tempo na Universidade de Brasília, que segundo ela, consegue atender o tripé: ensino, pesquisa e extensão porque envolve alunos de diversos cursos de graduação. Uma das experiências testadas pela UnB foi estruturar um modelo de capacitação que atendesse a rotatividade de monitores e coordenadores dos núcleos, o que eles vivenciaram na prática. Assim, foi criado o curso de capacitação no ambiente da educação à distância (plataforma moodle) para trabalhar os conteúdos da capacitação com a equipe que vai se formando. Isso permitiu desenvolver um processo de formação permanente que foi essencial para o bom funcionamento do núcleo em específico e que serviu de modelo para outras ECs e posteriormente para o processo de capacitação dos monitores que atuam no PST em larga escala.

O quinto projeto especial foi o de **Ginástica Aeróbica**. A **Profª Kátia Lúcia Moreira Lemos**, da **UFMG**, relatou a experiência coordenada por ela e pelas professoras Sílvia Regina Pinho de Bortoli, da SNEED, Marynelma Camargo Garanhani, da UFPR, e Ana Maria Pereira, da UEL/PR. O projeto de Ginástica Aeróbica, no contexto do Programa Segundo Tempo, teve como objetivo principal a inclusão da ginástica como uma atividade que motivasse as meninas para a prática esportiva na tentativa de equilibrar a questão de gênero nos núcleos, e que não excluísse a participação dos meninos, ou seja, motivar e mobilizar o desenvolvimento de uma atividade capaz de promover a integração de meninas e meninos na prática esportiva. A Profª Kátia relatou o projeto desde a fase de sensibilização dos parceiros para integrar o

projeto. Iniciamos com 35 entidades, capacitamos 28 e destas, 15 núcleos foram selecionados, mas apenas nove assinaram o termo de compromisso e oito participaram até o final. A proposta previa ofereceu apenas uma base mínima de formação, e cabia aos professores a construção coletiva das aulas junto com as experiências dos meninos e meninas, considerando principalmente as questões culturais e a diversidade regional. Como pode ser observado no piloto, o ensino da Ginástica Aeróbica necessita de poucos recursos físicos e materiais e pode ser desenvolvida em qualquer núcleo. Como principais resultados foram indicados: oportuniza a participação e permanência não só de meninas, mas também de meninos; possibilita a participação de meninos e meninas de diferentes faixas etárias na mesma prática; as coreografias incentivam a mostra da cultura local; a realização de festivais pode ser uma estratégia de integração entre meninos e meninas, do Programa Segundo Tempo e da comunidade, dos núcleos e dos convênios.

O sexto projeto especial foi o **Projeto TOPS**, desenvolvido em parceria entre o Ministério do Esporte e o Conselho Britânico, apresentado pelo Prof **Michel Angillo Saad**, da **Universidade do Oeste de Santa Catarina**. A proposta foi criada no Reino Unido para aprimorar a atuação de leigos no ensino da Educação Física. Para tanto elaboraram um programa que procurou desenvolver o ensino e a aprendizagem da Educação Física em escolas primárias da Inglaterra por meio do uso de cartões que auxiliam os professores no planejamento e na organização das atividades e de jogos voltados para a Educação Física. O Prof Michel relata a construção coletiva realizada pela equipe pedagógica do PST com os profissionais de alguns núcleos do Programa que integraram o piloto para adaptar estes cartões à realidade brasileira e à proposta pedagógica do PST, contando com a participação de

consultores do Conselho Britânico. Até então, os cartões eram voltados para a realidade da Inglaterra, e além da tradução foi preciso um esforço grande para manter a essência da proposta considerando a realidade brasileira, transformando-os em Cartões de Recurso Pedagógico (CRP) do PST. O relato traz ainda a rica experiência vivenciada nos núcleos dos Estados de Alagoas e de Santa Catarina que participaram do Piloto. Cabe registrar que em função da qualidade do material e da gama de possibilidades, os cartões foram adaptados para também orientar o trabalho dos monitores do PST no “Mais Educação”.

A última parte do livro apresenta o Relatório Final do Encontro com o registro de todas as discussões ocorridas nas oficinas de trabalho que debateram cada uma das temáticas abordadas nas conferências e demais apresentações já descritas acima. Todos os temas foram discutidos com a participação dos interlocutores diretos envolvidos. Os debates foram sistematizados e aprovados na plenária final do evento com a participação de todos. O resultado das discussões e as propostas de mudanças aprovadas pelo coletivo do PST, representado no Encontro, subsidiaram a gestão seguinte da SNEED que se iniciou em fevereiro de 2011, com a nomeação do Secretário Nacional, Wadson Ribeiro.

Nesse sentido, cabe registrar uma importante decisão tomada pela gestão da SNELIS em 2011 por ocasião da revisão das Diretrizes e lançamento do edital de seleção dos projetos para o PST. Com base nos resultados da pesquisa de avaliação realizada pela PUC/MG e no Relatório do Encontro, especificamente na oficina que discutiu as ações que compõem as diretrizes do PST, o então Secretário Wadson decidiu pela alteração das diretrizes do PST retirando o reforço alimentar do Programa, que representava cerca de 40% dos recursos dos convênios, e diminuindo sensivelmente a

possibilidade de desvios de recursos públicos durante a execução dos convênios.

Finalizando, o Encontro foi sem dúvida um momento rico de trocas, aprendizado e interação, durante o qual tivemos o compromisso em procurar compreender as diferentes perspectivas e as inúmeras realidades sociais de nosso país, que nem sempre podem ser enquadradas nos nossos modelos ou defendidas apenas por nossas convicções. Existem limitações de toda ordem, claro! Limites orçamentários, limites burocráticos, limites legais, institucionais, e até limites pessoais. Mas, ainda assim, como se pôde ver com tantos exemplos reais de boas práticas ainda que em condições precárias, sempre passíveis de superação.

Cabe lembrar que somos todos passageiros em nossas funções, mas a verdadeira contribuição que podemos dar como cidadãos é a transformação da realidade social dos beneficiados do Programa. Em busca do ideal maior - que é a garantia do direito ao esporte a cada criança, e a cada jovem brasileiro - estamos assumindo a responsabilidade de deixar a nossa contribuição registrada.

Como já dissemos outras vezes, o Segundo Tempo é feito de pessoas. Pessoas, profissionais, educadores, que independente das condições sociais e das adversidades da vida, por meio do esporte, se tornem capazes de oferecer um futuro melhor para aqueles que nem sempre podem fazer suas escolhas.

Ao garantir o registro cuidadoso e atento de todas as discussões ocorridas nos múltiplos momentos de reflexão sobre o Programa, os organizadores desse livro nos permitiram lembrar momentos agradáveis e produtivos da história do Segundo Tempo e mais do que isso, garantiram-nos a possibilidade de conhecer na íntegra as opiniões dos diversos atores que compõem esse coletivo, o que contribuiu enormemente para extrair os indicativos de mudanças

para a nova gestão do PST, pois participaram desse momento as pessoas que podem falar em nome dos milhares de beneficiados atendidos pelo Programa que acreditam em seu potencial de transformação.

É dessa forma que a atual gestão do PST, iniciada em dezembro de 2011 com a nomeação do Sr. Afonso Barbosa como Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, vê a importância da avaliação permanente da política pública, e ainda do registro da história do Segundo Tempo que não se encerrou no final daquela gestão, mas escreveu mais um importante capítulo da sua existência.

Aproveito para agradecer a todos que aceitaram o convite para participar de um momento tão importante para o futuro do PST, em especial à Prof^a Silvana Goellner, pela oportunidade de prefaciar este livro, que tenho certeza, poderá iluminar muitas ações nos milhares de núcleos do PST, mudando muitas histórias de vida.

Sucesso a todos para que possamos continuar avançando nesse enorme desafio e fazendo cada dia do PST melhor! Concluo com a frase de Albert Einstein utilizada pela nossa querida Monitora Dayse:

“Não há nada que seja maior evidência de insanidade do que fazer a mesma coisa dia após dia e esperar resultados diferentes”.

Façamos diferente!

Gianna Lepre Perim

Departamento de Formulação de Políticas e Estratégia
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
Ministério do Esporte

Parte I

Conferências

Esporte educacional: da conceituação à ação – uma política viável

Julio Cesar Monzú Filgueira¹

Bom dia a todos e a todas. Brincava com o Amauri², que, cheio de protocolos hoje, me disse que só poderia vir para a mesa quando a Daniele³ chamasse. Ficou me segurando lá.

Eu faço minhas as palavras de todos que me antecederam durante a Cerimônia de Abertura desse evento, não apenas em relação àquilo que se pode esperar de um evento como esse, do qual eu me sinto um pouco partícipe, mas, sobretudo, daqueles que discorreram sobre o desafio para que chegássemos até aqui. Parece-me que, para todos aqueles que acompanharam essa trajetória mais recente do Programa Segundo Tempo, não há dúvidas de que nós temos hoje outro Programa Segundo Tempo. O que não significa dizer (a Gianna⁴ falava disso e também o Secretário Fábio⁵) seja um programa que já tenha superado todos os seus desafios. Quero crer que esse dia vai chegar quando nós tivermos superado os grandes desafios que acometem o nosso país como um todo, quando pudermos olhar para o país que nos

-
- 1 Secretário da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Período de maio de 2007 a outubro de 2009.
 - 2 Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira. Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.
 - 3 Danielle Gruneich. Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.
 - 4 Gianna Lepre Perim. Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.
 - 5 Fábio Roberto Hansen. Secretário Nacional do Esporte Educacional do Ministério do Esporte de outubro de 2009 a abril 2011.

recebe, que nos acolhe, o país onde nascemos e ver que temos uma sociedade mais desenvolvida, ver que nós temos uma sociedade que venceu o desafio da inclusão social e ver que nós temos uma sociedade que venceu o desafio da educação. Enquanto estivermos nesta longa jornada para construir um Brasil assim, evidentemente que as estratégias terão que corresponder a cada tempo. É verdade que talvez tenhamos superado boa parte das dificuldades que o Programa tinha em 2003, só que outras novas e maiores dificuldades surgiram de lá para cá.

Não podemos imaginar o processo de superação de quaisquer dificuldades como algo estanque. O Professor Petersen⁶ falava dos filhos anteriormente e, para aqueles que têm filhos, talvez fique mais claro entender o que quero dizer: Eu penso haver superado todas as dificuldades que os meus filhos tiveram com quatro, cinco, seis anos de idade, mas hoje lido com novas dificuldades que eles têm, com os atuais 13 e 17 anos de idade, e assim é também com o Programa Segundo Tempo.

Eu queria apenas reiterar uma ideia passada pela Gianna e que chama a atenção - e me parece oportuna -, a de que o processo de aperfeiçoamento do Programa Segundo Tempo exige interação entre todos os envolvidos, e acho que temos que avançar ainda mais nessa perspectiva. Talvez uma tarefa que deva ser assumida, sobretudo, pelas Equipes Colaboradoras a partir do próximo ciclo que se abre, seja reproduzir esse debate, reproduzir as reflexões que aqui serão debatidas no âmbito de cada convênio.

É preciso estabelecer na relação com os parceiros não apenas uma relação que se restrinja ao acompanhamento *stricto sensu* daquele determinado plano de trabalho, daquele determinado

6 Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

projeto pedagógico, mas fazer com que a ação cotidiana de acompanhamento do Programa Segundo Tempo possa ser uma ação cotidiana de aperfeiçoamento do Programa. É preciso que esse debate seja vivo, um processo dinâmico. E penso que as Equipes Colaboradoras sejam talvez o maior dos aliados, para que o Ministério possa ter permanentemente esse papel e perseguir esse objetivo.

O tema proposto para esta conferência – ‘Esporte Educacional: da conceituação à ação: uma política viável’ – talvez encerre, em si, muito daquilo que já faz parte do nosso dia a dia. Penso que seja um tema que talvez merecesse ser invertido. Eu brincava ontem com algumas pessoas que, quando eu li o tema proposto pela coordenação, pelos professores Gianna e Amauri, é uma injustiça comigo pedir que eu fale de conceituação de esporte educacional, já que o pouco que eu sou capaz de discorrer sobre isso, eu aprendi justamente com vocês. Ouvindo vocês, lendo aquilo que era produzido pela equipes, procurando me apropriar minimamente daquilo que a Universidade, os gestores foram capazes de produzir em termos do Esporte Educacional. Portanto, evidentemente que essa parte vocês terão que relativizar, terão de ser generosos comigo... vou procurar ser porta-voz daquilo que o Ministério soube apreender e assumir como horizontes da construção de uma política pública eficaz, eficiente e efetiva.

Para falar disso, me parece oportuno caracterizar que o esporte vive um momento singular na história do nosso país. Imaginar que tratamos hoje da implantação de um programa social por meio do esporte, num Brasil qualquer. Imaginar que tratamos hoje da

implantação de um programa social esportivo num país que não logrou os êxitos do último período poderia significar não perceber as potencialidades desse especial momento que vivemos.

Para não ir muito adiante nesse pensamento, eu destacaria apenas alguns pontos: Nos últimos anos passamos a dispor de um órgão gestor federal, um Ministério próprio para o esporte. Ministério este que liderou a realização de três Conferências Nacionais⁷, processos extremamente ricos de debate com toda a sociedade brasileira. Ministério que liderou a aprovação da Política Nacional do Esporte e que liderou, justamente no processo das conferências, a criação e a discussão acerca da implantação de um Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Foi um período de aperfeiçoamento da legislação e do aparato normativo no esporte. Para não ir muito além, basta fazer referência a algumas legislações que foram aprovadas no último período: Estatuto do Torcedor, novos mecanismos de financiamento, com a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte, a Lei do Bolsa Atleta, a Lei Agnelo Piva, entre outras. Foi um período de implantação, numa escala jamais vista em períodos anteriores, de programas socioesportivos em nosso país. Eu chamo a atenção para dois deles: o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Foi um período de expressivos investimentos em infraestrutura esportiva, embora, evidentemente, se possa dizer do grande déficit que ainda temos em termos de infraestrutura, seja nas escolas públicas, seja nas comunidades. Ainda assim, é verdade e certo reconhecer: nunca se investiu tanto em estrutura no nosso país como se investiu nos últimos anos. Aqueles que possam ter acesso

7 As Conferências Nacionais do Esporte foram realizadas em Brasília, respectivamente, nos anos 2004, 2006 e 2010.

a esses dados haverão de concordar comigo. Foram milhares, milhões de reais investidos anualmente na construção de quadras, ginásios, praças esportivas e, mais recentemente, as chamadas Praças da Juventude⁸ – Praças do PAC⁹, que muitas vezes nos frustram, pela dificuldade que temos para transpor a grande barreira da burocracia, que, muitas vezes, condiciona um projeto a ficar anos para conseguir sair do papel. Eu me lembro de haver participado do debate que criou a Praça da Juventude, juntamente com a Associação Brasileira da Indústria do Esporte (Abriesp), há exatos três anos. E há três ou quatro meses atrás, de haver tido a informação de que a primeira Praça da Juventude estava sendo inaugurada em Aracaju. Então, veja que foram necessários três anos para que uma ideia justa, legítima, aceita por todos, reconhecidamente de interesse público, pudesse ganhar vida. Essa ainda é, infelizmente, uma realidade na gestão pública. Quero crer que o Brasil seja capaz de aperfeiçoar os seus mecanismos de controle, permitindo que nós possamos ver o resultado de nosso trabalho ganhando vida com a brevidade e agilidade por que a sociedade brasileira clama.

Foi um período também em que o Brasil mudou completamente o seu posicionamento no mundo dos megaeventos esportivos. Foram necessários 44 anos, desde a realização dos Jogos Panamericanos em São Paulo, em 1963, para que o Brasil protagonizasse uma inserção no cenário esportivo mundial, por meio dos megaeventos.

Nos últimos anos, nós tivemos a realização dos Jogos Sulamericanos, em 2002. Eu considero que a realização dos

8 Complexos poliesportivos implantados em comunidades urbanas nas quais faltam equipamentos públicos de esporte e lazer. Desenvolvidos em parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça.

9 Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em janeiro de 2007 pelo Governo Federal.

Sulamericanos foi um primeiro momento de retomada deste novo período, realizados nas cidades de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belém do Pará. Depois tivemos a realização dos Jogos Panamericanos, em 2007. Asseguramos o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016. No ano que se abre, em 2011, a realização dos Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro. Além de umas dezenas de eventos internacionais que terão o Brasil como sede.

Foi um período também de grandes investimentos na área da gestão do conhecimento, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia do esporte, de fortalecimento da relação com as Instituições de Ensino Superior, de fortalecimento da dimensão econômica do esporte e de sua cadeia produtiva. No âmbito da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, de termos feito isso na relação com as Universidades. Há também que se destacar o papel da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) com a criação de um prêmio específico¹⁰ para aqueles que se dedicam à produção do conhecimento e com o incentivo e apoio a diversos trabalhos e pesquisas.

Quero crer que foi um período em que o Brasil experimentou um novo olhar sobre o futebol. Futebol com dimensão própria. Futebol que deve ser preservado como um bem cultural e esportivo do nosso país. Futebol que precisa ser regulamentado e que requer um aparato normativo específico.

Por fim, destacaria que foi um período rico de alteração da estrutura de financiamento do esporte em nosso país. Eu fiz referência à Lei Agnelo Piva, que assegurou recursos próprios para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, fiz referência à

10 Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte e Lazer e não poderia deixar de dizer da ampliação permanente do orçamento próprio do Ministério do Esporte. No primeiro ano de gestão, em 2003, o Ministério de Esporte dispunha de 371 milhões de reais no orçamento. Hoje o orçamento anual do Ministério do Esporte ultrapassa, pelo segundo ano consecutivo, a barreira de 2 bilhões de reais para o esporte. Em 2008 e 2009 a Lei Orçamento Anual (LOA) superou a casa de 1 bilhão de reais; em 2010 e para o próximo exercício de 2011, a casa de 2 bilhões de reais. Isso fala por si.

Compreender que vivemos um período singular da nossa história, ao contrário de apenas nos deixar satisfeitos ou envaidecidos, deve servir para que sejamos capazes de definir qual a estratégia de desenvolvimento do esporte brasileiro. Esporte que corresponda a esse tempo determinado.

Nesse sentido reafirmo que devemos defender um esporte que seja acessível a todos. O esporte como direito social fundamental de cada cidadão.

O esporte na dimensão proposta não pode ser visto como algo que é legado para poucos ou apenas para algumas parcelas da nossa população. O esporte deve ganhar na vida a dimensão que lhe impôs a Constituição do nosso país: como um direito. Assim como temos o direito à moradia, assim como temos o direito à saúde, o direito à educação, o direito à previdência social, o direito ao trabalho. Assim como temos um conjunto de direitos, vários deles mais avançados na dimensão das políticas públicas e na própria percepção da população, o esporte deve assegurar o seu papel no processo de desenvolvimento humano, no processo de desenvolvimento do nosso país e na garantia do bem-estar e da qualidade de vida.

Tenho convicção de que devemos defender que o nosso sistema esportivo se estruture de maneira sistêmica a partir da escola. Evidentemente, que há muito se fala de estruturar, a partir da escola, um sistema de alto rendimento esportivo. Esse debate, melhor do que eu, vários de vocês poderiam aqui discorrer, não se trata disso. Quero defender que a garantia do esporte como direito social que passa pela existência de políticas públicas efetivas, portanto, por uma ação efetiva do Estado, passa, complementarmente, por reforçar a noção de pertencimento: a cada cidadão deve ser dado o direito de exigir o esporte. A cada cidadão deve ser dado o direito de cobrar do Estado pelo acesso ao esporte. Esse sistema, não apenas a discussão de um eventual processo de rendimento esportivo, mas um sistema que assegure o esporte como direito, deve se estruturar a partir da escola. Essa visão sistêmica, me parece, é a chave do sucesso esportivo no Brasil. Sucesso esportivo que poderá ser medido pela excelência esportiva, pelo rendimento, mas, sobretudo, que merece ser medido pela incorporação de milhões de brasileiros na prática esportiva, de milhões de brasileiros no acesso ao esporte e ao lazer como direitos.

Se vemos o esporte a partir de uma visão sistêmica, que assume a missão da universalização e que se coloca o desafio do acesso, que se coloca o desafio de ser um direito social, é preciso discutir, de um lado, o papel da escola e, de outro, o papel social dos clubes esportivos, muitos deles sucateados ou então ensimesmados, ou seja, com seus altos muros, com seus praticantes ou associados que podem pagar por aquele acesso.

É preciso discutir o papel que têm, nesse sistema, o sistema confederativo, as federações, a formação de atletas e os próprios atletas. É preciso discutir, a partir dessa visão sistêmica, o papel

que tem o esporte como aliado de um projeto de Brasil que se desenvolve economicamente, que se desenvolve na infraestrutura e que se desenvolve do ponto de vista humano, que se desenvolve para o seu povo. Se é certo partir dessas premissas e se é certo considerar que a escola tem papel determinante, considerar que esse sistema se estruture a partir da escola, é preciso discutir o papel que tem a União, o papel que tem o Estado brasileiro no fomento e no desenvolvimento do esporte, possibilitando o acesso à sua prática em espaços adequados e com qualidade a toda uma geração. Neste caso específico, há toda uma geração de crianças, adolescentes e jovens que assume um primeiro contato com o esporte e que, a partir deste primeiro contato, estabelece hábitos, valores e pertencimento a que já me referi.

É diante desse desafio, é a partir dessa compreensão de que cabe ao Estado fomentar e desenvolver o esporte, possibilitando o acesso de toda uma geração, que lançamos mão do Programa Segundo Tempo. Portanto, o Programa Segundo Tempo, nessa dimensão, adquire um caráter estratégico que merece ser compreendido.

O Programa Segundo Tempo descolado dessa visão, o Programa Segundo Tempo envolto em si mesmo não cumpre o papel social a que se destina, ainda que possa durante um período ser um programa de oferta, de prática esportiva, um programa de núcleos de esporte educacional acessível a milhares de jovens do nosso país.

Eu (e vários de vocês talvez já tenham ouvido isso, me permitam repetir) sempre procurei assumir o desafio, não de atender a 1, 2 ou 3 milhões de crianças no Programa Segundo Tempo, mas de atender às 48 milhões de crianças que estão fora dele. Portanto, o Programa Segundo Tempo não pode ser

compreendido na sua dimensão estratégica, se for visto apenas como um montante de recursos públicos colocados à disposição de parceiros para o desenvolvimento de atividades de esporte educacional. O Programa Segundo Tempo precisa ser assumido como estratégia, como caminho. O Programa Segundo Tempo é laboratório, é experimentação. O Programa Segundo Tempo é uma estratégia de sensibilização dos gestores, dos governantes do nosso país. Na direção do quê? Na direção do esporte na escola. Este me parece, seja o grande desafio estratégico do Programa e, paradoxalmente, esse desafio significa dizer que a missão do Programa Segundo Tempo é deixar de ser Segundo Tempo. A missão do Programa Segundo Tempo é se integrar de tal maneira com o Projeto Político Pedagógico da escola, que ele se funde, ele se mescla no desafio de formar milhões de jovens em todo o nosso país, de ampliar os tempos e espaços educativos a múltiplas vivências oferecidas à nossa juventude.

É com essa perspectiva que o Ministério lança mão do Programa Segundo Tempo, para que ele seja referência na formulação e na implantação de políticas públicas efetivas.

Quando discutíamos uma parceria com o Ministério da Educação (MEC), ao longo de vários anos, muitos de nós acalentaram dúvidas sobre uma eventual descaracterização do Programa Segundo Tempo – não pensem que a parceria com o MEC nasceu de uma ou duas reuniões, mas ao longo de um grande debate, que contou com a determinação que merece ser aqui destacada do Secretário André Lazaro – e nós dizíamos que a parceria com o MEC tinha caráter estratégico.

Ainda que tenhamos que mantê-lo durante um longo período, anos, décadas, com o seu atual modelo de funcionamento, o Programa Segundo Tempo precisa ser visto como caminho, mas sem nunca, jamais, prescindir de percebê-lo, como uma estratégia que tem na concepção de uma política pública o seu objetivo maior. Ainda que isso possa ser entendido por alguns como uma relativização do seu papel (e, por favor, não façam isso porque os caminhos são mais do que necessários).

Mesmo nessa condição, na condição de caminho, num momento de transição, num momento de reafirmação dos seus valores, evidentemente o Programa Segundo Tempo precisa, para cumprir o seu objetivo maior, ter um processo de gestão eficaz e eficiente.

Nós fizemos uma avaliação (e quando eu digo nós, digo o Ministério do Esporte), um processo de avaliação autocrítica do Programa Segundo Tempo no início de 2006. O Programa Segundo Tempo completava seu terceiro ano de vida. Alguns convênios com um ano, outros, com dois e alguns convênios já completando seu terceiro ano de vida. E esse processo de avaliação autocrítica do Programa em 2006 nos mostrava que o Programa Segundo Tempo havia experimentado uma grande expansão no nosso país, a essa altura já com a marca de 1 milhão de atendimentos. No entanto, havia prescindido no período anterior de uma necessária qualificação do seu Projeto Pedagógico, uma necessária qualificação dos recursos humanos inseridos no Programa, uma necessária qualificação da sua estrutura gestora. E foi isso que caracterizou em 2006 o início de uma nova fase no Programa. Fase essa que coincide com a assunção do Ministro Orlando¹¹, do

11 Orlando Silva de Jesus Júnior. Ministro do Esporte no período de março de 2006 a outubro de 2011.

Secretário João Ghizoni¹² e da Diretora Gianna na Secretaria de Esporte Educacional, a partir de 2006 e a minha nomeação em abril de 2007.

Essa nova fase assumiu sete desafios ou sete resultados esperados, por assim dizer:

Primeiro resultado esperado: qualificar e ampliar a abrangência do Programa, fortalecendo a parceria com a educação e as parcerias institucionais com estados e municípios. Não se tratava aqui, e nossa prática foi reveladora disso, de menosprezar ou minimizar o papel que tinham as parcerias com o terceiro setor, mas de fazer as parcerias, fosse com o setor público, fosse com o setor privado, sem deixar de olhar o objetivo estratégico maior, o que nos levava necessariamente a um diálogo mais qualificado com o setor público.

Segundo resultado esperado: assegurar a oferta do Programa Segundo Tempo voltado para o público do ensino médio e do ensino superior. Acho que este é um desafio presente ainda, nós vamos discutir nestes próximos dois dias a experiência dos Projetos Piloto, mas penso que é um desafio ainda a ser buscado - incorporar milhões de jovens ao Programa Segundo Tempo que, notadamente, são aqueles que mais se ausentam, mais se abstêm, que têm mais dificuldade de participar sistematicamente do Programa.

Terceiro resultado esperado: oportunizar programação diferenciada ao longo do ano, como o Projeto Recreio nas Férias¹³, que já teve sua primeira edição em janeiro de 2008, passou por

12 Secretário Nacional do Esporte Educacional no período 2006 e 2007.

13 Projeto integrante do Programa Segundo Tempo que tem como finalidade oferecer às crianças e adolescentes do programa, no período de férias escolares, opções de lazer por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, culturais, sociais e turísticas.

inúmeras provações e passa ainda presentemente: o Ministério, por restrições administrativas e orçamentárias, teve que restringir a edição de janeiro de 2011. Mas o Projeto Recreio nas Férias em todos os lugares onde foi implantado, ainda que suas edições tenham sofrido por vezes percalços ou tenha assumido desafios a cada edição, demonstrou que veio para ficar e que deve ser uma referência para todos nós. Ao lado do Recreio nas Férias, algo que não conseguimos executar, mas me parece deve estar no nosso horizonte futuro, é a realização de Festivais Internúcleos, a realização de Festivais Esportivos entre os diferentes convênios.

Quarto resultado esperado: aprimorar a gestão e o aparato normativo do PST, que me parece tenha tido significativos avanços naquilo que competia principalmente à Secretaria Nacional de Esporte Educacional, com novas diretrizes, novo modelo de conveniamento, novas regras, novos manuais, novas condutas, mas que nos frustrou por não ter sido transformado em decreto presidencial, ou quiçá, em legislação federal. No tocante ao aprimoramento da gestão, destaco a implantação de nova estrutura organizacional na SNEED¹⁴ e de novos processos gerenciais. O Departamento responsável pelo Programa Segundo Tempo vivenciou uma verdadeira revolução em sua estrutura nos últimos anos, sempre na direção de maior eficiência e efetividade na supervisão do Programa. Inúmeros avanços, como é o caso da instituição da Ordem de Início, têm recebido reconhecimento público dos órgãos de controle internos e externos.

Quinto resultado esperado: qualificar o processo de capacitação de gestores, professores e monitores, qualificando e aprimorando a gestão, sobretudo, por meio da implantação de um Sistema de Capacitação, Acompanhamento e Avaliação. Este desafio, eu tenho

14 Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

absoluta convicção, talvez tenha sido, de todos, o desafio em que nós mais investimos, o desafio que nós mais perseguimos e aquele em que nós tivemos os melhores resultados. Estar aqui reunido com toda a Equipe Colaboradora, estar aqui compartilhando dessa experiência com diversos gestores, parceiros, com entidades fiscalizadoras, com os órgãos de controle, me parece é prova desse entendimento.

Esse desafio, embora hoje possa trazer inúmeros resultados, eu acredito seja um desafio em construção, em permanente construção. Talvez seja importante destacar que vários passos foram dados: primeiro, a constituição das equipes e o desafio de elaborar um Projeto Pedagógico consistente para o Programa; segundo, a implantação de uma rede de acompanhamento; terceiro, fazer com que esta rede de acompanhamento assumisse o necessário dinamismo para acompanhar um Programa Segundo Tempo num país de escala continental e, mais do que isso, me parece que nós começamos a experimentar a parceria e a sinergia com os nossos parceiros. E digo começamos porque ainda há desafios a ser superados nesse ponto. No primeiro encontro que tivemos com as Equipes Colaboradoras, já com a visão de que as equipes se constituiriam em rede, nós discutíamos que a rede de Equipes Colaboradoras e o sistema de acompanhamento e avaliação do Programa Segundo Tempo deveriam assumir um caráter orientativo. E me lembro de haver dito para vários de vocês, como uma diretriz firme da nossa gestão, que mais importante do que chegar ao final de um convênio, capaz de apontar o que aquele convênio tinha feito de errado no seu processo de execução, era assumir o desafio de, permanentemente, interagir para chegar ao final do convênio com a convicção de que o Ministério tudo tinha feito, para que aquele atendimento se efetivasse. Esse é o propósito maior da Equipes Colaboradoras, e, evidentemente,

o Elwis, da CGU¹⁵, há de concordar comigo – é condição intransferível da Secretaria, do Ministério e do Poder Público zelar pela boa utilização dos recursos públicos, sobre cada centavo, sobre cada real investido no Programa Segundo Tempo. Sobre isso não há o que dizer. Mas há o objetivo maior do nosso sistema de acompanhamento, que é fazer com que a boa utilização dos recursos públicos esteja a serviço de um bom atendimento das nossas crianças. Aí reside o nosso objetivo maior. E a fronteira disso é muito tênue, é preciso que a gestão se aprimore para isso. Eu – não apenas uma, nem duas, nem três vezes – pude ver, no período em que estive à frente do Programa Segundo Tempo, que, às vezes, o acúmulo de trabalho, a burocracia e as barreiras administrativas limitavam esse aspecto, limitavam esse diálogo. Às vezes, podemos ter ficado mais preocupados com os relatórios, com a redação dos nossos ofícios, talvez tenhamos dedicado o necessário tempo aos papéis, mas dedicado insuficiente tempo às pessoas e ao apoio que os parceiros precisam ter. Então, se o tempo aos papéis não pode ser reduzido, se o tempo à formalização não pode ser reduzido, se o controle burocrático não pode ser reduzido e se não podem ser dados passos atrás – é verdade –, precisamos assegurar que sejam dados novos passos à frente. É preciso reconhecer que a Secretaria precisa dispor de um sistema que colabore, que interaja com os parceiros, que construa e esse é aquele que eu considero um dos maiores desafios desse novo período que se abre.

Chamaria a atenção, no caso do sistema de capacitação, acompanhamento e avaliação, para a realização de duas outras ações. A primeira delas, um esforço feito em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC, de

15 Elwys Reis. Controladoria Geral da União.

pesquisa do Programa Segundo Tempo, trazendo luz a um tema extremamente atual, que é a identificação de indicadores e medidas de eficácia do Programa. A pesquisa feita pela PUC-Minas¹⁶, com apoio do Ministério do Esporte, evidentemente não responde a todas as perguntas, mas revela a importância que têm a discussão do aprimoramento da gestão, a identificação de indicadores, a identificação de medidas de eficácia e efetividade do programa e nos ajuda a formular perguntas adequadas que terão que ser respondidas no próximo período. Portanto, foi uma contribuição bastante relevante que merece ser destacada no âmbito do sistema de acompanhamento. E segundo, o próprio desafio lançado também no âmbito do sistema de acompanhamento, para a produção científica, para a sistematização da nossa experiência, seja ela acadêmica, seja ela a partir da experiência dos núcleos. Foi destacado, pelo nosso mestre de cerimônia, o livro publicado do Professor Tubino¹⁷, já após o seu falecimento, mas uma contribuição feita por ele, sob encomenda do Ministério do Esporte e do PNUD¹⁸. A publicação de um livro com a experiência da Associação Cararuense¹⁹, a publicação de um livro com relatos, a publicação de um livro com práticas, mas, mais do que falar do que foi publicado, eu destacaria uma dimensão nova, dimensão que precisa e merece ser assumida por cada um de vocês. Digo para cada um de vocês, membros das Equipes Colaboradoras e parceiros – e o Secretário Fábio, não me deixa mentir – que o Ministério e a Secretaria têm total disposição de receber projetos editoriais de cada um dos membros das Equipes Colaboradoras e

16 Os resultados da pesquisa foram publicados no livro de Sousa et al. (2010).

17 Manoel José Gomes Tubino. O livro referido é *Estudos brasileiros sobre esporte: ênfase no esporte-educação*. (TUBINO, 2010).

18 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

19 Lorenzini, Barros e Santos (2010).

de cada um dos parceiros, porque é imprescindível que o processo de avaliação e acompanhamento do Programa Segundo Tempo seja feito, sistematizando a experiência e lançando o debate. Porque é fácil falar, mas, quando aquilo que a gente fala, aquilo que a gente defende vai para o papel, a gente está chamando para o bom debate, a gente quer crescer com o contraditório. À época, eu chamei a atenção do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), que, num dado momento da nossa gestão, teve um debate firme, crítico da condição que tínhamos no Programa Segundo Tempo, para isso. E, a despeito de ficar incomodado com as críticas, lancei ao CBCE o desafio de produzir e vir ao debate, porque este é o bom debate. É fácil falar de fora, difícil é, de mãos dadas, produzir referências por uma política pública efetiva. Portanto, duas dimensões a que eu não tinha feito referência, que merecem ser aqui destacadas: a discussão de indicadores (o trabalho, a contribuição dada pela PUC de Minas) e a questão da produção do conhecimento específico para o PST.

Sexto resultado esperado: ampliar as ações intersetoriais. Não fomos também capazes nos marcos da nossa gestão (eu falo nossa, incorporando o tempo de gestão do Secretário Fábio Hansen) de avançar na dimensão que pretendíamos na intersetorialidade com outras áreas. Muitas vezes percebemos que, numa mesma comunidade, o Ministério da Saúde investe num programa, o Ministério da Cultura tem o Ponto da Cultura, o Ministério do Esporte tem o Programa Segundo Tempo e, às vezes, na mesma comunidade a Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer tem o PELC, enfim, são inúmeras as ações e as estratégias, inúmeros os programas sociais do Governo Federal, por vezes, numa mesma comunidade e que não interagem entre si. Por isso, o desafio da intersetorialidade é um desafio presente e julgo que não tenhamos avançado satisfatoriamente

nesse terreno, pela necessária opção que fizemos de qualificar o Programa Segundo Tempo. Também não bastava querer interagir com algo que não estava resolvido do lado de cá.

Sétimo resultado esperado: fortalecer o esporte educacional brasileiro, sempre na perspectiva do esporte, do retorno do esporte para a escola, aprimorando diferentes dimensões que o esporte educacional e que o esporte escolar assumem na escola, dentro e fora dela.

Se fôssemos fazer uma rápida reflexão sobre essa experiência, sobre o esforço empreendido pelo Ministério, principalmente desde 2006, eu o traduziria com três pontos, todos eles já por mim abordados, apenas para fixar a ideia. O primeiro deles é a qualificação das parcerias públicas; segundo, o aprimoramento da gestão do PST; terceiro, a implantação do sistema de capacitação, acompanhamento e avaliação a que já fiz referência, inclusive, como sendo, das tarefas desenvolvidas, a que mais nos logrou resultado, do qual todos vocês fazem parte ativa.

Antes de enumerar desafios futuros do Programa Segundo Tempo, eu registro que refletir sobre os desafios nos aproxima muito dos relatórios, dos resultados esperados que já foram enunciados. Digo isso para que, ao destacar alguns itens, não fique a ideia de que eu imagino que todo o resto esteja resolvido. Refletir sobre os desafios futuros ainda nos aproxima muito daqueles resultados já enumerados, mas que eu destacaria abaixo:

Desafio 1: ainda precisamos qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo, reforçando a parceira com a educação, as parcerias institucionais com estados e municípios, a ação integrada e sinérgica com o Ministério da Educação, que, na minha opinião, tem caráter estratégico. Nós tínhamos uma

previsão de que a parceria com o Mais Educação²⁰, a parceria com a SECAD/MEC²¹ pudessem ter, já em 2010, avançado numa dimensão maior. Fomos atropelados por dispositivos burocráticos, que nos impediram de expandir na pretensão que tínhamos, particularmente, no que diz respeito à contratação de recursos humanos. Porque vejamos: se, fundamentalmente, a parceria com o MEC traduzia uma estratégia de retorno do esporte para a escola, portanto, ainda que sendo Programa Segundo Tempo, a parceria com o MEC, ela pressupunha ter na escola o elemento dinâmico. Era preciso levar o Projeto Pedagógico para a escola e isso era relativamente fácil. Se não fácil, possível! Era preciso levar materiais, mas era preciso, também, levar recursos humanos, inserir novos recursos humanos no contexto da escola que fossem capazes de coordenar o Programa Segundo Tempo no âmbito do Mais Educação. Falo, sobretudo, de profissionais de Educação Física que precisariam ir para a escola. E a maioria de vocês, que é do serviço público, sabe que isso não pode ser feito sem que haja cobertura de uma legislação específica. Ou o Estado e a Prefeitura fazem concurso e, ao fazer concurso, incorporam no seu quadro um novo contingente de profissionais, mas nem sempre isso é possível. Ainda que se trate de profissionais temporários, ainda que seja um concurso temporário, tem que ter a cobertura de uma legislação própria, por que como é que nós vamos pagar professor de Educação Física em 1.500, ou 3.000, ou 4.500 escolas brasileiras, sem que haja uma legislação específica pra isso?

Nós trabalhamos no Ministério de agosto de 2009 até abril de 2010, na concepção desse marco regulatório que permitisse a contratação de recursos humanos, o que não foi possível, por

20 Programa do Ministério da Educação.

21 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação.

questões internas do Governo Federal e pela própria compreensão de qual deveria ser esse novo marco regulatório: se uma Medida Provisória, um Decreto, uma Lei, e fomos (Ministério do Esporte e Ministério da Educação) atropelados por esse contingente. Esse desafio me parece seja um dos principais do próximo período.

Desafio 2: a oferta do Programa Segundo Tempo voltado para adolescentes e jovens. Acho que nós ainda não enfrentamos satisfatoriamente esse debate. Se, de um lado, é preciso vencê-lo do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da estratégia e da política pedagógica, de outro, é preciso vencê-lo do ponto de vista do modelo, da definição de métodos que fidelizem um público. Porque naturalmente, pelas características da idade, pelas circunstâncias que cercam a nossa juventude, os jovens têm demonstrado uma maior dificuldade de adesão ao Programa Segundo Tempo.

Desafio 3: a ampliação das ações intersetoriais. Acho que este é um desafio de todo o Governo Federal e não poderia deixar de ser do Programa Segundo Tempo. Acho que devemos assumir, como desafio, maximizar o legado social-esportivo dos megaeventos que o Brasil irá realizar no próximo período.

Permitam-me, sem ser desrespeitoso, discordar de algo que me deixou perplexo, o anúncio de que a Petrobras destinará nos próximos anos um montante de recurso, absolutamente significativo, para o legado social-esportivo dos Jogos Olímpicos de 2016, no âmbito dos núcleos de esporte educacionais, por meio de uma Organização Não Governamental (ONG). Não que as instituições do Terceiro Setor, neste caso específico o Instituto de Esporte e Educação da Ana Moser, não seja merecedor de nosso respeito: o é e muito, mas é um paradoxo que o Governo Federal, há oito anos, discuta com mais de 30 universidades brasileiras

qual a referência pedagógica e política que deva assumir para criar políticas públicas de esporte educacional e, num momento em que são envidados esforços do Governo Federal, das estatais, de toda a sociedade brasileira para tratar do legado do país, esse processo seja desconhecido. Não falo da estratégia da Petrobras, falo da aderência a um conjunto de pressupostos, falo da aderência a um conjunto de fundamentos pedagógicos que o Estado brasileiro discute por meio do Programa Segundo Tempo e que foram relegados.

Acredito que o Ministério do Esporte, que a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, (porque vocês pensam o Esporte Educacional, vocês estão nas universidades, vocês estão na ponta atendendo às crianças,) têm que reabrir esse debate. Não para que o dinheiro seja revertido para o Ministério, não se trata disso, quero que fique claro. O montante investido pelo Governo Federal é absolutamente superior e mais significativo do que o montante que será investido pela Petrobras no Instituto Esporte e Educação, não se trata disso. Que a estratégia seja a execução desses recursos por meio do terceiro setor, vamos bater palmas para isso. Que a opção da Petrobras seja fazê-lo, não por meio do Ministério diretamente, enquanto ente executor, não por meio de estados e municípios, enquanto entes executores, vamos bater palmas para isso. Ninguém quer reduzir o debate a uma discussão de para onde foi a verba, isso é absolutamente secundário. Trata-se de uma questão político-pedagógica. O que vai dirigir a estratégia de implantação do legado socioesportivo nos núcleos de esporte educacional nos próximos anos no Brasil? O que vai dirigir? Será a concepção que trouxemos aqui de que é preciso construir políticas comprometidas com a universalização do acesso? São esses os fundamentos que irão balizar essa atuação? Portanto, me perdoem pela indelicadeza

de fazer referência crítica a esse tema, sobretudo quando envolvem organizações que não estão aqui. Espero que seja bem entendido o tom crítico que eu procurei expressar, mas considero um dever o Ministério do Esporte registrar que há oito anos se investem mais de 700 milhões de reais na discussão de referências para política pública de esporte educacional e que uma parcela dos investimentos no legado olímpico do Brasil tenha desconsiderado este fator.

Por último, no tema desafios, acho que nós temos que realizar o I Congresso Brasileiro de Esporte Educacional, que pretendíamos fazer e não pudemos, por questões orçamentárias. Levar a efeito, porque todo esse debate, as perguntas colocadas aqui pela Gianna, os desafios trazidos pelo Secretário Fábio, outros trazidos por mim e por vários de vocês no dia a dia do Programa Segundo Tempo, merecem que haja uma ampla discussão com a população, com os setores organizados, com a academia, para que tenhamos referências para o estabelecimento de planos e políticas daqui para a frente.

Queria, por fim, agradecer ao convite feito pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional, agradecer particularmente ao Fábio, agradecer à Gianna e toda a equipe.

Nunca é demais dizer da satisfação, da honra que foi trabalhar integrado com todos vocês: parceiros, gestores, Equipes Colaboradoras, os técnicos do Ministério, os dirigentes do Ministério, o Ministro Orlando a quem eu devo a oportunidade do período que passei no Ministério.

Mas, mais do que isso, dizer da satisfação, da felicidade de um debate que não se encerra, de um debate que ainda tem muito a produzir, de um debate que ainda tem muita luz para lançar nas políticas públicas e do qual eu espero, ao lado de

vocês, fazer parte ainda por um bom tempo da minha vida.
Obrigado!

Referências

LORENZINI, A. R.; BARROS, A. M.; SANTOS, A. L. F. **Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco**: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania. Maringá: Eduem, 2010.

SOUSA, E. S. et al. **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre esporte**: ênfase no esporte-educação. Maringá: Eduem, 2010.

Programa Segundo Tempo: passado, presente e futuro¹

Fábio Roberto Hansen²

Bom dia. Nessa apresentação vamos trabalhar muitos números dentro da linha do que o Júlio³ apresentou aqui, nessa questão de perspectivas e desafios. O Júlio falou muito na política da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. A maioria das perspectivas aqui foi assumida enquanto um programa de governo a partir de 2003. Agora vou apresentar o diagnóstico do Programa Segundo Tempo 2006-2010.

As potencialidades que nós construímos nesse período foram: fortalecimento da ação com a ampliação do orçamento desse programa que é prioritário da pasta e programa estratégico do governo; coerência com a política internacional para a área e a aderência aos objetivos do milênio; grande interesse dos governos municipais, estaduais e do terceiro setor; e possibilidade de integração com as ações do MEC.

Essas são as potencialidades do Programa que, ainda em 2006, a gente pode dizer que engatinhavam. As principais fragilidades por nós apontadas nesse período foram: o oferecimento desordenado e em que, hoje, a gente já consegue dar uma equilibrada; a inexistência de um diagnóstico nacional que não havia; as limitações orçamentárias, que nos perseguem até hoje.

1 Transcrição não revisada pelo autor.

2 Secretário Nacional do Esporte Educacional.

3 Júlio Cesar Monzú Filgueira.

Como eu disse anteriormente, a nossa demanda é infinitamente inferior à nossa procura. Nós temos uma procura na casa das 1.000 solicitações de convênio nesse ano que passou (2010). E, nesse ano, a seleção que nós fizemos alcançou em torno de 70, 80 convênios. Como vocês podem ver, a limitação orçamentária é grande. A falta de padronização dos convênios na formalização da execução também foi uma fragilidade pois não havia critério específico. O critério era o da procura e, talvez, da ordem de chegada.

Hoje a gente procura fazer uma seleção um pouco mais criteriosa para o conveniente chegar de fato a formalizar o seu pedido. A diversificação na forma de recebimento dos pleitos é outro ponto a destacar. Não havia uniformidade nos pleitos do Segundo Tempo que chegavam de qualquer jeito. A inexistência de critérios e prazos para a seleção de parcerias se junta um pouco com a falta de padronização de cima.

Ainda sobre as fragilidades, há a dificuldade no acompanhamento dos convênios e no nivelamento da fiscalização. Sabe-se que até hoje, embora a equipe seja vasta, - o Brasil é mais vasto ainda - há dificuldades de se fazer o respectivo acompanhamento disso tudo. Só que esse tipo de espaço que a gente constrói, agora para discutir em cima da atividade que vocês exercem, efetivamente, não existia. Isso é de pouco tempo para cá. O processo de capacitação era inadequado ou, por vezes, o convênio funcionava por seis ou oito meses ou até se encerrava e as pessoas não haviam sido capacitadas. Até porque era capacitar um número reduzido de servidores de baixa qualificação.

Eu diria que essa é uma questão que ainda enfrentamos, embora a gente procure, na medida do possível, qualificar a nossa equipe. O número ainda é reduzido. Houve um concurso há pouco

tempo, mas a nossa Secretaria foi contemplada com 13 servidores concursados em um universo de 140 que nós coordenamos hoje. Contamos com mais uns dez nessa condição de concursado. Então, vocês imaginam a dificuldade de se fazer a gestão de um programa como este: a estrutura física é inadequada; o espaço físico, os equipamentos e as condições de trabalho nós acabamos, ao longo dos dois últimos anos, conseguindo melhorar um pouco, quando mudamos de sede. Quem conhece o Programa há mais tempo sabe que nós trabalhávamos no prédio do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte). Agora nós passamos para outra sede na qual funcionam também a Secretaria Nacional de Futebol e a Lei de Incentivo ao Esporte. Portanto, agora está mais estruturado, mas, por outro lado, já está defasado pela nossa necessidade.

Agora vou falar sobre o aprimoramento da gestão, um pouco daquilo que eu abordei como contraponto das nossas fragilidades.

- Houve a ampliação do orçamento do Programa Segundo Tempo porque ele se iniciou com 24 milhões de reais em 2003 e alcançou, aproximadamente, 200 milhões de reais em 2010. Ou seja, isso é significativo.
- A perspectiva para o ano de 2011 é que esse valor se mantenha com a possibilidade de ampliação, em função da inserção do Programa Segundo Tempo nas escolas onde acontece o programa Mais Educação, ação que se dá por meio do fortalecimento da parceria entre o Ministério do Esporte e da Educação. O Júlio falava aqui da fragilidade no que diz respeito a uma legislação específica, mas não vencemos. Isso carece ainda de haver uma legislação específica, mas hoje já são 370 mil crianças dentro do projeto Mais Educação.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- Há pedidos do estabelecimento de um novo modelo de acompanhamento operacional pelos técnicos da SNEED; de um modelo pedagógico-administrativo a partir da instituição das Equipes Colaboradoras - essas, os senhores todos conhecem, sabem, não preciso fazer referências.
- Ressalto, ainda, a importância da realização da avaliação pelos beneficiados e suas famílias, o que foi feito por meio de uma pesquisa nacional de avaliação dos resultados e impactos que o PST tem desenvolvido em parceria com a PUC de Minas Gerais. Eu acho que esse é um material muito valioso e fiquei muito impressionado com o resultado dessa pesquisa. É significativo e acho que contribui exatamente para as questões que nós vamos ter que enfrentar doravante. A pesquisa ficou muito boa e foi bem ampla.
- O estabelecimento de critérios de seleção, criação do sistema de pleitos e priorização das parcerias públicas, que não havia e que a gente implantou. Ainda não tem o aprimoramento.
- O estabelecimento do processo de aquisição de materiais esportivos. E eu diria que foi um "parto". Mas um parto seria mais rápido. Finalmente, há uma semana, foi homologado esse processo licitatório e, há dois dias, conseguimos fazer nosso primeiro empenho para a aquisição dos materiais esportivos. Então, se não for até o final do ano, no começo do próximo ano, nós vamos ter disponíveis os primeiros 3.000 kits de material esportivo adequado para a execução das nossas atividades e, no decorrer, serão comprados outros 7.000 mil. Nós fizemos uma compra de 10.000 mil itens.
- Aprimoramento das Diretrizes Operacionais, Administrativas e Pedagógicas do Programa, como o estabelecimento do Ciclo

Pedagógico e o alinhamento dos convênios ao calendário letivo escolar.

- A instituição de novas modalidades de capacitação descentralizada, englobando a capacitação presencial, - eu acho que aquilo que eu acabei de falar: começar o convênio sem capacitação -, isso não existe mais. O convênio não tem ordem de início para suas atividades, que é fornecido pela Secretaria, sem que tenha havido a devida capacitação.
- O desenvolvimento da plataforma tecnológica da SNEED que eu acredito que seja um grande salto no nosso trabalho. Eu acho que vai ter uma fala específica sobre esse ponto e que vai tratar disso.
- A ampliação dos quadros dos novos funcionários provenientes do concurso público realizado em 2008 e por meio da parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com capacitação permanente. Nós recebemos servidores e, no que tange a nossa opinião, isso está aquém, muito aquém daquilo de que a gente necessita. Nós recebemos e estamos investindo na capacitação deles.
- A mudança de sede e o investimento na infraestrutura, como havia falado.

Passamos, então, a falar sobre o sistema de monitoramento e avaliação do Programa Segundo Tempo.

Existe um marco na gestão do PST, que é a parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aqui eu faço um parêntese com relação a essa questão de parceria porque isso não seria possível, nós não estaríamos aqui hoje nesse debate, nessa avaliação, nesse breve balanço, se não fosse em função dessa parceria com a UFRGS. Eu acho que esse é um dos marcos da gestão e contribuiu fundamentalmente para melhorar a qualidade

do Programa Segundo Tempo. Eu sei que a gente passa agora por um momento de transição. Há muitas incertezas, mas o Ministro Orlando Silva sempre considerou e considera isso como um diferencial: o antes e o depois dessa parceria com a UFRGS. Isso, para nós, é de grande relevância. Significa a aproximação da academia e das instituições de ensino superior: a parceria com a UFRGS, que é executada pela FAURGS⁴. Teve o Projeto Piloto 2007 e 2008 em que aconteceram a capacitação e a construção da proposta pedagógica do PST que foi construída após essa parceria. Depois, o projeto de desenvolvimento de 2008-2011, cujos objetivos eram o acompanhamento pedagógico administrativo, a capacitação dos recursos humanos e a plataforma informatizada e alimentada pelos dados que os senhores coletam e nos passam.

Ainda nesse tópico, a parceria com a Universidade Estadual de Maringá que visa disponibilizar a estrutura técnica para a construção dos sistemas de gerenciamento e informação, disponibilização do servidor, estímulo à produção de conhecimento no âmbito do esporte educacional. São os nossos materiais que passam pela editora. Em nossa opinião, é exitosa a nossa parceria com a Universidade Estadual de Maringá.

Ainda sobre a parceria entre o PST e as universidades, é bom lembrar que a rede do PST é organizada a partir de uma rede de universidades que forma as Equipes Colaboradoras, no total de 19 equipes pertencentes a 44 Instituições de Ensino Superior, localizadas em todas as regiões e que conta com 190 novos integrantes. Ou seja, todos aqui estão, de alguma maneira, vinculados a essa rede. Nós gostaríamos de elencar aqui as todas as universidades, mas 44 instituições é muita coisa. Mas sintam-se todos devidamente contemplados.

4 Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como resultados dessa parceria, quero lembrar que nós capacitamos 9.246 pessoas em nove eventos. Foram visitados 1.968 núcleos desde 2008. Ou seja, isso não é pouco. É muita coisa. A Equipe Gestora, a Equipe Colaboradora e de apoio da SNEED são contratadas por meio desse convênio. Os estudos desenvolvidos deram origem a cinco publicações, visando ao estímulo à produção do conhecimento no âmbito do esporte educacional de forma a difundir o conhecimento produzido. O principal resultado, em nossa opinião, é a qualificação da gestão.

Agora, vou passar a apresentar o panorama nacional do PST no que diz respeito aos recursos financeiros de 2003 a 2010: em 2003 começamos com 24 milhões e, em 2004, isso muda um pouquinho. Aqui tem uma diferença porque entra o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pois houve um período em que o MDS era parceiro do Programa Segundo Tempo. E essa parceria não teve continuidade. Em nossa opinião, isso deve ser revisto. A gente trabalha para rever essa parceria porque, efetivamente, nós falamos de uma questão social para muita gente e vocês sabem disso melhor do que eu. Por exemplo: a merenda, o famoso lanche, às vezes, é a única refeição que a criança faz no dia. Portanto, em nossa opinião, o MDS tem que entrar como parceiro para fazer esse diagnóstico e atuar de forma mais eficaz.

Já em 2006, o orçamento subiu um pouco e, em 2007, aumentou consideravelmente, indo para 170 milhões. Em 2008 e 2009 já há uma queda, porque aqui há de se considerar que há convênios plurianuais. Então, às vezes, a curva aumenta, mas ele puxa de 2006 para 2007, de 2007 para 2008. Hoje, para se ter uma ideia, nós temos convênios ativos de 2008 que são plurianuais e, portanto, hoje nós podemos dizer que são investidos R\$ 323.908.314,15 até o presente momento. São 23 mil beneficiados

atendidos por ano a partir de 2003 e a curva só sobe, chegando, em 2010, a mais de 1.400.000.

De beneficiados atendidos de 2003 a 2010, por natureza jurídica com as entidades parceiras, nós tivemos 35% de ONG, 21% de Governos Estaduais, 35% de Governos Municipais e 9% de convênios na esfera federal. Com relação à distribuição dos beneficiados atingidos de 2003 a 2010 por região nós temos: Sudeste 35%, Sul 11%, Norte 8%, Nordeste 32% e Centro-oeste 14%. Isso, ao longo da existência do Programa. É um número genérico, pois nós estamos falando em 4.200.000 atendimentos.

Agora, vou apresentar um cenário atual do Programa Segundo Tempo. Total de beneficiados em atendimento por Estado nos convênios vigentes em 2010: na região Norte foram 181 mil, 92 mil no Centro-oeste, 333 mil no Nordeste, 518 mil no Sudeste e 129 mil no Sul. Estamos em todos os Estados da Federação, sem exceção. Sobre os municípios atendidos: são 1.272 municípios atualmente, o que é um número relevante e essa demanda gerou o número aproximado de 1.600 visitas, isso dá ideia do que os senhores fizeram.

Atualmente nós temos 242 convênios vigentes e os beneficiados atendidos por região são: Nordeste 26%, Centro-oeste 7%, Sudeste 41%, Sul 11% e Norte 15%. Com relação aos Recursos Humanos do Programa Segundo Tempo, nós temos, atualmente: 9.716 Núcleos, 250 Coordenadores Gerais, 201 Coordenadores Pedagógicos, 266 Coordenadores Setoriais, 7.173 Coordenadores de Núcleo, 13.879 Monitores, 2.450 Monitores Complementares e outros 119 Recursos Humanos. No total são 24.338 pessoas atualmente, tendo um peso na função e na execução do Programa Segundo Tempo. Esse, como vocês podem ver, é um número totalmente expressivo.

No Programa Mais Educação nós estamos em todos os Estados da Federação, normalmente nas regiões metropolitanas, em escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e os números atuais são: 1.200 escolas, 2.533 núcleos e 329.659 alunos atendidos. Esse, eu acho que tem que ser um dos pontos da nossa atuação. Para transformar esse Programa em uma política pública, é fundamental que a gente se alinhe com as escolas públicas.

Agora, vou tratar dos compromissos e resultados da Política Nacional do Esporte e Educação, de 2003 a 2010. Os compromissos assumidos nos programas de governo envolvendo 2002 a 2006 foram: implantar núcleos de esporte em comunidades carentes visando à inclusão social, inclusive, utilizando instalações esportivas militares para a prática de esportes; alinhar a educação e esporte; proporcionar atendimento integral à criança por meio do Programa Mais Educação - na época era Mais Escola que, focado na escola pública, terá como objetivo torná-la um centro de gravidade das ações voltadas para a inclusão de crianças, adolescentes e jovens; consolidar o esporte como política de Estado e o papel de esporte para redução da exclusão social; consolidar o Programa Segundo Tempo como tecnologia e método de inclusão social por meio do esporte.

Aqui nós temos a concepção do Programa Segundo Tempo: uma proposta desenvolvida pelo Ministério do Esporte nos últimos oito anos com uma nova perspectiva ampliada que busca democratizar o acesso ao esporte, oportunizando a prática esportiva às crianças, aos adolescentes e aos jovens na escola pública e fora dela por meio de múltiplas vivências esportivas com vista ao desenvolvimento humano e como instrumento de inclusão social.

E nós passamos um pouco dos resultados alcançados que dizem respeito, exatamente, aos compromissos assumidos: o compromisso número 1 é a implantação de núcleos de esportes educacionais em todos os Estados da Federação, atendendo acerca de 3.852.000 milhões de beneficiados e mais de 2.387 municípios, havendo uma ampliação significativa do número de beneficiados atendidos pela Política de Esporte Educacional. Lá em 2002, nós atendíamos a 50 mil crianças por ano. Era o programa que existia na época. Atualmente, a nossa média está em torno de um milhão por ano.

A parceria com o Ministério da Defesa no projeto Forças no Esporte⁵, visando à utilização das instalações esportivas militares para a prática de esportes por comunidades carentes, atendeu a 18 mil beneficiados entre 2003 e junho de 2010. Essa parceria, ao invés de se encerrar, vai ser renovada e o Ministério da Defesa, por meio dos quartéis, atende ao seu entorno. É bem interessante.

Dentro dos compromissos 2 e 3, os resultados alcançados são: Inserção do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação, por meio da parceria firmada entre o ME e o MEC, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, beneficiando 329.659 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em mais de 1.200 escolas de 87 municípios.

E esse é o quadro atual. Porque a gente bate na tecla de trabalhar essa questão da Medida Provisória ou da Lei ou, enfim, para que o mecanismo já nos permita, efetivamente, aplicar o Programa na sua concepção dentro do Mais Educação com o professor de Educação Física, acompanhando e desempenhando

5 Integra o Programa Segundo Tempo. Resulta de uma parceria entre os Ministérios da Defesa e do Esporte e envolve a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.

o papel deste no atendimento a essas crianças. Isso foi sendo maturado ao longo do tempo. O MEC insistia muito que nós aplicássemos um programa exclusivamente com os monitores, assim como funciona com os demais segmentos do Mais Educação modelo. O Mais Educação funciona com monitoria e, em minha opinião, ele funciona bem. Mas, para segmentos distintos, como o segmento do esporte, não teria sentido abrir mão daquilo que para nós é pressuposto: a efetiva participação do professor de Educação Física na orientação e elaboração das atividades. Esse é o nosso desafio e continua sendo pois estamos na tentativa de resolver a questão. Já foi feita a proposta de uma Medida Provisória que se encontra no gabinete do Ministro da Educação. Está atrasada porque houve o período eleitoral e foram suspensos esses tipos de tentativas. Logo em sequência, nós tivemos aquele problema com o ENEM⁶ que todo mundo acompanhou.

Portanto, essa discussão saiu da pauta do Ministro e nós tínhamos o compromisso da equipe dele de que seria retomada agora, ainda na segunda semana de dezembro. Portanto, vamos, nos próximos dias, nos reunir para ver o desenrolar disso.

No compromisso 4, dentre os nossos resultados alcançados, está o fortalecimento das parcerias institucionais com os estados, municípios, com vista ao estabelecimento de políticas públicas do esporte educacional mais efetivas, considerado o número de ONGs que nós reduzimos. Estamos priorizando convênios estaduais e municipais. Nós não temos nenhum tipo de preconceito com relação às ONGs, entendemos que elas cumprem o seu papel e, na absoluta maioria das vezes, em minha opinião, cumprem bem. Mas entendemos que, até onde o Estado alcança, a ONG tem que ser um órgão assessor e não um órgão que efetivamente aplica a

6 Exame Nacional do Ensino Médio.

atividade a qual é o Estado que tem que aplicar. Nós procuramos estreitar esses laços: a elaboração de projetos para públicos diferenciados como os Projetos Piloto voltados ao universitário, à pessoa com deficiência, ao indígena, às instituições socioeducativas, aos institutos tecnológicos. Este último, nós fechamos o modelo e, por uma questão de orçamento financeiro que nós tivemos agora - nós temos que fazer um repasse para o Ministério da Educação e isso dá o 'ok' para dar início ao projeto dentro dos institutos tecnológicos -, tivemos que parar isso nesse momento, porque o Ministério, assim como todos os Ministérios, está com o seu fluxo financeiro comprometido e isso vai ser retomado logo no começo do ano de 2011. Mas isso já está em um estado bem adiantado. Todos os outros passaram por Projetos Piloto e nós decidimos, até que efetivamente se avalie o resultado e se faça com que ele deixe de ser Piloto e efetivamente possa se aplicar como projeto. Então, dentro desse resultado, a gente vai avaliar o que está sendo feito. Com o resultado positivo, ele vai ser doravante implantado normalmente como um Projeto do Programa Segundo Tempo e não mais como um Projeto Piloto.

Eu destaco, ainda, a realização de eventos de esporte educacional que foram mais de 100 com a participação de mais de 50 mil beneficiados, possibilitando a iniciação e vivências do estudo e práticas do esporte educacional escolar.

No compromisso 5, os nossos resultados foram: a qualificação do atendimento do Programa Segundo Tempo com investimentos em capacitação; suprimento dos núcleos de esporte educacional; acompanhamento e avaliação; acompanhamento pedagógico e administrativo dos convênios, oferecendo suporte imprescindível aos avanços do Programa e realizando visitas a todos os convênios vigentes. Não ficou nenhum convênio sem ser visitado, totalizando 1.968 núcleos em diferentes estados desde 2008. Portanto,

aqui há a possibilidade de se alterar essa forma porque é quase impossível você percorrer esse país inteiro e percorrer todos os núcleos de esporte educacional nesse montante. Por isso que essas tecnologias têm que ser aprimoradas, porque se fala em duplicar o que a gente já tem hoje. Conseqüentemente, esses 1.968 núcleos aqui se transformam em 4.000 ou 5.000 mil. Então, o trabalho é árduo.

Como resultados, tivemos ainda: a capacitação de 9.246 pessoas, de forma descentralizada e permanente, potencializando a ação do Programa em todas suas vertentes; o estímulo à produção do seu conhecimento no âmbito do esporte educacional de forma a difundir o conhecimento produzido e promover uma reflexão nacional sobre o esporte educacional, totalizando cinco publicações; a oferta de atividade diferenciada no período de férias escolares, de caráter lúdico, de lazer alinhado ao PST ao calendário escolar, que foi o caso do Recreio nas Férias que teve duas edições: uma foi com o tema do Meio Ambiente e a outra foi sobre os Jogos Olímpicos e, inclusive, nós conseguimos a autorização do COB⁷ para exercer o uso do termo 'valores olímpicos' que tem registro. Assim, para evitarmos futuras contestações, pedimos autorização ao COB que, gentilmente, nos cedeu o uso do termo 'valores olímpicos'.

Nós realizamos o projeto Recreio nas Férias em janeiro de 2009, janeiro de 2010 e julho de 2010, em que mobilizamos 213.900 crianças, adolescentes e jovens de, aproximadamente, 200 municípios e 19 unidades federativas de todas as regiões do país. Infelizmente, agora, nós tivemos que suspender o projeto pelo mesmo motivo que eu acabei de falar aqui em relação aos institutos tecnológicos: o custo financeiro. O governo, em minha

7 Comitê Olímpico Brasileiro.

opinião, age de maneira controversa. Ao mesmo tempo em que ele libera o recurso orçamentário, não casa esse recurso orçamentário com recurso financeiro. Por exemplo, ele dá R\$ 200 milhões de recurso orçamentário para empenhar, eu faço um empenho, mas eu não tenho recurso financeiro para pagar. Então, são riscos que envolvem pessoas, parceiros que contam com isso. Então, nós achamos mais prudente, nesse momento, jogar isso para julho de 2011, já para outra situação e executar na sua plenitude. Para nossa surpresa, existem parceiros que se dispuseram, mesmo com suas limitações, a executar o projeto, bancando, ajeitando os moldes daquilo que a gente entende que seja o ideal, mas que possui iniciativa.

É óbvio que a nossa postura é de incentivar esses parceiros, mas não podemos exigir deles o mesmo material que fornecemos, por motivos óbvios. Mas vamos dar todo o apoio possível e incentivar, inclusive porque esse tipo de iniciativa nos deixa muito satisfeitos porque a gente incentiva e percebe que tem parceiros que, muitas vezes, se desdobram, correm atrás de outras frentes.

Sobre a participação e o controle social, quero dizer que nós trabalhamos em um sistema de controle, monitoramento e avaliação do Programa estruturado a partir da integração dos procedimentos operacionais de acompanhamento e fiscalização. Trabalho esse que é organizado pelas Equipes Colaboradoras. Ou seja, os senhores alimentam esse sistema de controle e monitoramento que, posteriormente, é trabalhado internamente na Secretaria Nacional do Esporte Educacional. Nós fazemos a avaliação da execução dos convênios por entidades fiscalizadoras indicadas pelos convenientes, como representantes da sociedade civil. É a avaliação pelos beneficiados e suas famílias que foi revisada pela pesquisa nacional de avaliação dos resultados do

Programa Segundo Tempo, desenvolvido em parceria com a PUC. Aqui acho bom dizer que quem não teve acesso a essa pesquisa, eu acharia bem legal que depois fosse atrás. É uma pesquisa bem reveladora.

Temos, também, a Ouvidoria, que funciona como um canal aberto de comunicação, fortalecendo o exercício da cidadania e auxiliando na resolução de problemas identificados pelas comunidades. Hoje nós recebemos continuamente demandas da Ouvidoria. Nós temos pessoas dentro da Secretaria, obviamente, que são aquém daquilo que se necessitaria ter, mas que trabalham especificamente no levantamento daquilo que é coletado, daquilo que é oriundo da Ouvidoria para, pontualmente, dar as respostas e procurar, na medida do possível, esclarecer aquilo que nos é demandado.

Quanto aos desafios e perspectivas do Programa Segundo Tempo, nós temos: a consolidação do PST como tecnologia e método de inclusão social por meio do esporte; a institucionalização do PST e revisão de todo o aparato normativo; o fortalecimento do projeto pedagógico e alinhamento dos convênios (administrativa e pedagogicamente); o aperfeiçoamento do Sistema de Controle e Monitoramento; o aprimoramento do Processo de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo em parceria com as Instituições de Ensino Superior.

A nossa projeção de atendimento para 2011 é na casa dos 200 milhões, correndo o risco de sofrer alteração porque está aberto o processo de emendas no Congresso Nacional, tendo o orçamento aberto ainda. Há um custo médio de R\$ 350,00 por ano por criança com previsão de atendimento de 2.500.000 beneficiados e convênios formalizados em 2011 com parcerias com o Mais Educação e convênios formalizados em exercícios anteriores e

vigentes em 2011. Então, a nossa expectativa de atendimento já no ano que vem é de 2.500.00 beneficiados.

Os nossos desafios: ampliar o atendimento aos beneficiados, democratizando o acesso ao esporte; ampliar e qualificar a estrutura da SNEED, visando à promoção e acompanhamento do PST; ampliar e qualificar a ação do esporte na escola integrado ao projeto pedagógico, com um profissional da área; buscar a capacitação permanente e acompanhamento; reforçar a intersectorialidade do Programa Segundo Tempo, criando uma rede de proteção social - essa rede de proteção nada mais é do que a intersectorialidade de diversos Ministérios que atuam nos diversos programas. É uma coisa meio lógica, mas é uma coisa extremamente complicada, extremamente difícil a de construir espaços de ação conjunta entre os mais diversos Ministérios. E, por fim, transformar o Programa Segundo Tempo em uma política pública efetiva.

Para se ter uma ideia, quando a gente fala em política pública, você vê que em 2008 são 35 milhões de crianças que têm possibilidade de ter acesso a essa política a que nós nos referimos. Isso é um dado do IBGE⁸. E nós atendíamos a 1.300.000. É claro que aqui eu estou falando da esfera federal. Você tem diversos outros programas, outras esferas, e, eventualmente, eles são atendidos. Mas não pense que esse número se modifica muito. Em 2009, já com fonte do INEP⁹, que é do próprio Ministério da Educação, ainda diminuiu um pouco: 35.290.00 e nós atendemos a 1.292.000 crianças. Já em 2010 o número se repete e nós atendemos a 1.468.000. Portanto, 3,64%, 3,66% e 4,16% do potencial público que a gente tem para atender. O

8 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

9 Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa.

que nós consideramos ser exatamente o nosso desafio central é a corresponsabilização na construção de uma política pública efetiva. Aqui, a corresponsabilização nós entendemos como sendo todos os atores envolvidos: Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, Terceiro Setor. Nos Federais e Estaduais estão inclusas as universidades. Enfim, queremos a construção de uma política pública efetiva que viabilize a execução, não só do Programa Segundo Tempo, como de todas as ações que estão embaixo do guarda-chuva que ele abrange.

Eu, mais uma vez, agradeço pela atenção e desejo que o trabalho de vocês seja produtivo e que, daqui, a gente retire bons frutos para a efetiva implantação a partir do ano que vem.

Esporte e Educação: uma relação imprescindível

Suraya Cristina Darido¹

O tema desta palestra é 'Esporte, Educação – uma relação imprescindível'. Busquei aproximar essa temática, discutindo os temas transversais. Assim, o propósito deste texto é abordar os temas transversais e a possibilidade de tratá-los no Programa Segundo Tempo. Mas, o que são temas transversais? Quando eles surgiram no Brasil? Quais as concepções que estão por trás dessas temáticas? Quais são? Como é possível ensinar temas transversais?

Essas são algumas questões que este capítulo buscou abordar, o que não significa esgotar tais temáticas, mas sim introduzir o leitor às primeiras ideias a respeito dos temas sociais emergentes e a sua aplicação em programas de esporte educacional.

Antes de iniciar essa discussão, é importante apontar algumas considerações iniciais. Algo razoavelmente consolidado a partir do início da década de 1980 (BRACHT, 1986) é de que o esporte em si, o esporte nele mesmo, não é necessariamente educativo. É preciso uma intervenção pedagógica para transformá-lo em educativo, o máximo que se pode dizer é que o esporte tem um enorme potencial para ser utilizado de forma educativa, dependendo das formas de intervenção dos profissionais que ensinam esporte.

1 Professora da UNESP – Rio Claro.

Ou seja, estar inserido em programa de esportes, praticando esportes, não quer dizer que você está aprendendo esporte educacional. Dentro desse contexto, pode-se dizer, como afirmamos em Darido e Oliveira (2009), que, no Programa Segundo Tempo, não basta alguém aprender a jogar (Dimensão procedimental), embora seja fundamental aprender o esporte, mas é preciso também aprender a ser a partir do esporte, tendo valores e atitudes cidadãs no esporte e na vida (dimensão atitudinal), e também é importante conhecer o esporte (dimensão conceitual).

No capítulo que escrevemos no livro publicado pelo PST em 2009 (DARIDO; OLIVEIRA, 2009), optamos pela classificação, proposta por Zabala (1998), de dimensões dos conteúdos, mas poderíamos ter optado por outras classificações já existentes que se aproximam dessa visão, como, por exemplo, Freire (2003). O autor considera que, quando estivermos ensinando esporte, “não basta ensinar futebol a todos, tem que ensinar mais do que o futebol, tem que ensinar a gostar de futebol”. Num paralelo com o trabalho de Freire podemos considerar que ensinar a jogar futebol trata especificamente da dimensão procedimental, ensinar futebol a todos e a gostar trata também da dimensão atitudinal e ensinar mais que futebol inclui a dimensão conceitual dos conteúdos.

Um exemplo observado numa aula do Programa Segundo Tempo ilustra essa preocupação com o esporte educativo e a importância da intervenção do professor nesse processo. Ao chamar um professor para fazer a entrevista do PST, ele virou-se e acabou não assistindo a um lance do jogo que ele estava ‘arbitrando’, no qual uma equipe realizou um gol e a outra a acusou com a mão. O professor estava falando comigo e, quando ele se virou, os alunos estavam em pânico, brigando: “não foi

gol, não foi gol!” O que fez o professor? Ele rapidamente afirmou: “sim, foi gol, segue o jogo”. Ou seja, ele não aproveitou a situação para tematizar, discutir valores, para refletir sobre a situação. O que esse exemplo aponta? Na verdade, mostra a tradição de os programas educativos ter dificuldades para tratar da questão dos valores.

A questão que se coloca para o PST é a seguinte: as aulas de Educação Física também têm dificuldade no encaminhamento de questões que extrapolem o saber fazer, então será que o PST terá condições de abordar essas temáticas? Pela importância da questão da reflexão ética, entendo que devemos discutir esses aspectos, por isso é importante compartilhar algumas questões relacionadas aos temas transversais e as suas implicações para a Educação Física e esporte.

O que são, quais são e a origem dos Temas Transversais

Temas transversais, de forma bastante genérica, podem ser definidos como os grandes problemas da sociedade brasileira para que o governo e a sociedade têm dificuldade em encontrar soluções e que, por isso, encaminham para a escola e outras instituições educacionais a tarefa de tematizá-los (DARIDO, et al., 2006).

Os temas transversais citados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998) são: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual como também Trabalho e Consumo. Embora seja possível identificar outros temas de interesse, de acordo com o contexto específico de cada grupo social.

Esses temas foram propostos para toda a escola, ou seja, devem ser tratados por todas as disciplinas escolares, inclusive pela Educação Física. Logo, sua interpretação pode se dar, entendendo-os como as ruas principais do currículo escolar que necessitam ser atravessadas/cruzadas por todas as disciplinas. No entanto é preciso esclarecer que há diferentes formas de se compreender o que significa essa transversalidade.

Busquets et al. (1998) entende que os temas transversais deveriam ser o centro das preocupações do currículo, pela a importância deste para as transformações sociais necessárias. Ela defende que os conteúdos escolares deixem de ser tratados como um fim, e sim, como um meio para as aprendizagens dos grandes problemas sociais. Na verdade a autora recorre à história dos conteúdos escolares para criticar a herança ocidental na seleção e organização dos conteúdos, de modo que o que se buscava na época não pode e não deve ser mantido até os dias atuais. Nas suas palavras:

Os temas transversais destinam-se a superar alguns efeitos perversos – aqueles dos quais a sociedade atual se conscientizou que, junto com outros de grande validade, herdamos da cultura tradicional. Estas questões devem ocupar um lugar secundário no ensino só por que não faziam parte das preocupações da ciência clássica? Se fizéssemos isso estaríamos concedendo mais importância às preocupações do passado que às do presente, isto é, estaríamos vivendo e educando com o olhar voltado para trás (BUSQUETS et al., 1998, p. 35).

Para a autora, introduzir no ensino as preocupações mais agudas da sociedade, por meio dos temas transversais, não significa deslocar as matérias curriculares, embora a vigências e a adequação de muito de seus conteúdos sem dúvida deverão ser

revisadas, em alguns casos porque são de valor formativo duvidoso e, em outros, porque contradizem claramente os princípios subjacentes aos temas transversais. (não se pode valorizar a paz exaltando a guerra, ao mesmo tempo, nem fomentar a igualdade entre os sexos destacando apenas as ações realizadas por homens, por exemplo) (BUSQUETS et al., 1998).

Com esta nomenclatura específica - temas transversais - aparecem pela primeira vez no Brasil, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), lançados pelo Governo Federal, inspirados no modelo de reforma curricular realizada na Espanha. Todavia, é preciso deixar claro que, tanto na área da Educação como na da Educação Física, muitos autores defendiam nas suas propostas a tentativa de relacionar os grandes problemas sociais com as disciplinas específicas.

Na Educação Física, por exemplo, o livro Metodologia do Ensino de Educação Física (SOARES et al., 1992) menciona a necessidade e importância de se tratar os grandes problemas sociais nas aulas, tais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição de solo urbano, distribuição da renda, dívida externa e outros, relacionados ao jogo, esporte, ginástica e dança. De acordo com seus autores, a reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar ao aluno o entendimento da realidade social, interpretando-a e explicando-a a partir dos seus interesses de classe social.

Na versão espanhola, os temas transversais escolhidos foram educação ambiental, educação para saúde e sexual, educação para o trânsito, educação para a paz, educação para a igualdade de oportunidades, educação do consumidor, educação multicultural e, como tema nuclear, impregnando

todos os temas e as disciplinas curriculares tradicionais, a educação moral e cívica.

Para Busquets et al. (1998), a discussão sobre os temas transversais na Educação surge de questionamentos realizados por alguns grupos politicamente organizados em vários países sobre qual deve ser o papel da escola dentro de uma sociedade plural e globalizada e sobre quais devem ser as prioridades sobre o que devemos abordar nas aulas. Questões como: O que é relevante ser ensinado na escola? Por que as disciplinas privilegiam algumas disciplinas escolares como Português e Matemática? Qual a origem das escolhas como conteúdos? Haveria outras possibilidades de se pensar a escola?

É importante salientar que, quando se optou por incluir a discussão dos temas transversais nas atividades do Programa Segundo Tempo, se fez uma opção clara em apoio à necessidade de se auxiliar a sociedade no tratamento de seus grandes problemas. Assim, ensinar esporte não significa tratar apenas técnicas e táticas, mais do que isso, significa oferecer uma formação ampla voltada à formação do cidadão crítico.

Em outras palavras, a finalidade é possibilitar aos alunos que, durante e após as suas práticas, eles possam usufruir do esporte para o lazer, a melhoria da qualidade de vida e a reflexão crítica. Para tanto, se pretende que esse cidadão, a partir das aulas, tenha condições de reivindicar mais espaços de lazer, repudiar as formas de violência no esporte e na sociedade, criticar o uso dos anabolizantes no esporte e na atividade física, compreender o papel do futebol na cultura brasileira, cuidar do meio ambiente, respeitar os diferentes grupos étnicos, compreender as diferenças entre os homens e as mulheres, entre outros.

Na prática concreta de aula significa afirmar que o aluno deve aprender a jogar queimada, futebol de casais ou basquetebol, mas, juntamente com esses conhecimentos, deve aprender quais os benefícios de tais práticas, por que se praticam tais manifestações da cultura corporal hoje, quais as relações dessas atividades com a produção da mídia televisiva, imprensa, dentre outros. Dessa forma, mais do que ensinar a fazer, o objetivo é que os alunos e alunas obtenham uma contextualização das informações como também aprendam a se relacionar com os colegas, reconhecendo quais valores estão por trás de tais práticas.

Como tratar pedagogicamente os temas transversais

Existem maneiras diferentes de se tratar os seis temas transversais: uma delas é quando acontece um problema na aula como: "Ah professora, não quero pegar na mão dele porque ele é negro! Ah, eu não vou pegar, olha o gordinho". Quando eu tenho um problema que acontece em aula, eu posso parar a aula e tematizá-lo. Essa é uma maneira de se trabalhar valores e atitudes, é uma maneira de se pensar os temas transversais, nesse exemplo, na perspectiva da pluralidade cultural.

Dentro de outra perspectiva é possível planejar os temas transversais para serem tratados e não deixá-los na perspectiva do currículo oculto, ou seja, é algo pensado com antecedência. No "recreio nas férias", isso ocorreu quando foi planejada a discussão da temática do meio ambiente.

Uma terceira possibilidade é trazer para as aulas discussões que ocorrem nas mídias utilizando-se, por exemplo, a roda inicial ou a roda final.

Alguns exemplos que podem ser tematizados dentro das aulas a partir da mídia do ano de 2010:

- O Neymar 'derrubou' o técnico, teve atitudes de desrespeito ao juiz?
- O time de voleibol dirigido pelo técnico Bernardinho 'entregou' o jogo para pegar um adversário mais fraco, isso é ético?
- O que acharam da equipe da multicultural da Alemanha na Copa do Mundo? O que significa isso para uma seleção?
- Sobre Meio ambiente, a proposta da época candidata Dilma de cobrir 4.000 quadras das escolas brasileiras. O que significa essa medida, pensando-se na proteção solar e quanto à promessa de campanha?
- O que parte da torcida do São Paulo faz com um dos seus jogadores no campo? É justo o tratamento ao Richarlyson (que já mudou de equipe)?
- Em trabalho e consumo, poderiam ser discutidos os maiôs de natação, agora proibidos, o uso de tecnologias em algumas modalidades esportivas e não em outras, etc.
- Os diferentes atletas e justificativas que os atletas usam para justificar o uso do *doping*.

A seguir, serão apresentadas algumas possibilidades para se abordar os temas transversais, ou seja, como é possível planejar, antecipando e elaborando propostas que englobam os grandes problemas sociais brasileiros ou discutir que posicionamento o professor pode tomar frente às situações inesperadas que aparecem durante as aulas.

Ética

A Ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume, abrangendo tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e ante elas, como também a dimensão das ações pessoais.

Discutir Ética na escola e nos programas esportivos trata-se de discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, o trabalho, o lazer, o consumo, a sexualidade e a saúde.

De maneira indireta, conscientemente ou não, as aulas de Educação Física e de esporte trabalham atitudes e valores com os alunos. Mas que valores são esses? São aqueles desarticulados da realidade, baseados nos valores de determinado grupo ou de um professor? Ou aqueles que respeitam a diversidade e que são essenciais para a formação de futuros cidadãos?

Nas atividades físicas, de modo geral, os alunos expressam comportamentos de excitação, cansaço, medo, vergonha, prazer, satisfação, entre outros. Isso se deve, muitas vezes, ao fato de as atitudes serem afetadas pela intensidade e qualidade dos estados afetivos vivenciados corporalmente. O desenvolvimento moral do indivíduo está intimamente relacionado à afetividade e à racionalidade, e nas aulas de esportes ocorrem situações que permitem uma intensa mobilização afetiva e de interação social. Tal cenário apresenta-se como ambiente ideal para explicitação, discussão e reflexão sobre as atitudes e valores considerados éticos ou não éticos para si e para os outros.

Trabalhar atitudes é muito difícil e envolve, em primeiro lugar, a contradição entre o que o professor bem intencionado pretende na escola e o sistema social vivenciado pelo aluno, assim como as

influências da mídia. Em segundo lugar, está a dificuldade de se encontrar procedimentos claramente estabelecidos para trabalhá-los já que não há tradição em ensinar valores, de maneira explícita.

Além da intervenção no momento oportuno, cabe ao professor de Educação Física a construção de formas e espaços para que tais valores sejam exercidos, cultivados e discutidos no decorrer das aulas. Tais procedimentos devem englobar a experiência de: respeitar e ser respeitado; realizar ações conjuntas; dialogar efetivamente com colegas e professores; de receber solidariedade e ser solidário; ter acesso a conhecimentos que permitam a compreensão, a cooperação e a análise crítica de situações concretas dentro e fora da escola.

Vejam como isso pode ocorrer nas aulas de Educação Física escolar: alguns alunos que são considerados mais habilidosos que outros, no futebol, por exemplo, são supervalorizados enquanto os menos habilidosos são desconsiderados ou indesejados. Nesse caso o professor deve:

- Levar os alunos a refletir que todos estão usufruindo o mesmo direito à educação e que nem por isso necessitam ser iguais e, além disso, a reconhecer os limites e possibilidades pessoais e dos outros. Essa reflexão pode levar os alunos a expressar mais facilmente sentimentos e emoções, admitindo dúvidas, sem medo de ser ridicularizados.
- Chamar a atenção para as diferenças de habilidades motoras e capacidades físicas, assim como cognitivas e afetivas sociais. Na verdade, é preciso encontrar, na diversificação das atividades corporais propostas, aspectos que contemplem e valorizem as qualidades de cada aluno. Cabe aqui uma citação de Ziraldo

(1995, p. 82) que descreve o procedimento de sua *Professora muito maluquinha*:

Então, passou a ter concurso todas as semanas. Os mais estranhos junto com os mais normais: a melhor redação, a voz mais grossa, o melhor desenhista, a melhor mão para plantar flor, o melhor cantor, o mais engraçado, o que tinha a melhor memória... Só agora percebemos que, primeiro ela descobria uma qualidade destacável de cada um de nós e aí, então, inventava o concurso, segura de quem seria o vencedor. No fim do ano, todo mundo tinha ganho uma medalha. O último, parece, ganhou o primeiro lugar em cuspe a distância.

Outro exemplo: durante a execução de um jogo comumente surgem dúvidas, discussões, inclusive, brigas entre os participantes a respeito da validade ou não de um gol ou ponto. O professor pode:

- Levar os alunos a refletir e discutir sobre problemas encontrados durante a atividade, expressando opiniões, questionamentos, dúvidas e, após isso, retornar à vivência da atividade, que adquire um maior significado para aqueles.
- Levar os alunos a discutir as regras presentes nas modalidades esportivas, suas necessidades, considerando sua adequação à realidade do grupo, para que não discriminem e excluam qualquer aluno. O professor pode solicitar uma pesquisa sobre as regras nas diferentes modalidades esportivas, bem como a construção ou modificação dessas regras por grupos de alunos e a experimentação dessas modificações.
- Identificar e repudiar as situações de violência e desrespeito, como agressões físicas ou verbais, apelidos pejorativos e discriminações em geral.

- O diálogo, de acordo com os PCN (BRASIL, 1998) é uma arte a ser ensinada na escola, na qual o encontro se dá entre os indivíduos que se reconhecem e respeitam o outro como um semelhante. Nas práticas esportivas o diálogo é, algumas vezes, dificultado, já que todos querem falar ao mesmo tempo, motivados por comportamentos emotivos já mencionados, mas o exercício de saber ouvir, elaborar e discutir a atividade é fundamental. É dessa habilidade e competência que o cidadão necessitará na sua vida cotidiana, no seu exercício diário da cidadania.

Pluralidade Cultural

O tema transversal Pluralidade Cultural tem como objetivo o desenvolvimento do respeito e da valorização das diversas culturas existentes no Brasil, contribuindo assim para uma convivência mais harmoniosa em sociedade, com o repúdio a todas as formas de discriminação.

Uma das formas de se trabalhar o tema transversal Pluralidade Cultural, na área de Educação Física, pode ser por meio de vivências das diferentes manifestações da cultura corporal, utilizando-se para isso os esportes, as danças e as lutas, como forma de conhecê-las e valorizá-las.

No caso da dança, isso se daria por meio da vivência das diferentes danças típicas, dos diversos grupos étnico-culturais que compõem o Brasil, demonstrando-se, assim, a riqueza e a diversidade de expressões existentes. O mesmo se aplicaria às ginásticas e às lutas, que ainda conseguem manter suas raízes ligadas às regiões de origem, o que também possibilitaria o conhecimento por parte dos alunos da diversidade cultural, ex: Capoeira-África/Brasil, Judô, Karatê/Ásia, entre outros.

O esporte parece não possibilitar diretamente essa diversidade de expressões culturais, pois em sua versão moderna não tem como característica a existência de esportes tipicamente regionais, embora se possa pesquisar a sua origem e as modificações realizadas na apropriação destas. Porém, em virtude de sua riqueza sociológica, o esporte pode ser um grande polo de reflexão sobre os problemas relacionados à diversidade étnica e cultural, principalmente em virtude de estar sempre presente na mídia, revelando conflitos, que poderiam significar uma grande oportunidade de se discutir com os alunos, questões como:

- A prática de declarações preconceituosas em momentos de grande tensão;
- Motivos da grande presença de determinados grupos étnicos em esportes populares (futebol, atletismo, basquete), em detrimento da pequena participação destes mesmos grupos em esportes mais elitizados (automobilismo, golfe, tênis);
- A possibilidade de integração entre diferentes povos, quando da realização de eventos internacionais maciçamente divulgados (Olimpíadas, Copas do Mundo de Futebol); e,
- A possibilidade de ainda abordar outras questões que estejam em destaque na mídia.

Além disso, o professor de Educação Física, assim como dos demais componentes curriculares, deve estar sempre preparado para coibir a prática de atividades e atitudes discriminatórias e excludentes, no momento da sua ocorrência, por meio do diálogo. Porém, para isso, é necessário que o próprio profissional reflita se, em sua própria prática, está ou não valorizando ou realizando atitudes discriminatórias, muitas vezes tão sutis e não percebidas por ele mesmo, mas que influenciam seus alunos.

Meio Ambiente

A temática relacionada ao Meio Ambiente vem sendo discutida com grande frequência nos últimos tempos, visto que a população tem se mostrado muito sensível aos desdobramentos da apropriação desequilibrada dos recursos naturais em torno do nosso Planeta.

As reflexões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, no entendimento de Sorrentino (2002), parecem assumir o centro desse debate e o esclarecimento sobre as diferentes interpretações se faz necessário. Do ponto de vista ideal, ao equilibrarmos o consumo com a produção de insumos por parte da natureza, estaremos assegurando uma relação de sustentabilidade. Porém, o entendimento de que existe uma cadeia de relacionamentos denominados ecossistema e que o ser humano interfere e sofre interferências precisa ser mais bem estudado, compreendido e trabalhado no interior da escola e das demais instâncias educacionais.

O mesmo referencial capaz de trazer esclarecimentos sobre o relacionamento entre a sociedade e a natureza traz também contribuições para a compreensão da relevância da Educação Física e esportes, para trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos, no sentido da construção de comportamentos 'ambientalmente corretos'.

As intervenções nas aulas de Educação Física e esporte, bem como nos eventos temáticos orientados para as questões relacionadas ao meio ambiente, se mostram como um caminho possível para a condução do trabalho. Para tanto o professor pode:

- Levar os alunos à identificação das características do espaço físico onde ocorrem as aulas (quadra, campo, ginásio...) no que se refere às condições do piso, da qualidade do ar, do tratamento sonoro, da incidência/ausência de luz e calor, entre outros fatores. Após a atividade é possível realizar pesquisa sobre as melhores condições para a prática de atividade física e esportes, considerando-se o meio ambiente.
- Levar os alunos a vivenciar situações práticas em ambientes diferenciados (parque, praça, praia, clube...) a fim de se estabelecer comparações com a realidade vivida no dia a dia.
- Levar os alunos a pesquisar e vivenciar situações que revelem a essência de algumas atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física e de esporte. Por exemplo: A Festa Junina vem merecendo algumas reflexões.
- Ao sair do 'campo' e vir para a cidade, suas raízes foram rompidas e a sua essência ficou esvaziada. As danças, as comidas, a cantoria, ou seja, todo o ritual celebrado nos diversos espaços nem sempre vem acompanhado do conhecimento, por parte dos envolvidos, especialmente dos alunos, de que esse é um evento genuinamente ecológico e que o seu maior propósito é o agradecimento a terra pela colheita conseguida. Recuperar esse valor essencial por meio da conscientização e da ressignificação das diversas formas de manifestação que compõem essa festa configura-se como um grande passo no sentido da compreensão dos valores ambientalistas que podem ser transpostos para outras esferas de relacionamento no interior da escola.

Trabalho e Consumo

O tema transversal Trabalho e Consumo pretende problematizar com os alunos a quantidade e diversidade de 'trabalho' presente em cada produto ou serviço e suas relações entre trabalho e consumo, que são muitas e bastante complexas. A globalização, o trabalho escravo, infantil, a maximização do lucro a qualquer custo, o incremento da tecnologia, a diminuição dos postos de trabalho, o desemprego, as estratégias de vendas agressivas, a manipulação de desejos, criando-se necessidades e novos padrões de consumo, o consumo de marcas, de qualidade, durabilidade, adequação ao uso, preço e os direitos do consumidor são alguns dos temas que devem ser discutidos.

Especificamente quanto à Educação Física, Medina (1991, p. 91) denuncia as inter-relações entre a sociedade, a Educação Física e o corpo consumo, quando afirma: "[...] o corpo virou fetiche e, no modelo de sociedade em que vivemos, o fetiche sempre vira mercadoria e é por aí que ele entra no mercado para ser consumido". E, como possibilidade, o autor ressalta que "[...] uma visão revolucionária do corpo precisa começar pela tarefa de sua desmistificação, mas uma desmistificação que não caia no seu oposto, a ponto de esquecê-lo. O corpo esquecido também é um corpo doente" (MEDINA, 1991, p. 92).

Assim, cumpre à Educação Física oferecer elementos que auxiliem os alunos a refletir como os signos são impregnados no corpo, no que diz respeito ao tema trabalho e consumo. Como sugestão e exemplos, apontamos as seguintes temáticas para as aulas:

- Quais mudanças ocorreram nas últimas décadas referentes às vestimentas (roupas, tênis, etc.) destinadas à prática do esporte e

da atividade física? Quais são, realmente, necessárias para as aulas de iniciação esportiva e quais o são para o esporte de rendimento? Quais as diferenças (por exemplo, tênis com amortecimento, roupas justas, maiôs que facilitam o deslizamento na natação...)? O que é necessário? E o que é meramente comercial? Qual a durabilidade, preço e qualidade dos produtos esportivos? Quem os produz? E de que forma?

- Além das roupas e calçados, também seria interessante incluir discussões a respeito do consumo de aparelhos para ginástica, seus reais benefícios ou não, ou mesmo o que esperar e procurar nas academias de ginástica e em diferentes programas de atividade física.
- Na temática relativa ao trabalho, a empregabilidade dos jogadores de futebol profissional pode ser uma fonte interessante de debates. Existe no imaginário dos alunos uma crença de que todos os jogadores são bem sucedidos. Discussões e palestras com ex-jogadores a respeito da realidade do trabalho do atleta podem contribuir para a ampliação dessa visão, mostrando, inclusive, como atletas altamente remunerados convivem com outros, muito mal pagos, sem segurança e sem respeito às legislações trabalhistas, ou com o desemprego.
- Outro tema que pode ser abordado é o treinamento precoce ou especialização precoce. O que ocorre quando um jovem de 12 ou 13 anos passa a treinar 5 h por dia, quase todos os dias e recebe pressão dos patrocinadores, pais e outros? Quais são os malefícios? Isso pode ser considerado trabalho infantil ou não?

Orientação Sexual

Esse tema engloba os conceitos de sexualidade ligada à vida e à saúde; às questões de gênero, dando ênfase ao papel social de homens e mulheres e os estereótipos e preconceitos da relação entre ambos; além das discussões relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez na adolescência.

Na década de 1980, a educação sexual ganhou ênfase e passou a ser discutida em algumas escolas, provavelmente em função do avanço da AIDS e do aumento do número de adolescentes grávidas. Porém, a verdadeira implementação desse tema, superando apenas aqueles conhecimentos acerca do funcionamento do aparelho reprodutor humano, encontra-se distante das aulas, sobretudo a pública, provavelmente, pelas dificuldades encontradas pelo professor ao abordar questões que envolvem valores, crenças e opiniões.

A sexualidade torna-se um assunto de grande importância quando visualiza não apenas a reprodução humana, mas também a busca do prazer. A discussão deve estender-se além da dimensão biológica, perpassando também pelas dimensões psíquica e sociocultural.

A Educação Física se aproxima desse tema a partir do momento em que privilegia o uso do corpo, ou a construção de uma cultura corporal cujos valores sobre beleza, estética, corporal e gestual aparecem frequentemente, assim como as questões de gênero e da coeducação.

As atividades que caracterizam as aulas de Iniciação Esportiva, as quais se encontram carregadas de linguagens simbólicas advindas da comunicação entre as pessoas ao jogar, dançar e lutar, possibilitam experimentar ou expressar afetos

e sentimentos, desejos e sedução e essas sensações podem causar bastante prazer. Aproveitando-se dessa situação, o professor pode:

- identificar, levantar e discutir questões expressas pelos alunos, mantendo uma postura crítica e reflexiva de tal maneira que os valores dos professores não sejam explicitados e tomados como verdadeiros. Para tanto, é possível utilizar matérias veiculadas pela mídia dirigidas a adolescentes e que tratem da sexualidade;
- trabalhar as questões levantadas pelos alunos, levando sempre em consideração a faixa etária destes. A realização de pesquisas para posterior discussão é uma atividade bastante válida, quando inserida no contexto das aulas;
- identificar as atitudes preconceituosas, pois as aulas, quando mistas, também se encontram repletas de situações ligadas às relações de gênero, ou seja, à construção social e cultural do masculino e do feminino. Os valores preconceituosos são explicitados nas atitudes cotidianas dos alunos. Um exemplo seria o jogo de futebol, pois, por ser considerado um jogo tradicionalmente masculino, as meninas que jogam são geralmente estigmatizadas;
- outro exemplo é a dança para os meninos. Nesse sentido, o professor precisa estar atento e deve estimular a reflexão sobre a relatividade das concepções associadas ao masculino e ao feminino; ao respeito mútuo entre os sexos e ao respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino. A concepção de coeducação deve estar realmente presente nas aulas, assim, meninos e meninas deveriam vivenciar as mesmas práticas, discutindo e entendendo a questão das diferenças e buscando as melhores soluções.

Saúde

O conceito de saúde apresenta limitações quando se pretende defini-lo de maneira estanque e conclusiva. Isso porque, quando se fala em saúde, é impossível deixar de considerar os fatores que influenciam esse conceito como: o meio ambiente, os aspectos biológicos, socioeconômicos, culturais, afetivos e psicológicos.

Com esse significado mais dinâmico do conceito de saúde, os PCN (BRASIL, 1998) fundamentam a concepção de saúde no exercício da cidadania, argumentando que é preciso capacitar os sujeitos a se apropriarem de conceitos, fatos, princípios, tomar decisões, realizar ações e gerar atitudes saudáveis na realidade em que estão inseridos.

Nesse sentido, as ações profiláticas (preventivas) complementam as ações curativas e de reabilitação e, por isso, não podem existir isoladamente, o que justifica, também, a inserção do tema na escola. Afinal de contas, conhecer, discutir, conscientizar e instrumentalizar os alunos se constituem como alguns dos objetivos educacionais.

Na Educação Física, a saúde esteve historicamente ligada à área, muito embora tal ligação estivesse voltada ao caráter eminentemente biológico. Superando essa perspectiva histórica a partir desse novo enfoque trazido pelos PCN (BRASIL, 1998), a Educação Física necessita refletir sobre o conceito de saúde, de maneira mais ampla, de modo que as dimensões social, psicológica, afetiva e cultural também sejam privilegiadas.

Reconhecer, portanto, o papel da influência da mídia ligada à saúde e à atividade física vincula-se à função do professor de Educação Física, dentro ou fora da escola, responsabilizando-o

por fazer uma leitura crítica do cenário atual. Afinal, abrindo-se um jornal, lendo uma revista ou assistindo à TV, vê-se quão insistentes são os apelos feitos em prol da atividade física. A mídia não descansa: quer vender roupas esportivas, propagandas de academias, tênis, aparelhos de ginástica e musculação, vitaminas, dietas, etc., uma espécie infundável de materiais, equipamentos e produtos alimentares, e, por trás de toda essa “parafernália”, impõe um discurso do convencimento e do desejo de um corpo belo, saudável e, em sua grande maioria, de melhor saúde. Nesse contexto, cabe ao professor de Educação Física:

- identificar o contexto da saúde na área, construindo e incentivando discussões e reflexões que possibilitem ao aluno fazer uma leitura crítica do meio em que está inserido. Tais discussões podem vir acompanhadas de pesquisas anteriores ou posteriores, observação de eventos exibidos pela mídia, apontamentos realizados durante as aulas de Educação Física, entre outros;
- trabalhar em aula as associações entre a saúde e o esporte. O professor precisa desnudar esse cenário, pois, afinal de contas, será que o esporte é só saúde? Como explicar, por exemplo, a utilização abusiva do *doping* no meio esportivo? Ou ainda, qual a justificativa saudável entremeio a tantas lesões causadas pela prática do esporte?
- levar os alunos a discutir a ‘malhação’ desmedida. Será que somente a prática de atividades físicas garante uma vida saudável? E os modelos de corpo ditados pela mídia, onde está a saúde nessa história? Ser magro(a) será que é sinônimo de ser saudável?. Pesquisas que relacionem atividade física e nutrição, atividade física e obesidade, entre outras, podem promover essas discussões;

- tratar com os alunos a questão das 'dores do dia seguinte', ou seja, as sensações frequentes entre os 'atletas de final de semana' e incentivar pesquisas e discussões sobre como capacitar o corpo a perceber seus limites, evidenciando práticas corporais que trabalhem com essas questões, por exemplo.

Considerações Finais

Para se garantir um ensino de qualidade, além de diversificar os conteúdos, é preciso aprofundar os conhecimentos, ou seja, tratá-los nas três dimensões, abordando-se os diferentes aspectos que compõem as suas significações. Ou seja, quando se for tratar o futebol, ir-se além do fazer (técnicas e táticas), mas abordar a sua presença na cultura, as suas transformações ao longo da história, a dificuldade da expansão do futebol feminino (causas e efeitos), a mitificação dos atletas de futebol, os grandes nomes do passado, a violência nos campos de futebol, etc. Ou seja, é preciso ir além do costumeiro jogar por jogar.

Um ponto de destaque nessa nova significação atribuída à Educação Física, seja na escola ou em programas esportivos, é que a área ultrapassa a ideia única de estar voltada apenas para o ensino do gesto motor correto. Muito mais que isso, cabe ao professor de Educação Física problematizar, interpretar, relacionar, compreender com seus alunos as amplas manifestações da cultura corporal de tal forma que os alunos compreendam os sentidos e significados impregnados nas práticas corporais.

Assim, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, lutas, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos,

em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que ele está realizando esse ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual).

Na Educação Física, por conta de sua trajetória histórica e da sua tradição, a preocupação centraliza-se no desenvolvimento de conteúdos procedimentais. Entretanto, é preciso superar essa perspectiva fragmentada, envolvendo-se, também, as dimensões atitudinais e conceituais.

Embora tais apontamentos sejam ainda restritos e numericamente pouco significativos no que se refere ao universo da Educação Física, a proposta de se incluir os temas transversais na área se constrói a partir de uma perspectiva de associação da área com os grandes problemas sociais que têm afligido a sociedade brasileira como um todo.

Enfim, existe um princípio nas diretrizes curriculares de formação de professores que é extremamente importante, denominado de princípio da simetria invertida. Diz o seguinte: se você quer que chegue à ponta, ou seja, que a gente assista a aulas que tenham a perspectiva aqui, você tem que começar a fazer isso no ensino superior. Não dá para exigir algo que você próprio não faz; não dá para você exigir de monitores que sejam democráticos, inclusivos, se você não o é. São muito fortes nesse sentido e se existe a preocupação com a cidadania e com o ensino do esporte para além de se aprender a jogar, que a prática pedagógica seja baseada em outras formas de se compreender o esporte educacional.

Então, voltando à pergunta inicial: “Esporte e educação – uma relação imprescindível?” Sim. Mas não é natural, não é fazer esporte. Senão toda pessoa que fizesse esporte seria um bom cidadão, não é verdade? Será que não há uma necessidade de se entrar no meio pedagógico? Será que os temas transversais não poderiam ser uma alternativa para isso? Daí recorro à fala de Forquin (1993, p. 94) quando este afirma: “[...] ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a si próprio”.

Referências

- BETTI, M. O que a semiótica inspira na Educação Física. **Revista Discorpo**, São Paulo, n. 3, p. 25-45, 1994.
- BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 62-68, 1986.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação Física, 1º e 2º ciclos**, v. 7. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Educação Física, 3º e 4º ciclos**, v. 7. Brasília: MEC, 1998.
- BUSQUETS, M. D. et al. **Temas transversais em educação**: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1998.
- DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do Segundo Tempo**: da reflexão à prática. 1. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 207-236.
- DARIDO, S. C. et al. **Educação Física e Temas Transversais**: possibilidades de aplicações. São Paulo: Mackenzie, 2006.
- FORQUIN, J-C. **Currículo e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, J. B. **Pedagogia do futebol**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEDINA, J. P. S. **O brasileiro e o seu corpo**. Campinas: Papirus, 1991.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SORRENTINO, M. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In. LOUREIRO, F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-21.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZIRALDO. **Uma professora muito maluquinha**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995.

Esporte e Educação: uma relação imprescindível

Verônica Regina Muller¹

Eu não sei ao certo o que motivou o Amauri quando me convidou para esta palestra, porque eu não sou vinculada ao Programa Segundo Tempo. No entanto, sei que ele tem conhecimento de um projeto que desenvolvo há 13 anos e que contém alguns fundamentos teóricos e filosóficos que coincidem com os do PST. É um trabalho pequeno, minha intenção nunca foi ampliá-lo porque sempre quis estudar profundamente o que acontecia ali naquele contexto em que se desenvolvia e, longitudinalmente, ver as suas consequências. As produções teóricas que do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e na Rua resultam trazem sempre a reflexão sobre princípios e conceitos que pensamos ser necessários para as políticas públicas infanto-juvenis.

Preparei uma fala sobre os saberes necessários para se trabalhar com populações com direitos violados e o faço a partir da reflexão sobre o significado do PST em vários níveis ou âmbitos. Ao final, apresento alguns caminhos que vejo importantes e possíveis de serem empreendidos imediatamente para que a trajetória do Programa Segundo Tempo seja fortalecida em seus ideais e em sua prática, considerando a avaliação realizada pelos participantes do PST que presenciei ontem.

¹ Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, da Universidade Estadual de Maringá.

Há inúmeras possibilidades de se falar sobre o que significa o PST e os saberes necessários, principalmente ao educador, ao profissional desse trabalho. Quando a gente pensa no significado, ele tem vários ângulos factíveis e é importante que estes sejam situados para evidenciar-se a coerência do trabalho local com questões maiores, de abrangência geral. Assim, nos eximimos de sermos acusados de inconsequentes ou de realizarmos um labor que, de tão ínfimo, resulta pouco influente no mundo. O trabalho localizado, dizem uns, não tem muita consequência ou, como afirmam alguns radicais de esquerda e pessoas um pouco preconceituosas intelectualmente que olham certas iniciativas e dizem: “ah é, é mais um tipo de trabalho que afinal não provoca revolução no mundo e que funciona como um curativo”.

É uma apreciação com a qual não estou de acordo. Muitas pessoas que proferem críticas, primeiro, o fazem sem conhecer profundamente o fenômeno em sua localidade e, dessa maneira, pecam na análise da globalidade; segundo, às vezes, estão olhando para o mundo e querendo que ‘lá’ no mundo (que não definem bem) a consequência seja maior para uma iniciativa que não pretende ser toda essa intervenção no mundo tão distante e talvez inalcançável. No entanto, para nós mesmos é imprescindível que tenhamos argumentos sólidos para justificar a realização de uma atividade, de um projeto, de um programa ou de uma política.

Seguindo nos princípios de análise, além de admitir que um trabalho, um projeto, um programa podem ter muitos significados, dependendo de onde se olhe, também é importante observar que todos os significados que a gente dá em nível amplo, global, latino-americano, brasileiro, sempre são conceituais. O único lugar em que se pode falar do significado de um fenômeno ‘para as pessoas’ é no âmbito menor da geografia, que é na cidade, no bairro ou

na comunidade. Isso é muito importante porque o significado que entendo não pode ficar de fora das análises, é aquele que importa às pessoas mesmo, para cada pessoa, para a pessoa que tem um nome. Em síntese, para buscar o significado e os saberes necessários do PST, é importante que nos perguntemos sobre sua coerência com princípios teóricos, legais e ideológicos gerais, mas também para quem ele importa.

A partir daí, apresento mais um princípio de análise. Um programa pode ser bom pela sua proposta ideal e/ou pelo que acontece na realidade e/ou pelo seu potencial. O PST, a partir da realidade histórica que já tem, traz consigo um 'acúmulo de conhecimentos' indescritível, inenarrável, porque há tanta gente envolvida: são vocês, mais os monitores, mais todas essas pessoas que são atendidas (essa gente já tem um conhecimento acumulado). Como diz Paulo Freire: a teoria que é válida emerge molhada da prática vivida. E vocês que têm essa prática já de anos são um manancial tão rico que, como prática real, já é bastante repleta, e, como potencial, se apresenta como algo espetacular. São exatamente vocês que podem agora fazer a diferença enorme, e eu acredito que é para o Brasil e pelo menos para a América Latina, de novas direções para um trabalho político a favor das crianças e adolescentes do mundo. Do mundo, porque essa prática está trazendo muitos elementos que dão condições de refletir sobre as teorias já existentes e, em função disso, de reforçar algumas teorias, mas também mudar alguma outra, criar. Só por isso o PST já estaria de parabéns. Não devemos nos esquecer de realizar os devidos registros sobre as práticas!

Em termos de abrangência, o que nos importaria saber se o PST tem valor internacionalmente? Em tese, para que haja coerência e valor positivo em um programa político-educativo, não há necessidade de que aconteça em todos os lugares do

planeta. Não é que tenhamos que atuar em outros países para valer no globo terrestre. Afinal, o PST é um programa que faz parte da política brasileira e deve continuar atuando no Brasil. Mas, o Brasil tem uma convenção assinada, que é a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, desde os anos 1990; é uma convenção, não é uma lei, é uma declaração de intenção que o Brasil assina com obrigação de cumpri-la. Os outros países possuem então parâmetros e autoridade para dizer “o Brasil a está cumprindo, ou, o Brasil não a está cumprindo”. Nós podemos orgulhosamente dizer que esse programa é um instrumento importantíssimo para os observadores internacionais olharem para o Brasil e ver se os direitos da criança estão sendo cumpridos, e não é só o direito ao lazer. Essa convenção tem quatro grandes pilares:

1. **A não-discriminação, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial** – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo. E, pelo que eu entendi, na sua forma ideal, o Programa Segundo Tempo não limita a participação em termos de características das crianças, a não ser por condições, quando a demanda é maior do que a capacidade de atendimento (o que precisa ser otimizado). Sabe-se que em um ou outro lugar, eventualmente, há preconceitos da própria população e esses devem ser atacados educativamente pelo Programa.
2. **O interesse superior da criança deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito.** Esta aqui eu acho importante explicar pelo seguinte: existe uma crítica também de que o Programa Segundo Tempo é “compensatório”, por isso ele não é tão importante. Mas o

que seria uma atividade não compensatória? É uma atividade realizada e posta em funcionamento a partir da necessidade do sujeito. Vejam só: a Suécia, que, segundo as últimas avaliações de 2009 e 2010, está entre os quatro países que mais atendem aos direitos da Convenção, lá, o pai e a mãe têm cerca de 60 dias livres do trabalho com o nascimento do bebê e um deles pode ficar um ano cuidando da criança. Isso não é uma medida compensatória, é um exemplo do que é uma medida política para todos os cidadãos, a favor dos cidadãos.

Por outra parte, uma atividade compensatória seria, por exemplo, quando as pessoas estão muito cansadas de trabalhar e, em vez de se modificar aspectos no trabalho (o que está cansando), a gente propõe uma atividade para elas descansarem. Elas continuam cansando, mas se propõe uma atividade para seu descanso. Não é o caso do PST, não é mesmo, porque o Programa está propondo o que é direito infanto-juvenil e que está faltando ser garantido. Eu considero que o Programa Segundo Tempo tem essa característica, ele está propondo a oportunidade do que é direito. Enquanto 'potencial', pode ser incrementado, polido, mas, enquanto proposta, não me parece compensatório, inclusive, porque atende ao desejo das crianças e adolescentes.

3. **A sobrevivência e desenvolvimento sublinham a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver plenamente.** Passo diretamente a comentar o quarto:
4. **A opinião da criança que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.** O relatório do UNICEF²

2 Fundo das Nações Unidas para a Infância.

em 2009 informa que até este ano houve ganhos para as crianças no Brasil: menos mortes com crianças de menos de cinco anos; mais tratamentos médicos, mais acesso à água potável, mais alfabetizados. Mas aponta a meta não atingida: participação das crianças no que concerne às suas vidas. O Programa Segundo Tempo precisa cuidar com carinho e rigor desse aspecto.

Vindo em nível nacional, temos a nossa lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que é muito mal interpretada porque é incipientemente conhecida. Vejamos o que é direito da criança e do adolescente há 20 anos no Brasil:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Como proposta, o Programa Segundo Tempo dá conta de vários aspectos do artigo citado, mas é claro que na 'realização' vai ter um ou outro direito que não atinge (e deveria), daí existe a necessidade de intervenção para se garantir o direito. Mas quero observar neste artigo o que eu mais gostaria de valorizar e que pouca gente conhece, não vejo ninguém falar, no Brasil, que é direito da criança e do adolescente a vida comunitária. Hoje a criança rica não pode dar uma volta de bicicleta na sua quadra porque os pais têm medo de que ela seja assaltada ou sequestrada. E a criança pobre também tem muitos problemas com a vida comunitária, pois no bairro pobre onde ela vive muitas vezes estão os traficantes à vista e tudo pode acontecer. Creio que seria interessante se o PST fosse avaliado nessa condição de proporcionar melhora na condição da vida comunitária. Não

obteríamos respostas homogêneas, em muitos lugares pode não haver nenhuma boa consequência nesse sentido, mas, em outros, talvez sim. Seria importante desenvolver mecanismos que consigam detectar, com pesquisa, o quanto (em qualidade) a atividade do PST faz bem para a vida comunitária. E, se não faz, que se busquem formas de atender a esse direito em conjunto com as instituições e representações locais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, só para lembrar, porque certamente todos aqui já o conhecem, tem, no artigo 16, o grande artigo para nossa área e em que o PST se enquadra: é o direito à liberdade que compreende os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se. Quais são as políticas brasileiras que existem para cumprir esse direito que o governo brasileiro tem obrigação de garantir? O Programa Segundo Tempo é uma delas, só que, para garantir, de verdade, deve ampliar a oferta, pois precisa ser mesmo para todas as crianças e adolescentes. Mas a tarefa não pode ficar só na responsabilidade do Programa Segundo Tempo, por isso é importante que este se conecte com outros Ministérios também.

Aproveito para fazer uma observação sobre o que pensei ontem quando o Secretário Fabio Hansen manifestou ter como meta se aproximar do MEC. Na hora me preocupei, pois o MEC é tradicionalmente um Ministério 'quadrado' (com linhas de ação bem definidas dentro da escola). Aí explico algo interessantíssimo na legislação brasileira: o nosso conceito de educação na constituição é maravilhoso, é ideal, fala que a educação no Brasil deve ser compreendida de forma ampla, entendendo que culturalmente a pessoa tem que se desenvolver, que a educação vai acontecer em diferentes instituições com diversos profissionais - é muito interessante. A lei que regulamenta esse artigo da Constituição,

que é a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), apresenta um artigo que repete o conceito da Constituição e reitera que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 1).

No entanto, depois existe outro, dentro da LDB, o artigo 206, que regulamenta o lugar e quem vai estar apto a trabalhar com a educação, e aí pasmem, diz assim: o profissional que vai trabalhar vai ser o professor e trabalhará com a 'educação básica na escola'. Reduz a educação ampla e maravilhosa da Constituição ao ensino formal na escola.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias (BRASIL, 1996, p. 1).

Sob esse raciocínio, o PST não é educação. Mas sei que ninguém aqui diria que não é. Eu penso que o Ministério da Educação tem se preocupado com a educação escolar e o Programa Segundo Tempo carrega uma concepção educativa, que, mesmo sem dizê-la claramente, é a de uma educação cultural e tem muito mais a ver com aquele artigo amplo da Constituição. O PST deve se ligar ao Ministério da Educação e, também, ao Ministério da Cultura, ao Ministério do Desenvolvimento e, inevitavelmente, com a rede dos direitos humanos, porque trabalha com a educação. Educação é direito constitucional e, para se alcançar os direitos da criança, não se pode apostar na educação que se desenvolve somente dentro da escola.

A cidadania é o acesso das pessoas à cidade. A cidadania é fundamento do Programa Segundo Tempo e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente devem ser tratados como cidadãos e devem poder viver na cidade com segurança e alegria, com oportunidades e condições para se desenvolver. Se nós concentramos as atividades nas escolas, deixamos a cidade abandonada e nós precisamos saber o quê? É ocupar a cidade e as ruas. Então aquilo que a nossa área costuma dizer que é: 'com o esporte vamos tirar as crianças da rua', eu digo: vamos ocupar as ruas, não vamos sair da rua, vamos exigir uma rua segura. Para tanto, não se pode contar só com o MEC.

Quanto ao entendimento da categoria geracional com quem o PST atua, está claro que a população prioritariamente atendida pelo PST é de baixa renda, é de periferia e o Programa tem se caracterizado como urbano basicamente. Isso indica um perfil das crianças. Várias pesquisas existem no âmbito antropológico e sociológico, caracterizando a população infanto-juvenil de ambientes urbanos - vejo este um conhecimento necessário ao educador do PST.

Mas, antes de ser urbana, rural, de floresta ou ribeirinha, a criança é, somos, seres sociais e individuais. Se partirmos desse princípio e seguirmos o que muitos filósofos falam, para sermos felizes (todos o queremos), temos que ter realizações individuais, oportunidades de liberdade, oportunidades de criação, de relação individual, mas também temos que nos alegrar quando o ambiente todo cresce, quando a felicidade que eu tenho também é a felicidade do outro. Sobre isso poderíamos conversar horas, mas não há tempo e por isso seguimos adiante.

O ser humano tem natureza própria e o digo para provocar mesmo, porque alguns intelectuais da nossa área dizem que

tudo é cultural, ou que tudo se explica pela natureza biológica. Não acho, pois uma criança que tem dois anos apresenta alguma característica igualzinha na China, no Japão. Dois anos são dois anos. Não dependerá da cultura que a criança aprenda aos dois anos a dar um salto mortal tecnicamente correto. A natureza biológica a impede. Por outro lado, que a criança de cinco anos na Espanha brinque de rei e rainha muito mais que aqui no Brasil pode ser explicado pela cultura. Somos sociais, individuais, biológicos e culturais.

A criança, ainda falando do que a caracteriza, tem linguagem própria, diferente da linguagem do adulto que se identifica por ser, fundamentalmente, a da palavra dita e escrita. A linguagem da criança não é prioritariamente a palavra, mas o adulto chega para a ação educativa e quer que ela o compreenda falando, o que, frequentemente, não dá certo. A comunicação muitas vezes não se estabelece com a criança, porque está errado o código de comunicação, que é cultural. As crianças têm culturas próprias mas há uma tradição histórica de que cultura é considerada coisa de gente grande. É gente grande que põe a estátua lá na praça, que mantém a tradição, mas as pesquisas mostram, efetivamente, que crianças produzem e reproduzem cultura, e reconhecer esse fundamento é tão importante quanto o adulto ensinar à criança. A amarelinha (a sapata no Rio Grande do Sul), muitos aqui vão dizer que não aprenderam com gente grande, foi com gente pequena. Quero dizer que a cultura da criança, a cultura própria, é a cultura lúdica, fundamentalmente. Ela é manifestada em brincadeiras, que nós temos que registrar, preservar. A ludicidade (com o que trabalha o PST), é da natureza biológica e cultural da infância e por isso deve ser potencializada. Além disso, também é um direito. As crianças e os adolescentes têm o direito de se

divertir! Se a gente pensa que esse direito é do filho da gente, fica mais fácil aceitar, e, se pensamos que o que a gente quer para o filho da gente tem que ser para todo o mundo, talvez passe a ser uma força reivindicativa.

Outro aspecto a ser seriamente considerado na ação educativa é o cuidado com a subjetividade humana. É fundamental que o educador tenha não só conhecimento racional e teórico, o que é indiscutivelmente muito importante. Mas, às vezes o saber ensinado não chega "lá na ponta" (na transmissão do conhecimento do/a educador/à ao menino/a), ou chega e não dá certo. Por quê? Um dos elementos que eu avalio é: o que está vindo "de cima" é predominantemente racional. Se a relação entre profissionais que se ensinam e/ ou entre profissional e criança for entendida como troca (e não transmissão) e, além disso, não somente de saberes conteudísticos ou atitudinais, compreenderemos que não é a racionalidade a que mais ensina. É ela junto com o sentimento. Mas sentimento também é raiva, também é qualquer coisa ruim. Tem que ser o sentimento amoroso e também este se ensina. Eu, com o tempo, venho reafirmando, e é com pesquisa que a gente vai constatando, que sentimento se ensina também. Portanto, o sentimento tem que fazer parte da formação, mas não se ensina com palavras, se ensina com outras técnicas, das quais podemos falar em outra oportunidade.

E quanto ao significado do PST para o sujeito criança? Pergunta da qual nenhuma avaliação deve escapar de dar as respostas. Elas nos chegam de forma direta e indireta, algumas há que se buscar com investigação objetiva, outras, com conversas com as famílias e comunidade, outras, refletindo-se sobre os registros. A resposta que esperamos da criança, que diga ou com palavras ou com o

corpo, é que gosta do Programa. Se não gosta, há elementos a serem modificados com urgência.

Mas ela não vai dizer, como eu vejo no meu projeto, já que frequentá-lo, para muitas delas, é um alívio de casa; nem o que significa para ela o fato de durante 2h estar longe de casa. Além disso, há coisas que as estatísticas não mostram como, por exemplo, as aprovações na escola e o nível de violência na escola que eu tenho certeza que baixa. Se as crianças deixam de ser levadas ao Conselho Tutelar, isso é altamente significativo, se a violência no bairro diminui, se o patrimônio público está mais cuidado. Vejam só: os adolescentes que destroem a cidade e causam um dinheirão de gastos, se estão mais tranquilos, relaxados e com esperança, são menos violentos e podem significar menos gastos para a cidade. Acaba sendo interessante para a política, e, de fato, utilizamos esse argumento com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente na presença de vereadores em Maringá: “Olha só, apoiem a ação lúdica como política pública, que, no final, custa menos para os cofres públicos”.

Muito além disso, depois, quando essas crianças crescerem, serão sujeitos adultos com experiências vivenciadas e gravadas no corpo e no sentimento. Nós aqui, se invocarmos uma memória da infância, provavelmente quase todos nós temos uma coisinha legal para recordar, e a imagem vem com aquele sentimento inteiro que, só de lembrar, o olho se enche d’água. Se as crianças têm seu direito atendido de poder brincar, a aposta é de que esta lembrança vai ser pelo menos uma das coisas boas das suas vidas.

Só por isso, já valeria a pena o Programa Segundo Tempo. Mas quem sabe, quando adulto, além de ter a experiência gravada em si, que a memória não vai embora, a gente vai ter um menino

e uma menina fora da prisão, a gente pode ter essa pessoa com família constituída, ensino médio ou universitário, não viciada, uma pessoa responsável, sensível, consciente dos direitos, determinada, solidária, confiante, com esperança na vida. Quem sabe? E daí a gente vai ter a vaidade e o orgulho de ter participado dessa história.

Não tenho a voz das crianças e adolescentes do PST, mas, como tenho algumas histórias de vida das quais participei com ações lúdico-político-pedagógicas, pensei: vou falar de pessoas que passaram pelo projeto em que eu trabalho. Trago a referência dos primeiros que me vieram à cabeça. O Márcio (uso nomes fictícios para preservar as identidades), começou conosco tinha 11 anos, viajamos juntos para o 1º Fórum Social Mundial (porque é muito importante que a gente faça investimentos de saídas com as crianças, como técnica pedagógica, muito importante serem escolhidos democraticamente pelos próprios parceiros). O Márcio esteve um tempo desaparecido e, quando voltou, falou:

Professora, tive na prisão durante dois anos, vendi drogas, não quero mais, aquilo é um inferno, agora pelo amor de Deus me arruma um trabalho porque os caras estão na minha porta e tá muito fácil vender droga e eu tô com medo de cair outra vez, pelo amor de Deus me segura.

Ele está na prisão de novo. O Pedro é tudo de bom, aprendeu a tocar violão, tem característica de educador, terminou o ensino médio, não está envolvido com o tráfico, está casado porque quis, casou-se sem engravidar a mulher antes. Eu, depois de muitos anos, o encontrei trabalhando no mercado em Maringá e falei: você se lembra das coisas que a gente fazia? Ele me abraçou forte e disse:

Professora, jamais eu vou esquecer, você pode duvidar de qualquer coisa, mas não duvide nunca, ninguém que passou por lá vai esquecer. Aquilo é muito importante e eu vou dizer mais: eu quero ser educador, eu quero ser aquilo que vocês foram pra mim.

Tem a Maria também, começou com 11 anos, lindíssima mulata e jogava futebol muito bem. Ela terminou o ensino médio, não está nas drogas, já tem uma filhinha e é o orgulho da família porque foi a primeira que se casou sem estar grávida. Fica até difícil falar porque me emociona profundamente ... Tem o Renan que foi morto pela polícia e o Pingo, encontrado na praça, vivia na rua com 13 anos. Não articulava bem as palavras. Mostrou um comportamento e uma determinação excepcionais - viajou a Brasília e outros tantos lugares conosco - passou a ser educador. Nosso primeiro menino que não foi morto por tiro, foi um acidente, ia de carona com um amigo alcoolizado.

Bem, o tempo acabou e vou concluindo. Acrescento que nossa interferência lúdica é com vidas humanas e tem consequências para toda a história dos indivíduos. Assim, outro conteúdo que considero absolutamente fundamental na formação de quem está lá com as pessoas em situação de ensino-aprendizagem é aprender a considerar que aquela prática não pode ficar só na relação com a criança naquele momento. O educador precisa ter uma militância na cidade. Para conhecer a criança, precisa andar pela cidade, saber que, necessariamente, a criança pobre tem um âmbito de ação na cidade que é diferente dos nossos filhos de classe média. As instituições que uma criança pobre frequenta são outras. Elas já ouviram falar bem de perto do que é uma delegacia, o Conselho Tutelar, alguma Organização não Governamental que de alguma maneira se relaciona com a família. Elas conhecem

algum movimento social e o que eu quero propor é que, na formação dos monitores/educadores, existam a informação e o conhecimento profundo da rede da vida das crianças, os locais que elas frequentam. Tem que existir isso, pois, assim, na prática não existirá a expectativa incorreta de que o Programa resolva determinados problemas, porque se conhece a rede de atenção e defesa dos direitos, outras instituições que têm a função de prover os direitos infanto-juvenis. O trabalho de todos precisa ser integrado.

Por fim, ressalto que os conceitos tratados nesta oportunidade são alguns dos que defendo como imprescindíveis para uma boa formação de quem trabalha como monitor, formador ou educador no PST. Como pilares de sustentação estariam assuntos gerais a serem definidos e estudados como: a ética da justiça social, a cidadania como exercício, o entendimento de emancipação social, a liberdade em relação com a responsabilidade, a radicalidade da participação infantil, o que e como se aprende com razão e sensibilidade e a práxis da formação transdisciplinar continuada.

Por trás de tudo está a convicção de que é com conceitos claros, tanto específicos quanto gerais, que o profissional pode compreender profunda e amplamente o que significa sua ação educativa e de defesa de direitos. Acredito que com a compreensão profunda o profissional pode se motivar e se sentir na responsabilidade de ministrante.

Eu entendi nas avaliações de ontem que existem pontos nevrálgicos a serem tocados para que a qualidade do Programa aumente, como a necessidade da regulamentação da contratação de profissionais. Acrescento que é imprescindível que se defina, com bastante rigor, legal e politicamente, o que é uma política de educação social e ainda seria interessante: buscar a

intersectorialidade (diagnóstico e relação com a rede local); que a prática do monitor reflita sua formação (papel de contato com o bairro, incorporação dos princípios do PST); trabalhar com a cultura do monitor e seus sentimentos; incentivar a criação de conselhos municipais de esporte e lazer; participar dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Aqui termino: parabéns ao Programa Segundo Tempo pelo cuidado com a criança e o adolescente, por de alguma maneira prover-lhes o que lhes é de direito. Que cuide sempre de escutar as crianças e os adolescentes, promover-lhes oportunidades de ver perspectivas para a vida; sem isso, sem sentimento envolvido, sem o olhar para frente, para o mundo, não seria bom... Seria?

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CBIA, 1990.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20.12.96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96**. Brasília, 1996.



Foto 1 – Mesa de Abertura do Encontro (Amauri Bássoli de Oliveira, Cláudia Bernardo, Gianna Lepre Perin, Fábio Hansen, Elwys Reis, Ricardo Petersen e Luiz Cláudio Reeberg Stanganelli)



Foto 2 – Conferência de Abertura (Júlio Filgueira e Danielle Gruneich)

Parte II

Avaliando o Programa Segundo Tempo

Avaliando o Programa Segundo Tempo

Vânia de Fátima Noronha Alves¹

Daniel Marangon Duffles Teixeira²

Gostaríamos de agradecer a oportunidade de apresentar neste encontro o processo da pesquisa por nós desenvolvida, bem como alguns de seus resultados, com a esperança de contribuir com o aprimoramento do Programa Segundo Tempo.

A pesquisa para criação do sistema de monitoramento de avaliação que construímos ao longo desses últimos anos é fruto de um Edital³ de Chamada Pública do Ministério do Esporte que ocorreu em 2007, com a demanda de avaliar o Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), e o Programa Segundo Tempo (PST), da Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED).

A equipe da Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas) que participou desse processo foi coordenada pela Prof^a. Eustáquia Salvadora de Souza e composta por professores integrantes do Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer (CEEFE): Vânia de Fátima Noronha Alves, Daniel Marangon

1 Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2 Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

3 Edital de Chamada Pública do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES – 01/2008/ME/SNDEL/REDE Cedex, para projetos de pesquisa. A pesquisa avaliativa se enquadrava no tema 7, cujo objeto de estudo é a "Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer mantidos pelo Governo Federal (*Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania*)".

Duffles Teixeira, Carla Andréa Ribeiro, Duval Magalhães Fernandes e a Maria Aparecida Dias Venâncio. Contamos com a contribuição de uma assistente de pesquisa, Luciana Martins Anicio, além dos estagiários do curso de graduação em Educação Física, Gabriel Pereira Gonçalves, Rebeka de Aguiar Venâncio e Vanessa Aparecida dos Santos.

Nossa fala será dividida em dois momentos: no primeiro destacarei como foi construída a pesquisa e, em seguida, o Prof. Daniel Marangon apresentará alguns dos resultados referentes ao Programa Segundo Tempo, com base no *survey*⁴ realizado com os seus beneficiados.

Tendo como eixo central o entendimento de que o lazer e o esporte (um de seus conteúdos) são direitos sociais de todo cidadão brasileiro e a necessidade da fiscalização sistemática, coordenada, eficiente e responsável de programas governamentais, definimos como objetivo principal da pesquisa a elaboração do sistema de monitoramento para avaliar os referidos programas. Nesse sentido, consideramos os enfoques da eficiência, da eficácia, tanto quantitativa quanto qualitativa, e também da efetividade/impacto, com vistas a instituir um modelo de monitoramento e de avaliação que poderá incorporar indicadores de processos e resultados contínuos, dentro dos dois programas e que possibilitem que os mesmos sejam reavaliados e reconstruídos periodicamente.

Uma pesquisa dessa natureza demandou a definição de referenciais teóricos que a sustentassem. No que tange ao debate sobre a política pública de esporte e lazer, constatamos

4 Pesquisa para obtenção de dados e informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicada como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário, com o objetivo de produzir descrições quantitativas deste público-alvo.

que esta é ainda concebida como política setorial no campo das políticas sociais. Sua implantação é uma opção de governo que vem investindo na constituição dos mecanismos necessários para configurá-la como política de Estado. Nesse sentido vários desafios precisam ser superados e o principal é a cobertura das ações, uma vez que os dois programas aqui discutidos são focalizadores e seletivos do público a ser atingido.

Nogueira (1998) contribuiu para que compreendêssemos a natureza desses dois programas. Para o autor, projeto social é um conjunto de promessas e compromissos de ações orientadas para um fim, com o propósito de provocar impactos sobre os indivíduos ou grupos. Desse modo, ele estabelece uma tipologia para se classificar os projetos sociais, considerando-se as dimensões da programabilidade das tarefas e da interação com os usuários, identificando-se quatro tipos. O primeiro apresenta alta programabilidade e baixa interação com os usuários, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família; o segundo, alta programabilidade e interação intensa com os usuários, como os programas de atenção básica à saúde; o terceiro tipo tem baixa programabilidade e interação com os usuários, representados por programas de ajuda emergencial; por fim, o quarto são aqueles que têm baixa programabilidade e elevada interação com os usuários.

Com base nessa tipologia, identificamos tanto o PELC quanto o PST na quarta categoria, uma vez que esses programas têm suas ações desenhadas em função das necessidades ou das situações particulares do receptor e dependem das atividades de legitimação tanto dos operadores quanto dos usuários. Vale a pena destacar que a participação do usuário para o funcionamento das ações é fundamental.

A compreensão de que o Sistema de M&A é um conjunto de elementos interligados que compõem um modelo avaliativo, de forma complementar e independente, fez com que estabelecêssemos *a priori* o que deveria ser avaliado, sob quais enfoques, indicadores e meios de verificação. Dessa forma, fomos conduzidos à construção de uma metodologia participativa, que envolvia sujeitos que pudessem contribuir para a discussão dos indicadores e validação dos instrumentos. Assim, localizamos duas etapas da pesquisa: a primeira que foi a delimitação dos objetos a serem avaliados, a indicação de como poderiam ser verificados, os enfoques avaliativos e os meios; e a segunda, onde construímos o sistema de indicadores, aplicamos os instrumentos e analisamos os resultados.

Na fase de concepção houve a identificação do ambiente e o detalhamento da demanda com base nas reuniões com a equipe do Ministério do Esporte, nas oficinas de levantamento dos componentes que iriam fazer parte dos instrumentos com gestores do programa em Brasília, com especialistas, colaboradores e gestores de convênio em Belo Horizonte e, ainda, nas oficinas de validação desses componentes, também realizadas em Brasília.

Na segunda fase elaboramos e validamos os indicadores que iriam compor todo o processo. Tendo como referência os componentes da primeira fase, construímos os instrumentos. O *survey* foi aplicado e testado como piloto numa cidade próxima a Belo Horizonte. Após a aplicação do *survey*, pudemos avaliar o instrumento no que dizia respeito à compreensão das perguntas, o tempo de aplicação, as dificuldades com a localização dos endereços dos beneficiados, dentre outros, o que permitiu a re-

elaboração do questionário para aplicação nacional. Além do *survey* nacional, foram realizadas observações *in loco* nos programas e nas oficinas; os grupos focais com os beneficiados e agentes; as entrevistas em profundidade com gestores do programa.

Na fase nacional, o *survey* foi aplicado nas cinco regiões do País, objetivando a garantia de representatividade, a não-tendenciosidade e a confiabilidade do estimador da abrangência do Programa Segundo Tempo. Consideramos que o plano amostral foi representativo e que temos delineada a ação efetiva do Programa.

A tabulação dos dados e a análise dos resultados estão publicadas no livro "Sistema de monitoramento & avaliação dos programas *Esporte e Lazer da Cidade* e *Segundo Tempo* do Ministério do Esporte"⁵, que acompanha um CD, em que o leitor poderá acessar todo o *survey*, os dados e os resultados estatísticos. Esse livro está disponível no Repositório Institucional da Rede Cedes⁶ e esperamos que possa fomentar outras pesquisas dessa natureza.

Passo a palavra para o Prof. Daniel apresentar os principais resultados do Programa Segundo Tempo (PST).

Daniel Marangon Teixeira

Os resultados que estão sendo apresentados se referem à aplicação de um dos instrumentos que compõem o sistema de monitoramento e avaliação. Como instrumento, ele foi pensado

5 Sousa et al. (2010).

6 Disponível em: <<http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/>>.

para coletar dados, informações de determinado público com determinado fim.

Todos os dados que serão apresentados podem ser encontrados nas tabelas que fazem parte do livro citado pela Professora Vânia.

O instrumento aplicado nacionalmente foi o *survey* para os beneficiados do programa. A pesquisa ocorreu no período de 21 de agosto a 29 de setembro, foram entrevistadas 1.961 pessoas, 64,4% de beneficiadas e 35,6% de seus responsáveis. O instrumento consistiu de um questionário com questões abertas e fechadas, com o objetivo de captar a percepção dos beneficiados sobre o Programa Segundo Tempo e o impacto de sua implantação.

As respostas estão agrupadas nas seguintes categorias: caracterização dos beneficiados, inserção dos beneficiados, atividades realizadas, equipes, materiais e infraestrutura e benefícios percebidos.

O público beneficiado é predominantemente masculino, com 66,5%, e apenas 33,5% do sexo feminino. No que se refere à idade, a média de idade é de 12 anos, com predomínio da faixa entre 12 e 17 anos (64,3%). Coerente com a faixa etária atendida, a escolaridade predominante é o Ensino Fundamental, mas é preocupante o fato de que apenas 12,6% dos beneficiados o concluíram.

Em relação à condição física e mental, 2% dos beneficiados disseram que tinham alguma deficiência e sobre a participação nas atividades desenvolvidas no Programa, 24% afirmaram que há pessoas nessas condições no núcleo e que 80% informaram que essas pessoas participavam das atividades junto com os demais. Apesar do pequeno número de beneficiados que se identificaram

como pessoas com deficiência, foi possível perceber a visibilidade desse público no cotidiano dos núcleos.

Quanto à renda mensal média das famílias dos beneficiados, esta é de R\$1.074,35, com a maior concentração entre aqueles cujas famílias recebem até R\$ 600,00 (40,1%); isso permite afirmar que o Programa Segundo Tempo atinge a focalização pretendida, adotada como estratégia inicial de garantia de acesso a esse direito.

Na categoria inserção dos beneficiados, quando questionados sobre a existência de critérios para seleção dos participantes, 69% afirmaram que não havia critérios, 17% reconheceram sua existência, destes 28% identificaram critérios de elegibilidade, fazendo uma diferenciação entre o que é colocado pelo Programa como: idade, processo de inscrição, dentre outros. Os beneficiados reconhecem ter bom comportamento, respeitar o professor e não brigar. Nenhum desses fatores foi reconhecido como restritivo ao acesso.

A frequência mínima dos beneficiados esperada pelas diretrizes do Programa Segundo Tempo é de três vezes por semana, alcançada por 70,6% do público-alvo. Em relação ao tempo de permanência diária dos beneficiados nos núcleos, esta deve ser entre 2 e 4 h, tempo alcançado por 76,3% do público. Os três principais motivos alegados pelos beneficiados para a participação foram: a oportunidade da prática de atividades esportivas (44%), o interesse na vivência do lazer (35%); e a contribuição com a educação (8,3%).

Em relação às atividades desenvolvidas nos núcleos, podemos perceber o retrato da cultura esportiva brasileira, pois as modalidades mais presentes foram: futebol (35,4%), futsal (22,3%) e voleibol (17,0%); 72,7% dos entrevistados avaliaram

positivamente as atividades esportivas realizadas. Podemos perceber que 84% das atividades esportivas são modalidades coletivas, dessa forma, é preciso repensar como as modalidades individuais estão sendo oferecidas no Programa Segundo Tempo.

Outro aspecto relevante ao que se refere às atividades não esportivas que são realizadas por 51% dos beneficiados, e as mais presentes são aquelas relativas aos jogos e brincadeiras, 53,6%. O forte conteúdo lúdico dessas atividades não esportivas pode ser considerado um aspecto bastante positivo do Programa, uma vez que 79,4% dos beneficiados afirmaram gostar muito delas.

A realização de eventos esportivos é uma das linhas estratégicas do Programa Segundo Tempo, mas 58% dos beneficiados afirmaram que nunca participaram deles, provavelmente pelo pouco tempo de participação e pela rotatividade.

Quanto ao local onde as atividades são realizadas, 57% afirmaram que são realizadas em espaços fora da escola, 48,7% destes são pertencentes ao poder público e 8,3%, à comunidade.

Em relação à equipe, 69% dos beneficiados afirmaram que reconhecem quem realizava a função de coordenação dos núcleos, mostrando que o mesmo é uma figura presente e conhecida pela maioria.

Quanto ao lanche, 84,1% afirmaram que é sempre servido, e essa é uma questão sobre que também é preciso refletir, pois é uma norma do Programa Segundo Tempo. Sobre a qualidade, 74,6% avaliaram o lanche positivamente, para 12,3% era regular e apenas 2,1% o consideraram ruim ou muito ruim. Apesar de ser avaliado de forma tão positiva, o lanche não foi considerado fator importante de aderência ou continuidade no Programa, uma vez que 95% afirmaram que participariam se o lanche deixasse de ser servido.

Em relação à infraestrutura, os locais em que os núcleos funcionam foram considerados bons por 85,7% dos beneficiados. Quanto às condições de limpeza do núcleo, 74,8% consideraram boa. Para 69,3%, o núcleo tinha boas condições de segurança. Para 66,5% dos beneficiados, o acesso à água no núcleo foi considerado bom. O banheiro e o vestiário foram os itens que apresentaram menor índice de satisfação, pois foram considerados bons por 57,1% dos beneficiados. A avaliação geral da infraestrutura é positiva, 85%.

Quanto à organização e ao funcionamento dos núcleos, todos os itens alcançaram mais de 75% de avaliações positivas: os horários em que são oferecidas as atividades foram considerados bons por 89,3%; a atuação do monitor responsável pelas atividades foi avaliada positivamente por 85,3% e a atuação do coordenador do núcleo foi considerada boa por 82,3%; a diversificação das atividades, a comunicação/divulgação das ações do núcleo e o material esportivo (quantidade e qualidade) utilizado nos núcleos foram avaliados de forma positiva.

Em relação ao impacto do Programa Segundo Tempo na vida do beneficiado, o resultado foi, também, extremamente positivo: 84,2% dos beneficiados consideraram que tinham mais disposição para exercitar-se fisicamente; 83,4% passaram a gostar mais de si mesmos; 82,2% identificaram que o convívio social e a relação com os amigos melhoraram; 73% afirmaram que a convivência familiar melhorou; 74,9% afirmaram que perceberam melhorias na saúde; 74,4% consideraram que o rendimento escolar melhorou e para 67,8% o sono melhorou após iniciarem sua participação no Programa.

Quanto aos benefícios que podem ser atribuído aos resultados do Programa Segundo Tempo, 86,9% os identificaram, principalmente

os relativos ao desenvolvimento pessoal (formação de valores, comportamento socialmente aceito, "civildade", reflexões sobre os projetos de vida, melhoria da saúde e qualidade de vida) e ao desenvolvimento da comunidade (diminuição à exposição ao risco e bom convívio social e familiar).

Os beneficiados foram questionados se existia algo que fosse muito importante que não era realizado pelo Programa Segundo Tempo, 52,6% não identificaram a falta de algo e 17,6% indicaram a falta de modalidades e atividades esportivas. Em relação a que nota dariam ao Programa, 95,5% atribuíram notas entre 7 e 10 (muito bom ou bom).

O Programa Segundo Tempo teve 75,5% de avaliação positiva. Sendo um Programa focalizado no desenvolvimento socioeconômico, nesse momento pode configurar como exitoso. Tendo em vista os dados da pesquisa nacional e as discussões que foram feitas, não é só por falta de condições financeiras que as pessoas não praticam esporte no Brasil. Surge como principal questão: qual o passo a ser dado daqui para frente em relação à consolidação do esporte enquanto direito social e política de Estado? Esse debate precisa ser ampliado e apontar para uma discussão sobre a universalização da oferta do esporte no Programa Segundo Tempo.

Vânia Noronha Alves

Nesse ponto devemos pensar também na inclusão, pois o Programa Segundo Tempo, por sua focalização, atende principalmente às pessoas de baixa renda, mas o direito ao esporte não é só dessas pessoas. Então surgem os questionamentos: Universaliza ou não? Qual é o princípio que irá conduzir essa

discussão? Quem não está na faixa de renda de R\$ 600,00 pode estar sendo excluído?

Daniel Marangon Teixeira

Outra questão a ser levantada é sobre o fundamento legal normativo do Programa Segundo Tempo, que consideramos frágil. O instrumento de convênio é um dificultador para a continuidade do programa, por isso há necessidade de se pensar numa base legal, que supere a necessidade de conveniamento.

A adoção dos monitores foi muito bem avaliada, mas foi perceptível uma alta rotatividade dos mesmos, outro ponto crítico do Programa. Devemos pensar em como diminuir essa rotatividade, pois ela interfere, inclusive, nos processos de qualificação e capacitação, ou seja, o monitor é capacitado, mas não tem obrigatoriedade de vínculo, pode receber uma oferta de outro estágio e aquele conhecimento vai ser aplicado em outra instituição. Talvez um convênio firmado com instituições de ensino superior, em que as mesmas serviriam de amparo para a permanência dos monitores, tanto no âmbito do Programa como no âmbito da sua própria escola, de modo que essa experiência possa ser incorporada no processo educacional dos mesmos.

A sociedade brasileira está vivendo um processo de universalização que teve seu início no Ensino Fundamental e caminha para o restante da Educação Básica, ou seja, a tendência é que, em pouco tempo, quase a totalidade dos adolescentes e das crianças estejam na escola em tempo integral, por isso é

importante o Programa Segundo Tempo discutir a sua relação com o sistema escolar.

Outra questão se refere ao ensino do esporte, e ela aparece nas Diretrizes do Programa Segundo Tempo e tem possibilitado o diálogo entre as diversas correntes pedagógicas possíveis de serem identificadas no ensino do esporte no Brasil. O PST tem se revelado uma excelente oportunidade para uma nova síntese e produções de como ensiná-lo, e ao mesmo tempo, investir na qualidade de vida, construir a cidadania e promover a inclusão social. Isso tudo, certamente, é um laboratório para a criação de novos métodos, novas abordagens pedagógicas e metodológicas.

Vânia Noronha Alves

Quanto aos instrumentos da pesquisa, deve-se ter como princípio que os adotados (entrevistas, grupos focais, *survey*) são complementares e, se todos forem aplicados, teremos um sistema de monitoramento e avaliação contínuo, que mostrará não só se as diretrizes do Programa Segundo Tempo estão sendo implementadas, mas também, como são a estrutura e funcionamento de cada núcleo em todo o território nacional.

Acreditamos que todos os programas sociais precisam passar por um processo de avaliação como esse para que se torne legítimo, efetivo, coerente e com os custos devidamente aplicados. Esperamos contribuir nesse sentido e também para que outras pesquisas possam ser fomentadas com os resultados que estamos apresentando, possibilitando novas interlocuções.

Daniel Marangon Teixeira

A avaliação sobre o Programa Segundo Tempo suscita o caminhar para frente, uma superação, uma melhoria, mostra que o programa representa muito para o país em relação ao acesso a um direito social, constitucional, de todo o cidadão brasileiro, que é o direito ao esporte. O Programa deu esse passo inicial e tem sido muito bem sucedido.

Na análise dos dados, ficamos surpresos com as respostas dos beneficiados em relação ao que o Programa não supria, mas o que ocorreu foi uma avaliação muito positiva e acreditamos que isso será o propulsor para o seguimento do próprio Programa Segundo Tempo, porque, se ele é bom, pode se tornar ainda melhor. Obrigado a todos e a todas!

Referências

NOGUEIRA, R. M. **Los proyectos sociales**: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico. Serie Políticas Sociales. Santiago de Chile: Naciones Unidas. 1998.

SOUSA, E. S. et al. **Sistema de monitoramento & avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro Público Estadual

Rogério Romero¹

Inicialmente gostaria de agradecer o convite. É um prazer estar aqui com vocês. Quero parabenizar, desde já, a organização por este momento, que eu acho que é fundamental pra qualquer projeto ou programa: essa pré-avaliação, essa análise crítica.

Eu vou falar um pouco desse convênio particular entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Esportes e da Juventude (SEEJ), criado para atingir 40 mil educandos por meio de 200 núcleos. Na atual estrutura são, na verdade, 198 núcleos porque dois pediram para sair e a gente não teve mais tempo para colocar dois novos núcleos. Isso tudo está espalhado em 192 municípios que, entre todos os mil e tantos que são do Programa Segundo Tempo, correspondem a aproximadamente 15% de todos os municípios hoje atendidos pelo Programa.

Para vocês terem uma dimensão do nosso desafio, que podia ser focalizado em apenas umas poucas cidades, a gente resolveu complicar um pouquinho e espalhou isso por 192 cidades no Estado de Minas Gerais que conta com 853 municípios ao todo. Nessa estrutura, a alimentação também foi outro desafio, pois se tinha que fazer chegar a todos esses núcleos espalhados pelo Estado de Minas Gerais. Para isso foi construída uma solução junto com o Ministério do Esporte: nós

1 Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude de Minas Gerais.

fizemos uma licitação e a entrega foi descentralizada. Tivemos um pequeno grande problema em uma licitação com barrinha de cereal, ela deu problema, pois tinha umas larvinhas. Tivemos que chamar o fornecedor, enfim, quero dizer que às vezes é uma negociação complicada e complexa.

No mesmo dia em que foi noticiado o problema com essa licitação, o Julio Filgueira me ligou à noite mesmo: "Que está acontecendo, Rogério?" Eu disse: estamos tomando as medidas cabíveis, chamamos o fornecedor para solucionar. Mas, até chegar a uma solução que a legislação permitisse, não foi muito fácil e a gente não gostaria de perder todo o tempo pois o trabalho já estava implantado em vários núcleos, então, realmente a gente conseguiu contornar, e hoje os usuários do programa estão recebendo barrinhas.

A gente tem certa dificuldade de acompanhar tudo porque, quando chegam as comunicações do Ministério, às vezes, o núcleo nem está lá mais. Às vezes esses núcleos nem mesmo iniciaram suas atividades, como é o caso de Juiz de Fora.

No Estado de Minas Gerais, há uns 60% mais ou menos de municípios de pequeno porte, então vocês podem imaginar que realmente o atendimento é para, prioritariamente, esse grupo pela própria característica do Estado que tem 70% dos municípios com população abaixo de 20 mil habitantes.

Nós fizemos uma pesquisa e tivemos resultados muito semelhantes aos apresentados pela equipe da PUC e tivemos um resultado positivo também no nosso programa sócio-esportivo Nova Geração. O impacto desses programas é muito maior nessas cidades menores, então já fica uma possível proposta de que também a gente faça uma avaliação nesse sentido.

Com relação à aquisição do material esportivo, também foi um desafio: uma maior parte veio do Ministério e outra parte a gente comprou e descentralizou também junto com o lanche. A contratação de todos os estagiários foi feita por meio do Instituto Euvaldo Lodi para facilitar os pagamentos. Por quê? Vocês imaginem que, como o convênio do Ministério é com a Secretaria de Estado, se nós fizéssemos 192 convênios ou 200 convênios, aí estes ainda estariam sendo efetuados.

Então, sobre o nosso convênio, percebemos que, realmente, foi uma grande parceria entre as três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal, porque a grande maioria dos atendidos são as Prefeituras Municipais. Nós fizemos uma cooperação técnica com as cidades, nós cedíamos os estagiários e eles cediam o coordenador, então, o modelo foi mais ou menos esse. A contrapartida do município de cada núcleo era a cedência de recursos humanos para atuarem como coordenadores. Assim, cada município desenvolveu atividades da melhor maneira possível. Tivemos, por exemplo, a participação na Corrida da Mulher, no município de João Monlevade; o Festival de Música na comemoração de Natal, no município de Rubim; a palestra sobre escovação, como uma atividade complementar em Sete Lagoas, que é uma cidade da região metropolitana. Cito esses exemplos só pra mostrar que é mais que infinito o número de atividades complementares que podem ser feitas além do esporte pois, muitas pessoas também gostam de participar de atividades que envolvem jogos e brincadeiras. Então, essa compreensão do esporte, no sentido amplo, também tem que ser valorizada. Já é valorizada, mas tem que ser mais percebidas por essas crianças que elas veem não como aquele esporte de rendimento, mas, quando fala em esporte, a pessoa pensa em futebol. Cabe, então, ao coordenador e aos monitores certa criatividade para fazer

isso: primeiro, incluir as mulheres nesse contexto, e, segundo, as pessoas com deficiência. Sobre o esporte, existe uma série de atividades que podem se tornar ainda mais atrativas para aquele público. Além disso, no Programa Segundo Tempo há outras oportunidades, como num depoimento de uma criança: a primeira vez que viajou foi por conta do programa. São oportunidades como essas que a gente tem que valorizar também. Coisa que, de repente, é comum pra nós mas que, para aquelas crianças, vai ser uma experiência única pois a questão do desenvolvimento humano, pra mim, é o mais fundamental, vamos dizer assim. A questão de a pessoa entender e compreender o esporte nesse sentido amplo e jogar aquele vírus esportivo para que ele possa praticar o esporte, lúdico ou não, para o resto da sua vida.

Enfim, a própria implantação do Programa Segundo Tempo é um movimento muito interessante. Quanto mais você envolve a família, melhor, porque esse núcleo cada vez está degradando mais, mas é a origem de tudo. Há uma maior tranquilidade dos pais que podem encaminhar seus filhos para atividades variadas e em segurança e, se eles conhecem melhor o que está sendo feito, vão ter tranquilidade de deixar o seu filho ali.

Quero registrar um exemplo que aconteceu em um município que só tem 756 moradores na área urbana e 1.836 na zona rural, que é Itambé do Mato Dentro. O Programa levou uma rua de lazer e essa foi a primeira vez em que a cidade teve um grande evento, uma rua de lazer.

Com relação aos desafios enfrentados pelo nosso convênio, eu aponto alguns como, por exemplo, a entidade fiscalizadora. A entidade fiscalizadora, o que ela tem que fazer? No nosso caso, imaginem, ela tem que passar em 192 cidades e não há previsão orçamentária pra isso. Então, é muito complicado

a pessoa sair. No nosso caso, é uma OSIP² que trabalha conosco nos jogos escolares, então, como esses integrantes da entidade fiscalizadora já têm que se deslocar para os próprios jogos, de repente, a gente viu essa oportunidade de levar, chegar aos núcleos. Nós colocamos também como um primeiro desafio o alinhamento de todas as ações no âmbito estadual, pois há diversos programas que se sobrepõem. Isso é um desafio enorme, pois tem a própria diversidade entre os participantes das suas regiões, então, vamos dizer do que o Programa Segundo Tempo não abre mão. A dificuldade com os fornecedores que, no nosso caso, sempre foi uma operação de guerra, pela grande distância dos municípios. A falta de uma capacitação continuada também é um desafio, pois tem uma grande rotatividade que existe, é notória, que todo mundo conhece, mas é difícil a gente acompanhar. Então, o que nós vamos fazer? Dificilmente vamos encontrar um monitor e até o próprio coordenador com espírito público que fale: “eu vou ficar aqui até o programa acabar”; é complicado, mas, se o programa estiver indo bem, até é possível. Alguns municípios tiveram problema de transporte, principalmente os da zona rural.

Para diminuir isso, talvez pudesse haver um edital que previsse características semelhantes e levasse em consideração as ações governamentais já realizadas naquela localidade escolhida. Seria bom também se prever sistema descentralizado para acompanhar os convênios a distância. Na verdade, ele já está acontecendo, mas o *feedback* para nós, pelo menos no nosso estado, é muito demorado. Outra coisa importante é colocar mais núcleos nas zonas rurais para dar oportunidades, levar a prática esportiva e

2 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

de lazer para as crianças, ampliar as capacidades cognitivas e melhorar o desempenho escolar.

Ampliar, também, o atendimento da Secretaria de Esportes e da Juventude. Hoje, entre o atendimento do Programa Segundo Tempo e o Programa Nova Geração do Estado, nós chegamos a 400 municípios, dos 853 municípios de Minas Gerais. Isso vai ampliar, também, as oportunidades para estagiários ingressarem no mercado de trabalho. Pra finalizar, apresento alguns depoimentos:

“O projeto está bom, os materiais estão dando para trabalhar, os alunos melhoraram bastante a coordenação, educação. Para eles que nunca tiveram nenhum projeto como este. A estrutura para as minhas aulas é boa (quadra coberta, banheiros). A coordenação do programa está boa, nos entendemos bem e com os alunos também.” (Daisy Helen Vidoni Ambrosio, Estagiária do município de Guaranésia)

“É um projeto legal, interessante, divertido. Gosto das aulas dos professores. Meus pais aprovam minha participação no programa.” (Marcela Alves Arlote, Aluna do município de Guaranésia)

“Acho legal, gostoso, tira as crianças da rua, um programa que sempre tem algo novo para aprender. Gosto dos professores. Meus pais aprovam sim.” (Bruno Nascimento Silva, Aluno do município de Guaranésia).

Por fim, eu queria agradecer novamente a oportunidade de estar aqui, repartindo com vocês a experiência da Secretaria de Esporte e da Juventude de Minas Gerais. Obrigado pela atenção!

O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro Público Municipal

Rosemari Machado Vilela¹

A cidade de Volta Redonda tem uma parceria ininterrupta com o Ministério do Esporte desde 1998 e, graças a uma política pública desenvolvida em nosso município, sobrevivemos numa continuidade e, muitas vezes, com adversidades. Falaremos um pouco sobre essa questão ao longo da apresentação. Primeiro, vou contextualizar a cidade de Volta Redonda até para que possam conhecer um pouco desta realidade.

A cidade se chama Volta Redonda porque a nossa história começa com a volta, a curva do rio. Estamos a 4h de São Paulo, a 3h de Minas Gerais, a 2h do Porto de Angra², além de 2h da cidade do Rio de Janeiro e muito próximos de toda uma responsabilidade, de um legado, de um momento muito especial que vamos viver em função da Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016. Apresentamos aqui alguns indicadores, como o IDH³, que é o terceiro do estado, um PIB⁴ de R\$ 7.763.567, renda *per capita*: R\$ 29.881,59 pelo IBGE⁵, 2008, além de um orçamento anual de R\$ 755,8 milhões. E, só para justificar o nome Volta Redonda, é uma curva que o rio Paraíba faz. Uma criança nossa do Programa

-
- 1 Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Volta Redonda (RJ).
 - 2 Cidade de Angra dos Reis/RJ.
 - 3 Índice de Desenvolvimento Humano.
 - 4 Produto Interno Bruto.
 - 5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo Tempo me deu a melhor explicação, que foi dizer que Volta Redonda é uma cidade tão maravilhosa que até o rio fez uma volta redonda para não sair de lá. Então, é uma cidade que abraça mesmo as pessoas.

Temos uma rede de ensino com 78 mil estudantes, dos quais 38 mil estão matriculados na rede pública, e, até para contextualizarmos, nossa política pública abrange diversos segmentos, além do setor de esporte e lazer. Contamos com uma política de educação atuante e conseguimos desenvolver muitas propostas e projetos intersetoriais. Nossa rede de saúde é fantástica e das mais completas do interior do estado, trazemos o legado desse segmento para dentro da Secretaria de Esporte. Alguns aqui conhecem o nosso estádio. Ele não é um estádio de futebol, apenas. Ele tem um legado de saúde, de esporte.

A nossa Secretaria tem como missão: “Possibilitar a prática de atividades de esporte e lazer, buscando a melhoria da qualidade de vida do cidadão”. E, como visão, enquanto SMEL⁶, é: garantir e ampliar mecanismos de acesso e manutenção do cidadão nas atividades de esporte e lazer, respeitando as características e necessidades dos diferentes grupos sociais.

Eu fiz questão de trazer esta foto, que foi um cartão de Natal, de um ano anterior, pois registro pessoas que foram monitores lá atrás, do antigo Esporte Solidário⁷, e que hoje são nossos coordenadores setoriais. Como exemplo, o Professor Thiago Guedes Carvalho, que vivenciou esse processo.

Então, existe essa continuidade, mesmo que de uma forma ainda longe do que consideramos ideal. Nossos orientadores estão

6 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

7 Programa Desenvolvido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

aí, - Eu estava louca para falar isso, eu até ia brincar com o Fábio Hansen - não vai ter Recreio nas Férias? Mas faremos o Projeto em Volta Redonda.

Nós somos um Município parceiro e com certeza vamos pedir a autorização para o Ministério do Esporte para fazer o Recreio nas Férias. Fomos Projeto Piloto e vamos colocar como um ponto positivo esse item nos avanços do nosso Programa Segundo Tempo.

E a filosofia se movimenta no esporte em Volta Redonda em consonância com o Ministério do Esporte. Por quê? Porque nós temos 257.996 mil habitantes pelo IBGE de 2010, mas Volta Redonda fala com 1 milhão de pessoas, porque aqui é o nosso centro de negócios, cultura e esporte. Então, isso faz com que a filosofia se espalhe por toda a nossa região. Volta Redonda tornou-se um fenômeno sociocultural relevante, colaborando para a melhoria da qualidade de vida da população. Democratizou o acesso ao esporte, ao lazer, potencializou o desenvolvimento do esporte para as crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, adultos e idosos, contribuindo para a formação do cidadão. Articulou e implementou políticas intersetoriais que possibilitaram a promoção da saúde.

É o que eu estava colocando sobre a multifunção de nossos equipamentos, em como agregamos as ações do segmento da saúde. Por exemplo, nas dependências do nosso estádio, além dos espaços voltados para a área de esporte e lazer, encontra-se também a maior policlínica da região, com atendimento médico, centro de reabilitação e ótica da cidadania. Então, é o legado que consideramos fundamental nas obras públicas. Agora estamos com o projeto da Arena de Atletismo, que terá um centro de saúde, clínica de fisioterapia, odontológica, academia de musculação,

unindo as ações e utilizando a parceria público/privada, gerando empregos, serviços diretos e indiretos.

Volta Redonda é uma cidade que tem dez ginásios públicos municipais, 254 quadras poliesportivas, 50 campos de futebol *society* e de grama sintética, 70 academias ao ar livre e nesses espaços trabalhamos com profissionais da SMEL.

Nós temos um ginásio de *skate* coberto, uma arena de hipismo, um miniestádio, uma arena esportiva, um complexo esportivo, um kartódromo internacional, que é o único homologado no Estado do Rio de Janeiro - e o Parque Aquático Municipal nas atividades de lazer, que atende a 85 mil pessoas. No Estádio da Cidadania temos uma academia da terceira idade. Além da realização dos jogos estaduais e nacionais, também possuímos um ensino a distância para 2.000 alunos num *pool* de universidades. Então, temos uma movimentação dentro do estádio entre 3.000 e 5.000 pessoas por dia.

E os Programas sistemáticos da nossa Secretaria: nós temos o Programa Segundo Tempo com 9.000 alunos, o Viva Melhor Idade⁸ com 15 mil alunos, o Viva a Vida⁹ com 3.200 alunos, que é um intermediário do jovem para a terceira idade, o Piloto Cidadão¹⁰, desenvolvido no kartódromo em parceria com a Federação, desenvolvendo o legado social por meio do atendimento de

8 O Programa Viva a Melhor Idade: seu principal objetivo é oferecer acesso às atividades tais como: dança de salão, musculação, natação, hidroginástica e capoeira, assegurando os direitos sociais, também por meio de ações culturais e de turismo, garantindo autonomia, além de integração social, saúde e bem estar a todos os integrantes.

9 Programa Viva a Vida: Seus objetivos relacionam-se à melhoria da qualidade de vida de jovens e adultos, assegurando seus direitos sociais, garantindo autonomia, além de integração social, saúde e bem estar por meio do desenvolvimento de diversas atividades como: musculação, ginástica, natação, hidroginástica, dentre outras.

10 O Programa Piloto Cidadão tem como objetivo desenvolver conceitos sociais, ambientais, iniciação aos conhecimentos do kart e princípios básicos de pilotagem em jovens cidadãos da cidade. Durante as aulas, as crianças são orientadas por profissionais especializados.

600 crianças da rede pública, com oportunidade de pilotagem, arbitragem e mecânica, durante três meses. Quer dizer, quando uma criança com vulnerabilidade social poderia pensar em pilotar um kart e participar de eventos dessa natureza.

No Parque Aquático Municipal desenvolvemos atividades de natação, hidroginástica e lazer e agora implantaremos uma escola de remo. Conforme já destacado, o nome da nossa cidade é Volta Redonda porque a nossa história se confunde com a do rio Paraíba, porém não temos um acesso ao rio. Então, o que mais me chamou a atenção é a discussão do meio ambiente. Falamos muito disso no Recreio nas Férias e pontuamos a falta desse acesso da população ao rio. Com o novo Projeto da Escola de Remo, já adquirimos 15 barcos. Inclusive, ao iniciar o projeto, contemplaremos o remo como mais uma modalidade individual do Programa Segundo Tempo. Verificamos o aumento da procura da modalidade natação dentro Programa Segundo Tempo, a qual é pré-requisito para a participação na escola de remo, e o primeiro acesso da população ao rio Paraíba. Estamos em parceria com a Defesa Civil que fica ao nosso lado para não corrermos qualquer risco e será mais um dos projetos incluídos no nosso Parque Aquático.

E este é o nosso Programa Segundo Tempo: temos 90 núcleos, 135 monitores, 90 coordenadores de núcleo, um coordenador geral, um coordenador pedagógico, quatro coordenadores setoriais em 32 equipamentos públicos, atendemos não só nos ginásios, no parque aquático, mas também em campos, em quadras, de acordo com a demanda. Volta Redonda é uma cidade com 90 bairros e conseguimos fazer um amplo atendimento.

O processo de renovação é muito sofrido, e ainda bem que estamos numa cidade que valoriza muito o nosso segmento. Hoje, uma das maiores ferramentas do nosso município é o esporte.

Há cinco anos consecutivos, numa pesquisa realizada pelo prefeito, o melhor serviço prestado é o da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Faço questão de dividir essa realidade com o Ministério do Esporte, porque grande parte dos equipamentos que apresentamos é fruto dessa parceria com o mesmo, por meio de convênios e emendas parlamentares, dando continuidade e qualidade às atividades de esporte e lazer da população.

O processo de renovação é muito moroso. A gente sabe que tem a Controladoria Geral da União, tem o nosso Tribunal de Contas do Estado e sabemos das nossas fragilidades, e, por falar nesse aspecto da renovação, divido a responsabilidade da nossa estrutura, isso porque a SMEL é composta, em seu quadro de colaboradores, essencialmente de profissionais de Educação Física, - eu sou uma profissional de Educação Física -, então nossa deficiência contábil é significativa, não temos acesso fácil à conta do Programa Segundo Tempo. Às vezes, para conseguirmos um extrato a fim de verificar se o dinheiro foi depositado, eu demoro dez dias até obter a informação.

Vou dar um exemplo do Recreio nas Férias, num Projeto Piloto em que não houve o repasse de recurso: utilizamos o dinheiro da aplicação, mas, até descobrir que era isso, tínhamos uma conta aberta e dessa vez veio um recurso. Nós utilizamos outro recurso. Fazer essa conciliação é um imenso bicho papão. É o que falava com toda a nossa equipe, da importância do termo colaborador, que possamos transformar este termo no seu real sentido (aquele que colabora ajudando o outro em suas funções). Em nosso município, como em todo o Brasil, num mundo globalizado e com o país ocupando crescentemente posições de destaque em âmbito internacional, imagino não caber mais a dificuldade em trazer para a colaboração uma Secretaria de Fazenda, um procurador, quem

elabore o projeto, para que consigamos realizar nosso ofício, de forma compartilhada.

Outra fragilidade que aponto está diretamente relacionada à falta de habilidade de muitos de nossos professores, na produção de material textual. Acho que desenvolvemos ações magníficas, nossos professores são engajados em sua prática profissional, porém escrevem pouco. Causa-me certo incômodo, quando eu leio os relatórios que enviamos para vocês. A nossa realidade é muito mais relevante, não é, Thiago Guedes?

Produzimos inúmeras ações e relatamos pouco. Fico triste porque produzimos muito, mas nossa dificuldade em transcrever o realizado é grande. Acredito que esse é um perfil inadequado meu e de minha equipe. Você produz, produz, produz, tem um imenso operacional para se administrar e o tempo é escasso para reflexão. Quer dizer, a intenção de aproximar o meio acadêmico foi fantástica e considero um dos avanços no Programa Segundo Tempo, nos sentíamos muito distante de tudo isso.

Quero então destacar a presença da Professora Maria Paula Salles Tavares, que é também o nosso elo com a Universidade local, atuando como Assessora Técnica da SMEL e como professora no Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

Pontuo outros avanços, tais como; a empregabilidade, a capacitação dos profissionais envolvidos, a orientação contínua dos colaboradores junto aos profissionais do PST, potencializando o desenvolvimento do projeto, a qualidade do material didático que norteia as ações, o Recreio nas Férias, este que considero uma referência do Programa para o período do recesso escolar - mesmo com a necessidade de adaptá-lo por conta do nosso modelo anterior de Colônia de Férias existente na SMEL, foi um avanço significativo.

Divido agora com toda a equipe do Ministério o resultado da classificação de Volta Redonda no IDE (Índice de Desenvolvimento do Esporte), realizado pela SUDERJ¹¹ e Instituto Muda Mundo¹².

A pesquisa teve como reaplicação em dezembro de 2009 do instrumento de coleta desenvolvido pelo IBGE na pesquisa do perfil dos municípios brasileiros – Esporte 2003. Foram selecionadas oito dimensões a partir das informações levantadas, em 88 dos 92 municípios fluminenses. Nosso município teve o maior IDE aferido das oito dimensões avaliadas: Recursos Humanos, Articulação Institucional, Legislação, Despesas Públicas, Convênios e Parcerias, Programas, Eventos, Instalações e Equipamentos Esportivos. Temos a convicção de que a parceria com o Ministério do Esporte foi decisiva para que alcançássemos a primeira colocação no *ranking* estadual do IDE no Estado do Rio de Janeiro.

O resultado é gratificante para o município, mas me preocupa, pois para um estado que vai sediar a Copa do Mundo, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, o mais importante seria a obtenção de um resultado equitativo, o que garantiria um significativo desenvolvimento esportivo em todo o Estado do Rio de Janeiro.

11 Superintendência de Desportos do Rio de Janeiro.

12 Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, destinada à viabilização de projetos sócio-esportivos.

O Programa Segundo Tempo na Visão dos Gestores: Parceiro de Entidade Privada sem fins lucrativos

Rui de Oliveira¹

Boa tarde a todas e todos. Quero agradecer o convite, dizendo que muito nos orgulha estar aqui. É uma honra para nós poder socializar com vocês as nossas experiências.

Para situá-los, quero apresentar o Instituto Contato², que é uma organização da sociedade civil sem fins econômicos que já existe há 20 anos. Nossa organização trabalha com foco voltado para a garantia de direitos e a construção do futuro. Temos várias ações nesse sentido, entre elas, destaco: a questão ambiental, a educacional, o esporte e o lazer, e em cima disso que procuramos construir as nossas ações.

Falar do Programa Segundo Tempo é compartilhar um pouco de uma experiência que acumulamos desde 2003. O Programa Segundo Tempo representa uma experiência nova do ponto de vista de gestão em projetos sociais esportivos. Nesse sentido quero dizer que começamos a implementar no Brasil uma nova fase de compreensão do que é o papel das entidades do chamado Terceiro Setor. Falo isso sob o ponto de vista de quem está à frente de uma entidade sem fins lucrativos, a qual tem um entendimento claro do papel do Estado em relação a projetos

1 Representante do Instituto Contato (Florianópolis, SC).

2 Maiores informações sobre o Instituto, acesse o site: <www.institutocontato.org.br>.

sociais. Nesse sentido, podemos ver uma mudança efetiva de concepção entre o papel do Estado e as ONGs.

O Governo Federal passa a ver as entidades do Terceiro Setor como parceiras que compartilham responsabilidades, e não como entidades que devem substituir o papel do Estado. O governo Lula mudou radicalmente o modelo anterior. Tínhamos uma experiência na qual o Terceiro Setor substituíra o papel do Estado, coisa com que não concordamos, pois achamos que o Terceiro Setor pode contribuir com muitas ações positivas. Mas o poder público tem como prerrogativa cumprir com as suas atribuições constitucionais e por isso achamos que a nossa participação nesse processo é de auxiliar, de complementar e nunca de substituir ou de subjugar o papel do Poder Público.

Acompanhamos com muita satisfação o papel do Ministério do Esporte e queremos que ele continue nesse caminho, estabelecendo procedimentos determinados e padronizados. O Ministério tem feito o controle das ações e execução dos seus programas. monitora, acompanha, orienta, determina e, se necessário, pune o que está errado e elogia o que está certo. Isso é o papel do Estado! Não pode ser uma transferência mecânica de recursos financeiros, em que o conveniado faz o que bem entende e determina as suas próprias ações.

É bom deixar claro que, quando falamos de Programa Segundo Tempo, estamos falando de um programa voltado para o interesse público e com recursos públicos. Para garantir isso, existe um aparato democrático que deve ser observado e que deve ser seguido. Acho que essa é a grande mudança de paradigma neste momento, e o fato de estamos aqui reunidos é uma clara demonstração dessa mudança.

Acredito que possivelmente alguns aqui pensem que este é um encontro de despedida, mas, como não faço parte do Governo, posso tomar a liberdade e dizer que estou muito satisfeito com a ideia de estar aqui e poder contribuir com a continuidade do Programa Segundo Tempo para o próximo Governo.

O Instituto Contato é extremamente preocupado com a questão do gênero. Teremos um elemento simbólico e importante para o próximo período com a eleição de Dilma Rousseff. Isso possibilitará que, no imaginário de cada menina que faz parte do Programa Segundo Tempo, seja criada a perspectiva de empoderamento, de reconhecimento e de valorização. Isso é um detalhe para o qual os professores de núcleos precisam se atentar. Esse simbolismo materializado na eleição de uma mulher para a Presidência da República terá significações positivas em todo o País.

O Instituto Contato se identificou com Programa Segundo Tempo, sobretudo pela forma como ele trata o tema gênero, raça e etnia. O programa tem princípios norteadores muito bem definidos que vão além da prática do esporte, por isso buscamos a parceria com o Ministério. Esses princípios buscam a transformação social e a superação desses preconceitos tão arraigados em nossa sociedade. Essa foi e é para nós uma questão estratégica a qual julgamos ser imprescindível.

O nosso trabalho em Santa Catarina está muito comprometido com a necessidade de aperfeiçoar e qualificar cada vez mais os profissionais envolvidos no Programa Segundo Tempo. Sou da área da Psicologia e acredito que a maioria dos aqui presentes é da Educação Física. Sabemos que infelizmente existe um fosso muito grande que separa a formação da capacidade profissional. Nossas universidades, sejam elas públicas ou privadas, em geral formam profissionais com baixa qualidade. Isso requer que criemos

continuadamente capacitações e formação tanto para aqueles que acabaram de se formar, quanto para aqueles que já estão há mais tempo no mercado de trabalho.

Diante disso, tivemos a iniciativa de estabelecer parcerias importantes em dois níveis: No primeiro nível com a Eletrosul, que é subsidiária da Eletrobras e com a Fundação Banco do Brasil. Ambas são nossas parceiras, na contrapartida financeira do Programa Segundo Tempo em todo o estado. No segundo nível, buscamos “aumentar os olhares” dos atores e agentes que estão inseridos no programa. Temos 153 parceiros locais que se dividem entre prefeituras, associações de moradores, universidades, ONG, empresas privadas e clubes esportivos. Esses parceiros locais estão distribuídos em 97 municípios por meio de 250 núcleos do Programa. Ressalto que são esses variados olhares, essas múltiplas responsabilidades que fazem com que mais pessoas e organizações possam assumir suas funções diante de uma ação que não é privada, mas sim, pública e, como tal, deve ser tratada com o rigor e funcionamento necessário. Essa tem sido nossa preocupação.

Está previsto nas diretrizes do Programa Segundo Tempo o modo como este é gerido. A estrutura de gestão e organização que o Ministério passou a utilizar recentemente se aproxima muito da que já utilizávamos em 2007. No início do nosso convênio, o Instituto Contato já possuía uma equipe com diversos profissionais: desde o princípio já tínhamos uma equipe multiprofissional, formada por professores de Educação Física, jornalistas, administradores, contadores, pedagogos, entre outros colaboradores. A partir da adoção, por parte do Ministério, da figura dos coordenadores setoriais, nos sentimos bastantes satisfeitos com a mudança, pois já vínhamos trabalhando nessa lógica. Nossos professores de Educação Física, que já atuavam conosco, passaram

automaticamente a manter suas funções com a denominação de Coordenadores Setorial e Pedagógico. Com isso, continuamos mantendo o importante diálogo com nossos coordenadores e monitores de núcleos e a divisão de responsabilidades com nossos parceiros.

Mesmo com esses avanços, fomos além. Em paralelo às atividades com os núcleos, buscamos dialogar com Prefeito, que é o gestor municipal, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o Secretário de Esporte ou de Educação, com o Presidente da Associação de Moradores, com as famílias e com as crianças.

Costumo citar como exemplo em nossas capacitações uma medida simples, porém significativa, que tomamos: por meio de uma circular para todos os professores e parceiros locais, “proibimos a reunião dos pais”, nos núcleos. Na circular justificamos que a maioria dos presentes nessas reuniões eram as mães e não os pais. Com isso, passamos a trocar o nome de “reunião dos pais” para “reunião da família”. Uma simples medida que possibilita refletir sobre a adoção da linguagem de gênero e também uma maior compreensão das variadas diversidades econômicas e culturais. Diga-se de passagem que em nosso Estado enfrentamos adversidades climáticas que castigam nosso povo, hora com chuvas, hora com intenso frio. Isso dificulta em vários aspectos o funcionamento das atividades e também a cultura regional.

O Programa Segundo Tempo passou a ter um significativo avanço com a adoção das Propostas Pedagógicas de Núcleos, a nossas conhecidas PPN. Esse foi um avanço extraordinário do ponto de vista qualitativo dos núcleos. Porém, julgamos que ainda temos muito a avançar para alcançarmos sua plena efetivação. As PPN estabelecem duas linhas de raciocínio concretas: uma

está no campo teórico, muito bem fundamentada e elaborada, seguindo um caminho necessário que não tem volta e que deve ser perseguido. A outra é onde encontramos um grande desafio, que é o de tornar essa teoria uma prática concreta diária, e isso não é tão simples e mecânico. Não é uma “coisa tão fácil” de ser implementada. Essa ação mexe com culturas, muda pré-conceitos e, da noite para o dia, enfrenta resistências. É, portanto, um processo que temos que enfrentar no dia a dia.

O Programa Segundo Tempo é muito rico e muito importante do ponto de vista das suas características e generalizações. Ele é plural, não é uma “escolinha de rendimento”, mas sim, uma escola de cidadania e, vista como tal, permite múltiplas facetas de atuação, uma riqueza de variadas experiências. Caracterizadas pelo dinamismo e múltiplas possibilidades de interação, vou citar aqui, dentre as várias experiências que temos, três exemplos:

A primeira são as “caravanas”. Em uma de nossas cidades, os núcleos visitam pontos turísticos do município e terminam o passeio dentro do gabinete do Prefeito para terem uma audiência coletiva. Lá, a criança manifesta suas reclamações ao Prefeito, desde o buraco da rua, a pedido da família, pois esta sabia que seu(sua) filho(a) iria ser recebido(a) pelo Prefeito, a até questionar por que o Prefeito não pode distribuir balas para seus pequenos visitantes. Temos percebido que o significado gratificante que fica é a possibilidade de tornar essas crianças e jovens protagonistas, pois estes conseguem acessar a figura de poder instituído no município, que é o Prefeito. Isso pode mudar muitos paradigmas de construção de uma criança no futuro.

A segunda experiência são os Conselhos da Família: são constituídos por pais e mães que se reúnem periodicamente para discutir o Programa Segundo Tempo. São reuniões que não

apresentam apenas fotos, relatórios ou prestação de contas, mas buscam compartilhar decisões e rumos para o PST, é a comunidade interagindo e definindo rumos para o núcleo.

A terceira experiência é fruto de uma experiência piloto de uma universidade parceira nossa. Para enfrentar a problemática da violência no bairro, a universidade desenvolveu uma tecnologia específica. As crianças tinham dificuldade de deslocamento de suas casas para o local de funcionamento do núcleo. No trajeto essas crianças passavam por um bairro onde ficavam expostas à violência. Como solução ao problema, os professores e estagiários se revezavam para acompanhar as crianças, de suas casas, passando pelo bairro vizinho, até o local do núcleo. Apesar de uma distância curta, feita a pé, era uma situação de exposição de risco aos participantes do programa. Ao final das atividades, novamente elas eram acompanhadas até as suas casas. Utilizamos esse modelo para resolver situações semelhantes em outros bairros com conflitos sociais.

Em relação ao lanche, posso dizer que, em muitos aspectos, trata-se do principal motivo de participação das crianças. É um dos elementos principais que levam a criança a participar do núcleo, porém, temos que enfrentar ainda as dificuldades com relação à qualidade, pois esta está subordinada ao limitado orçamento previsto para a ação. Acreditamos que temos que evoluir, pois, salvo raras exceções, o PST é um dos poucos projetos sociais que fornecem reforço alimentar. Sabemos das limitações orçamentárias do Ministério do Esporte, por isso achamos válida a possibilidade de buscar parcerias interministeriais, como, por exemplo, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esta é uma alternativa que pode ser resgatada. Apesar de o nosso cardápio ter sido recomendado pelo Ministério, julgamos que ele ainda poderia melhorar muito.

Também destaco nossas particularidades em relação à logística de distribuição dos materiais esportivos. São 97 municípios que temos que cobrir com nossa limitada infraestrutura. Esse é um desafio que enfrentamos, mas quero compartilhar com vocês outra dificuldade. O Instituto Contato tem um convênio com o Ministério do Esporte por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, a qual libera o material esportivo, fazendo o pedido para o Programa Pintando a Liberdade³, que, por sua vez, encaminha o material “em tese” para o Instituto Contato, que, “em tese”, deveria encaminhar todo o material para os núcleos. Mas infelizmente nem sempre isso é possível. Conclusão: o núcleo não recebe o material.

Foi assim no nosso convênio nos últimos dois anos. Recebemos uma parte da primeira parcela do material no primeiro ano e não recebemos até o momento mais nada, e essas são responsabilidade e prerrogativa do Ministério do Esporte. Mas nos perguntamos: O que é que devemos fazer? Cruzamos os braços e crucificamos? Jogamos pedra na vitrine? A gente tem que procurar, diante do problema, encontrar a solução. Sabemos que o núcleo perde evidentemente qualidade sem o material esportivo.

Abro uma ressalva aqui para dizer que o material do Pintando a Liberdade tem, por de trás do discurso crítico e muitas vezes ácido por parte de muitos professores, um papel social extraordinário. Pois conhecemos a sua construção e origem, seja no Pintando a Liberdade, seja no Pintando a Cidadania⁴.

3 Desenvolvido pelo Ministério do Esporte, promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário, por meio da confecção de materiais esportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados e recebem salário de acordo com a produção.

4 Promovido pelo Ministério do Esporte e que tem por objetivos a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o seu ingresso no mercado de trabalho. Os rendimentos são divididos conforme a produção.

Mas é fato que temos um problema entre a quantidade, qualidade e o fornecimento deste material. Mas diante dessa situação procuramos a solução. Buscamos, junto aos nossos parceiros locais e com as contrapartidas que constituímos, tentar suprir essas deficiências. Mesmo sabendo da queda na qualidade e desenvolvimento das atividades, essa situação não poderia ser um elemento limitador ou impeditivo. Então dizemos: “se estamos nesse barco, vamos ter que remar juntos para tentar solucionar e resolver o problema”. E assim o fizemos, mesmo com limitações, junto aos nossos parceiros. Mas ainda aguardamos o retorno do Ministério em relação à reposição desse material.

Quero falar também um pouco da nossa visão e experiência sobre o Recreio nas Férias. Para muitos, pode ser algo novo, para outros, algo desconhecido. Também pode ser encarado como um gasto. Mas, para nós, o Recreio nas Férias passa a ser uma necessidade estratégica para o Programa Segundo Tempo. Sabemos que não são todos os convênios que aderiram ao Recreio, mas para aqueles que aderiram foi uma experiência inesquecível, de que se ouve falar: “olha, sem Recreio não dá”.

Acho que é uma conquista importante a que precisamos dar continuidade, pois o Recreio nas Férias passou a ser o diferencial, o combustível para o Programa Segundo Tempo. Ele mobiliza o município e, no nosso caso, existem municípios em que o Recreio nas Férias passou a ser o evento da cidade. Em municípios pequenos ele envolve toda a comunidade, e este é o nosso grande foco.

O Recreio nas Férias, além de desenvolver arte, cultura, cidadania, respeito e lazer, também possibilitou uma visão estratégica em relação ao que almejamos: o envolvimento direto da comunidade. A partir da primeira edição, tivemos

uma experiência muito rica e, na sua segunda edição, em julho de 2010, repetimos esta com sucesso. Foram as cozinhas comunitárias. Para nós e nossos parceiros, em sua maioria prefeituras, seria muito fácil utilizar a infraestrutura das cozinhas nas escolas e as merendeiras e cozinheiras das próprias escolas no preparo da refeição. Mas, como para nós é importante envolver as mães, encontramos aqui uma oportunidade. Na nossa primeira edição do Recreio nas Férias a estratégia pontual de envolver as mães na produção das refeições gerou críticas positivas. As mães que não participaram questionaram nossos professores sobre os motivos pelos quais elas não foram convidadas para fazer a refeição para seus filhos e filhas. Tivemos a grata satisfação em perceber que essas mães desejaram participar efetivamente do projeto.

Já para a segunda edição tornamos isso uma política. Buscamos incorporar as famílias no planejamento, na discussão do que tem ser essa colônia de férias, ou como a conhecemos, o Recreio nas Férias. Surgiram opiniões de todo o tipo, de todas as formas. Por fim, conseguimos envolver diretamente as famílias no processo de organização e execução do Recreio nas Férias. Isso se deu de tal forma que em determinados núcleos o professor coordenador não podia entrar nas cozinhas, e as mães falavam: "Olha, isso aqui a gente cuida, vocês nem se metem". Isso para nós é importante, é poder compartilhar essas responsabilidades.

Do ponto de vista do acompanhamento do Programa Segundo Tempo, vou ser breve, mas na verdade este era o ponto que mais gostaria de aprofundar, porém o tempo já se esgotou. Quero dizer a vocês que identificamos um avanço para o programa com o papel das Equipes Colaboradoras. Mas primeiro tenho que resgatar uma coisa: em Santa Catarina, o Instituto Contato já convive com o Programa Segundo Tempo desde 2004. Em 2006 conveníamos

com o Ministério do Esporte e de lá prá cá é gritante a mudança no Programa. Quem conheceu o Programa Segundo Tempo desde o início, se der hoje um pulo histórico no tempo, poderá dizer, de maneira geral, que o Programa é o mesmo apenas no nome. Mas na sua gestão, funcionamento e metodologia, estamos falando de outro Programa Segundo Tempo.

Isso pode se dividir em três momentos que quero socializar com vocês. O primeiro momento foi no lançamento e implantação do Programa Segundo Tempo; o segundo momento, na mudança que se estabeleceu, sobretudo, a partir de 2007 com a primeira capacitação presencial, na qual participamos no encontro que aconteceu na cidade de Gramado (Rio Grande do Sul); e o terceiro momento é o que temos agora como desafio: compreender melhor o papel das Equipes Colaboradoras.

Todas as partes precisam compreender os seus papéis. A Equipe Colaboradora, o Ministério do Esporte e os conveniados com o Ministério. Nesse sentido, quando digo acompanhar, refiro-me a acompanhar de fato. Não se resume a acompanhar apenas durante as capacitações, isso deve ser permanente.

No que se refere a “colaborar” com as mudanças necessárias e avanços no programa, é necessário que as Equipes Colaboradoras conheçam a gestão dos convênios. Existem parâmetros legais como, por exemplo, a Lei 8.666, de 1993, promulgada pelo Governo Federal, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, a qual deve ser seguida de maneira rigorosa. Agora, a gestão e o funcionamento de cada convênio carregam consigo particularidades e as Equipes de Colaboradores precisam conhecer mais as particularidades de cada gestão, de cada convênio. No nosso caso sentimos muito a falta desse procedimento.

Anteriormente, na gestão do Programa Segundo Tempo, tínhamos apenas as funções de coordenador geral de convênio e professor coordenador de núcleo. Hoje o Ministério avança ao criar as funções de coordenadores setoriais e coordenador pedagógico. A equipe de colaboradores precisa, necessariamente, levar em consideração isso e, quando a gente fala de acompanhamento, se é que é de fato acompanhamento, não pode ser encarado como uma fiscalização na prática. Portanto, os coordenadores setoriais deveriam estar acompanhando rigorosamente todo o controle e o trabalho dessas equipes. Haja vista que, no dia a dia, são os coordenadores setoriais, pedagógico e geral que estarão lá desdobrando as ações e orientando os núcleos. Conhecer os gestores e a gestão dos convênios é fundamental. Para isso estamos propondo um encontro nacional dos entes conveniados com o Ministério para discutir esse tema.

Para encerrar, quero dizer que sentimos em nosso estado, infelizmente, o poder público municipal e o estadual, em certa medida, acomodados com o Programa Segundo Tempo. No nosso convênio, queremos estabelecer parâmetros de diminuição das metas e ampliação do papel dos municípios enquanto proponentes. Achamos que nosso papel, enquanto organização do terceiro setor, deve ser de redução em nossa participação e não de ampliação. Infelizmente, por parte de muitos municípios, ainda está presente uma atitude de acomodação perante essa situação.

Por fim, agradeço a atenção de vocês e agradeço o convite do Ministério do Esporte. Muito obrigado!

Avaliação Pedagógica do Programa Segundo Tempo

Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira¹

O Programa Segundo Tempo, por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e Ministério do Esporte, vem mantendo uma aproximação saudável entre a academia e a gestão do esporte educacional no Brasil. Desde o ano de 2007, há uma forte influência e participação de profissionais que atuam no processo formativo da Educação Física e a proposta pedagógica e administrativa do PST. Com isso temos verificado um repensar e também uma nova forma de se discutir e estudar o PST por parte dos profissionais da área.

Para o Programa Segundo Tempo, essa aproximação é imprescindível para que se consolide socialmente. Pode-se dizer que houve avanços, não tenho a menor dúvida! Nós avançamos significativamente com a proposta pedagógica do programa. No início dos trabalhos, quando um coletivo de professores elaborou a primeira versão dos fundamentos pedagógicos do PST, recebemos várias críticas, o que fortaleceu a necessidade de revisões e se colocou como um ponto significativo para o estágio em que estamos hoje. Disso não restam dúvidas!

As críticas iniciais recaíram sobre o fato de que a proposta mais se caracterizava como uma colcha de retalhos, com muitas fragilidades teóricas e sem consistência, o que indicava a necessidade de avanços e reformulações.

1 Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo. Universidade Estadual de Maringá.

Bem, aqui nós temos que fazer um testemunho: se não tivéssemos uma gestão da SNEED paciente, com objetivos claros para as reformulações do programa, metas e uma boa discussão conosco, o grupo acadêmico que estava ali assessorando teria tranquilamente abandonado o barco. Várias vezes o Júlio Filgueira (ex-secretário da SNEED) me chamou para indicar que havia muita discussão e crítica sobre a proposta que apresentamos. Ele dizia: “Olha, Amauri, estou com um documento de 30 páginas de indicativos sobre a proposta feita...”; “Amauri, olha, me encontraram num Congresso, me bateram muito”. Eu falava a ele: “Calma, Júlio, isso é um processo, a gente tem que ter paciência, temos que ouvir o que a comunidade que está participando do Programa aponta”. Então centramos nossos esforços nas capacitações.

E uma situação dessas é difícil para um gestor aguentar e, naquele momento, o Júlio estava com a gente discutindo para saber com quem estávamos nos vinculando, para onde estávamos indo, etc. Naquele momento ele era colocado em xeque! Por isso, sempre que posso e que tenho oportunidade, eu valorizo esse sujeito, ressalto sua postura profissional, sua postura política e a responsabilidade política de manter uma proposta e suportar as pressões, acreditando, sempre, que nós pudéssemos avançar com o Programa Segundo Tempo e com a sua administração e gestão pedagógica.

O entendimento da equipe da SNEED era de que a proposta organizada estava sincronizada com as necessidades daquele momento. Ela possuía fragilidades, não somos inocentes nem ingênuos a ponto de não entender isso, mas ela precisava ser apresentada e analisada pela comunidade diretamente envolvida. Era o que a gente defendia e ela estava sustentada pela SNEED, que apostava na proposta e na equipe que estava organizada para realizar a sua defesa.

Nossas dúvidas quanto ao caminho e proposta se diluíram depois do resultado que conseguimos no I Ciclo de Capacitação do PST, no qual 95% das pessoas que participaram conosco (foram 5.300 pessoas capacitadas no Brasil todo) expressaram sua opinião, de modo positivo.

E conseguimos sucesso, pois nunca tivemos esse tipo de trabalho. O trabalho da formação continuada foi muito importante e valorizada por todos que nele participaram. Os conhecimentos são importantes e foi importante tê-los reapresentado à comunidade envolvida, pois todos tiveram isso no processo de formação básica, mas não tiveram da forma como nós estávamos organizando e aplicando à realidade deles. Mas, por outro lado, nós tínhamos também algumas fragilidades do próprio grupo que era o entendimento e a vivência com a própria realidade que esses sujeitos enfrentavam nos núcleos.

O grupo não tinha *expertise*, por exemplo, da vivência com os núcleos, com os trabalhos do Programa. Mas o grupo se prontificou a organizar um corpo de conhecimento para disponibilizar referenciais teóricos e metodológicos a quem estava na ponta e houve essa interação que foi extremamente rica, um processo de crescimento até mesmo para repensar a formação que estávamos oferecendo aos nossos profissionais na área da Educação Física nos cursos de graduação.

Perguntávamos-nos: em que medida que esse processo formativo estava sendo eficiente? E os dados que ouvimos aqui muitas vezes nos surpreenderam, pois continham informações como, por exemplo: o programa está com 95% de aceitação, ele está indo bem, tem dados estatísticos importantes e significativos para nós. Da mesma forma, existia uma imagem de que quem tocava o Programa Segundo Tempo eram pessoas leigas, pessoas

que não tinham vínculos com a área da Educação Física. Pasmem: 95% dos profissionais que estão à frente do Programa Segundo Tempo são profissionais formados em Educação Física. São graduados. Destes 95%, de 35% a 40% já são pós-graduados, ou seja, podemos exigir desses sujeitos.

Um aspecto ainda muito frágil é observado quando pegamos os planejamentos pedagógicos, aí percebemos que ainda existem deficiências nos processos formativos institucionalizados em nosso país e isso precisa ser revisitado, precisa ser mais bem organizado e discutido pelos nossos pares. A Equipe Gestora assumiu uma responsabilidade ainda maior ao receber essa indicação favorável de 95%. A partir dessa informação, soubemos que nossa responsabilidade aumentava muito mais. Sem dúvida que a responsabilidade aumentou e a gente estava muito feliz e acreditando que o processo deveria ter continuidade e tentar avançar. Ao mesmo tempo essa situação nos fez refletir sobre como estavam sendo formados nossos profissionais. Essa aprovação, esse entendimento e essa dificuldade que conseguimos constatar provocaram a seguinte reflexão: se os coordenadores valorizaram tanto esse material nas capacitações, mesmo não conseguindo fazer, por vezes, relações das temáticas e, por vezes, não discutiram ou conseguiram entender que paradigmas que estavam subsidiando cada tema, percebemos que precisaríamos avançar.

As carências pedagógicas dos nossos profissionais, que vão para o cotidiano dos núcleos, na lida efetiva com o trabalho profissional são muitas e variadas. Eles têm dificuldades inclusive em enxergar sua função, dificuldade de como ser pró-ativos dentro daquela ação. Digo isso com certa bagagem, pois nosso histórico com a Educação Física nos possibilita afirmar essa fragilidade. O graduado vai para sua ação e fica perdido, não sabe o que vai

fazer. Temos que refletir sobre isso. Certo que essa situação não é exclusividade da Educação Física, mas, como estamos falando de nossa área, vamos cuidar do nosso quintal. Mais uma vez vou dizer: sempre que posso, eu chamo atenção de todos vocês para pensarmos os nossos cursos de formação, precisamos refletir sobre essa questão.

Precisamos saber o que significa trabalhar efetivamente com projetos sociais e quais saberes são necessários para tal. Precisamos refletir mais sobre isso, sobre a dificuldade em se trabalhar com projetos sociais dessa natureza e as exigências que estão para além dos conhecimentos adquiridos no processo formativo. Nosso aluno precisa saber que tipo de olhar tem que dominar para atender a essas comunidades. Haja vista as experiências que tivemos no I Ciclo de Capacitação, no qual, muitas das pessoas que participaram conosco no processo, ao término da capacitação, disseram: “acho que estou no lugar errado, não vou pra lá não”.

Ou seja, essa pessoa sabia que iria trabalhar com garotos e garotas em situação de vulnerabilidade social, em área de riscos, enfrentando muitas dificuldades e, percebendo seu limite, preferiu ir para as academias e *fitness*.

Então, são pontos de vista diferentes e o preparo também tem que ser diferenciado e temos que rediscutir essas questões. As reflexões sobre o livro conhecido como *Capa Verde*² nos fizeram chegar a alguns aspectos que deveriam ser mais bem trabalhados. Aqui já é uma análise da própria equipe:

- 1 - Refletir o tema dos Fundamentos e apresentá-lo mais harmoniosamente com as realidades dos projetos sociais.

2 Material Didático para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Impresso pela Gráfica da UFRGS em 2008.

Não que o nosso primeiro texto dos Fundamentos não estivesse bom. Estava, mas havia necessidade de se aproximar um pouco mais a linguagem do entendimento e da aplicação efetiva do que a gente pretende com o Programa Segundo Tempo. Então, nós objetivamos para esse tema uma amplitude maior. De certa forma descomplicamos um pouquinho do que estava apresentado no primeiro livro, apresentando relações mais diretas com o cotidiano dos atores do Programa Segundo Tempo.

- 2 - Rever o tema relacionado ao Desenvolvimento e Aprendizagem Motora e oferecer a ele um encaminhamento mais propositivo de aplicação.

Foi aí que chamamos o Professor Ricardo Petersen³ e a Professora Nádia Valentini⁴, para pensar na aplicação de conhecimentos não só para entender como a criança cresce e se desenvolve, mas ainda, como que ela aprende. Ou seja, como esses conhecimentos devem ser aplicados e trabalhados, tendo por base a consistência teórica dessa área do conhecimento dentro da Educação Física. Foi aí que a equipe se debruçou e trabalhou o tema, de forma mais harmoniosa. Por um lado, deixamos de atender ao objeto da questão da aprendizagem e do desenvolvimento como um todo, mas demonstramos como é que ele poderia ser articulado, fazendo referências ao texto que já estava publicado no livro “Capa Verde”.

- 3 - Aprofundar o tema relacionado às questões de gênero e possibilitar um tratamento especializado ao tema deficiência.

3 Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4 Nádia Cristina Valentini. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nós demos um trabalho para a Ruth Cidade⁵, para o Alexandre Carriconde⁶ e para a equipe que trabalhou o primeiro texto sobre inclusão, deficiência e gênero. Mas eram muitos temas para estarem em um único texto. Conseguimos, então, a grata contribuição da Professora Silvana Goellner⁷ que trabalhou o tema gênero, de maneira especial. Sabemos que a grande quantidade de crianças que participam do Programa Segundo Tempo são do sexo masculino e precisamos entender melhor esse quadro. Temos que dar suporte ao nosso profissional que está à frente do trabalho para entender o tema e como trabalhar e como trazer as meninas para o Projeto. Então dividimos essa preocupação e buscamos aprofundar a discussão.

- 4 – Contemplar o tema Lazer e Animação Cultural no corpo de conhecimentos a serem disponibilizados.

Tivemos a grata satisfação em ter a Monica Monteiro, Angela Bretas e Vitor Melo⁸ e a equipe de estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro que contribuiu conosco na produção de um material específico. Aqui também tivemos uma discussão bem acirrada sobre como entender e adequar esse tema, que é muito denso desde suas origens. Houve muita tensão de tendências e defesa de propostas, mas conseguimos adequar um texto que atende muito bem aos nossos propósitos e está sendo muito bem aceito e entendido pelos nossos parceiros. Avançamos em uma deficiência que tínhamos no trabalho anterior, pois o material não estava contemplado adequadamente.

5 Ruth Eugênia Cidade. Universidade Federal do Paraná.

6 Alexandre Carriconde. Universidade Federal de Pelotas.

7 Silvana Vilodre Goellner, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

8 Monica Monteiro, Angela Brêtas e Vitor de Andrade Melo. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5 – Contemplar o tema Metodologia.

Tudo isso que estamos trabalhando vai resultar num processo que é o entendimento de como se aplicam esses conhecimentos no cotidiano das ações. Eu tive a grata satisfação de trabalhar um texto com a Professora Suraya Darido⁹, no qual procuramos apresentar alguns indicadores de como os coordenadores e monitores podem trabalhar efetivamente esses conhecimentos na prática, sem, contudo, ferir cada uma das abordagens. A ideia é que os procedimentos metodológicos façam o professor valorizar os sujeitos que participam dessa ação, valorizar as atividades e que ele consiga se entender nesse processo, assim como ter a capacidade de ser autônomo no final dela.

6 – Diminuir a complexidade do tema relacionado à Aprendizagem Esportiva, muito forte dentro da proposta apresentada, assim como consistente, mas que, por assim ser, muitas vezes não chegava ao horizonte do nosso sujeito que estava lá na ponta do Programa Segundo Tempo. Com isso, o Professor Pablo Greco¹⁰ e a Professora Siomara Silva¹¹ também conseguiram simplificar um pouco o material apresentado de forma a atender mais aos objetivos do Programa.

7 - Rever o tema Planejamento e oferecer indicativos mais claros.

O planejamento ainda é algo muito difícil, a dose foi excessiva, nós mais complicamos do que simplificamos. No sistema nós já procuramos realinhar isso, simplificamos o processo e oferecemos mais possibilidades aos coordenadores. Nada do que está lá é supérfluo, mas temos que adequar a linguagem de forma mais

9 Suraya Cristina Darido. Universidade Estadual Paulista.

10 Pablo Juan Greco. Universidade Federal de Minas Gerais.

11 Siomara Aparecida Silva. Universidade Federal de Ouro Preto.

fácil para que o monitor e o coordenador avancem. Com isso demos um formato um pouquinho melhor ao nosso bonequinho; talvez ainda não tenha chegado ao ideal, mas já está um pouco mais harmonioso dentro dos conhecimentos que ali estavam apresentados. Creio que nós já avançamos um pouco, mas ainda precisamos e podemos melhorar muito no que diz respeito a uma estruturação e organização dessa proposta pedagógica.

E nesse contexto sai o nosso famoso livro *Capa Branca*¹², que, por uma enorme felicidade, tem sido referência em muitas das nossas instituições e em muitos trabalhos. A partir de 2007, conforme já comentado, conseguimos outro olhar sobre o Programa Segundo Tempo, sobre sua proposta e sobre seu desenvolvimento. E esse segundo livro foi muito interessante no processo todo de capacitação que nós desenvolvemos nos anos subsequentes – 2009 e 2010, pois conseguimos repetir os 95% de satisfação também nas capacitações, fosse ela na infraestrutura e logística, nas temáticas organizadas ou no desenvolvimento dessas temáticas. Ou seja, mantivemos os nossos 95% de aceitação da nossa comunidade, ampliamos, reorganizamos, remodelamos, aprendemos bastante com o desenvolvimento do Programa e da sua estrutura pedagógica, ou seja, avançamos.

- 8 - O nosso segundo livro se coloca como um avanço para a discussão e aplicação do Programa Segundo Tempo. Apresenta-se mais próximo da realidade dos núcleos, os conhecimentos articulam-se de forma mais adequada entre si, diminui-se a apresentação acadêmica dos textos. Isso, ainda não aprendemos direito, pois estamos com uma exposição muito acadêmica de nossos textos dentro dos nossos livros, mas isso é fruto do nosso histórico também, da nossa relação com a academia.

12 Oliveira e Perim (2009).

Precisamos simplificar um pouquinho mais esses textos em um futuro próximo.

Esse segundo livro contemplou novos temas que enriquecem as ações e suas discussões. Contudo, sabe-se que ainda é necessário apresentar-se mais próximo da realidade. Esse livro é muito bonito, muito bem estruturado, mas ainda precisa ser mais efetivo na ponta. Para isso, novas estratégias estão sendo estruturadas pela SNEED como, por exemplo, os vídeos das aulas (temas), cuja produção a Eidilamar¹³ está coordenando e dirigindo.

9 – O maior avanço na proposta pedagógica que sustenta o segundo livro se deu porque os conhecimentos articulam-se de forma mais adequada entre si, da mesma forma que existe a dificuldade acadêmica no processo interdisciplinar. Tal situação repete-se na efetividade da proposta. Mas, vejam, nós avançamos e, mesmo na articulação dos textos na organização de suas apresentações, nós citamos as diversas interfaces com os outros temas do próprio livro, mas ainda acredito que nós podemos melhorar nessa interface na articulação com esses conhecimentos. Pra que isso? Para facilitar o olhar daquele sujeito que está trabalhando no cotidiano dos núcleos com o Programa.

10 - Uma possível estratégia seria encontros mais contínuos entre as Equipes Colaboradoras e convênios. Talvez a necessidade de uma assessoria mais próxima aos convênios, uma parceria mais próxima a todos e com mais tempo para que os nossos avaliadores pudessem dialogar um pouco mais com os núcleos e brincar um pouco mais com os conhecimentos que temos destacados como importantes. Não só para levar os conhecimentos selecionados, mas muito mais para registrar o que os convênios fazem, as

13 Eidilamar Fátima da Silva Ribeiro. Coordenadora do setor de renovações de convênios do SNEED.

experiências que os convênios têm e, assim, enriquecer o material para que a gente possa disponibilizá-lo a mais pessoas.

- 11 - Diminuiu-se a apresentação acadêmica dos textos, assim como, manteve-se um cuidado com a condição heterogênea do país no que diz respeito ao processo formativo. Foi indicado que os temas fossem apresentados, buscando fugir da estrutura estritamente acadêmica e, nesse sentido, conseguiu-se melhorar o que está apresentado no material. Mas estamos nos preparando para, em um futuro próximo, trabalharmos com Educação a Distância, utilizando uma linguagem mais adequada a essa modalidade. Temos ainda que aprender a lidar com essa possibilidade que é fantástica e, com isso, possivelmente, vir a disponibilizar, via Programa Segundo Tempo, um processo de capacitação continuada. O Dirceu Mattos já viu várias formas de sistemas para disponibilizarmos aos núcleos, pensando em como se poderia ter um contato maior com todos os núcleos do país e por mais tempo, ou seja, ficar mais próximo de todos.
- 12 - E o tema relacionado ao planejamento deve ser readequado e simplificado para atender aos novos procedimentos. As novas temáticas e os novos temas contribuíram, sobremaneira, com os avanços e com os olhares, contudo, temos ainda algumas deficiências que precisam melhorar.
- 13 - Retomar a questão da psicologia do esporte porque, quando reorganizamos esse novo material, nós tiramos o texto que a Professora Nádia Valentini trabalhou no primeiro livro. Há reclamações sobre essa retirada, porque o PST trabalha com crianças em situação de vulnerabilidade social, e os conhecimentos trabalhados pela Nadia, de como trabalhar com essa criança, de como conquistar a condição da autoestima desse garotinho que está lá embaixo, são fundamentais. Qual é a nossa função, qual

é o nosso trabalho, quais são os caminhos que nós podemos utilizar? Entendemos que a psicologia possa contribuir e muito conosco nesse processo. Trata-se de um tema que nós não podemos deixar de contemplar na próxima produção.

- 14 - Ampliar a discussão do tema da avaliação, procurando romper com o entendimento único de análise de rendimento. Entender que avaliar é um princípio básico para a superação do estágio atual e avaliar não significa, simplesmente, a visão de *performance* motora. Muito pelo contrário: toda vez que nós advogávamos a condição de avaliar o Programa Segundo Tempo ou avaliar o nosso garotinho, era para criar suporte para ações de intervenções com ele no seu dia a dia. Então creio que esse tema deva ser ainda mais bem trabalhado.
- 15 - De acordo com a enquete realizada junto a coordenadores de convênios e também às Equipes Colaboradoras, a proposta pedagógica tem melhorado de forma consistente. Ou seja, os temas que nós selecionamos são relevantes, as capacitações são contextualizadas e regionalizadas, as Equipes Colaboradoras conseguiram dar o tom em cada uma das regiões do nosso país com as vivências que elas tinham da própria realidade e as visitas aos núcleos aproximou muito a fala dos avaliadores das necessidades e realidades dos coordenadores e monitores. Podemos dizer que os nossos profissionais, num processo de capacitação, já falam com propriedade sobre os temas selecionados e sobre a realidade do núcleo, o que é muito importante.
- 16 - Produção de Planejamento Pedagógico de Convênio (PPC) e Planejamento Pedagógico de Núcleo (PPN) mais consistente. Se pegarmos os PPN ou PPC lá de 2007 e 2008, vamos perceber que há muita diferença em relação aos que temos hoje. Mas

isso teve todo um trabalho e a Gianna e equipe entenderam e estão tendo a paciência pedagógica desse processo evolutivo. Entenderam, também, as cobranças que a gente tem feito e do suporte que está sendo oferecido aos núcleos. Nós temos uma equipe pedagógica que tem analisado o Planejamento Pedagógico de Convênio e a média de troca entre a ida e volta desse material leva de cinco a seis meses. Vai e volta muitas vezes.

17 - Enriquecimento das atividades desenvolvidas. Ainda temos dúvidas se, efetivamente, nós contribuimos com as atividades dos núcleos do PST. Entretanto, de certa forma, estamos cientes de que estimulamos para que coordenadores e monitores, minimamente, repensassem as atividades que desenvolvem.

18 – Envolvimento mais próximo das Equipes Colaboradoras junto aos convênios. Isso foi destacado por vocês e também por todos os coordenadores gerais do Programa Segundo Tempo. Dessa forma, potencializam-se a proposta pedagógica e o envolvimento nas atividades que temos com o Programa Segundo Tempo.

Enfim, já fizemos muitas coisas, mas ainda podemos avançar. Obrigado!

Referência

OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do segundo tempo**: da reflexão à prática. 1. ed. Maringá: Eduem, 2009.

A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: A Equipe Colaboradora

Evando Carlos Moreira¹

Primeiro quero agradecer à organização do evento pelo convite e, posteriormente, apresentar algumas ideias, algumas considerações acerca da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo.

Obviamente falar como representante das Equipes Colaboradoras é sempre complicado em função do número elevado de equipes que temos e, conseqüentemente, dos equívocos que poderei cometer, que são muitas vezes de pontos de vistas divergentes e particulares, mas que podem ser muito significativos.

Antes dessa apresentação, encaminhei para alguns companheiros coordenadores de outras Equipes Colaboradoras e pedi para que analisassem e pudessem contribuir para que não fosse apresentada apenas a ideia do Evando, da Equipe Colaboradora 8.

Eu atuo na Universidade Federal do Mato Grosso e coordeno a Equipe 8, que acompanha as regiões de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Piauí. Vou apresentar a visão das Equipes Colaboradoras acerca da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo.

1 Representando as Equipes Colaboradoras. Professor da Universidade Federal do Mato Grosso.

O primeiro aspecto para que gostaria de chamar a atenção diz respeito aos fundamentos teóricos que a proposta apresenta. O Amauri fez todo um histórico dessa construção que entendemos e acompanhamos ao longo desses anos e vimos que evoluiu muito se considerarmos todo o percurso que tivemos. O início das nossas discussões, os primeiros textos, os primeiros trabalhos, entendemos que esses fundamentos ganharam uma consistência muito significativa. Dessa forma, a primeira questão a ser apontada é o esforço coletivo das Equipes Colaboradoras em consolidar essa proposta que tem dialogado com diversas perspectivas teóricas de Educação Física.

A dificuldade que tivemos inicialmente foi encontrar, dentro das diferentes perspectivas de Educação Física, um discurso comum ou pelo menos mais próximo da realidade local de cada um sem ficarmos nos ocupando de brigas, de discussões acadêmicas, teóricas, e, obviamente, tornar essa proposta sólida foi o nosso ideal desde que nos propusemos a organizá-la.

O segundo elemento é que essa a proposta pedagógica acabou servindo de suporte didático para as capacitações, um elemento extremamente importante desse processo, por quê? Porque não estávamos importando perspectivas teóricas ou elementos didáticos metodológicos, mas construindo-os a partir do acompanhamento dessas equipes e, conseqüentemente, a partir da realidade de cada grupo. A perspectiva é que estamos construindo e fazemos parte dessa construção, não fomos simplesmente convidados para elaborarmos textos sem saber a realidade; daí, obviamente, a possibilidade de acertos e obviamente erros, que também ocorreram, mas, com certeza, muito mais próximos dos acertos.

Outro elemento apontado, ainda na perspectiva dos fundamentos teóricos, diz respeito à forma como esses textos

foram construídos. O Amauri comentou a dificuldade de um acadêmico em construir textos que tenham uma leitura agradável aos que teriam acesso ao material. Então, os textos ou a proposta pedagógica não se apresentam excessivamente densos, mas também não se apresentam de uma forma simplista, superficial e, a partir do momento em que encontramos esse equilíbrio, entendia-se que era o momento de apresentarmos à comunidade atendida esses referenciais, e, obviamente, esse equilíbrio se caracterizou principalmente a partir do segundo ciclo de capacitações, como apontado também anteriormente.

Outro elemento é que, por apresentarem esse equilíbrio entre o mundo acadêmico e uma linguagem mais acessível, mais coloquial, os textos se tornaram mais palatáveis aos coordenadores de núcleo e, conseqüentemente, aos seus monitores que eram as pessoas mais importantes desse processo e que operacionalizariam esses fundamentos teóricos na ponta do sistema, junto às crianças, aos jovens e aos adolescentes.

Apesar dessa leitura acessível e da compreensão dos fundamentos teóricos pelos recursos humanos do convênio, por vezes, a gente tem observado a dificuldade da utilização desses elementos na elaboração dos planejamentos pedagógicos dos convênios e dos núcleos. Obviamente, esse é um assunto a ser debatido posteriormente, visto que a proposta da palestra é abordarmos a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, mas entendemos que isso faça parte. Ou seja, nós ainda não conseguimos, a partir das visitas, a partir de toda essa rede de acompanhamento que foi constituída pelo Ministério do Esporte, verificar a operacionalização desses fundamentos teóricos nos projetos pedagógicos dos convênios e dos seus núcleos.

Outra questão apontada sobre os fundamentos teóricos se refere à necessidade de apresentarmos um elemento ou elementos importantes para o ensino do esporte. Além desses fundamentos teóricos que apontamos, sugerimos uma análise cuidadosa para a perspectiva do ensino do esporte. Obviamente, essa perspectiva surgiu com toda a estrutura elaborada por alguns professores, capitaneados pelo Prof. Pablo Greco², e que trouxeram uma perspectiva nova de atuação. E essa foi a nossa opção, naquele momento, para ensinar esporte a partir da lógica que ele há tantos anos estuda. Consequentemente, essa proposta de ensino do esporte estava muito mais voltada ao acesso e à democratização das práticas esportivas do que à busca de talentos esportivos. Esse é outro contexto, é outro momento e não é a finalidade dessa apresentação.

Os textos específicos e uma análise das propostas pedagógicas sobre a aprendizagem motora e organização do esporte são fundamentais e necessários à proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, pela sua natureza técnica. Em alguns casos sua compreensão e utilização não são muito simples, como identificamos nas visitas que realizamos aos núcleos. Entendemos que há uma necessidade de tornarmos isso um pouco mais simples, um pouco mais fácil de assimilarmos, mas obviamente que isso também já está a caminho.

Ainda sobre os fundamentos teóricos, consideramos que as temáticas corpo, gênero, sexualidade e deficiência são diferenciais no programa social de inclusão pelo esporte. Foi fundamental a abordagem dessas temáticas para o Programa, contudo, ainda temos dificuldades em observar avanços práticos nesse sentido quando visitamos núcleos e acompanhamos os trabalhos dos convênios e dos seus respectivos agentes, coordenadores e monitores. Obviamente, entendemos que isso é um problema

2 Pablo Juan Greco, Universidade Federal de Minas Gerais.

da nossa própria área e formação, que durante muitos anos negligenciou esses elementos durante seu processo ou, quando muito, fazia uma pequena menção a esses temas durante uma atividade, o que dificulta a nossa intervenção. Entendemos que também precisam ocorrer avanços e como é que esses avanços podem ocorrer?

Primeiro, nas visitas, principalmente a nossa análise, nosso acompanhamento são muito específicos: verificamos como a proposta pedagógica tem se concretizado, contudo, a perspectiva do gênero, da sexualidade, do corpo ou mesmo da deficiência acaba não sendo ainda trabalhadas com maior efetividade - e isso é uma falha nossa - nossa porque auxiliamos na construção do instrumento de verificação *in loco*, pois deveríamos inserir outros elementos que possam verificar, de fato, se essas questões são pontuadas para além da identificação de quantas crianças são atendidas com deficiência, ou mesmo de quantas meninas ou de quantos meninos, enfim, de elementos que permitam uma avaliação um pouco mais aprofundada.

Quanto aos fundamentos didáticos metodológicos, partimos da ideia de que há uma organização didática para o Programa Segundo Tempo, o que também é um diferencial, principalmente porque temos que considerar que a nossa ação se dá em geral fora da escola ou mesmo no ambiente escolar sem estarmos presentes como componente curricular, como é o caso da prática da Educação Física nas escolas. Isso é fantástico porque é um projeto social esportivo que atende a crianças, jovens e adolescentes e que tem uma organização didática. Em alguns casos, muitos projetos ou outras iniciativas, muitas vezes, não têm essa organização didática e caminham do jeito que é possível, sem orientação nenhuma.

Outro elemento importante é a organização e o desenvolvimento das aulas durante a capacitação. No entanto, nas visitas *in loco*, observamos que as aulas seguem os formatos diretivos e tradicionais, pautados no tecnicismo. O que queremos dizer com isso? Que, mesmo a proposta apresentando esses desdobramentos, afirmando a não-perspectiva da técnica, a não-perspectiva da busca do talento esportivo, ainda observamos práticas pautadas na diretividade, nas perspectivas tradicionais de ensino e, conseqüentemente, pautadas no tecnicismo, isso quando, em alguns casos, encontramos a perspectiva do tecnicismo, porque, quando encontramos, é um elemento que precisa ser considerado, ou seja, há uma possibilidade de mudar? Vamos mudar essa perspectiva técnica? Vamos. Em outros casos você ainda não encontra sequer o tecnicismo. E sabemos desses problemas e não podemos escondê-los nesse momento.

Outra questão que abordamos sobre os elementos didáticos e metodológicos é que a ação de planejar ainda não se incorporou como um hábito dos núcleos e isso obviamente é pautado naquela perspectiva de que o planejamento é uma ação burocrática, cartorial. O que queremos dizer com isso? Como o Amauri comentou, talvez nós tenhamos errado na dose, talvez? Mas, comentava com os colegas que não sei se erramos na dose ou se de fato o processo de formação dessas pessoas que atuam diretamente na ponta está comprometido, porque não acredito, por exemplo, que solicitar a um coordenador de núcleo, que muitas vezes é formado em Educação Física, que ele elabore um texto minimamente adequado com fundamentos teóricos que digam qual é o propósito do seu núcleo, com objetivos claros, com conteúdos minimamente descritos, apresentando seus desdobramentos seja algo tão pesado assim. Penso que isso seja uma ação praticamente obrigatória de qualquer professor, não apenas do professor de Educação Física,

mas de professores de diversas áreas. Enfim, estamos aqui para fazer esses apontamentos e essas reflexões.

Percebemos que os fundamentos pedagógicos, quando utilizados na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Núcleos (PPN), construídos e elaborados nas capacitações, apresentam avanços e o posterior lançamento na plataforma e são muito mais significativos. Foi uma experiência, principalmente desse segundo ciclo, a ideia de sair das capacitações com os projetos pedagógicos concluídos, surtindo efeito quando os projetos eram construídos nas capacitações. Quando isso não ocorria, os avanços eram mais lentos, o projeto ia quatro, cinco, seis vezes para o coordenador geral e em alguns casos ele não era finalizado em tempo. Ou seja, mais uma vez esses elementos pedagógicos não tinham sido incorporados, algo não funcionou bem no percurso entre a capacitação e a concretização do projeto pedagógico do núcleo, dando a impressão, em alguns casos, de que a presença dos formadores durante a capacitação é imprescindível para o processo. Quando de novo, repito, precisamos compreender que o coordenador de núcleo tem esse papel de auxiliar e elaborar essa proposta pedagógica junto com o seu monitor ou mesmo com toda a comunidade que faz parte do Programa Segundo Tempo, a nossa função é esclarecer, tirar as dúvidas, oferecer o maior número de informações possíveis e, conseqüentemente, esse coordenador, que está na ponta do processo, finaliza essa organização pedagógica do convênio. Percebe-se então que a distância física dos coordenadores de núcleo dos formadores acaba dificultando a elaboração dos PPN mesmo com o avanço do sistema. Aliás, temos que considerar também que o sistema avançou muito, na verdade não tínhamos sistema, o sistema avançou bruscamente e isso, em alguns casos, colocou outro impedimento, que é o fato do acesso à ferramenta tecnológica. Às vezes as pessoas têm

dificuldade em acessar o sistema, a dificuldade com o computador, com a internet, ou seja, um problema acabou, solucionamos um e acabamos, porventura, criando outro, mas enfim alguns outros elementos importantes precisam ser pensados.

Os PPN ainda apresentam problemas em sua construção e elaboração e eu listei alguns elementos que entendo que são cruciais e que os projetos pedagógicos ainda não dão conta de fazê-lo. A fundamentação teórica muito frágil em muitos deles, os desdobramentos dos conteúdos, e eu não coloco os objetivos, porque, ao buscar os objetivos, aparentemente estes são mais compreensíveis ou, então, retira-se a ideia central do Programa Segundo Tempo, preenche-se com o objetivo, mas os conteúdos e os seus desdobramentos ainda surgem de forma inadequada. As estratégias de ensino também não são adequadas e a elaboração dos instrumentos avaliativos, em geral, o que você às vezes encontra são aqueles instrumentos que nós sugerimos para a utilização como sendo os instrumentos dos núcleos e, às vezes, a construção que gostaríamos que existisse acaba não ocorrendo. Vale ressaltar que alguns exemplos para cada um dos itens mencionados estão presentes na proposta pedagógica, então, falo do instrumento avaliativo e que, em alguns casos, os coordenadores ou mesmo o convênio não utiliza sequer esses instrumentos que estão pontuados no material pedagógico do programa. Em alguns casos os projetos não contemplam as particularidades do núcleo, são projetos muito genéricos, que não atendem às especificidades locais e encontramos, por vezes, projetos pedagógicos repetidos, dando uma clara demonstração em alguns casos que, de fato, não há uma preocupação profunda, não há um cuidado com a elaboração do projeto pedagógico do núcleo.

As visitas, no plano do discurso - e o que chamo de plano de discurso é a conversa que temos com o coordenador, com

monitor -, os fundamentos e procedimentos didáticos e metodológicos foram incorporados, você conhece? Conheço. Fale-me um pouco e ele comenta: “Eu vi fulano falando, eu participei de tal atividade, eu fui na capacitação”. Contudo, na prática não se observa a presença desses fundamentos pedagógicos, ainda estão distantes do cotidiano das ações do núcleo. E o que observamos são intervenções que remetem, em alguns casos, a práticas esportivas em formato de escolinha. Você pergunta para uma criança: “quantas vezes você vem por semana? Ela responde: três vezes”. Aí pergunto: “e o que você faz?” E ela responde: “Jogo bola, na segunda, na quarta e na sexta”. Ou seja, é o formato das escolinhas esportivas que a gente tem, em alguns casos, o próprio coordenador não compreende a proposta e a perspectiva de diversificar as práticas esportivas, oportunizando o acesso às crianças de diversas modalidades para além de uma única que, por ventura, o núcleo desenvolva.

Algumas ponderações finais: a operacionalização dos fundamentos pedagógicos e dos procedimentos didáticos e metodológicos pelos coordenadores ainda não ocorre na forma devida, isso é fato. Como o Amauri comentou, há a necessidade de estreitarmos ainda mais os laços e as relações entre Equipes Colaboradoras e os convênios, pois isso é muito importante. Segundo: as dificuldades na compreensão da proposta pelos coordenadores de núcleos implicam na dificuldade ainda maior dos monitores, porque os monitores, em geral, são capacitados pelos coordenadores e, se o coordenador, obviamente, teve dificuldade de compreender a proposta, automaticamente, a réplica disso ficará comprometida e é óbvio que já apontamos que é necessário também capacitar os monitores com os formadores. Mas, enfim, esse é outro assunto, e não temos como fazer isso de uma hora para outra, pois é algo bem difícil de ser operacionalizado.

Então os monitores, muitos em processo de formação porque são estudantes, têm dificuldades na apropriação dos conhecimentos, seja porque estão em formação ou mesmo porque em alguns casos sequer são estudantes de Educação Física, porque sabemos que existem alguns casos em que essa realidade ainda existe.

Outro elemento fundamental e que devemos explicitar é que partimos praticamente do zero. Em 2007, tínhamos um grupo de pessoas que se propôs a fazer algo, e isso precisa ser considerado, pois a nossa proposta está num processo de construção. Segundo: não havia uma proposta, ela foi construída coletivamente, então não é a proposta do Amauri ou da Gianna ou de qualquer outra pessoa. É uma proposta de grupo e as nossas vaidades tiveram que ser colocadas de lado para que pudéssemos construir coletivamente uma proposta. Obviamente no que pesem as concepções teóricas que cada um possui, a proposta está aí, tem avançado significativamente no sentido de uma melhoria cada vez maior. Muitas das dificuldades que identificamos são frutos de elementos que transcendem a nossa capacidade de intervenção, tais como, o problema histórico de como se ensinar esporte em nossa área, geralmente pautado na lógica da técnica, do ensino da técnica e da formação tecnicista que ainda persiste em muitos lugares do nosso país. É uma formação pautada na perspectiva da técnica e não de uma perspectiva mais abrangente que considere o indivíduo nas suas múltiplas manifestações. É uma proposta em contínua construção, mas que tem um rosto e uma essência fantásticos, isso não se pode negar. As arestas estão sendo aparadas, mas a essência da proposta está posta e, quando operacionalizada de fato, temos experiências muito significativas, vemos que tendem a dar certo.

Mudança da mentalidade dos gestores e parceiros em todos os níveis, ou seja, o gestor passa a pensar diferente o Programa Segundo Tempo, não é só se candidatar no pleito, implementar o Programa Segundo Tempo no núcleo, no local, e simplesmente desenvolver a atividade do jeito que quer. Existe uma proposta pedagógica que deve ser seguida, então a mentalidade de gestores e a de parceiros têm sofrido essas alterações. E há a necessidade de se compreender que o Programa Segundo Tempo tem uma organização didática, está organizado didaticamente, metodologicamente, e isso não temos como negar, são poucos os projetos esportivos sociais que apresentam fundamentos teóricos e didáticos metodológicos como o Programa Segundo Tempo. Obviamente, sou suspeito para falar disso, mas muitos colegas também comungam das mesmas ideias. São poucos os programas que apresentam essa organização didática e com certeza estamos um, dois, três, dez passos à frente. Essa é a visão das Equipes Colaboradoras acerca da proposta pedagógica.

A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: Coordenação de Núcleo

Armando Dantas Barros Filho¹

Boa tarde a todos e a todas presentes. É uma satisfação estar aqui contribuindo nesse processo de crescimento no avanço das políticas públicas do esporte e lazer do nosso país. Vou falar sobre Caruaru que, para quem não conhece, fica a 132 km da capital de Pernambuco, Recife. A cidade está situada no Agreste Setentrional, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano. A entidade que aqui represento é uma associação sem fins lucrativo, denominada "Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES", a qual oferta Cursos de Graduação como: Educação Física, Fisioterapia, Enfermagem, Biomedicina, Odontologia, Farmácia, Direito, entre outros. Então, vamos trazer um pouco da nossa realidade com o objetivo de socializar a experiência e produção dos convênios do PST executados pela ASCES.

De início, queremos agradecer à Professora Ana Rita Lorenzini (Coordenadora Geral do convênio PST/ASCES), que é uma pessoa que vem modificando a realidade do Agreste de Pernambuco.

Bom, a missão da ASCES é formar profissionais cuja capacitação científica, tecnológica, ética e humanística assegure envolvimento, comprometimento e efetiva contribuição para o

1 Representando os Coordenadores de Núcleo. Associação Caruaruense de Ensino Superior (PE).

desenvolvimento da sociedade. O envolvimento da instituição com o Programa Segundo Tempo se deu a partir de 2005, e nessa época eu era estudante do curso de Educação Física. A partir dali foi que eu comecei a minha vida no Programa Segundo Tempo e ela vem refletindo ao longo da nossa história, modificando atualmente tanto profissional como academicamente.

Os convênios formalizados com o Ministério do Esporte foram: o primeiro convênio foi o 135/2005 com vigência de 12 meses. Na época eu era acadêmico de um núcleo, e nós tínhamos 15 núcleos no geral onde atendíamos a 3.003 crianças. O segundo convênio, que foi o 390/2006, teve mais 12 meses de duração. Aqui a gente ampliou a quantidade de núcleos, foi para 21 núcleos e atendemos a 4.978 crianças. O terceiro convênio, que é o 112/2008 com 26 meses de vigência, trabalhou com 25 núcleos atendendo a 6.780 crianças. Em 2010 o convênio estabeleceu também a formalização do Recreio nas Férias que tivemos em julho, com atendimento em 4.925 crianças em 49 núcleos. Atendemos, nos três convênios citados, modelo padrão do PST, a 14.761 crianças, adolescentes e deficientes com mais 4.925 atendimentos do Recreio nas Férias, totalizando, assim, 19.686 atendimentos no Agreste Pernambucano mediante os convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e a Faculdade ASCES.

A realidade dos convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e a ASCES vem trazendo um caráter interdisciplinar e interinstitucional, ou seja, existe o envolvimento de diferentes áreas do conhecimento como: Educação Física, Pedagogia, Direito e Saúde, bem como, o trabalho de Instituições de Ensino Superior como: ASCES, FAFICA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru - e a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco – Campus do Agreste. Nesse contexto, no convênio 112/2008 foram atendidos 25 núcleos em 12 cidades do Agreste pernambucano,

sendo que a principal cidade é Caruaru, tendo esta uma população de mais de 300.000 habitantes e que, pela sua privilegiada posição geoestratégica no Agreste, torna-se um polo que aglutina mais de 1.200.000 habitantes, residentes em pouco mais de 40 municípios da região citada.

Quanto à estrutura organizacional do convênio 112/2008, temos uma coordenação geral, quatro pessoas envolvidas com o setor administrativo e jurídico, um representante da sociedade civil (OAB – Ordem dos Advogados do Brasil), dois coordenadores setoriais, 25 coordenadores de núcleos, seis orientadores pedagógicos sem custo mesuráveis das instituições parceiras nas áreas de conhecimento e 100 estagiários-monitores.

A justificativa para a implantação do nosso convênio se dá a partir da ideia de que o Programa Segundo Tempo se constitui em atividades de extensão e pesquisa para instituições universitárias, que buscam resolver um problema que vem sendo divulgado em eventos científicos, a partir da pergunta - O quê e como fazer para atender, no Programa Segundo Tempo do Agreste de Pernambuco, a alunos de escolas públicas na busca do exercício da cidadania? Para tanto, investimos no papel da extensão universitária com o objetivo de promover a emancipação das nossas crianças nas atividades ofertadas pelo programa, mediante a articulação de parcerias, tanto interinstitucional como dialogando com o poder público municipal, para viabilizar as ações pactuadas no plano de trabalho.

A experiência interdisciplinar e interinstitucional se constitui em facetas inovadoras e o fato de estar constantemente dialogando com as áreas de conhecimento vem trazendo discussões acadêmicas para o nosso convênio. Nós não temos só acadêmicos

de Educação Física e Pedagogia, mas também das áreas de Saúde (Enfermagem, Farmácia, Biomedicina e Fisioterapia) e do Direito, cada um contribuindo com o seu olhar, com a educação para a saúde, com a arte dramática, com reflexões sobre os direitos humanos, entre outras atividades, a partir dos princípios da ludicidade e da interdisciplinaridade como princípios pedagógicos norteadores.

Acreditamos que a experiência no Agreste vem marcando a região, pois os números estatísticos mostram uma desigualdade muito forte no Nordeste, principalmente, nos municípios onde o Programa Segundo Tempo vem atuando para concretizar o objetivo tratado nas diretrizes do PST – “democratizar o esporte educacional”, atendendo, no convênio 112/2008, a 6.780 crianças, adolescentes e deficientes.

Nas pesquisas e produções acadêmicas, observamos que as instituições parceiras puderam trabalhar de forma mais consciente quanto a sua responsabilidade social e mais próxima dos problemas sociais da região, contribuindo com a formação dos estagiários-monitores. Ou seja, o acadêmico agregou o conceito de engajamento social do Programa Segundo Tempo, incorporando-o como um elemento constitutivo do fazer universitário.

Outra questão sobre o nosso convênio que eu gostaria de destacar é o princípio da interdisciplinaridade, que possibilitou uma troca entre diferentes especialistas, visando à interação real, buscando um eixo central de discussão: o Programa Segundo Tempo. Na nossa instituição temos 100 bolsistas, que é um número expressivo e que a experiência na prática possibilitou um crescimento e amadurecimento acadêmico. Pessoalmente, quero também dizer aqui que foi o Programa Segundo Tempo que me

proporcionou pagar a faculdade, pois não tinha condições pela situação de dificuldades econômicas.

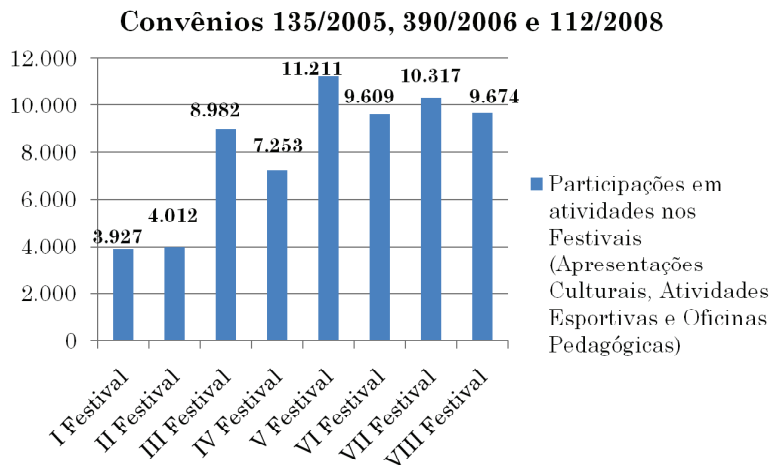
No Programa, além de ter a atuação nos núcleos, nós temos as visitas, as reuniões semanais, os seminários trimestrais para discutir o que vem sendo feito no núcleo, debatendo os problemas e avançando em algumas questões da própria prática no Programa Segundo Tempo. Desde 2005 discutimos a interdisciplinaridade, a qual possibilita pensar na investigação de diversos problemas a partir da diversidade de olhares construídos pelos diversos campos de saber. O princípio da Ludicidade está presente em todas as atividades implementadas, trabalhando a presença do lúdico a partir das contribuições de Bruhns (1993), Huizinga (1988), entre outros, dialogando com os ensaios interdisciplinares.

Em síntese a organização interinstitucional se dá com o diálogo pedagógico da interdisciplinaridade e da ludicidade e esse diálogo ajuda a gente compreender melhor como é o trabalho interdisciplinar. Assim, as intervenções acontecem da seguinte forma: a Educação Física, com as atividades esportivas educacionais e com Educação para o Lazer, promovendo o exercício da cidadania com inclusão social; a Educação com reforço escolar e atividades artístico-culturais, visando à elevação dos níveis de conhecimento e da conscientização social; o Direito, refletindo o lugar da cidadania e dos direitos humanos como conteúdos das práticas lúdicas e educativas; a Saúde, com Educação em Saúde, visando reduzir a exposição dos alunos do PST às situações de risco social. Então, esse diálogo que a gente vem tendo com as instituições de ensino superior, com o poder público, com a sociedade civil é que traz o sucesso para o Programa.

Com relação aos princípios metodológicos, foi adotada uma unidade metodológica relacionada com a problematização do mundo, ou seja, a realidade vivenciada nos núcleos do PST. Essa metodologia favoreceu a problematização mediada pelo conhecimento científico de cada curso e o saber cotidiano dos alunos nas aulas, oficinas e festivais. Esses festivais são importantes porque ajudam a socializar o conhecimento trabalhado nos núcleos, reunindo todos os núcleos, de forma festiva.

Nos festivais há a socialização do conhecimento, que é feita de forma planejada, sistematizada no núcleo. É também uma forma de intercâmbio entre os núcleos, entre os alunos e entre o conhecimento que é ministrado. Enfim, a articulação do nosso processo pedagógico segue os pilares que são: o projeto básico da instituição, o plano de trabalho do núcleo, o plano de aula semanal e o relatório mensal de cada estagiário que fica arquivado em nossa sala do Programa Segundo Tempo. Assim, toda a Equipe Colaboradora que nos visita tem acesso a todo trabalho que é feito, pois toda parte documental está registrada, desde o primeiro convênio. Cada convênio tem uma parte específica: o relatório escrito, depoimentos, fotografias, planos de aula, registro das frequências de alunos, estagiários, coordenadores de núcleo.

Voltando aos festivais: temos o regulamento dos festivais e este não tem caráter tecnicista. Existe para normatizar o que é socializado, de forma lúdica e interdisciplinar, a partir de apresentações culturais, oficinas pedagógicas, atividades esportivas, dando um norte nesse trabalho. O número de participantes nos festivais pode ser observado no quadro abaixo:



Nesses festivais o aluno tem acesso às modalidades de: futsal, basquete, handebol, futebol de campo, vôlei, atletismo, ginástica, judô, capoeira, xadrez, dama; oficinas pedagógicas da área da pedagogia, da área da saúde, dramatização, teatro. O plano pedagógico da oficina é sistematizado com antecedência para que todos tomem conhecimento e é dialogado e produzido de forma coletiva, sendo muito importante no processo dos festivais. Assim, o Programa Segundo Tempo - ASCES proporcionou, ao longo de oito festivais em três convênios formalizados com o Ministério do Esporte, 64.985 participações por meio de atividades esportivas e complementares mediante oficinas pedagógicas.

Por fim, gostaria de apresentar alguns resultados agregados à parceria entre os convênios firmados com o Ministério do Esporte:

- No Recreio nas Férias tivemos a possibilidade de formalizar o primeiro convênio em julho de 2010, que foi inovador para a gente,

foi uma experiência maravilhosa que proporcionou um diferencial em nosso convênio 112-2008;

- Dessa parceria, tivemos também a participação em eventos científicos, levando as produções do que já foi realizado na realidade do Agreste pernambucano. Como exemplo, destacamos a produção do livro *Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania*². O livro traz a questão operacional e conceitual de como a gente entende o Programa Segundo Tempo. Como são subdivididos o trabalho, os núcleos, quais são as cidades atendidas, como é feito esse diálogo interdisciplinar. Agora já estamos produzindo um segundo livro que vai conter uma avaliação dos impactos do PST no Agreste pernambucano;
- Em 2010 estivemos com a Gianna Lepre Perim em Moçambique na África, no Congresso de Educação Física e Esporte dos Países de Língua Portuguesa. No evento foi lançado o livro que citamos acima e também socializamos uma produção dos festivais do Programa Segundo Tempo - ASCES.
- Mediante a produção de conhecimento, também conseguimos o prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social³ na região Nordeste com o relato de experiência denominado *Extensão universitária e inclusão social: implicações do programa o direito na rua da ASCES para o segundo tempo*, dos Professores Ana Maria de Barros e Adilson Silva Ferraz, este último que em 2009 era acadêmico do curso de Direito na ASCES;

2 Lorenzini, Barros e Santos (2010).

3 Prêmio outorgado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, do Ministério do Esporte.

- Em 2010 nos tornamos um núcleo do Projeto Piloto da Ginástica Aeróbica no Programa Segundo Tempo. Afinal, Caruaru tem que ter um polo cultural do PST também, pois é a capital do forró;
- Graças ao Programa Segundo Tempo, hoje também sou gestor municipal de esporte educacional, então, isso vem facilitando bastante a execução das atividades.

Como considerações finais, quero registrar que as Políticas Públicas são suscetíveis de se adequar aos contornos de determinada realidade social. No caso do Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco, pudemos ver que o fato de o convênio ter sido firmado com uma Instituição de Ensino Superior proporcionou que esse Programa se revestisse de particularidades apresentadas anteriormente.

Então, a gente observa o trabalho no ensino, pesquisa e extensão e se vê contribuindo demais. O papel que vem sendo feito pelas Equipes Colaboradoras, o suporte do Ministério e tudo que já foi apresentado anteriormente é o que vai fazer crescer o Programa Segundo Tempo cada vez mais. Muito obrigado a todos!

Referências

BRUHNS, T. H. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papirus, 1993.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LORENZINI, A. R.; BARROS, A. M.; SANTOS, A. L. F. **Programa Segundo Tempo no Agreste de Pernambuco**: a ludicidade e a interdisciplinaridade na construção do exercício da cidadania. Maringá: Eduem, 2010.

A Proposta Pedagógica do Programa Segundo Tempo na Visão dos Educadores: Monitores

Dayse Cássia Alves Medeiros¹

Muito boa noite a todos e a todas. De antemão, antes de começar a minha apresentação, eu gostaria de agradecer à Equipe Colaboradora 03, de Natal, que visitou o meu Núcleo este ano e, de certa forma, o que eles falaram para mim diferenciou o meu olhar. A partir da referência que a coordenadora me deu, consegui ter um olhar abrangente. Estou prestes a me formar no curso de Educação Física e eu vi que era algo novo, então, eu agradeço a essa equipe que veio me visitar. Agradeço também, em meu nome, e em nome do IDESH², a possibilidade de estar aqui neste evento. E pela primeira vez eu vou dar uma palestra para todos vocês.

Eu vou falar um pouquinho sobre o projeto que a gente desenvolve em Maceió. Na visão geral da gente, e também uma curiosidade que gostaria de ressaltar, o novo *slogan* do Programa Segundo Tempo tem uma representatividade muito maior do que o antigo. Porque o antigo dava a representação de apenas o esporte pelo esporte, que era aquele campinho, só que agora muda toda a representatividade de quem está olhando, quem está à frente e participando.

1 Representando os monitores. Instituto de Desenvolvimento Humano (Alagoas).

2 Instituto de Desenvolvimento Humano.

Vamos falar um pouco sobre o que é planejar: é a ação e a reflexão do projeto pedagógico. Ele é um conjunto de princípios que norteiam a elaboração e a execução dos planejamentos e, por isso, envolve diretrizes mais permanentes e que abarcam conceitos que elevam mais a educação. A partir do pressuposto que a gente está fazendo aqui, temos que conhecer o indivíduo como um todo. Temos que saber, também, que ele abarca conceitos antropológicos relativos à existência humana, porque o corpo, ele é historicamente modificado, e essa cultura não podemos negar: desde o nascer, a gente já vai envelhecendo. Precisamos ter isso sempre em mente e, a partir daí, os conceitos de valores – sejam pessoais, morais, étnicos, com relação à raça – e políticos em que há regras e direcionamento hierárquico.

O planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade os objetivos determinados pelo núcleo. A partir daí, fazemos um levantamento da realidade daquele lugar em que nós vamos nos inserir e, a partir desse levantamento, vamos ter que efetivar a nossa intenção no pressuposto de fazer o projeto lá acontecer. O planejamento possibilita a tomada antecipada de decisões a partir de uma estrutura lógica e adequada às realidades nas quais o núcleo se insere. É utópico você falar que você quer trabalhar Bocha ou Tênis de Mesa onde não tem uma estrutura mínima. Por mais que o governo mande material, podemos não ter uma estrutura que possa guardar o material porque no outro dia é roubado. É fundamentalmente um processo de decisão, ou seja, a possibilidade de escolher entre alternativas de ação.

Vasconcellos (2000, p. 24) conclui que,

[...] o projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida consciente e sistematizada, orgânica, e o que é essencial: participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificância de toda a instituição.

Eu enfatizo essa palavra – resignificar – porque nós vamos resignificar o conhecimento daquele alunado, vamos tirá-lo daquela situação em que ele vive, que, para ele, é comum, só que a gente vai mostrá-lo com um panorama diferente.

Lidamos com comunidade muito carente, é de partir o coração quando eles chegam para a gente e “ai, eu vi isso, eu vi aquilo; e aqui é diferente, aqui eu me sinto em casa”. Isso para mim ganha qualquer momento do dia e é a minha realização pessoal.

Só para nortear vocês com relação ao nosso convênio, o nosso convênio é o IDESH. O nosso primeiro convênio com o Ministério do Esporte, IDESH e Universidade Federal de Alagoas foi em 2006 e começou com 50 núcleos e durou cerca de um ano. Foi aí que surgiu a minha curiosidade pelo Programa Segundo Tempo: eu comecei como voluntária, ingressei na Universidade em 2007 e já em 2007 mesmo comecei como voluntária. Já no segundo convênio, teve um aumento de núcleos e nesse eu já virei monitora efetiva, praticamente, estou me habilitando a deixar legados no Programa Segundo Tempo e quem sabe até continuar. A nossa coordenadora administrativa que recebe todos os pedidos é a Andrezza³, a nossa coordenadora pedagógica é a Professora Francis⁴, a minha

3 Andrezza Barros Dias de Mendonça

4 Maria Francisca Trigueiros Lins Britzky.

coordenadora setorial é a Simone⁵ que não pode estar aqui, e a professora do meu do núcleo é a Professora Franciny⁶.

Os dias e os horários de funcionamento do Programa Segundo Tempo são em dias alternados: segunda, quarta e sexta, no período da manhã, das 07h30min às 11h30min, no geral, e das 13h30min às 17h30min.

Então, como foi que construímos o nosso Projeto Pedagógico? Elucidados, claro, pelo projeto mãe do Programa Segundo Tempo. Fizemos um resgate de informações e o adequamos à nossa realidade. Nossa população é de quase 932.000 habitantes, então, vamos lá. Aqui é todo o campus em que a gente trabalha da Universidade, o núcleo do Programa Segundo Tempo se insere dentro da Universidade Federal de Alagoas. O campo de futebol, a pista de atletismo, todas essas estruturas, utilizamos de forma bem proveitosa, posso dizer. As escolas que aparecem aqui na foto⁷ são: Escola Estadual Onélia Campelo, Escola Municipal Maria Carmelita – CAIC – e Escola Municipal Denisson Menezes, são como se fossem polos para nós, pois a incidência dos alunos é grande dessas três escolas, não deixando o fato de a gente atender às crianças circunvizinhas. Só que há um complexo penitenciário, por trás da Universidade, e o índice de criminalidade é altíssimo. Lidamos com vários tipos de representações dos alunos, é impactante para o aluno (beneficiário), para nós acadêmicos (monitores) e também para os coordenadores. Com as informações do IDEB⁸, fizemos um levantamento de dados, em uma escala de 0 a 10: a Escola Estadual Onélia Campelo tem 2%, a Municipal Maria Carmelita

5 Simone Paggi.

6 Franciny Oliveira.

7 Referência a uma foto apresentada durante sua palestra.

8 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

tem um IDEB de 4% e a Denisson Menezes tem 3.3%. Numa região carentíssima de ensino, tentamos modificar essa realidade dos alunos, para que eles vivam e experimentem outro tipo de atividade. Elenor Kunz⁹ fala que o esporte é uma prática social de origem histórico-cultural definida e que precisa ser questionada como conteúdo pedagógico, especialmente em relação às suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que a prática cria e recria.

O Programa Segundo Tempo, desenvolvido no nosso núcleo, atende a uma clientela de baixa renda que reside em sua maioria nas circunvizinhanças da escola, apresentando uma faixa etária que varia entre oito a 15 anos de idade e que participa do programa com o objetivo de ocupar o tempo ocioso com prática esportiva, afastando assim os alunos ou os participantes do envolvimento com drogas, prostituição e violência muito frequentes no bairro. A escola localiza-se em frente à Universidade Federal de Alagoas e na Universidade utilizamos todos os espaços que o Núcleo de Esporte e Educação Física nos possibilita para trabalhar com os integrantes do Programa eles, que são: o ginásio poliesportivo, duas quadras externas, um parque aquático, uma sala de judô, de dança, pista de atletismo e campo de futebol. Fora que a relação é tão estreita com a Universidade, que contamos com a colaboração de um estagiário voluntário do curso de Educação Física - Licenciatura e também com auxílio médico para realizar exames, para antes de se entrar no parque aquático. Então, além da estrutura que a UFAL disponibiliza para a gente, disponibiliza também o voluntário e o médico.

E o nosso objetivo geral, a partir do pressuposto do projeto mãe, é contribuir para a formação de crianças e jovens, melhorando

9 Elenor Kunz. Universidade Federal de Santa Catarina.

a qualidade de vida dos mesmos por meio de um programa de atividades físicas que privilegiam o ensino de esportes nas atividades pedagógicas, de forma lúdica e solidária, desenvolvendo, nos mesmos, o gosto pela prática esportiva, utilizando-a como meio para a aprendizagem e desenvolvimento motor, cognitivo e sócio-cultural. É a aquisição de novos conhecimentos; vou pedir licença também ao professor que utiliza muito esse termo, e de que eu particularmente gosto, que “o conhecimento é espiralado”: você começa da base e, quando você tem um novo conhecimento, você não vai voltar para o anterior, então você só tende a subir, subir e subir como aquisição de valores.

Os nossos objetivos específicos são físico-motor, cognitivo e sócio-afetivo. O físico-motor é demonstrar noções de espaço e tempo em jogos pré-desportivos, compreendendo e executando os papéis determinados para as atividades que combinem movimentos e habilidades fundamentais. O cognitivo é discutir e construir práticas esportivas a partir do reconhecimento das condições oferecidas e das potencialidades do grupo. E o sócio-afetivo é identificar as práticas esportivas relevantes socialmente e buscar informações que permitam aprofundar o conhecimento sobre estas práticas, conversando com os alunos sobre as várias possibilidades que eles podem ter perante a sociedade. É aí que entra o *feedback*, e o aluno, como principal beneficiário do projeto. Não podemos simplesmente passar o conteúdo e “ah, porque eu sou formada, eu sou acadêmica, estou aqui na frente e vocês não podem falar”, então nós trabalhamos sempre com *feedback*, aqueles: Volta à Calma, O que foi que aconteceu? E várias outras coisas que mais à frente eu vou comentar um pouco.

Como vocês podem ver nas fotos da minha apresentação, apresentamos diversas modalidades aos participantes do Programa: basquete, handebol, futebol etc. Houve, ainda, uma

experiência que a Professora Doutora Neiza Fumes¹⁰, que sabe muito da área da educação inclusiva e é uma referência no Estado de Alagoas, fez com os alunos do Programa Segundo Tempo com relação ao Golbol. Então eles ficaram extremamente animados porque eles disseram: “Como é tia? Como é? Essa bola chia?” Ela disse: “É, vamos experimentar, vamos vivenciar e depois vocês falam como é que se sentiram”.

As modalidades individuais que por enquanto trabalhamos são: o atletismo, a natação e o judô. Só que o judô, como não temos um professor específico, isso não quer dizer que os alunos não tenham a vivência no tatame. O que acontece é que na sala de judô eles conhecem os fundamentos básicos, mas o que eles ainda não fizeram foi a luta corpo a corpo, porque a gente ainda não tem material suficiente para fazer isso. É necessário o *kimono*.

Nossas estratégias metodológicas: o nosso trabalho em grupo facilita a relação entre os alunos e os professores, e foi aí que eu mudei o meu conceito e agradeço imensamente à Equipe Colaboradora 03. A cada atividade que a gente faz, explicamos verbalmente e os alunos reproduzem da maneira que eles acham melhor. Dizemos: “Vai pular. Vai saltar”. Eles respondem: “Ah, tia, está errado”. Rebato-lhes: “Não, quem disse que estava errado aqui? Que é que pode dizer que estava errado?” A partir da vivência cultural deles, nós vamos adequando os desafios, criamos uma situação problema: “Você sabe assim? Vamos fazer de outra forma? Vamos experimentar de outra forma? E aí, gostou? Não?” Pois o corpo é historicamente modificado assim como sua aquisição de conhecimento. Após a atividade realizada, criamos meios para que os alunos pratiquem aquela atividade determina, respeitando sempre a individualidade de cada um, e

10 Neiza de Lourdes Frederico Fumes. Universidade Federal de Alagoas.

são trabalhados a coordenação, a flexibilidade, todo o espaço de tempo físico.

Trabalhamos temas transversais com eles, que também são de extrema importância, porque lidamos com crianças de alto risco. Às vezes elas contam: “a gente assiste filme que todo mundo se dá bem, mas lá em casa, tia, acontece que meu pai bate na minha mãe... eu não tenho o que comer” e assim sucessivamente. Trabalhamos com temas que a façam refletir sobre isso e vejam o impacto na sua vida. Fazemos resgate de brincadeira e brinquedos populares e também fazemos oficinas de construção com material reciclável. Nós as convidamos a participar, “o que tu sabe sobre brincadeiras de amarelinha, pega ladrão”? A gente vai reviver, e, juntando com os resgates também de nós, monitores, vamos trazer para eles (beneficiários) nossas brincadeiras vivenciadas.

O nosso Processo Avaliativo, nós fazemos três: o primeiro é feito por meio da equipe junto aos alunos no final de cada aula. Depois, é feito mensalmente, pela equipe, em que a gente vai ver o que foi que deu certo, o que não deu, os nossos pontos de melhoria; e, por fim, aplicamos os questionários mistos, que entregamos aos pais dos participantes, diretores e professores da escola, para ver como é que esse aluno está se desenvolvendo, pois temos uma estreita ligação com essas escolas. Tem também o depoimento dos beneficiários, pois não adianta pegar depoimento de todo mundo e não pegar do aluno.

Sobre os materiais que o Ministério envia, eu fiz um rápido histórico: as bolas de diversos esportes, os jogos de raciocínio, o kit de primeiros socorros, que é imprescindível, e os recursos pedagógicos. A Universidade dispõe de espaços físicos, som e local para a realização dos lanches.

E vamos lá, era o que eu queria concentrar: os pontos positivos e os pontos negativos, que é um caso muito delicado. Vamos primeiro para os positivos. A retirada do aluno do ócio das comunidades, que é extremamente benéfico para ele, sem dúvida é bem positivo. O tripé que o Programa Segundo Tempo, junto com a Universidade, consegue fazer é o ensino-pesquisa-extensão, que é um benefício tanto para o projeto quanto para nós, acadêmicos, visando também à questão financeira. E também a questão de aquisição de valores, pois é de extrema importância que a gente vivencie isso dentro da graduação, porque nós ainda temos alternativa de recorrer: "Professor! O que aconteceu? Eu fiz isso, por que não deu certo?" Quando nos formamos, olhamos para o lado e dizemos: "E aí? O que é que eu vou fazer?" Então, acontece esse tripé que é imprescindível, eu mesma sou fonte viva disso. A ação e reflexão da cultura corporal do movimento com os alunos. E a qualidade do lanche é um fator atrativo para os alunos, é um dos fatores, mas não é só o fator.

Agora, os pontos negativos: a entrega do material de atividades atrasado. Após assistir às palestras, percebo que o processo licitatório é extremamente desgastante, só que lá na ponta ninguém sabe, os monitores não sabem e ficam reclamando e reclamando do convênio. É um problema geral por falta de conhecimento. É por isso que a gente diz: "Cadê? Começou o projeto e não tem material. Vou fazer o quê?" [risos]. A entrega do vestuário de identificação atrasada, esse ponto aí tem que ser ressaltado e tem que ser enfatizado, por quê? Porque o vestuário é a identificação do aluno, aquele vai ser identificado pelo o que ele está vestindo: "É aluno do Programa Segundo Tempo? Cadê a sua camisa?" "Ai, eu botei para lavar. Ai, eu não tenho". A Professora Franciny Oliveira me falou recentemente que quase que as escolas não queriam renovar o contrato do Programa Tempo porque os

alunos não estavam com o vestuário e entrava qualquer pessoa e se identificava como um aluno. Tem que bater nessa tecla, pelo menos de ter o vestuário. A pouca qualidade do material pedagógico melhorou, mas continua meio assim, não muito bom. Isso é ruim porque a gente começa, digamos assim, com o material atrasado, aí, quando chega, é de pouca qualidade. E fazer durar esse material até o próximo convênio, que tenha outra remessa, temos que fazer valer com o aluno, entendeu?

Outro ponto negativo é a falta de um integrante da Equipe Colaboradora na capacitação do monitor, porque a capacitação do Ministério é feita, se eu não me engano, primeiro com os coordenadores. Essa capacitação, quando vem para nós, monitores, é uma representação secundária: primeiro, o Ministério passa para os coordenadores e dos coordenadores passa para a gente. Eu acharia interessante a gente trabalhar com essa representação primária, eu acho que seria importante a proposta de que, se o monitor não conseguisse participar de uma capacitação junto com o coordenador, que viesse um integrante da Equipe Colaboradora participar dessa capacitação. Eu acho importantíssimo, porque, quando a gente fala em capacitação, vai capacitar alguém para, e a gente tem que habilitar o nosso aluno e não pode passar conteúdo simplesmente “ai, eu acho isso”, você tem que estar fundamentado.

Agora as nossas sugestões: Entregar o material com antecedência e melhorar sua qualidade física. O retorno do monitor pedagógico, que isso daí para nós, na nossa realidade, foi extinto, não que tenha sido remanejado do projeto, mas ficou pelos convênios. Olhem só a cada convênio: “se vocês quiserem ter o monitor pedagógico tudo bem, mas fica pela parte financeira sua”. Nos convênios anteriores não foi assim, só que está sendo neste que está em vigência, e quem sente

mais são os alunos, porque os alunos estão com *déficit* de atenção e de aprendizagem e, como a gente trabalha com a comunidade carente, as mães põem a mão na cabeça e dizem: “eu não tenho condições de pagar um reforço escolar. E o meu filho não pode ficar dando tempo na escola porque eu tenho que cuidar da minha filha em casa, não tem com quem eu deixar ele”.

Temos que rever esse monitor pedagógico porque o impacto dele é muito benéfico na vida dos alunos, e vale ressaltar que nós, educadores físicos (futuramente eu), não estamos habilitados para fazer qualquer trabalho que o monitor pedagógico venha a ter, até porque a formação dele é em Pedagogia e a formação da gente é em Educação Física, temos as nossas peculiaridades. O Ministério poderia marcar a capacitação dos coordenadores ou, se possível, dos monitores também, dentro dos três primeiros meses de vigência do convênio, por quê? A ideia é o seguinte já que vamos ser capacitados, vamos prevenir alguns erros que não possam vir a acontecer. Se isso acontece no final do convênio, todo aquele período em que a gente passou achando que estava acertando, no final da capacitação a gente vê que estava errado, vamos dizer: “*Caramba!* que trabalho foi que eu fiz”?

E assim, como sugestão também, fazer um levantamento de dados dos alunos mais antigos, para saber o benefício do Projeto Segundo Tempo na vida cotidiana deles. Já vamos começar a fazer esse trabalho com eles, que é de suma importância, que já vem sendo desenvolvido em outros núcleos e é riquíssimo, tanto para o meio científico quanto para o meio acadêmico, das Universidades mesmo e para os alunos. E a aplicação de testes que nós estamos fazendo, a aplicação de medidas e testes somatomotores de

alguns alunos de um projeto, que está disponível na PROESP¹¹ e que estamos fazendo com eles.

Enfim, acho que, assim, a perfeição é uma coisa muito chata, porque o perfeito não se pode mudar mais. Vamos construir, vamos pensar melhor, vamos pensar nesse importante físico, que com certeza ele fez valer muito à pena. Finalizo com as palavras de Albert Einstein: "Não há nada que seja maior evidência de insanidade do que fazer a mesma coisa dia após dia e esperar resultados diferentes". Obrigada.

Referência

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

11 Projeto Esporte Brasil.



Foto 3 –Vista geral dos participantes



Foto 4 –Vista geral dos participantes

Parte III

O Acompanhamento dos Convênios do Programa Segundo Tempo

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: A Secretaria Nacional de Esporte Educacional

Gianna Lepre Perim¹

Dirceu Mattos²

Nós gostaríamos de conversar com vocês sobre o Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo do Programa Segundo Tempo. É importante dizer que este é um dos nossos grandes desafios. Acho que avançamos muito no que diz respeito às diretrizes e à proposta pedagógica do Programa, mas ainda temos muito que avançar em relação ao Acompanhamento, que é aquilo que nos mostra se o que nós estamos desenvolvendo vem tendo os resultados que esperamos. Nestes dois dias temos ouvido alguns depoimentos muito emocionantes, outros um pouco mais acadêmicos, técnicos, mas acho que todos nós estamos satisfeitos com o que temos ouvido.

De nossa parte, em relação à expectativa da Secretaria, gostaria de dizer também, em nome do Secretário, que aquilo que temos ouvido tem nos deixado bastante satisfeitos. Claro que muitos de vocês também têm apontado problemas, mas, quando ouvimos os problemas, percebemos que são relacionados àquilo que não é resolvido ou que não é encaminhado a tempo.

1 Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

2 Secretaria Nacional de Esporte Educacional

Muito pouco é apresentado em relação à concepção do Programa, mas apenas às suas questões operacionais: o material que não chegou; a capacitação, que poderia ter sido antes, enfim, nada que questione, por exemplo, por que a capacitação tem esse formato ou por que a proposta pedagógica é essa.

Também é importante dizer que tudo o que está sendo possível identificar hoje no Programa é, exatamente, por que conseguimos avançar, com o trabalho dos parceiros, das Equipes Colaboradoras, da equipe da Secretaria. Desse modo fica também mais fácil identificar esses problemas e procurar superá-los.

Outra questão que deve ser ressaltada é que, entre celebrar e executar uma parceria bem como prestar contas, há também muita burocracia que permeia todo esse processo e, muitas vezes, alguns dos problemas que enfrentamos no acompanhamento têm uma relação direta com isso. Às vezes a própria morosidade, a tramitação dos processos, a dificuldade na análise, a complexidade, tanto da parte mais técnica da Secretaria quanto, também, às vezes, das pessoas que estão lá na ponta, executando o convênio. Fica difícil porque, muitas vezes, o coordenador, que é a nossa ponte direta, não tem acesso a algumas informações que precisa ter para fazer a gestão do convênio. Vocês ouviram ontem, por exemplo, o relato com relação ao Sistema de Gestão dos Convênios (SICONV); é imprescindível que o coordenador tenha uma senha para ter acesso aos dados financeiros e contábeis do convênio, e nem sempre isso se viabiliza. Essas questões também dificultam esse acompanhamento.

Por isso, quando falamos da parceria com o Ministério da Educação (MEC), além de entendermos que a escola é um caminho para que se possa, de fato, democratizar o acesso ao esporte, também é importante dizer que, além dessa questão

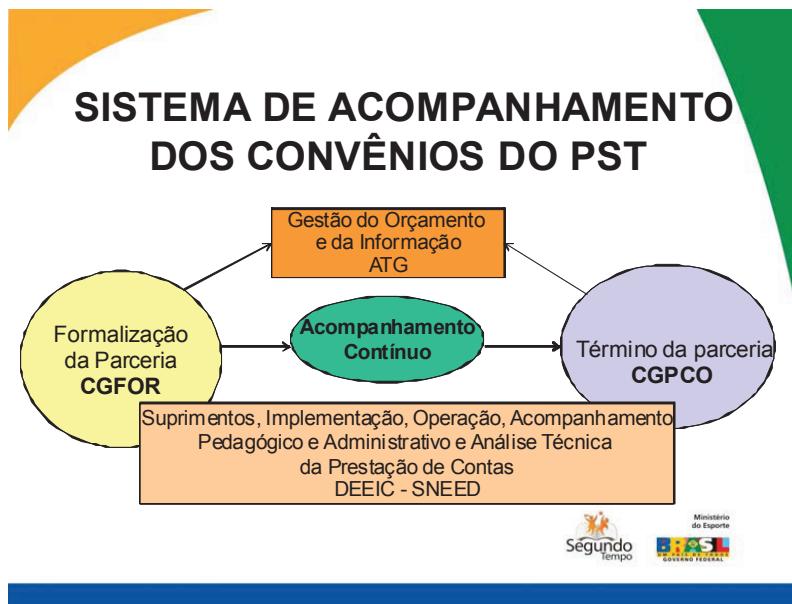
que é essencial, se minimizariam muito esses problemas, se pudéssemos colocar o dinheiro direto na escola. Muitas dessas questões processuais que dizem respeito ao estabelecimento da parceria seriam eliminadas, claro que poderíamos continuar tendo parcerias com os estados, com os municípios e com o terceiro setor. Mas, inclusive nesses casos, envolver as escolas é essencial. Temos no Brasil muitos municípios pequenos que, às vezes, não conseguem celebrar convênios com a União em função da limitação da norma, o que também poderia ser resolvido a partir desse mecanismo. Mas, enquanto essa não é a realidade, precisamos focar a nossa atuação nos convênios em vigência.

O Dirceu Mattos está me ajudando nesse processo, não apenas porque ele é o nosso consultor na área de informática e cuida de toda a plataforma tecnológica em conjunto com a equipe do Prof. Álvaro³, mas porque foi preciso que ele se apropriasse daquilo que fazemos hoje dentro da Secretaria em termos de acompanhamento dos convênios. Hoje ele é o Coordenador Geral de Acompanhamento Operacional, setor que integra algumas das coordenações que dizem respeito muito mais à relação com os nossos parceiros, que é de orientação para a implementação, operação e para a prestação de contas.

A visão da Secretaria Nacional do Esporte Educacional, em relação à proposta do Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo, tem um fluxograma que é importante mostrar para que se possa entender como o processo começa e onde que ele entra de fato nesse acompanhamento. Nós temos, inicialmente, a formalização da parceria, que é feita pela Coordenação Geral de Formalização

3 Álvaro José Periotto. Universidade Estadual de Maringá.

e, depois do término da parceria, temos a Coordenação Geral de Prestação de Contas.



Então, quando recebemos o processo da Coordenação Geral de Formalização (CGFOR), ele entra primeiro na gestão do orçamento com a questão da liberação das parcelas e na gestão da informação. Esses dois setores não dizem respeito ao nosso departamento, porque eles estão ligados à assessoria técnica do gabinete e ao Dirceu que, inclusive, integra a gestão da informação também. Então esses setores não têm uma relação tão direta com vocês nessa faixa de acompanhamento. Aqui, nesta fase de celebração da parceria, que é quando vocês estão tramitando o processo para celebrar o convênio, vocês têm muito contato também com a nossa área técnica. Mas o acompanhamento de fato e a interação com vocês se dão a partir do Departamento de Esporte Escolar e

Identidade Cultural que, na verdade, é o departamento que dirige o acompanhamento dos convênios do Programa Segundo Tempo.

Esse acompanhamento, que acontece desde o início da celebração até depois que ele termina, denominamos de Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo, que ocorre durante a vigência, tendo ainda a análise técnica da prestação de contas final. Primeiro, a parte de suprimentos que diz respeito a todo o material produtivo, os uniformes, tudo que é material recreativo, no caso do Recreio nas Férias, que é de responsabilidade da Coordenação Geral de Eventos e Suprimentos (CGES). Na parte de implementação, vocês têm todos aqueles procedimentos para cumprir para receber a Ordem de Início, aí depois vem a fase de operação que é, de fato, quando o convênio está atendendo aos beneficiados. Durante todo esse período nós vamos tanto acompanhar operacionalmente quanto pedagógica e administrativamente a partir do trabalho das Equipes Colaboradoras. Por fim, quando se conclui a parceria, que pode ser um convênio ou um termo de cooperação, entra a fase da análise técnica da prestação de contas. Por quê? Porque para nós só cabe a análise em relação ao cumprimento do objetivo, se de fato aquilo que estava pactuado foi executado, o quanto os beneficiários foram atendidos, por quanto tempo e de que forma eles foram atendidos, qual a qualidade desse atendimento. Já as questões contábeis e financeiras ficam para outro setor.

Para que vocês entendam melhor, nós vamos falar um pouco de cada uma dessas partes do acompanhamento. Aqui temos parceiros, Equipes Colaboradoras, Equipe Técnica, e é importante que todos tenham uma visão geral de cada uma dessas fases. Muitas vezes fazemos muitas exigências a vocês, nem sempre elas são compreendidas em função dessas questões mais burocráticas.

A primeira delas é a implementação, chamada de ordem de início, e é importante dizer que nós instituímos a ordem de início a partir do ano de 2007, inclusive, a partir de orientações que recebemos da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), considerando as recomendações sobre as dificuldades que os parceiros tinham de executar as parcerias com todas as ações de forma integrada. Por exemplo, muitos parceiros não tinham concluído as licitações do material esportivo ou do lanche e já estavam atendendo ao beneficiado.

A ordem de início veio, justamente, para que se possa fazer uma avaliação inicial antes de se iniciar o atendimento, de forma plena. Visa, portanto, ao alinhamento das ações do convênio, ao atendimento integral dos beneficiados e à aderência à proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo. Nessa fase já começamos a avaliar as questões pedagógicas e o cumprimento das diretrizes estabelecidas, ou seja, se aquilo que foi pactuado, vai de fato ser integrado para se começar a atender ao nosso beneficiado.

O modo como a Secretaria acompanha isso é bem conhecido pelos nossos parceiros, pois é por meio do primeiro relatório de acompanhamento, que anteriormente se chamava Formulário Demonstrativo de Procedimentos Preliminares e que hoje está totalmente integrado no nosso primeiro relatório de acompanhamento. Nesse primeiro relatório o parceiro nos encaminha no período de dois a seis meses do início da vigência, e isso depende de como foi pactuado. Essa é a fase de estruturação dos convênios, sendo que, para os convênios menores, imagina-se que necessitam de menos tempo e quando, por exemplo, é uma renovação, é preciso pelo menos um ou dois meses para se realizar os procedimentos licitatórios. Alguns convênios maiores como, por exemplo, os estaduais ou intermunicipais, precisam de

mais tempo para se estruturar, então, esse prazo varia de acordo com o que foi pactuado.

Para concluirmos essa fase, há menos trabalho para nós da Secretaria e muito mais trabalho para os parceiros que devem cumprir com todas as exigências formais para que possam receber a Ordem de Início. Quando eu falo pouco trabalho, nossos técnicos devem ficar incomodados, trabalho, digamos assim, em termos de produção, mas tem muita análise processual porque recebemos os relatórios e avaliamos várias vezes, verificando se tem recomendação, falta alguma coisa e, em geral, levamos de dois a seis meses, para que o convênio receba a ordem de início.

Embora isso seja um problema, entende-se esse processo é importante no início para evitar que uma execução comece equivocada.

A partir desse momento, entramos, de fato, na fase de Execução do convênio, na efetividade no acompanhamento das ações de forma a possibilitar a correção de rumos durante a vigência. Essa etapa é um dos nossos grandes desafios, pois, antes, se formalizava o convênio e, muitas vezes, reencontrava-se o parceiro só lá no final, na prestação de contas quando não havia mais o que fazer. Nessa etapa são necessários o conhecimento amplo da realidade do programa e a qualificação da execução dos convênios, visando a um melhor atendimento aos nossos beneficiários. É a parte mais longa do convênio que, depois de se estruturar, em geral, tem no mínimo dois ou até quatro ou mais ciclos pedagógicos, que são os períodos que coincidem com o nosso calendário letivo escolar. A execução dessa fase é acompanhada através do nosso segundo relatório de acompanhamento pois, para cada ciclo pedagógico, a entidade parceira deve nos enviar um relatório de acompanhamento e nós também acompanhamos isso com vários

outros instrumentos, como vocês vão ver mais à frente. Aí começa o trabalho integrado com as nossas Equipes Colaboradoras, pois essa Equipe não acompanha o convênio enquanto não for emitida a Ordem de Início. Só a partir dessa ordem é que a gente começa a fazer as visitas técnicas e as vistorias.

A próxima etapa é a fase final que seria a de avaliação do convênio, do cumprimento das metas pactuadas e da correta aplicação dos recursos públicos. Aqui se avalia de fato se os resultados esperados foram alcançados. Como que a gente acompanha e avalia essas questões? A partir do terceiro relatório de acompanhamento, chamado Relatório do Cumprimento do Objeto (RCO), que é quando o parceiro vai apresentar todos os elementos necessários para que se possa verificar o quanto ele atingiu daquilo que foi estabelecido como meta dentro daquele convênio. É bom lembrar que não se acompanha essa fase apenas pelo relatório. O relatório apenas formaliza a conclusão dessa etapa, mas, como vamos ver daqui para frente, nós acompanhamos com vários outros procedimentos.

Enfim, como se dá a integração desses processos de acompanhamento? Quando a parceria é formalizada, celebrada de fato, quando é assinado um convênio ou o termo de cooperação, nós passarmos por todos os procedimentos já relatados: questões orçamentárias, gestão da informação, que vai acompanhar toda a fase de cadastramento do convênio no nosso site, os núcleos, as pessoas que vão trabalhar, os beneficiários, os suprimentos, a questão dos materiais esportivos, os uniformes, vamos passar pela implementação do convênio para obter a ordem de início, vamos operar o convênio, na fase de atendimento aos beneficiados, tudo isso relacionado ainda com a Equipe Técnica da Secretaria. Até que a parceria seja encerrada, vamos passar por essas três fases que acabamos de falar: a fase de implementação, que se conclui

no momento em que o convênio recebe a ordem de início, os ciclos pedagógicos e depois o relatório final. Enquanto a Equipe da Secretaria Nacional de Esporte Educacional está acompanhando dessa forma, a Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA), que também faz parte da Secretaria, mas que é assessorada pelas Equipes Colaboradoras, vai fazer a capacitação e todo o Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos convênios. Ou seja, ela atua desde o momento em que a parceria é celebrada até o término da parceria por meio da capacitação gerencial, que é anterior à ordem de início e à capacitação pedagógica, que acontece logo que é recebida a ordem de início, e o acompanhamento permanente por meio de visita *in loco*, que são questões que fomos organizando para favorecer a integração com o parceiro.

Além disso, nós vamos ter presente, durante todo o momento, o controle social, que pode ser exercido pela sociedade civil, e nós temos, inclusive, a ouvidoria e outros mecanismos, por meio dos quais qualquer cidadão pode acompanhar os convênios e fazer a notificação de coisas que ele identifica através da apresentação de denúncias ou de pedidos de informações. O controle social também é exercido pela entidade fiscalizadora, que é uma entidade que a própria conveniente indica quando celebra a parceria. Nós temos muitas dificuldades em relação a isso porque nem sempre a entidade, quando assume esse compromisso, avalia se tem, de fato, condições de acompanhar essa parceria. Por exemplo: às vezes é uma parceria nacional e a entidade fiscalizadora que assume esse controle é uma entidade local que não vai ter estrutura para acompanhar aquele convênio na sua plenitude. São questões ainda que temos que procurar superar. No entanto, quando a fiscalização acontece, essa entidade nos ajuda muito porque ela

está lá na ponta e pode acompanhar o dia a dia, o cotidiano dos núcleos e o que está acontecendo com o convênio.

Durante todo esse ciclo, temos ainda os controles internos e externos. No controle interno, estão a Controladoria Geral da União e o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União. Ambos exercem o controle não apenas em relação a um convênio específico, mas principalmente em relação à gestão do Programa Segundo Tempo. Enfim, temos muitos olhares que se complementam, monitorando e avaliando a execução dos convênios.

A partir de agora, vou falar sobre aquilo que a SNEED estruturou como sendo o acompanhamento dos convênios. Nós temos, de um lado, a nossa Equipe Técnica, que é responsável pelo acompanhamento sistemático e tem caráter orientativo, de controle e de fiscalização. A ela cabe orientar o parceiro sobre tudo o que deve ser feito, bem como controlar aquilo que é feito e fiscalizar. Essa é uma competência e uma atribuição que nós não podemos delegar, pois o Ministério tem a responsabilidade de fiscalizar os convênios durante toda a sua vigência, considerando seus aspectos técnicos e operacionais. Isso é o que está na norma, é o que nós temos de fazer. Nos últimos anos, além de identificar se o núcleo existe, se funciona, se contratou pessoas e se fornece o lanche, nós procuramos qualificar essa ação e saber com que qualidade o beneficiado está sendo atendido. Esse que foi o nosso grande desafio ao estruturar a Equipe Gestora na parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as nossas Equipes Colaboradoras.

A tarefa dessas Equipes é de acompanhar o convênio durante toda a sua vigência, mas esse acompanhamento tem um caráter formativo, as equipes não vão lá apenas para fiscalizar,

mas para orientar o parceiro, porque desenvolvem, inclusive, outras funções que não apenas a visita *in loco* do convênio. E, de posse desses dados, a Secretaria tem a tarefa de controlar e fiscalizar os convênios. Nesse processo são acompanhados os aspectos pedagógicos e administrativos: as questões técnicas e operacionais ficam com o acompanhamento da SNEED e as questões pedagógicas e administrativas com o acompanhamento das Equipes Colaboradoras.

Quais são as atribuições da Equipe Técnica? É na capacitação gerencial que orientamos o gestor do convênio e, muitas vezes, além do coordenador geral, o coordenador pedagógico também participa. Quando entramos no processo de Ordem de Início, é a Equipe Técnica que faz a interação com o parceiro e envolve questões processuais e burocráticas que devem ser cumpridas para poder iniciar o atendimento. Também analisamos pleitos diversos, e vocês não têm ideia do volume que é isso: acho que não tem um conveniente que começou e terminou o convênio da forma como foi planejado. Tem mudança de núcleo, de coordenador, de cardápio, pedido de prorrogação, de alteração de meta, entre outras.

Para que a Secretaria possa decidir sobre esses pleitos de cada convênio, temos que fazer uma análise processual, que é trabalhosa, pois muitas dessas questões passam não só pela análise técnica, mas pela análise jurídica, o que resulta na demora nas decisões que temos que tomar sobre cada parceria. Também cabe à Equipe Técnica apurar as denúncias e qualquer tipo de informação ou de justificativa sobre algum problema identificado num convênio que chega através da nossa ouvidoria, ou através de mensagens gerais, pois temos um sistema próprio que também recebe esse tipo de informação. As decisões administrativas que são tomadas a partir de toda essa análise como, por exemplo, prorrogar, suplementar ou rescindir um convênio, são feitas pela

Secretaria, por meio de Equipe Técnica. E, por fim, da nossa parte tem, ainda, a análise técnica da prestação de contas final, em que verificamos se o conveniente cumpriu ou não o objeto pactuado e depois dessa análise é que emitimos o nosso parecer final.

Do outro lado, as Equipes Colaboradoras têm as seguintes atribuições: capacitação pedagógica envolvendo coordenadores de núcleo, coordenadores setoriais, coordenador pedagógico e depois, na sequência, os monitores; análise dos planos pedagógicos; as visitas *in loco*; e ainda um plantão a distância para orientação permanente aos parceiros.

Os instrumentos utilizados são: do lado da nossa Equipe Técnica, tem o SICONV. É o sistema de gestão dos convênios, instituído em 2007 pelo Decreto 6.170 e que entendemos como um grande avanço em termos de gestão do Governo Federal apesar de ainda estar trazendo muitas dificuldades na sua operacionalização. O SICONV permite o acompanhamento do convênio do começo ao fim, não só do Programa Segundo Tempo mas de todos os convênios celebrados no âmbito do Governo Federal.

Nós temos ainda alguns outros instrumentos como uma ficha de acompanhamento operacional, que é como se fosse uma relação de itens de tudo que o técnico, quando recebe a responsabilidade de acompanhar o convênio, tem que cumprir. Tem os nossos relatórios de acompanhamento (Implantação, Operação e Prestação de Contas), temos ainda um *check list* que orienta a análise dos relatórios consolidados, por meio das fichas de avaliação das nossas constatações e recomendações para o processamento dos dados que vêm das Equipes Colaboradoras e, por fim, temos as informações e os pareceres que são feitos a partir de todos esses outros instrumentos.

Do outro lado, nós temos a Equipe Gestora e as Equipes Colaboradoras que têm o instrumento de análise dos planos pedagógicos, tanto do convênio quanto dos Projetos Pedagógicos dos Núcleos de cada um dos núcleos, e a coleta de dados específica que chamamos de avaliação *in loco* e é uma loucura coletar todos os dados, dado o volume de convênios. Todos são visitados: os convênios que têm até 1.000 beneficiados que visitamos integralmente e, a partir daí, faz-se uma amostra de 20% dos núcleos, que é um universo bastante elevado. Tem ainda o Relatório Consolidado que reúne todas as avaliações dos núcleos e é o grande trabalho das Equipes Colaboradoras; também é o nosso grande desafio: compreender todas as informações e poder recomendar adequadamente para os parceiros os ajustes necessários.

Em relação ao Relatório Consolidado, a tarefa também é difícil porque, às vezes, em um convênio estadual, por exemplo, de 250 núcleos, temos que visitar no mínimo 50, então, os avaliadores se espalham por todos aqueles municípios no estado e depois eles têm que consolidar isso em relação ao convênio, pois não podemos mandar recomendação para um convênio de cada núcleo, mas do conjunto, o que é uma tarefa difícil para as Equipes Colaboradoras. E, por último, temos o balanço pedagógico e administrativo: ao final de tudo a equipe dá um parecer sobre aquele convênio, sobre como foi a interação, como se deu a capacitação, se ela chegou até os monitores, como aquele convênio executou a proposta pedagógica, entre outras questões.

Finalizando, pergunto: quais são os nossos interlocutores nesse processo? Do lado da Equipe Técnica que representa a Secretaria a nossa interlocução é com o dirigente porque é ele quem responde formalmente pela parceria. Mas o nosso contato principal é com o coordenador geral. Temos, ainda, o contato com

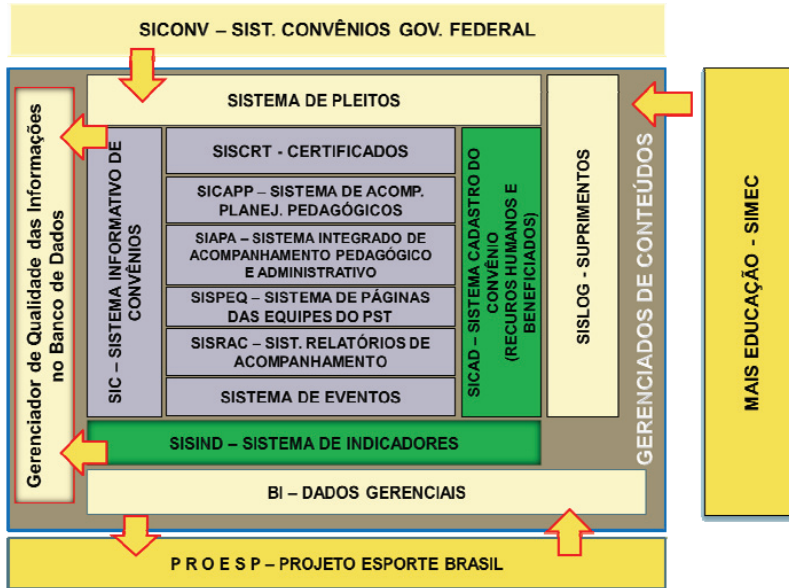
as equipes administrativas, as entidades parceiras, as entidades fiscalizadoras e também com os órgãos de controle. A Equipe Gestora e as Equipes Colaboradoras também se relacionam com o coordenador geral, mais para se organizar em relação a esse acompanhamento, mas, de fato, depois essa interação se dá muito mais com o coordenador pedagógico e com os coordenadores de núcleo quando vão visitar e acompanhar todas aquelas atividades, além do coordenador setorial e também do monitor.

Como vocês podem ver, é um processo bastante complexo. Se nós pensarmos em um grande convênio, com muitos municípios, por exemplo, com 30 mil beneficiários, já é um grande desafio acompanhar, mas, ao pensar na realidade do programa em todo o território nacional, atendendo simultaneamente a mais de um milhão de beneficiados, vocês podem entender qual é a dimensão da nossa tarefa. Por isso a importância da interação entre todos os setores que respondem pela execução, pelo acompanhamento e controle e pela fiscalização da política pública. Muito Obrigada!

Dirceu Mattos

Na apresentação da Gianna, vocês já viram o funcionamento da Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo (CGAPA). Nós procuramos montar a plataforma informatizada, de uma forma até lúdica, mas sabemos que não é tão fácil operar nela pois há vários sistemas que hoje estão funcionando. Vale dizer que cada um desses sistemas está interligado, tem uma interseção e uma integração um com o outro, ou seja, a gente pretende acabar com a dupla digitação, à medida que um dado entrar num sistema, ele já tem que estar sendo visualizado pelos outros sistemas.

Modelo da Plataforma de Sistemas da SNEED – 04/2010



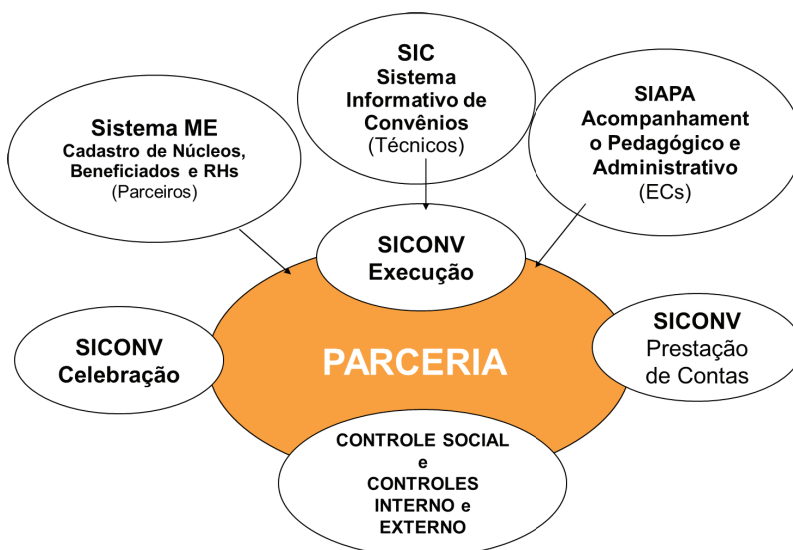
Na imagem vocês podem visualizar esses sistemas e a gente colocou até uma legenda, segundo a qual os que estão marcados em cinza já são os sistemas concluídos e em funcionamento. Os que estão em amarelo ainda estão em fase de análise do projeto. Os externos, o SICONV e o Programa Mais Educação, a gente pretende, neste próximo ano, intensificar a parceria para ele realmente funcionar. Existe também o Projeto Esporte Brasil (PROESP) com o pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que está cedendo os dados diretamente de um sistema para o outro. Os marcados em verde são os sistemas que estão em construção e será um sistema de indicadores que vai trazer dados de todos os outros sistemas, e a gente vai só fechar e poder obter os indicadores qualitativos e quantitativos da melhor forma possível, para ajudar o Programa Segundo Tempo a crescer.

Quanto ao Sistema de Cadastro Geral do Segundo Tempo (SICAD), a gente está terminando o projeto dele, inclusive com a ajuda do Henrique Ribeiro e do Elwis Reis, da Controladoria Geral da União. Isso tudo porque a gente sabe que é um trabalho enorme levar os dados para esse sistema pois tem o cadastro dos recursos humanos, dos beneficiados, dos núcleos; vamos construir um sistema que melhore esse trabalho dos convênios e que também evite a duplicidade dos dados, erros de dados e tudo o mais.

É importante dizer que, à medida que estamos implementando o Planejamento Pedagógico dos Núcleos (PPN), a avaliação *in loco* e o Relatório Consolidado (RLC), teremos a oportunidade de retirar dados estatísticos de informações muito mais facilmente do que vinha sendo feito. Não se assustem porque a avaliação *in loco* tem só 26 páginas de formulários de *Internet*, mas todos muito bem explicados, e, à medida que vocês forem evoluindo no preenchimento da avaliação *in loco*, vocês vão perceber que a informação que foi digitada no núcleo, no momento da abertura do núcleo no PPN, ela vai ser carregada em cada questão correlata para que vocês possam se orientar e trabalhar com a avaliação *in loco*.

O SICAD que está sendo construído vai ser largamente usado pelos convênios pois o Sistema Integrado de Certificação de Recursos Humanos do Programa Segundo Tempo é o que o pessoal mais usa isso. O Sistema de Logística de Suprimentos do Programa Segundo Tempo (SISLOG) é o que está ali em fase de projeto e o que deve cuidar da logística e entrega de materiais, e tem ainda o Sistema de Indicadores do Programa Segundo Tempo (SISIND) sobre que eu já expliquei para vocês e que vai trabalhar com indicadores.

Isso tudo para dar suporte ferramental para aquilo que a equipe de 28 técnicos possa executar e que não é fácil, é uma carga pesadíssima em que o pessoal trabalha em dois turnos e a gente já está pensando num terceiro turno porque leva tempo para se fazer tudo pois cada informação tem que ser analisada, reanalisada, disponibilizada, discutida e, mesmo com a ajuda das ferramentas informatizadas, é um trabalho bastante complicado.



Vejam que o SICONV está o tempo todo sendo utilizado e isso está tendo um impacto bastante grande nos trabalhos da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Impacto no que diz respeito ao aprendizado e até de poder orientar, dar suporte aos convênios e para as equipes.

Nós procuramos montar uma Análise SWOT (análise que aponta pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades) em cima de tudo o que a gente tem falado durante esses dois dias,

as potencialidades, atividades, dificuldades e oportunidades, conforme pode ser visto no quadro abaixo.

Potencialidades	Fragilidades
Diretrizes Estabelecidas	Comunicação com o Parceiro
Processos Definidos	Visitas e Vistorias
Sistemas Desenvolvidos	Integração das Equipes
Experiência Adquirida	Demanda Processual
Oportunidades	Dificuldades
Ampliação do Programa	Sistematização das Informações
Parceria com Mais Educação/MEC	Tomadas de Decisão
Consolidação do PST como Política Pública	Abrangência do Programa
	Aspectos Políticos x Aspectos Técnicos, Administrativos e Pedagógicos

Não preciso dizer que, aqui do lado direito, é tudo que a gente tem que olhar com mais atenção para poder melhorar cada vez mais o nosso programa e a sua execução. Dentro das potencialidades, nós temos diretrizes pré-estabelecidas, processos definidos, sistemas desenvolvidos e muita experiência adquirida. Isso tem gerado grandes oportunidades para nós, no sentido da ampliação do programa da parceria com o Programa Mais Educação que significa uma consolidação e uma ampliação muito generosa para nós - a consolidação do Programa Segundo Tempo como política pública. Este é o objetivo maior da todos nós.

Quanto às fragilidades, a gente tem que estar sempre prestando atenção: tem a comunicação com o parceiro que temos que tornar cada vez mais efetiva; tem as visitas e vistorias, que necessitam de melhorias no que tange a identificar o que é visita e o que é vistoria para que, com isso, se trabalhe em conjunto e com os demais subsídios para desenvolver cada um dos convênios.

A integração entre as equipes, e aqui quando eu digo equipes, me refiro não só às Equipes Colaboradoras mas também à nossa equipe de técnicos, equipes de gestores, à equipe de coordenação, ou seja, todo mundo trabalhando com o mesmo sentido na mesma sintonia pois temos uma demanda processual muito grande.

As maiores dificuldades estão na sistematização das informações para se tomar decisão pois a abrangência do Programa Segundo Tempo traz uma grande dificuldade porque nós temos um programa em um país de dimensões continentais; há os aspectos políticos, os aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos e tudo isso tem que estar em ampla sintonia senão o programa não funciona. Agora a Gianna vai continuar sua fala e finalizar nossa apresentação.

Gianna Lepre Perim

Como o Dirceu mencionou, o nosso grande desafio é a integração e a efetividade nesses processos. Embora vocês tenham visto um trabalho que é enorme, mas agora muito aprimorado com a introdução dos sistemas, que antes era uma grande dificuldade nossa. Isso também dificulta porque as pessoas têm que ter acesso à tecnologia, têm que colocar produtividade, mas a gente sabe que, embora a nossa dificuldade inicial, esse sistema vai nos trazer

um grande avanço em termos de agilidade do processamento de informações e mais interatividade nesse acompanhamento.

Hoje a gente não consegue dizer com a clareza o que a gente precisaria dizer, ou seja, se os resultados foram alcançados. A gente consegue dizer que teve Ordem de Início, que teve licitação, a gente foi lá e havia tantas pessoas, mas e os resultados foram alcançados? Então, esse é o nosso grande desafio porque, apesar de todos nós trabalharmos demais, a gente sempre sai de lá da Secretaria com a sensação de que não cumpriu com toda a nossa tarefa. Por isso precisamos discutir isso com todos vocês e ver de que forma a gente consegue, com todo esse trabalho, alcançar os resultados que a gente espera. Enfim, a gente tem certeza de que o modelo adotado não está equivocado, porque senão ele não daria tão certo onde ele dá, mas é preciso que a gente avance ainda mais no acompanhamento operacional para dar conta do tamanho da abrangência do Programa Segundo Tempo.

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: Equipe Colaboradora

Ruth Eugênia Cidade¹

Bom dia a todos! Eu gostaria de agradecer a honra e a enorme responsabilidade de representar os Coordenadores de Equipes Colaboradoras e, também, os avaliadores. Estou aqui tentando representá-los e lembrando as vozes, as falas e conversas que tivemos no aeroporto, nas reuniões e nos cafés. Espero que eu consiga transmitir os olhares que são tão diferentes, mas que vou tentar aproximar nesta fala. Obrigada a todos que formam as Equipes Colaboradoras e que estão aqui.

Vamos falar das potencialidades, fragilidades e dos indicativos para os avanços.

A Equipe Colaboradora surge da demanda do projeto sócio-esportivo, constituído pelos beneficiados, coordenadores e monitores na tentativa de desenvolver ações de como atender aos usuários do Programa com qualidade, além dos Parceiros e dos Órgãos de Controle. Para atender, acompanhar e qualificar o Programa, a Equipe Colaboradora foi inventada. Eu acho fantástico isso, penso que seja realmente uma invenção.

Há um ano estamos dentro da disciplina que ministro na UFPR, fazendo a análise dos projetos sócio-esportivos de nível

1 Representante das Equipes Colaboradoras. Professora da Universidade Federal do Paraná.

local (Curitiba) e nacional. Ao analisar esses Projetos, vou me dando conta de que a invenção da Equipe Colaboradora faz do Programa Segundo Tempo uma proposta singular.

O objetivo da Equipe Colaboradora é instalar um processo permanente de acompanhamento pedagógico e administrativo nas ações dos núcleos do Programa Segundo Tempo que funciona com um coordenador, um vice-coordenador e os avaliadores. As funções da equipe são: assessorar Coordenadores de Núcleos, Coordenadores Gerais e Pedagógicos; analisar os Projetos Pedagógicos de Núcleo (PPN); acompanhar os procedimentos pedagógicos e administrativos dos núcleos; promover plantões e capacitações dos recursos humanos. Essa é a essência da Equipe Colaboradora.

A capacitação, monitoramento e avaliação do Programa Segundo Tempo são a base da Equipe Colaboradora e ser um aliado do Ministério do Esporte é o objetivo principal.

Quando chegamos a um núcleo do Programa Segundo Tempo, nos sentimos parte do sistema. Preciso dizer isso porque durante as visitas alguém diz: "Chegou alguém do Ministério". E aí as crianças querem tirar fotos conosco. É uma sensação interessante, de pertencimento, de fazer parte, de auxiliar. É indescritível e dá ideia de que nós (das Equipes Colaboradoras) estamos fazendo diferença na vida dos beneficiados, dos coordenadores e dos monitores.

A capacitação é uma das atribuições da Equipe Colaboradora. Dentro do modelo de capacitação do Programa Segundo Tempo é imprescindível atender ao Planejamento Pedagógico do Núcleo (PPN) durante a capacitação ou após com o plantão telefônico ou e-mail.

Entendemos ainda que a ação de acompanhamento e o aperfeiçoamento devem ser constantes. Na visita *in loco*, por exemplo, é quando trazemos à tona toda a questão da capacitação, do livro, da ação pedagógica, etc. Nesse momento é que vamos conversar, verificar o que está acontecendo, tirar as dúvidas e isso é importante. Aqui eu noto que a rede se fecha, isto é, quando o coordenador do convênio, as crianças, o monitor e o avaliador da Equipe Colaboradora se encontram no núcleo e todos se envolvem numa interação em rede.

Essa interação pode acontecer com outros setores da comunidade, como já se observou com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, com a Associação de Moradores, entre outros.

Com relação às fragilidades encontradas no processo, identificamos:

1. A dificuldade na composição das Equipes Colaboradoras e o desafio das distâncias entre as próprias pessoas da Equipe. Nós temos muitas situações nas quais temos que compor e harmonizar. Outra situação que temos que ajustar é o famoso tempo do Ministério e o tempo da Equipe Colaboradora: nós estamos tentando acertar o 'relógio';
2. A complexidade dos Sistemas (que integram os dados do ME), e eu não preciso dizer que nós estamos tentando ajustar isso também;
3. Ainda temos a dificuldade no entendimento dos papéis e atribuições dos envolvidos. Esse entendimento também precisa melhorar;
4. O balizamento dos procedimentos é uma necessidade porque hoje se constitui numa fragilidade. Nós temos que balizar os procedimentos e, dentro da Equipe Colaboradora, isso é um

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

desafio. No instrumento de coleta de dados do núcleo ou no relatório consolidado do convênio, o que se entende por 'atendeu parcialmente?', ou por 'não atendeu'? E, ainda, temos que aprimorar o tempo da Equipe Colaboradora com o tempo do Ministério, balizar os procedimentos, sistemas, fontes de pesquisa, dados. Reunir, falar, buscar soluções.

Precisamos, ainda, pesquisar, produzir, escrever, buscar indicadores, sistematizar as experiências, registrar. Mais do que isso, nós temos que praticar a "paz nas fronteiras". Buscar condições pra atendermos bem o Coordenador Geral, o Coordenador de Núcleo e o beneficiado, que é o nosso bem maior. Obrigada!

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: A Entidade Fiscalizadora

Saulo de Tarso Gomes Amazonas¹

Para mim, é uma satisfação dupla neste momento, primeiro porque nós temos oportunidade de contribuir para que seja realizado, de forma mais adequadamente possível, um programa de integração, um programa de inclusão social, que é voltado para o desenvolvimento de crianças, adolescentes e, sobretudo, destes, enquanto especiais. Também quero dizer da nossa satisfação em ter oportunidade de participar deste momento de discussão, de aprendizagem, de troca de experiências com muitas pessoas de vários locais do nosso país, com o objetivo maior de aprimorar a participação do Programa Segundo Tempo, para que este atue de forma mais adequada e abrangente para o futuro do nosso país, que são as nossas crianças e nossos adolescentes.

Quero dizer que fico muito grato de receber o convite do Secretário Fábio Hansen, que nos confiou este momento, esta oportunidade de falar um pouco da nossa experiência, enquanto representante da entidade fiscalizadora. Eu fiquei muito satisfeito, muito grato de poder participar deste momento, poder ser aqui a voz da sociedade. Quero dizer que, acompanhando o trabalho que é feito lá em Caruaru (PE), por meio do convênio firmado pela

1 Representante das Entidades Fiscalizadoras. Associação Caruaruense de Ensino Superior/ Ordem dos Advogados do Brasil – subseção de Caruaru.

ASCES², nós observamos que o trabalho do Programa Segundo Tempo proporciona cultura, educação, lazer, saúde, enfim, sintetizando, ele proporciona um verdadeiro e efetivo exercício da cidadania. Um exercício da cidadania tão buscado pelos membros da nossa sociedade, que está incerto na nossa Constituição Federal pois, muitas vezes, não é dada a oportunidade de o cidadão exercer essa cidadania.

O Programa Segundo Tempo proporciona isso aos alunos de escolas públicas, pessoas pobres, que vivem em situação de vulnerabilidade, que não têm quase perspectiva de melhorias sócio-econômicas. Daí porque esse trabalho do Programa Segundo Tempo é um trabalho importante e que vem proporcionar àquela criança e adolescente que dele participam o exercício da cidadania. E dizer também que nós observamos que este programa é de fundamental importância porque ele proporciona, aos profissionais, aos professores de Educação Física, o efetivo exercício da atividade destes. Um profissional que, a nosso ver, ainda não é tão reconhecido, não é tão valorizado e visto com bons olhos, mas a gente espera que com o envolvimento do trabalho dentro desse programa, do Programa Segundo Tempo, os poderes públicos venham a ter uma visão mais humana, uma visão de maior credibilidade, uma visão de maior perspectiva de um profissional bem remunerado. Um profissional bem reconhecido, para que, nesse necessário e importante trabalho da Educação Física, ele se sinta cada vez mais fortalecido e apto para desenvolver suas atividades. E também oportuniza ao acadêmico de Educação Física realizar as suas atividades enquanto estagiário, porque, no momento em que ele está executando sua tarefa enquanto monitor, ele está unindo a teoria que ele tem na graduação com

2 ASCES – Associação Caruarense de Ensino Superior.

a prática. Ele está se preparando cada vez mais e melhor para abraçar esta tão difícil profissão que é ser professor de Educação Física.

De maneira que ter oportunidade de participar, colaborar com esse exercício da cidadania, colaborar com a diminuição das diferenças sociais das nossas crianças nos deixa muito satisfeitos e que com a gente vivenciando esse trabalho, observando como as pessoas responsáveis executam suas tarefas, o carinho com que elas tratam as crianças, nos faz sentir também um pouco humanitários, um pouco servindo às pessoas que tanto precisam de uma atenção especial.

E, por fim, eu queria dizer que fiscalizar o convênio que está sob a responsabilidade da ASCES nos dá a maior tranquilidade, diante da transparência, diante da responsabilidade, diante do comprometimento, diante da vontade de fazer sempre o melhor, diante da preocupação com o recurso público, que os representantes da ASCES têm. Por meio do seu Diretor Presidente, o Sr. Paulo Muniz, que, inclusive, é educador, é Secretário Municipal de Educação e tem feito um trabalho formidável tanto na ASCES, como na Secretaria. A ASCES é entidade privada mas é dirigida como se fosse uma entidade pública, com um cuidado com os recursos, com o humano, com um cuidado em melhor de apresentar um serviço, de forma adequada, aos seus alunos e, para com o Programa Segundo Tempo, também tem este zelo; é o que temos observado em nosso acompanhamento do trabalho.

Eu queria apresentar para vocês o universo que nós observamos lá no convênio. O Convênio é da Associação Caruaruense de Ensino Superior, nº 112/2008, com vigência de 25 meses. A quantidade de beneficiados é de 5.000 crianças. Inicialmente prevíamos a participação de 150 crianças com deficiência, número este que

atingiu quase 250. O Núcleo número 15, por exemplo, tinha a previsão de atender a 80 crianças com deficiência, no entanto esse número já ultrapassa 100. Há mais três núcleos, que também contemplam alunos que são especiais; tem uma quantidade maior do que está apresentado aí. A faixa etária, que nós observamos é de seis, sete anos aos 17 anos de idade. Esse convênio atinge 12 municípios da região do agreste pernambucano, com 25 núcleos. Os profissionais envolvidos são: Coordenadora Geral (Professora Ana Rita Lorenzini), Coordenador Financeiro (Professor Sidrônio Lima), Coordenadores de Núcleos, Coordenadores Setoriais (Armando Dantas), 100 estagiários e monitores, pregoeiro e apoio: três (sem custos mensuráveis) orientadores das atividades complementares.

O público alvo são crianças e adolescentes de sete a 17 anos e alunos especiais em situação de vulnerabilidade social. Na nossa região há um índice muito grande de adolescentes e mesmo de crianças envolvidos com a marginalidade. O tráfico de entorpecentes é muito presente, e a criança e o adolescente são usados pelo traficante como 'aviãozinho', que é aquela pessoa que leva e entrega o entorpecente para os adultos e até para a criança mesmo. O trabalho que é desenvolvido por meio do Programa Segundo Tempo oportuniza tirar a criança do ócio, tirar a criança daquele ambiente pernicioso em que ela se encontra, perto de traficantes e ela vai ocupar sua mente, trabalhar, se educar, ter um momento de lazer. E, no momento em que a gente a tira daquele ambiente perigoso em que ela vive, a gente está propiciando a ela ser um cidadão digno de um futuro promissor e a gente tem também uma criança que estuda e se prepara também para um futuro bem próximo.

As comunidades atendidas são em 12 municípios, sendo o polo em Caruaru, onde existem 11 núcleos. E temos ainda dois em

Cumaru, dois em Bezerros, dois em São Caetano, um em Panelas, um em Cupira, um em Brejo da Madre de Deus, um em Altinho, um em Agrestina, um em Garanhuns, um em Riacho das Almas e um em Bonito.

Cupira é uma cidade em que o tráfico está presente, e a presença do Programa Segundo Tempo envolve as crianças que vivem na periferia, tira do ócio e elas passam a ter uma atividade lícita, para que elas possam ter um desenvolvimento bem melhor e bem distante do daqueles que vivem fazendo mal para nossas crianças e nossos adolescentes.

O núcleo compõe-se de, no mínimo, 205 alunos, mas temos observado que há quantidade maior que 205 alunos. São quatro estagiários e um coordenador de núcleo e tem o atendimento três dias na semana; estes dias variam muito de segunda-feira a sábado, tem uma variação muito grande entre os núcleos, 2 h por dia, durante 20 meses. Observamos, também, no acompanhamento e na fiscalização, que nesses núcleos são desenvolvidas atividades esportivas, futebol de campo, futebol de salão, handebol, voleibol, atividades culturais, lúdicas, reforço escolar, e também a gente acompanha a forma como é apresentado este reforço escolar que é bem preparado e bem cuidado. A Universidade também é necessária, para oferecer aos alunos atividades relacionadas à saúde, com participação de alunos de fisioterapia, alunos de odontologia entre outras atividades que também integram o programa.

O reforço alimentar é feito por processo licitatório, que nós não acompanhamos mas tivemos acesso a ele e percebemos que o cardápio tem uma alternância muito grande do que é oferecido. A gente se preocupa muito com a qualidade da merenda, com quem está preparando, como está preparando, a forma como

está preparando, a questão da higienização, tudo isso tem sido observado, e há uma preocupação muito grande sobre quem prepara a merenda. Também quanto à entrega e validade dos alimentos, porque, se a gente não estiver observando esse detalhe, isso pode passar despercebido, a questão da validade, e vai causar um transtorno e tanto; você oferecer produtos que não estejam dentro da validade causará um prejuízo enorme para aquelas crianças.

Há o acompanhamento também do armazenamento e da utilização do material esportivo nas aulas. O armazenamento é importante porque é esse cuidado que faz com que haja uma maior durabilidade daquilo que é oferecido aos núcleos para desenvolver as atividades com as crianças. Então, há uma grande preocupação quando chega uma bola nova: "Professor, uma bola nova! Vamos jogar?". Então, para que essas crianças mantenham a intenção de praticar o esporte e ter as coisas novas para eles, bolas e outros materiais necessários, a gente tem acompanhado e tem pedido para que o armazenamento seja feito de forma adequada, para não tirar o incentivo da criança de participar do Programa Segundo Tempo. E também as aulas que são oferecidas de acordo com o plano de aula apresentado.

Há acompanhamento na utilização dos uniformes e também e isso é fundamental. A gente tem sempre cobrado isso, porque é a identificação do aluno que participa do Programa Segundo Tempo. Nós tivemos um caso em um núcleo em Caruaru, onde estava havendo um assédio muito grande de traficantes às crianças, por isso que eu digo da interação importante da Coordenadora Ana Rita com nós que fazemos a Equipe Fiscalizadora. Preocupada com o assédio aos alunos, pais que não estavam querendo levar os alunos para este núcleo por conta dos traficantes que estavam próximos, então a Professora Ana Rita nos contatou. Preocupados

com a situação, nós imediatamente procuramos o comando da Polícia Militar e fizemos ver que ali era importante a presença do policiamento para afastar aquelas pessoas que estavam querendo puxar as crianças para o mundo do tráfico. E nós fomos atendidos, mas, infelizmente, pela falta de estrutura, não foi suficiente para que o núcleo fosse mantido naquele local e foi criado outro núcleo para atender a essas crianças em um local onde não houvesse o assédio do traficante. Essa atitude é importante, porque aquela criança e aquele adolescente que não fazem parte do Programa Segundo Tempo, sendo dependentes de *crack*, vão se infiltrar ali e vão fazer aquele trabalho prejudicial de inserir a droga no meio da vida do adolescente. Então, nós sempre tentamos mostrar isso e exigir que o aluno que faz parte do Programa Segundo Tempo esteja devidamente uniformizado.

O acompanhamento presencial nos núcleos é um pouco dificultoso. Porque, por exemplo, nós temos um núcleo em Garanhuns, que é indígena, a 100 km de Caruaru. Porque, como sabemos, nosso trabalho é voluntário e há uma dificuldade nesses núcleos que são mais distantes para a gente fazer essa fiscalização. Mas na medida do possível vamos acompanhando e verificando o que está acontecendo, apresentando algumas falhas, alguma deficiência que existem.

Nessas considerações finais, queremos dizer que entendemos ser de fundamental importância a participação da sociedade na observação do Programa Segundo Tempo, porque envolve recurso público, pessoas, envolve uma prática de trabalho que está voltada para o desenvolvimento daquela criança e do adolescente. Então, a sociedade, que está acostumada a sempre criticar o poder público, acostumada sempre a mostrar os erros do poder público, é importante ela participar e verificar quão importante é o Programa Segundo Tempo para a sociedade brasileira. Eu costumo

dizer que a gente só sabe criticar, só sabe apontar o que é falho, mas também a gente tem que criar o hábito de apontar o que é bom para servir de exemplo, para que outras pessoas vejam que atitudes, de certo modo, são positivas. Na minha atividade, na advocacia, nós encontramos profissionais de toda qualidade, desde promotores a juízes, e é importante que tanto juízes como promotores exerçam sua atividade de forma dinâmica, procurando aplicar a lei como ela é precisamente e deve ser. Então, a gente deve mostrar, para servir de incentivo, para quem está fazendo o bem e também servir de exemplo para quem está fazendo o mal.

Nós observamos que o convênio visa democratizar o acesso e conhecimento das atividades esportivas, do exercício da cidadania, das atividades relacionadas à saúde e ao reforço escolar das crianças e adolescentes, proporcionando a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento humano.

Enquanto Presidente de uma Entidade de Classe – Ordem dos Advogados do Brasil - nós também realizamos um trabalho voluntário, então, tanto Presidente do Conselho Federal, quanto dos Conselhos Subseccionais, realizamos um trabalho voluntário, nós não recebemos nada. Então, o trabalho que nós realizamos no Programa Segundo Tempo não nos é estranho, pois é uma atribuição nossa também, já que está inserido numa obrigação de contribuir para o alcance da justiça social e dos direitos humanos. Obrigação esta já inserida no Estatuto da Advocacia e da OAB e que está adequada perfeitamente ao trabalho que nós estamos realizando junto ao Programa Segundo Tempo.

Na realidade nos empolga muito mais quando nós participamos da fiscalização desse Programa, quando vivenciamos o que está acontecendo, os coordenadores, os monitores, o relacionamento com as crianças, a satisfação das crianças em participar do

Programa Segundo Tempo, a satisfação dos pais quando vão levar suas crianças para os núcleos. Isso nos envolve de forma tal, que a gente se revigora, se anima e fica sempre com aquela esperança de contribuir cada vez mais para que o Programa seja realizado da forma mais adequada possível, para que a gente esteja preparando o futuro do nosso país, dessas crianças e adolescentes que estão sendo alcançados pelo Programa Segundo Tempo. De maneira que eu digo que é um programa magnífico, é o mais importante programa já estabelecido pelo Governo Federal.

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do Programa Segundo Tempo: Avaliação da Execução de Programas de Governo

Elwys Reis¹

Eu aprendi muito aqui no Programa Segundo Tempo, realmente fazer auditoria no Ministério do Esporte, avaliar a questão do esporte educacional, fazendo auditoria, é diferente, ouvir gestores, pessoas que estão trabalhando com crianças, sem dúvida essa é uma experiência muito boa. Vamos falar um pouco da Controladoria Geral da União (CGU) e outras coisas que serviram de subsídios e que serviram de avanço para o Programa Segundo Tempo.

A CGU é o Órgão Central de Controle Interno do Governo Federal, é um órgão relativamente novo com esse nome. Hoje trabalha com quatro linhas principais: 1) ações de controle, atuando na orientação, fiscalização, auditoria (mais antiga) - já não é mais vista como uma coisa muito chata - que hoje já atua como consultoria, uma atividade de orientação e que é a linha adotada pela CGU; 2) temos a correição, de responsabilização de gestores, mais para serviços públicos; 3) temos a área de prevenção da corrupção. A ação preventiva tem muito mais resultado; 4) temos também a ouvidoria, por meio da qual o cidadão pode fazer denúncia, tem um canal para isso e está

1 Representante da Controladoria Geral da União.

na página de transparência, a página da CGU e que tem atuado bastante.

As principais atividades de controle interno desenvolvidas pela CGU em relação ao Segundo Tempo estão direcionadas para o acompanhamento sistemático do Programa, visando conhecer seu funcionamento e resultados.

Temos, ainda, o sorteio, que é feito pela CGU para verificar todos os repasses e foi um programa que serviu para prevenir a corrupção. A CGU chegava ao município e o prefeito fugia, bastante comum. Alguns foram presos. A gente chega e olha todos os gastos. É uma atividade que tem a inteligência por trás. Chegamos ao local e temos todas as informações, já sabemos tudo. Recursos, área de pessoal, orientação e capacitação de gestores, a CGU está atuando bastante forte. Pode ser feita a solicitação e a CGU vai fazer a orientação para capacitação dos gestores. O Ministério Público recebe as denúncias, mas ele não tem a ação investigativa, então, manda para a CGU que tem interface com vários órgãos: Senado, Congresso, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União.

Vou trazer, agora, alguns resultados das ações de controle do Programa Segundo Tempo e dos resultados de avaliação do ano de 2007. Foi realizado um mapeamento das políticas, dos programas dos Ministérios, ações que vão ser trabalhadas, estudo do fluxo que identifica pontos críticos. São feitos um plano estratégico e um plano operacional, as controladorias, com uma regional em cada estado, que auxiliam o órgão em Brasília. Na ação de controle ocorre o monitoramento: é feito um relatório e, a partir disso, se iniciam as ações com o Ministério.

Em 2007 foram realizadas 94 ordens de serviço, fiscalizadas 41 prefeituras e 53 entidades privadas sem fins lucrativos.

Foram analisados 30 convênios antigos, 12 com prefeituras e 18 entidades privadas sem fins lucrativos. Os dados apresentados aqui não têm nenhum tratamento científico, são apenas extratos dos resultados em que foram feitas estatísticas. É o resultado puro e simplesmente daqueles grupos, não dá para utilizar no Programa Segundo Tempo, como geral. Os problemas constatados foram: atraso no cronograma, inadequação das instalações, problemas na qualificação dos monitores e de reforço, fragilidade nos controles, inexistência de relação das crianças beneficiadas. Identificamos problemas nas compras, nas licitações cujos objetivos não eram totalmente atingidos. A partir desses trabalhos, o Ministério tomou algumas providências. As fragilidades identificadas foram: o Programa Segundo Tempo tem um crescimento desordenado, muitos convênios, problemas na qualidade, os critérios de seleção das parcerias é uma fragilidade, deve melhorar o monitoramento e a fiscalização dos convênios e precisa fortalecer o sistema informacional, trabalho feito pelo Dirceu Mattos, que vem trabalhando na base de dados com a Controladoria Geral da União.

Os encaminhamentos a partir, então, dessa avaliação: proposição e informação sobre a nova modelagem do Programa Segundo Tempo, com parceria da UFRGS, e aprimoramento das diretrizes, que devem ser desenvolvidas a partir do primeiro ciclo de fiscalização, e aprimoramento com a área tecnológica. São melhorias que estão em andamento. A instituição de acompanhamento tem papel fundamental, essencial para que os coordenadores capacitem, orientem, tenham a capacitação necessária por parte do Ministério.

O nosso trabalho vai se pautar e se dividir em duas partes: primeiro, remodelagem dos processos, fluxos, seleções das propostas, implantação dos grupos, na capacitação, como estão

sendo realizados a implantação e funcionamento dos núcleos, dos grupos e depois na prestação de contas. O fomento ao controle social é o que a gente acha que precisa avançar ainda. A expectativa de controle interno é de avanço. É preciso que o Ministério tenha indicadores não só gerais, mas dos subgrupos, do fluxo, dos indicadores para acompanhamento, monitoramento, para formalização e que tenha informações do monitoramento, mas é preciso que este seja rápido.

A área de monitoramento precisa conversar com a área de informações, é preciso que as informações sejam rápidas. Como sugestão da Controladoria Geral da União, avançar a parceria com o Ministério da Educação, por meio dos incentivos fiscais, precisa-se avançar na expectativa do fortalecimento do esporte educacional e deixar um pouco de lado o esporte de rendimento. Obrigada!



Foto 5 - Projeto Memória do Programa Segundo Tempo (Luciane Soares gravando entrevista com Fernando Moraes)



Foto 6 - Projeto Memória do Programa Segundo Tempo (Marco Antônio de Carvalho gravando entrevista com Siomara Silva)

Parte IV

**Projetos Especiais do Programa
Segundo Tempo:
avaliando experiências**

Programa Segundo Tempo - Núcleo de Pessoas com Deficiência

Alexandre Carriconde Marques¹

Bom dia a todos! Em primeiro lugar eu queria agradecer à organização por estar participando deste encontro e eu vou falar do nosso Projeto Piloto que atende a pessoas com deficiência. Foi basicamente, em 2008, que se teve a ideia de se trabalhar um núcleo diferenciado e ainda não chegamos a uma conclusão, pelo menos eu, de como esse núcleo deve ser chamado. Até agora a gente tem chamado de Núcleo para Deficientes mas eu não gosto muito dessa nomenclatura porque ela parece que é um núcleo só para deficientes e na verdade ele não é. Desse modo, a gente procurou desenvolver, dentro das diretrizes do Programa Segundo Tempo, nas mesmas bases, partindo do modelo padrão, um núcleo que pudesse atender – vamos dizer assim – a um efetivo maior ou, ainda, dar maiores oportunidades às crianças e jovens com deficiência. Em nenhum momento pensamos em fazer um núcleo exclusivo para deficientes, porque, se fosse assim, nos estaríamos indo contra o que defendemos sobre todo o processo inclusivo.

Da mesma forma que a gente não quer em determinado núcleo só crianças sem deficiência, a gente também não quer um núcleo de crianças com deficiência. Assim, esse projeto foi denominado, por enquanto, de Núcleo de Pessoas com Deficiência ou Núcleo para Deficientes e foi desenvolvido na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas por um período de 24 meses.

¹ Universidade Federal de Pelotas.

As crianças frequentavam o núcleo três vezes por semana, com um atendimento diário de 2 h com as atividades esportivas, e mais uma vez na semana, tendo 1 h com atividades complementares. Então, praticamente, as crianças tinham 7 h de atendimento por semana. Nós atendemos, como os outros núcleos padrão, a 100 crianças e nós determinamos que uma das diretrizes que vai ter que nortear esse processo dos Núcleos com Deficientes é que pelo menos até 70% das crianças tenham algum tipo de deficiência. No entanto, o Núcleo precisa ter obrigatoriamente, pelo menos, 30% de crianças sem nenhum tipo de deficiência. Porque esse núcleo pode ser desenvolvido por escolas especiais, por ONG, prefeituras, governos estaduais, sem problema nenhum, mas sempre obedecendo a essa característica.

Essa diretriz acontece porque nós temos um estudo com 532 núcleos e, até esse estudo, nós tínhamos a vaga ideia de que pelo menos 1% das crianças que participavam dos núcleos tinham algum tipo de deficiência. E a gente não estava muito longe pois encontramos 0,89%.

Nós avaliamos 532 núcleos no Brasil, mais ou menos um total de quase 100.000 crianças e, desses 532 núcleos, 244 tinham alguma criança com deficiência, ou seja, uma população de 36.000 crianças com deficiência, com diversos tipos de deficiência.

Hoje a gente tem um número efetivo da participação da criança com deficiência. E a criação desses núcleos especiais tem como objetivo forte estimular a maior participação da criança com deficiência dentro do Programa Segundo Tempo.

Outro público alvo que a gente tem são as famílias dessas crianças e a comunidade no entorno. Importante a participação dessas famílias, visto que a maioria, quase que em sua totalidade, são famílias de baixa renda, carecem de uma informação muito

significativa, às vezes, até sobre o tipo de deficiência que seu filho tem. Dentro desse processo, é necessário que a gente tenha sempre uma informação e que os nossos monitores, os nossos coordenadores estejam capacitados para dar essa informação, para dar esse acompanhamento também. A gente sempre faz questão de dizer que, além das crianças, a família também é muito importante. Obviamente o envolvimento da comunidade universitária – depois eu vou mostrar alguns pontos positivos e negativos disso -, o único ponto, não digo negativo, porque na verdade, se a gente for fazer uma análise, nós não encontramos nenhum ponto negativo. A única coisa é que o nosso núcleo foi desenvolvido dentro de uma universidade federal, então, quando faltava bola do Ministério, a gente tinha bola da Universidade, a gente tinha piscina. Nós inventamos de fazer o *rugby*, nós tínhamos material; inventamos de fazer o basquete de cadeira de rodas e tínhamos lá 20 cadeiras de roda; inventamos o *Golbol* e não precisamos fazer a bola com saco plástico, pois tínhamos a bola oficial.

Talvez com isso, na análise final, no fechamento das diretrizes, se possam colocar algumas questões de como efetivamente seria um núcleo para crianças com deficiência numa comunidade carente, em um lugar que tivesse uma quadra só de areia, por exemplo.

Com relação aos nossos recursos humanos, nós trabalhamos com um coordenador geral, um coordenador do núcleo, que é professor de Educação Física, quatro monitores de esporte e um monitor de atividades complementares que, no nosso caso, é uma aluna que nós trouxemos do Instituto de Arte. E nós ainda tínhamos, nesse Piloto, nessa experimentação, três alunos que trabalharam efetivamente com pesquisa. Na nossa avaliação, e aí tivemos que utilizar alguns alunos como monitores, como

auxiliares e voluntários, esse número de quatro monitores ainda é muito pouco para atender a 100 crianças. Então, a gente acha que talvez o número mágico seja em torno de seis. Isso vai depender muito dos tipos de deficiência a que a gente for atender. Se a gente pegar crianças com uma condição de locomoção com maior dificuldade, talvez precisemos de mais gente.

Os pontos positivos que a gente visualizou nessa edição piloto foi a oportunidade de mudança no estilo de vida dessas pessoas, a participação efetiva em atividades físicas e esportivas, as oportunidades sociais, a quebra da rotina, a diminuição do preconceito. Isso é muito importante, porque a gente tem dito, até nos nossos textos, que é necessário diminuir o preconceito. Mas o preconceito desaparece à medida que as pessoas adquirem esse conhecimento sobre a deficiência. Sem conhecimento, sem participar com a criança com deficiência, sem conversar com a criança com deficiência, sem interagir com essa criança não há muito como fazer desaparecer o preconceito.

Por que tem melhorado esse atendimento? Porque a gente tem visto a participação dos deficientes em competições paraolímpicas, em novelas, em comerciais. O deficiente está começando, de certa forma, a se sentir, como deveria ter sido sempre, um indivíduo como qualquer outro. Então, nessa razão, a diminuição do preconceito vai fazer com que as pessoas melhorem o seu conhecimento e é muito importante que a comunidade participe, juntamente com o núcleo do Programa Segundo Tempo, dando um apoio para essas crianças também. É importante a atuação direta dos familiares no conhecimento, quebrando barreiras no contexto, tanto universitário quanto da comunidade também.

Sobre os pontos negativos da experiência piloto talvez tenha sido essa dificuldade porque nós não tivemos problema com

material, não tivemos problema com estrutura e talvez, num núcleo em que não haja essa estrutura, que tenha essa dificuldade, isso possa ser um ponto negativo.

Voltando aos positivos, a prática de esportes traz muitos benefícios que servem para uma criança com deficiência ou uma criança sem deficiência também como, por exemplo, o controle de estresse, a motivação para a vida, a melhoria da autoestima. Eu digo assim: nós não fizemos nada muito mágico, não fizemos nada muito diferente. Eu sempre falo que a palavra mágica é oportunidade. E mais uma vez o Programa Segundo Tempo deu oportunidade para essas crianças, deu oportunidades para que elas possam se desenvolver, na medida das suas capacidades, deu a oportunidade que elas possam interagir. Proporcionou que muita gente que nunca, praticamente, tinha saído da cidade de Pelotas fizesse algum passeio. Por exemplo, a participação que tivemos em uma das etapas da *Fórmula Truck*² que aconteceu no interior do estado e a que nós fomos a convite da Petrobras. Lá, elas tiveram a oportunidade de interagir com os pilotos, entrar nos caminhões. Isso é foi muito significativo para elas porque são crianças que vivem, teoricamente, numa condição sócio-econômica bem baixa. De certa forma já sofrem um tipo de preconceito em razão da própria deficiência, sofrem atitude de preconceito porque muitas delas são negras, sofrem preconceito porque são pobres.

E eu acho que o Programa Segundo Tempo, nessa perspectiva, também olhando para essa população diferenciada pode, de alguma forma, auxiliar na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

2 Categoria do automobilismo brasileiro, composta por caminhões preparados para corrida.

Então, no nosso núcleo, nós trabalhamos com basquete em cadeira de rodas, *Golbol*, com lutas, com natação e, a cada dois ou três meses, mudávamos as modalidades porque isso, de certa forma, fazia com que essas crianças pudessem ter essa experiência que até então não tinham tido. Outra coisa que a gente identificou e considera importante desses núcleos especiais é o trabalho de desenvolvimento motor e lá nós fizemos dois trabalhos diferenciados. Elas tinham sempre, toda semana, 1 h de trabalho de desenvolvimento motor porque nós tínhamos muitos alunos com problemas de postura, de locomoção, sérios problemas de equilíbrio e nós utilizamos também em outra atividade o trabalho com as bolas suíças.

Então, de certa forma, junto com a atividade esportiva, junto com a atividade física, a gente tentava fazer um trabalho, não de reabilitação, mas para melhorar o condicionamento delas para que pudessem não só praticar as atividades esportivas, mas que também, nas suas atividades de vida diária, tivessem uma condição melhor para mudar seu estilo de vida.

Nas atividades complementares, além das atividades físicas de que eu já falei para vocês, nós tivemos as Artes, que foi muito importante, porque a monitora conseguiu fazer um *link* das atividades de Artes com as atividades de esportes desenvolvidas. Isso foi significativo, na medida em que a gente percebeu crianças que tinham uma habilidade muito grande para o trabalho de Artes e que, até então, nunca tinham tido nenhum tipo de oportunidade. Então, nesse sentido, também a criação desse núcleo especial foi dar essa possibilidade de conhecermos mais essa criança.

Então, com base nesses resultados, vamos tentar implementar esses núcleos especiais para que, em outros lugares do Brasil, a gente possa dar uma oportunidade maior para as crianças com

deficiência participarem também dessas atividades do Programa Segundo Tempo. Nós já temos as diretrizes praticamente prontas, mas eu acho que isso aí vai ser uma avaliação contínua pois cada lugar tem as suas características; em cada lugar vai haver necessidades específicas, tipos de deficiência diferentes, o preconceito vai ser um pouco maior ou vai ser um pouco menor, vai ser mais fácil desenvolver esse trabalho ou não vai ser.

Enfim, eu gostaria que a gente, que é do Programa Segundo Tempo, tivesse a percepção do seguinte: que a criação desses núcleos, com uma ênfase maior às crianças com deficiência, não impedisse as outras crianças com deficiência, que não estiverem nesses núcleos, de participarem nos núcleos padrão. Porque é a mesma coisa quando a gente ouve: "Ele não pode entrar para a escola regular, ele tem que ir para a escola especial".

A criação de um núcleo como esse é estimular ainda mais a participação dessas crianças para que em um futuro bem próximo a gente consiga fazer com que essas crianças possam interagir, nos outros núcleos, com maior quantidade de crianças que não tenham deficiência. Então, que a gente não coloque esse núcleo como uma forma de segregação porque não se pode mais ver as pessoas com deficiência em função da sua deficiência. Isso acabou! Não existe mais isso! Porque durante muito tempo elas foram segregadas porque simplesmente eram deficientes. A ideia hoje, o novo paradigma que se constrói é olhá-las em relação a sua capacidade, em relação as suas necessidades e ao potencial que pode ser explorado. Eu acho que isto o Programa Segundo Tempo teve: a grata visão das pessoas que estão na sua coordenação de perceber a importância de se estimular a participação dessas crianças no contexto do Programa Segundo Tempo. Muito obrigado!

Programa Segundo Tempo Universitário

Matheus Saldanha Filho¹

Minha saudação a todo o coletivo que se encontra neste espaço de discussão e de reflexão de um projeto sempre em construção. Esse é o meu sentimento neste momento, ou seja, de alargamento das nossas experiências, dos nossos saberes e de nosso conhecimento. Saio daqui fortalecido pela oportunidade que foi construída pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional. A apresentação será breve para atender à solicitação do coordenador da mesa.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma das quatro Universidades Públicas Federais contempladas com o Projeto Piloto Universitário do Programa Segundo Tempo. Com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas Instituições de Ensino Superior, são oferecidas 300 vagas para a prática de diversas modalidades esportivas e de lazer.

Além da UFSM, o programa foi implantado na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte (UFMG), e na Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais (UFOP).

O Ministério do Esporte, as Universidades e a Secretaria Nacional de Esporte Educacional acreditam que o Programa Segundo Tempo Universitário contribui para resgatar e inserir o esporte no projeto pedagógico das Instituições de Ensino Superior.

¹ Universidade Federal de Santa Maria.

É importante tomar conhecimento de como a Universidade Federal de Santa Maria foi escolhida para participar do Projeto Piloto do PST Universitário, pois isso tem a ver com o histórico da instituição em relação às políticas de assistência estudantil. A UFSM é referência dentro do quadro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, com programas e projetos dessa natureza, busca satisfazer essas demandas dos estudantes, as quais se constituem, assim, em meta prioritária para a Instituição. Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário se associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de se atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de lazer, de cultura, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições. Na UFSM, tem-se um marco histórico que representa o compromisso com a inclusão e a permanência dos jovens na universidade.

A razão de estar participando desta mesa e representando as outras instituições que foram contempladas com o PST Piloto Universitário é em razão de ter a oportunidade de participar das discussões, na troca de ideias e contribuir para a construção da proposta de implementação do PST Universitário em 2009. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional juntamente com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação convocaram uma reunião com representantes de vários segmentos dos estudantes universitários do país em que se posicionaram quanto ao desafio de universalizar a prática esportiva a todos, fazendo eco aos anseios dos universitários. A proposta do Projeto Piloto teve caráter experimental, visando fornecer subsídios para avaliação e elaboração de estudo de projetos específicos.

A Universidade Federal de Santa Maria, no dia 14 de dezembro de 2010, completa 50 anos e isso vai ser motivo de comemoração. Foi a primeira Universidade Federal no interior do Brasil, hoje possui um contingente educacional de mais de 25.000 estudantes e tem, como sua missão, contribuir com mudanças na forma de viver das pessoas, dos grupos e comunidades. Baseado nesse referencial, é que aceitamos o desafio de implementar o Projeto Piloto Universitário.

Aqui vai o nosso reconhecimento ao Ministério por este fazer seu papel como política de governo; ele fez a sua parte, cumpriu o seu papel de estimular. Como a UFSM tem a política de oferecer a melhor qualidade possível em educação, ciência, tecnologia e solidariedade social, um dos referenciais também foi o de hospedar o Programa Segundo Tempo, que é mais do que um programa de atividade aos universitários. Se fosse só mais um programa, nós não aceitaríamos esse convite. Nós o aceitamos como forma de criar estratégias, mecanismos de sensibilizar as instâncias superiores da Universidade, para entender as demandas desse contexto.

As primeiras limitações que tivemos, ao implementar o Projeto Piloto dentro da instituição, foi a questão do entendimento, do significado do esporte e do lazer na formação acadêmica. As políticas de assistência estudantis mais demandadas são moradia, alimentação e transporte, e as reivindicações de políticas de esporte e de lazer não aparecem nos programas de gestão dos diretórios acadêmicos e muito menos nas pró-reitorias de assistência estudantil, de graduação e de extensão.

Outra questão que tem origem histórica e cultural dentro das universidades é quanto o significado do esporte e lazer na

formação dos estudantes não aparece no projeto pedagógico e nem no plano de desenvolvimento institucional. Ainda permanece o silêncio institucional e constitucional no que tange à garantia dos direitos.

O Programa Segundo Tempo - Piloto Universitário - nos possibilitou e proporcionou trabalhar o esporte e lazer, no século XXI, enquanto política comum a todos dentro da universidade. Ou seja, nos oportuniza, como estratégia, buscar a valorização e o reconhecimento do esporte e lazer, como tarefa inadiável de um coletivo. Estou convencido de que somente a área da Educação Física não vai dar conta das demandas, da dívida histórica, das expectativas, da necessidade da comunidade. Precisamos nos reunir com outras áreas de conhecimento e outros órgãos administrativos dentro da instituição para o desenvolvimento do programa, um trabalho intersetorial.

A formalização e implementação do convênio com o Ministério do Esporte aconteceu no dia 31 de dezembro de 2008, juntamente com os técnicos administrativos da Pró-reitoria de Planejamento para efetivar o repasse do recurso e o cumprimento de ordem legal do convênio.

Quanto ao atendimento à demanda da comunidade acadêmica, não foi uma iniciativa isolada de um professor, de um segmento e/ou de uma unidade de ensino da instituição. A experiência tem nos mostrado que, para a implementação de políticas públicas, não basta se ter intuição, idealismo, experiência e domínio técnico dos conteúdos de esporte e lazer, são necessários, além dos saberes e competências, o reconhecimento da comunidade universitária e a construção compartilhada por todos os segmentos e por todas as unidades universitárias.

A primeira medida tomada após a confirmação do convênio foi definir o público alvo do Programa. O Programa Segundo Tempo teria como objetivos democratizar o acesso ao esporte educacional recreativo e de lazer de qualidade, na comunidade acadêmica, a todos os estudantes universitários, prioritariamente, ao corpo discente, moradores das Casas do Estudante Universitário I, II e III; promover a constituição de Núcleos Universitários como forma de possibilitar a resignificação do esporte como manifestação da cultura corporal.

A segunda medida foi constituir os gestores sociais (coordenadores e monitores) que iriam compor os três núcleos, a criação do conselho gestor, que teria o papel do controle social do Programa e após a elaboração do plano de trabalho. Na sequência, foi realizada uma pesquisa junto aos estudantes moradores das Casas de Estudantes, junto ao Campus Universitário, para investigar o interesse e os motivos que os levariam a participar das atividades oferecidas pelo Programa Segundo Tempo Universitário e propiciar o conhecimento deste e da existência de outros programas de esporte e lazer oferecidos na UFSM. De posse das informações extraídas da consulta foi que determinamos as atividades, dias e horários.

Após o estudo sobre o perfil dos estudantes, foram criadas estratégias de comunicação do PST - Projeto Piloto dentro da Universidade, e a principal delas foi a criação de um *site*, que contém todas as informações necessárias. O acadêmico que se interessar em participar do Programa do Segundo Tempo, não precisa ficar ligando para departamento, para fulano ou para sicrano. Ele acessa o *site* e lá tem todas as informações quanto ao prédio em que as atividades são desenvolvidas, tipologia das atividades, dias, horários, salas, responsáveis, contatos, localização, concepção das práticas, orientação de como se

inscrever, etc., isso tudo como meio de facilitar a adesão ao programa. Outras estratégias de divulgação implementadas foram a construção de um VT, *folder* e cartazes que tiveram relevância significativa para o conhecimento do Programa Segundo Tempo.

Após a implementação do Programa, fomos buscar apoio em outros setores dentro da instituição e isso foi muito importante porque esse diálogo com essas unidades administrativas superiores da Universidade nos possibilitou dialogar com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE). Nós tivemos também um espaço, no início de 2009, com o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), para fazer com que a política de esporte e lazer fosse parte da agenda das políticas de assistência estudantil na vida social e acadêmica dos estudantes universitários.

Para concluir, estamos com os desafios de elaborar um instrumento de acompanhamento e monitoração das atividades do Programa durante o processo Piloto, de garantir que elas se efetivem e tenham continuidade e, para subsidiar esse processo, realizamos uma pesquisa que poderá oferecer subsídios para órgãos ou instituições que atuam na implementação de tais programas ou programas semelhantes. Uma investigação aprofundada sobre os impactos encontrados para a implementação de programas de esporte e lazer em Instituições Federais de Ensino Superior poderá suprir lacunas no conhecimento referente a esse assunto. Buscamos, dessa forma, facilitar, aprimorar e mostrar caminhos para ações semelhantes de desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer.

Agradeço a oportunidade de apresentar aqui o que temos desenvolvido no Programa Segundo Tempo – Piloto Universitário - da Universidade Federal de Santa Maria, com a expectativa de que a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, juntamente com o Ministério da Educação, venha efetivamente institucionalizar uma política de assistência estudantil de Esporte de Lazer nas universidades brasileiras.

Programa Segundo Tempo – Projeto Navegar

Rodrigo Cavasini¹

Em primeiro lugar gostaria de agradecer essa oportunidade, uma vez que acredito ser de grande relevância poder falar um pouco sobre o Projeto Navegar, que é mais do que uma ação de inclusão social, uma ação profissional e acadêmica. De fato, é uma paixão, algo em que acredito profundamente.

O Projeto Navegar é uma ação de inclusão social, que se centra em atividades esportivas educacionais, como a vela, canoagem e remo, além de atividades educacionais e complementares. Esse projeto teve seu início no Brasil em 1999 e de lá até 2006 foram criados 40 núcleos nas cinco regiões do Brasil. Nesses núcleos houve um investimento considerável por parte da União, pois os equipamentos adquiridos para cada núcleo do projeto, como barcos, botes, motores, remos e coletes, tiveram um custo considerável de aquisição.

Entretanto, não possuíamos um conhecimento mais aprofundado das condições reais em que estavam esses materiais, uma vez que convênios haviam sido criados com diversas Secretarias Municipais do Esporte, Secretarias Estaduais do Esporte e algumas Universidades, durante esses sete anos. Dessa forma, levamos a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, na metade do ano passado, a iniciar um processo avaliativo, o qual buscou verificar em que condições estavam os equipamentos dos núcleos

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

do Projeto Navegar. Assim, promovemos um processo avaliativo nos núcleos e equipamentos, buscando também restabelecer um contato direto tanto com as entidades como também com as pessoas que eram responsáveis por esses materiais, uma vez que, certamente, já deveriam ter ocorrido alterações em relação aos responsáveis nos mais de 40 núcleos criados, alguns ainda em 1999.

O que vimos foi que, em alguns núcleos, os materiais chegavam a estar se deteriorando em seus locais de armazenagem, pois, passados os anos, muitos estavam sendo guardados de forma inadequada e chegando, até mesmo, a estar inutilizáveis. Saliento que também era um dos nossos objetivos, nesse processo avaliativo, realizar uma avaliação técnica desses materiais para averiguar as condições em que estavam armazenados bem como levantar outras informações relevantes em relação ao projeto.

Os núcleos estavam assim situados: na região Norte, temos núcleos em Manaus (AM), Palmas (TO) e Salinópolis, Santarém, São Domingos do Capim, Senador José Porfírio, Soure e Tucuruí (PA). Na região Nordeste, temos em Natal (RN), Aracaju (SE), Olinda e Recife (PE), Salvador (BA) e Parnaíba (PI). Na região Centro-oeste, nas cidades de Aranã, Três Ranchos e Itumbiara (GO) e também Brasília (DF). Na região Sudeste, temos em Lins, Ilha Bela, Presidente Epitácio e Piraju (SP), Capitólio (MG), Vila Velha e Vitória (ES), Maricá, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá (RJ). Na região Sul, temos núcleos em Porto Alegre, Estrela, Caxias do Sul (RS), Florianópolis, Imaruí, Laguna e Tubarão (SC) e Paranaguá, Guaratuba, Ribeirão Claro, Santa Helena e Foz do Iguaçu (PR).

Depois de termos ido a todos esses lugares, para fotografar e avaliar os equipamentos e conversar com os responsáveis, nós

consequimos alguns resultados desse processo avaliativo como um todo. Ao conversar com os responsáveis, vimos, inclusive, que, às vezes, os equipamentos, que eram de responsabilidade, por exemplo, de governos estaduais, estavam sendo utilizados por instituições ligadas a prefeituras ou a alguma ONG. De modo geral, buscamos promover um levantamento dos contatos das instituições e responsáveis e também uma avaliação técnica desses equipamentos. Também realizamos um levantamento de valores que seriam necessários, núcleo por núcleo, para que o projeto pudesse ser reiniciado. Por fim, produzimos um relatório bem amplo e considerável, que foi entregue ao Ministério do Esporte no final do ano passado.

Essas informações coletadas foram bem interessantes e relevantes e serviram de subsídio para a elaboração do planejamento da continuidade do projeto e, mais do que a continuidade, para a construção das diretrizes dos procedimentos do Projeto Navegar, uma vez que o Navegar é anterior ao Programa do Segundo Tempo. De fato, ele foi criado pelo então Secretário Nacional, Lars Graef², e possuía uma proposta um pouco diferenciada, em relação ao que é proposto pelo Programa Segundo Tempo. E, nesse sentido, realizamos esforços para desenvolver uma maneira, uma abordagem de o Projeto Navegar ser promovido em sintonia com o Programa Segundo Tempo.

De modo geral, o Projeto Navegar é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico, de forma a promover o desenvolvimento integral dos adolescentes, prioritariamente, em áreas de vulnerabilidade social. Alguns dos objetivos específicos são: oferecer práticas esportivas educacionais

2 Lars Schmidt Graef, Secretário Nacional de Esportes, entre o período de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002.

náuticas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos beneficiados; contribuir para a melhoria da qualidade de vida; promover o desenvolvimento de maior compreensão ecológica, focada tanto no indivíduo quanto nas suas relações com os demais seres humanos e com o meio ambiente; promover a formação permanente da equipe de trabalho; e realizar a integração com as comunidades envolvidas por meio de atividades esportivas náuticas.

Ainda em relação ao Projeto Navegar, vale destacar que o público alvo era, originalmente, entre pessoas de 12 a 15 anos e essa escolha estava fortemente vinculada aos equipamentos disponibilizados nos núcleos. Depois de um considerável tempo experimentando e discutindo aspectos do projeto, conseguimos ampliar um pouco essa faixa etária, que passou a ser de 11 a 16 anos. Com relação ao período de realização da nova proposta, este está delimitado a 18 meses, dos quais, 14 são voltados ao atendimento ao público alvo beneficiado. A ideia é que nesses 14 meses os jovens possam participar de atividades de iniciação esportiva, nos três esportes principais, permanecendo, assim, de forma aproximada, quatro meses e algumas semanas em cada uma dessas modalidades esportivas, paralelamente às demais atividades educacionais realizadas no Projeto.

Os núcleos devem ofertar pelo menos duas dessas modalidades esportivas, dentre elas, o esporte de vela, canoagem e remo, uma vez que existem espaços que não são propícios para os três esportes. Uma alteração em relação ao Programa Segundo Tempo se deve à participação desses beneficiários nas atividades que, em vez de ser três vezes por semana com uma duração de 2h, nós percebemos que seria mais interessante se o trabalho fosse realizado duas vezes semanais com 3h de duração por turno. Isso porque o envolvimento nessas atividades esportivas náuticas

requer toda uma preparação de aula, montar equipamento, ir para a água, retornar, guardar o equipamento, organizar o espaço. Com somente 2h, acabaria prejudicando bastante o desenvolvimento das atividades e, claro, a oferta de atividades comunitárias e educacionais, tais como vídeos, palestras, oficinas, passeios, etc.

Com relação à equipe de trabalho, nós temos uma contrapartida da entidade que está conveniando que é a presença de um coordenador geral. Por núcleo existem: um coordenador pedagógico, no caso, professor de Educação Física ou bacharel em Esportes; três professores das modalidades náuticas (1 para cada uma delas), que são os responsáveis pelas atividades esportivas; três monitores das modalidades náuticas e um monitor de atividades complementares, se possível, com formação em áreas afins às atividades complementares que estarão sendo desenvolvidas nesse núcleo.

Em relação às capacitações, gostaria de chamar a atenção ao fato de que o Projeto Navegar possui características diferenciadas das da maior parte dos demais núcleos do Programa Segundo Tempo, por estar centrado em esportes praticados na natureza: a vela, o remo e a canoagem. Além disso, a maior parte das atividades educativas no Projeto está focada em atividades de educação ambiental e as atividades complementares geralmente são eventos integrativos, visitas a locais de interesse esportivo, educacional e ambiental, acompanhamento de regatas e visitas a clubes de esportes náuticos.

Em função das especificidades do Projeto Navegar em que os esportes praticados são, de modo geral, um pouco distantes ou até mesmo incomuns à grande maioria dos professores de Educação Física, desenvolvemos uma abordagem específica de capacitação. Uma abordagem que mescla teoria e prática e que é

essencial para o bom andamento desse projeto. Essencial porque, muitas vezes, os espaços em que esses esportes náuticos são promovidos são centrados na prática do fazer por fazer, não dando o necessário valor à abordagem teórica dos mesmos. Em nosso entendimento, tem que haver uma conversa, um diálogo entre estes dois aspectos: teoria e prática.

Nossa nova proposta de capacitação acontece com duração mínima de cinco dias e é diferenciada também em relação ao programa padrão do Programa Segundo Tempo. Um aspecto bem expressivo, se compararmos, é o fato de que nós não estamos falando de 50, 100 participantes no processo de capacitação. Na capacitação do Projeto Navegar estamos falando de dez, de 20 participantes, os quais perfazem toda a equipe de trabalho, ou seja, os grupos são reduzidos e envolvem os coordenadores e professores.

Esse processo de capacitação já foi testado. Desenvolvemos um primeiro Projeto Piloto que aconteceu no ano passado no Estado de Goiás, onde participaram os integrantes dos três núcleos das cidades de Três Ranchos, Itumbiara e Aruanã. Foi o primeiro momento em que nós testamos essa abordagem, com aproximadamente 25 ou 27 participantes. Essa experiência permitiu discutirmos essa forma de capacitação; permitiu, também, aprofundarmos as discussões sobre o material que estava sendo criado e, a partir daí, começamos a aprimorar todo o trabalho que já estava sendo feito. Esse processo de capacitação se repetiu neste ano no Município de Estrela, no Rio Grande do Sul, dessa vez com um grupo reduzido, permitindo a inclusão das melhorias e os acertos da experiência anterior.

Nesse momento, estamos no processo final da editoração de algumas imagens do manual técnico de capacitação que deve ser

lançado no ano que vem. Nesse manual técnico buscamos tratar de aspectos pedagógicos relacionados à iniciação da vela, do remo e da canoagem. Além disso, tratamos de questões relacionadas à planificação dos riscos subjetivos e reais, que geram a necessidade de uma abordagem organizada, planejada para que essas atividades sejam seguras, de modo a prevenir acidentes. Focalizamos, ainda, questões do impacto ambiental, impacto que, muitas vezes, é gerado pelos participantes, no dia a dia das aulas. E, mais do que isso, focamos questões relacionadas às intervenções de educação ambiental, uma vez que esse projeto tem condições ímpares para o desenvolvimento de atividades educacionais que se destinem ao desenvolvimento de competências relevantes para a melhoria e manutenção da qualidade do meio ambiente.

Para finalizar, temos a expectativa de que, em 2011, aconteçam o lançamento do manual técnico de capacitação bem como a realização de uma chamada pública para criação de 20 núcleos, seja por meio da reativação de núcleos que já existiram ou da criação de novos. Pretendemos, então, que em 2011 existam 20 núcleos do Projeto Navegar em funcionamento. Obrigado!

Programa Segundo Tempo – Instituição de Ensino Superior

Marisete Peralta Safons¹

O Programa Segundo Tempo, na Universidade de Brasília (UnB), segue os princípios e as diretrizes do Programa Padrão. A vigência é de 24 meses, sendo quatro ciclos pedagógicos com 200 crianças beneficiadas, divididas em dois núcleos. Nessa proporção são 100 alunos para cada núcleo e tentamos, na medida do possível, dividir os núcleos com 50% de meninos e 50% de meninas. Essa divisão foi pensada no sentido de tentar atender a um número maior de meninas no programa.

Recebemos crianças de duas escolas da Secretaria de Estado de Educação. Uma escola fica na Vila Planalto e a outra no Paranoá.

Destacamos que é um projeto que está em contínua transformação. A cada semestre, muitas coisas são corrigidas. É um processo dinâmico, nunca está totalmente pronto. São muitas as dificuldades que são enfrentadas durante a implantação do Programa Segundo Tempo. Acreditamos que esses dois primeiros anos são desafiadores para se estruturar a proposta. Na Universidade, apesar de haver espaço físico e material, as dificuldades são similares às encontradas em outros núcleos do Programa. No primeiro ano começamos atendendo apenas a uma escola da Vila Planalto, que é bem próxima da Universidade, e depois abrimos um núcleo em outra escola do Paranoá porque não estávamos conseguindo atender à meta de beneficiários.

1 Universidade de Brasília.

O Programa disponibiliza transporte, alimentação e material pedagógico para as atividades complementares. Os estudantes seguem as diretrizes do Programa Segundo Tempo, são matriculados em escolas públicas e são crianças em situação de risco social. Muitas das crianças moram em invasões e são filhos de catadores de papel que moram atrás da Esplanada dos Ministérios.

Um dos critérios de termos escolhido inicialmente a Vila Planalto foi pela proximidade da Universidade, o que facilitaria no custo do transporte. Depois, quando fomos para a outra escola, a mais ou menos 30 km distante da Universidade, enfrentamos certa resistência por parte do fornecedor do transporte. Mas, após um diálogo com este, conseguimos que ele mandasse dois ônibus para a escola do Paranoá.

No sentido de tentar atender às necessidades dos nossos beneficiários foi feito um levantamento junto às escolas a respeito dos principais problemas encontrados pela comunidade escolar. Verificamos muito interesse das crianças pela prática de esportes, mas as localidades não oferecem condições adequadas. A inexistência de quadras poliesportivas nas comunidades e escolas gera uma frustração nos jovens pelo fato de não poderem praticar esportes.

No Programa Segundo Tempo padrão na UnB, a equipe é composta por um Coordenador Geral, dois Coordenadores de Núcleo, quatro estudantes de Educação Física e três estudantes para atividades complementares. Todos recebem bolsas disponibilizadas pelo Ministério do Esporte. Além dos monitores disponibilizados pelo Ministério, recebemos também alunos da graduação do curso de Educação Física da UnB para realização de Estágio. O Programa Segundo Tempo é um programa que oportuniza a prática docente

dos alunos da graduação. Está cadastrado como Projeto de Extensão da Universidade de Brasília, também com a intenção de ampliar a possibilidade de receber alunos de graduação porque na Universidade os alunos extensionistas recebem créditos pelo estágio de atividades de extensão.

A partir do segundo ano, ocorreu uma adesão mais significativa ao Programa Segundo Tempo. O primeiro ano foi um ano de estruturação do Programa dentro da Universidade. Foi quando conseguimos implantar os seus princípios e dar visibilidade ao Programa. Os alunos da graduação em Educação Física começaram a enxergar o Programa dentro do Centro Olímpico e começaram a procurá-lo para estagiar. Assim, o Programa Segundo Tempo na UnB consegue atender ao tripé ensino, pesquisa e extensão porque a gente tem alunos da graduação, não só da Educação Física, como de outras áreas de conhecimento. Todos os monitores foram capacitados no primeiro semestre, mas, de um semestre para outro, toda a equipe de profissionais foi modificada. Houve certa dificuldade em manter a mesma equipe. Assim, criamos o curso de capacitação no ambiente da educação a distância para trabalhar os conteúdos da capacitação com a equipe que vai se formando. As atividades coletivas são futebol de campo e salão, voleibol e basquete. As atividades individuais são as lutas no contexto escolar, em que as crianças vivenciam vários tipos de lutas, tênis, capoeira, escalada e atividades complementares, como reforço escolar, jogos teatrais, reciclagem e artesanato. Temos uma excelente parceria com o Instituto de Artes da Universidade e com a Faculdade de Educação. Também foram feitos contatos com o Instituto de Psicologia para realizar atendimento com as crianças que apresentam dificuldades emocionais. Junto ao Departamento de Nutrição, buscamos conversar com o professor responsável pela cozinha experimental para nos auxiliar com o lanche dos

meninos. Há outras possibilidades de parcerias internas dentro da Universidade de Brasília e de outros cursos superiores que também enviam alunos para estagiar no programa segundo tempo.

As crianças matriculadas no Programa Segundo Tempo participam de atividades coletivas e individuais ao longo de três dias na semana.

Os problemas existem e temos pontos a melhorar e esses pontos seriam reafirmar as parcerias e construir novas parcerias com outros cursos além de buscar outra alternativa para o lanche. Também é necessário sistematizar melhor as avaliações físicas realizadas.

Também participamos de eventos científicos, divulgando o Programa Segundo Tempo na UnB. Sabemos que existem pontos a melhorar e estamos trabalhando para isso.

Programa Segundo Tempo – Ginástica Aeróbica

Kátia Lúcia Moreira Lemos¹

A Ginástica Aeróbica, no contexto do Programa Segundo Tempo, teve, como objetivo principal, desenvolver um projeto que pudesse garantir a inclusão da ginástica nesse programa. Essa foi e é a preocupação básica, o que norteou nossos pedidos, além da nossa paixão pela ginástica, pois acreditamos no idealismo e foi ele que nos movimentou e fez com que tivéssemos força para argumentar com o Amauri, nosso Coordenador Pedagógico, solicitando a inclusão dessa proposta no Plano Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

Tentamos responder a algumas questões e trazer esse Projeto Piloto para tentar atender a alguns problemas que já eram eminentes no Programa Segundo Tempo. Infelizmente, após vermos a apresentação da pesquisa desenvolvida pela PUC de Minas Gerais, constatamos que a participação dos meninos aumentou e não diminuiu, ao contrário dos que nós esperávamos. Da pesquisa anterior, com a constatação de que era de 64% a participação dos meninos, os resultados que foram apresentados ontem são de 67%. Resumindo: ainda não conseguimos melhorar a participação das meninas no Programa Segundo Tempo.

Essa foi a uma das razões pela qual queríamos incluir uma modalidade de ginástica na proposta pedagógica do PST, além, é claro, de explorar e experimentar a ginástica nos núcleos

1 Universidade Federal de Minas Gerais.

onde o Programa acontece. Este Projeto Piloto foi elaborado e desenvolvido para verificar as exigências físicas e materiais para o desenvolvimento dessas modalidades.

O Projeto Piloto foi aprovado, acreditamos nós, por trazer uma modalidade inovadora, uma atividade que chama e motiva as meninas para a prática, mas, que não exclui a participação dos meninos. Isso era fundamental, nós não queríamos criar um fator diferenciador, uma atividade que fosse só para as meninas, mas sim, aumentar o número e a permanência de beneficiados do sexo feminino. Além disso, buscamos motivar e mobilizar o desenvolvimento de uma atividade capaz de promover a integração de meninas e meninos e vocês verão que, realmente, isso funcionou muito bem.

O projeto teve várias etapas: uma etapa de sensibilização com 35 entidades envolvidas como convidadas, que foi realizada por uma instituição privada que apresentou o projeto para essas entidades. Depois, tivemos uma capacitação, tudo aconteceu em 2009, com 28 entidades, quando cada uma selecionou três coordenadores num total de 84 pessoas. Nessa capacitação foi realizada a apresentação do material didático de suporte que tentou garantir algumas respostas às perguntas que o Secretário Nacional de Esporte Educacional, na época, Julio Filgueira, me fizera, tais como: por que a Ginástica Aeróbica? Para quê? Como seria operacionalizada dentro do PST?

Ao final dessa capacitação, foi realizada uma chamada e 15 núcleos foram selecionados pela Secretaria de Nacional de Esporte Educacional e, destes 15, nós conseguimos enviar o termo de adesão para nove. Dos nove núcleos que receberam o termo de adesão e concluíram todo o processo, nós tivemos oito que conseguiram desenvolver o projeto. Entretanto, precisamos

esclarecer que os problemas que impediram o desenvolvimento da Ginástica Aeróbica foram operacionais, por exemplo, o convênio não conseguiu prestar conta no ano anterior, ou mudou o governador, ou não conseguiu preencher o relatório, entre outros.

Assim, nós tivemos oito núcleos que iniciaram o projeto e que estavam divididos em diferentes regiões, porque a ideia era esta: conseguir identificar a aceitabilidade, a capacidade de se aplicar a Ginástica Aeróbica e oficializar sua prática. Nós tivemos dois núcleos na Bahia, um em Lauro de Freitas e um em uma escola estadual em Salvador; um em Minas Gerais, em Uberaba; um em Goiânia; um em Cuiabá; um em Campo Grande; um em São Paulo; e um em Pernambuco².

Como funcionou a implantação desse projeto? Na primeira fase o grupo que foi selecionado pelo Ministério - eu, a Professora Marynelma³, a Professora Ana⁴ e a Professora Silvia⁵ - teve a preocupação com a construção desses instrumentos que estariam validando o nosso estudo e pesquisa. Então, elaboramos alguns instrumentos de coletas de informações para serem aplicados *in loco*, e cada uma de nós teria a responsabilidade de visitar os núcleos em três momentos diferentes e aplicar os questionários. A segunda fase consistiu-se nas visitas, propriamente ditas. A primeira visita foi de conhecimento das ações dos núcleos que recebiam orientações. Nesse primeiro encontro, os núcleos foram avisados e nossa visita foi com hora marcada, fomos esperados

2 Instituições participantes: Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas /BA; Setre - Colégio Estadual Francisco Conceição Menezes /BA; Cemea Boa Vista - Uberaba/MG; Prefeitura Municipal de Goiânia - GO; Prefeitura Municipal de Cuiabá; Funesp/Campo Grande; Conan /SP (Associação Esportiva América); Asces - Caruaru/PE.

3 Marynelma Camargo Garanhani. Universidade Federal do Paraná.

4 Ana Maria Pereira. Universidade Estadual de Londrina.

5 Sílvia Regina Pinho de Bortoli. Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

e aplicamos um questionário para os coordenadores, para os monitores e para os participantes. A segunda visita foi de acompanhamento e mobilização para a realização dos festivais - já que essa foi a nossa proposta, a de fechar o projeto. Nessa visita eles não sabiam que iríamos, chegamos de surpresa e, na grande maioria, encontramos os núcleos funcionando muito bem. A terceira visita foi de finalização, acompanhamento do festival, com todas as crianças participando. Infelizmente, dois desses núcleos que começaram conosco não conseguiram realizar os festivais por problemas estruturais de convênio. Não porque a atividade não funcionou nem por falta de aceitação, foram problemas gerenciais administrativos que não nos cabe aqui julgar, mas temos que apresentar esses dados para vocês.

A terceira fase foi a nossa análise dos resultados e construção de relatórios e publicações. Já entregamos o relatório até porque a Gianna Perim tem um poder muito grande sobre nós, então as datas eram assim: para este dia!, Ai de nós se não entregássemos os relatórios, então, entregamos todos os relatórios.

Este é o único quadro numérico que nós vamos apresentar para vocês pois esta é uma pesquisa de análise de discurso. Trata-se de uma análise qualitativa, vamos apresentar as categorias que estabelecemos para apresentar os resultados e também porque temos uma amostra muito pequena no universo do Programa Segundo Tempo com mais de 1 milhão de crianças, e nossa pesquisa representa uma amostra muito pequena.

Então aqui temos os oito núcleos que realmente começaram a fazer essa atividade. Tivemos dois núcleos que não conseguiram terminar (o núcleo 3 e o 7), mas, se vocês observarem, em relação aos núcleos que começaram a atividade, todos eles

começaram com um número e terminaram com um número maior de participantes, com meninas e meninos integrados.

NÚCLEO	VISITA 01 INÍCIO			VISITA 02 ACOMPANHAMENTO			VISITA 03 FINALIZAÇÃO		
	F	M	TOTAL	F	M	TOTAL	F	M	TOTAL
01	40	03	43	50	02	52	50	02	52
02	---	---		01	05	06	01	05	06
03	21	03	24	---		---	---	---	---
04	21	02	23	20	03	23	21	03	24
05	20	03	23	15	12	27	15	12	27
06	22	03	25	19	05	24	21	06	27
07	20	12	32	30	20	50	---	---	---
08	38	04	42	32	12	44	48	12	60
TOTAL	182	30	212	167	54	221	156	40	196

Essas foram análises que nós estabelecemos para avaliar os dados dos instrumentos de coletas que elaboramos. Na primeira fase vocês verão a primeira coluna dos coordenadores, os monitores, depois os beneficiados e o que nós avaliamos nesses instrumentos de coleta: o perfil, a motivação da participação e quais eram as expectativas.

Encontramos nos coordenadores, que participaram do Projeto Piloto, uma vivência ou experiência com a modalidade da ginástica ou dança além de interesse tanto na sensibilização quanto na capacitação. Eles estavam motivados a participarem deste Piloto porque eles tinham uma preocupação com o ensino da ginástica e tinham a expectativa de que a ginástica pudesse melhorar ou trabalhar as habilidades, pudesse ser um meio para melhorar a

saúde, o lazer, entre outras questões dos núcleos que eles estavam vivendo.

Na perspectiva dos monitores, eles também eram pessoas que tinham algum tipo de vivência ou experiência em alguma das modalidades da ginástica e a maior motivação foi eles gostarem da ginástica, portanto, queriam aprender a trabalhar com ela e eles tinham expectativa de auxiliar no processo educacional.

Com relação aos beneficiados, trabalhamos com crianças desde os desde anos até os 18 anos de idade e as perspectivas delas eram: aprender novas coisas, tornar-se campeãs e ganhar troféus, melhorar as habilidades ginásticas, viajar pelo país e pelo mundo, ter diversão e alegria, ser algo de bom para a família, ter saúde, ser dançarinas, ser profissionais de sucesso e ter talento.

No segundo momento nós tentamos identificar as estruturas físicas e recursos materiais, o envolvimento dos participantes e a atuação dos monitores. Os coordenadores perceberam que as aulas podiam ser desenvolvidas em diferentes espaços e que não precisavam de muitos recursos. Vocês verão nas conclusões gerais que aparece a necessidade de material didático complementar com maior sustentação e que os vídeos e CD de músicas pudessem ser mais diversificados. Eles perceberam um grande envolvimento, empolgação, motivação dos monitores, dos beneficiados que estavam participando do projeto e um envolvimento muito grande com a perspectiva do festival, que era quando as crianças poderiam apresentar aquilo que elas estavam aprendendo.

A atuação dos monitores era surpreendente porque em alguns projetos eles trabalharam às vezes quatro meses sem receber, em função de problemas estruturais. Mesmo assim, eles eram dedicados, mas sentiram muita falta de terem participado da capacitação pois a grande maioria não o fez. Os monitores,

independente do espaço que tinham para atuar, estavam motivados pelas aulas, apesar dos aparelhos de som, alguns com muita tecnologia, outros com pouca. Eles conseguiram trabalhar nas aulas, mas eles também sentiam uma necessidade de diversificação das músicas e dos livros.

Os beneficiados, independente do local da aula, consideraram que as músicas e as coreografias foram excelentes. Nós temos que deixar claro para vocês que a nossa preocupação não era de levar um modelo pronto, montar uma aula, fazer um vídeo. Nós tivemos a grande preocupação de que os monitores tivessem uma base de formação, mas que eles construíssem essas aulas junto com as experiências dos meninos, das crianças, com a regionalidade deles também.

Na finalização do Projeto Piloto Ginástica Aeróbica, a aceitação e a motivação da realização do festival eram enormes. Os monitores e os praticantes se envolveram ao máximo e a presença da comunidade foi uma surpresa para nós, porque, no relato dos coordenadores, alguns pais e algumas mães aprenderam as coreografias e se envolveram em todos os trabalhos: arrumar os cabelos dos meninos e das meninas, as roupas, que, depois de muito choro, conseguimos, até uniformes para todas as crianças.

A identificação com os projetos proporcionou vivências que os alunos nunca tiveram e isso ficou claro com a aceitação deles, porque não tivemos desistência de crianças, muito pelo contrário, nós tivemos crianças e jovens agregados a esse programa. Houve o encantamento dos monitores com o festival, com a possibilidade de criar, de escolher as músicas. Fomos a vários festivais e vimos a evolução desses monitores em escolher músicas que eram próprias da sua região, adaptando as coreografias com a cultura local e isso foi muito importante. A preocupação deles em indicar

esse projeto para outros núcleos, de dizer que realmente valeu a pena e que eles querem continuar com a Ginástica Aeróbica no Programa Segundo Tempo.

A maioria das crianças gostou muitíssimo e estas foram as falas dos meninos e das meninas quando perguntados se indicariam a um amigo:

Eu gosto muito da ginástica e convidaria para ter o mesmo gosto e o glamour que tenho quando estou treinando. (Menina)

Esse projeto me ajuda bastante e, se me ajuda, ajuda os outros. (Menino)

Porque é muito bom, bom demais. (Menina)

Para que eles possam conhecer também o projeto (Menino)

O ensino da Ginástica Aeróbica necessita de poucos recursos físicos e materiais; oportuniza a participação e permanência não só de meninas, mas também de meninos; possibilita a participação de meninos e meninas de diferentes faixas etárias na mesma prática; as coreografias incentivam a mostra da cultura local. O Festival poderá ser uma estratégia de integração entre meninos e meninas do Programa Segundo Tempo e da comunidade, dos núcleos e dos convênios.

Para finalizar, trago uma frase que tomamos emprestada do material do recreio nas férias: "Sonho que se sonha só é um sonho... Mas sonho que se sonha junto é realidade" (Raul Seixas).

Então, a Ginástica Aeróbica é uma realidade. Na nossa concepção, é um Projeto Piloto que deu certo e esperamos, sinceramente, que ele faça parte do Programa Segundo Tempo.

Programa Segundo Tempo – TOP¹

Michel Angillo Saad²

Quero agradecer à comissão a oportunidade de falar um pouco desta proposta que é o TOP, que alguns já conhecem e outros ainda não. Esta proposta TOP é do Governo do Reino Unido, da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a partir de uma realidade que eles tiveram lá e que, até certo ponto, é semelhante a alguns de nossos projetos locais. Os profissionais que atuavam na Educação Física Escolar (profissionais especificamente da área) tinham algumas dificuldades com outras áreas, em como lidar no ensino de esporte e de outras atividades ligadas à Educação Física, de modo geral. Diante disso, eles elaboraram esse programa que procurou desenvolver o ensino e a aprendizagem da Educação Física em escolas primárias da Inglaterra.

Essa proposta resultou na elaboração de cartões que auxiliam os professores no planejamento e na organização dessas atividades e de jogos voltados para a Educação Física. Interessante destacar que esses cartões foram elaborados - eles reuniram a comunidade que estava envolvida nesse processo - com profissionais da Educação Física, órgãos governamentais, técnicos, treinadores, entre outros. Essa proposta original propõe atividades e jogos para serem desenvolvidos com crianças dos quatro aos 12 anos. Eles inicialmente apresentam o *TOP Play*, para crianças de quatro a sete anos, e o *TOP Sport*, para crianças dos oito aos 12 anos.

1 Transcrição não revisada pelo autor.

2 Universidade do Oeste de Santa Catarina.

TOP significa TOP, não é uma sigla, eles denominaram TOP, pois estava acima das demais propostas deles até então. Diante disso, e por meio de uma parceria entre o Governo Brasileiro e o Governo do Reino Unido, nós constituímos uma comissão que teve por finalidade fazer a adaptação desses cartões, até então voltados para a realidade da Inglaterra, para os nossos núcleos do Programa Segundo Tempo (PST), enquanto Cartões de Recurso Pedagógico (CRP). Os profissionais ingleses utilizavam o termo Cartões de Apoio *TOP Play* e *TOP Sport*, e nós adaptamos, denominando-os de Cartões de Recursos Pedagógicos (CRP). Para que vocês tenham o modelo de alguns, eu vou falar um pouquinho mais sobre isso.

A equipe envolvida, em um primeiro momento, ouviu o processo a partir de uma tradução de cartões feitos pelo Conselho Britânico e logo tivemos que rever essa tradução. Revimos algumas questões que estavam ali naqueles cartões, em termos de atividades, de materiais, entre outras questões, e optamos pela inclusão de dois novos itens. A versão dos ingleses veio com cinco itens e nós incluímos dois itens: um denominado 'Transcendendo a Atividade', que foi uma sugestão do Professor Amauri Bassoli, que nada mais é do que tentarmos, por meio de questionamentos, propor o desenvolvimento de temas transversais, não tratando o esporte pelo esporte no ensino das modalidades ou das brincadeiras. Também incluímos outro item que denominamos de 'Competências e Valores'.

Inicialmente, o *TOP Play* e o *TOP Sport* eram divididos em quatro blocos. Na nossa adaptação, estamos trabalhando com cinco blocos: o bloco de cartões, denominado 'Aplicação em Jogos'; outro bloco denominado 'Movimentações e Habilidades', que eles chamavam de *TOP Play*. Em relação ao *TOP Sport*, nós

denominamos 'Jogos em Invasão', 'Jogos de Bater e de Lançar', 'Jogos de Rede e de Parede'.

Para vocês terem uma ideia, o cartão tem frente e verso e, para cada conjunto de cartões, há um cartão que é denominado de 'Cartão Mestre', que passa informações sobre a utilização dos cartões e o que quer dizer sobre cada um dos itens apresentados. Na parte da frente do cartão, há cinco elementos principais e ele apresenta a atividade a ser desenvolvida. Uma das técnicas de utilização do cartão é que as crianças manuseiem este cartão, que elas tenham possibilidade de ver, de observar a atividade que elas estarão desenvolvendo, então, na parte inicial, ele apresenta a ilustração da atividade a ser desenvolvida. A seguir, ele tem uma breve explicação de como desenvolver essa atividade, como jogar e traz, também, questões como a inclusão, como incluir tanto jovens com deficiência, como jovens com outras necessidades especiais.

O cartão também apresenta questões que tratam do equipamento a ser utilizado e informações sobre segurança das atividades, sobre maneiras de se evitar que alguma atividade possa causar machucado ou alguma lesão nas crianças que participam. Então são cinco elementos na parte da frente do cartão e sete elementos na parte de trás.

Iniciando, ele apresenta questões de aquisição e desenvolvimento de habilidades, nas quais propõe que se estimulem as crianças a adquirir e desenvolver habilidades. Na sequência, apresenta questões de adaptações e variações para cada atividade e eu vou falar um pouco desta parte que é muito interessante.

Na Inglaterra eles denominam *step by step*, que é trabalhar passo a passo: é o que comumente falamos da questão das

progressões. O cartão traz, também, informações sobre selecionar e aplicar habilidades táticas, analisando e melhorando o desempenho, ou seja, transcendendo a atividade. Nessa direção, o cartão fala um pouco do conhecimento e da compreensão de aptidão física e saúde, e a questão da competência e valor. Vocês podem ver que trabalhamos desde aproximadamente outubro de 2009 com os cartões de capacitações e avaliações e seria bom se tivéssemos dois ou três dias para a gente conversar e discutir um pouco sobre cada item. Afinal, não é só a utilização dos cartões que está colocada, a proposta pedagógica, como eu disse antes, é que precisa ser conhecida inicialmente para que culmine com a utilização desses cartões.

Bom, como eu tinha dito, um dos princípios básicos desses cartões é a questão de *step by step*, no qual o professor estimula a criança modificando quatro elementos, *step*, passo a passo. Na língua inglesa, o S significa o *espaço*; o T, a *tarefa*; o E, o *equipamento* e o P, a *pessoa*. No momento em que você modifica um desses elementos, espaço, tarefa, equipamento e pessoa, você pode tornar a atividade ou mais fácil ou mais difícil. Essa é uma questão muito interessante que é apresentada nos cartões, pois apresenta alternativas para o professor, ao utilizar esses itens, dificultar ou facilitar essa tarefa. Diante da adaptação que nós fizemos, os cartões foram implementados em quatro núcleos do Programa Segundo Tempo, por meio dos projetos piloto em três núcleos de Santa Catarina e um núcleo de Alagoas. Nestes núcleos foram avaliados 134 crianças, quatro professores e sete monitores. Nós fizemos uma avaliação da implementação e da possibilidade de expansão da utilização dos cartões para os demais núcleos do Programa Segundo Tempo. Como foi realizada a avaliação? Inicialmente, capacitamos esses núcleos, seus professores e monitores para iniciarem o processo de

aplicação desses cartões. Aí foi quando fizemos a avaliação das expectativas: inicialmente havia alguns professores e monitores que consideravam o percentual baixo de 6% inapropriado. É lógico que, como foi dito antes, era uma população muito pequena, eram quatro professores e sete monitores, por isso estamos apresentando em percentuais, mas de uma maneira bem simples. Além desses 6% que acharam inapropriado, os demais acharam que a implementação seria apropriada e parcialmente apropriada. Nós aplicamos essa avaliação na primeira fase de capacitação. Depois de quatro meses voltamos a esses núcleos para aplicar novamente questionários, entrevistas e fizemos observações em que constatamos que os professores consideraram, de maneira geral, que a utilização desses cartões era parcialmente apropriada para ser utilizada no Programa Segundo Tempo.

Nós entrevistamos e conseguimos elencar algumas categorias a partir das falas desses professores e monitores e, entre as categorias, a gente pode mapear que eles consideraram que os cartões são uma ferramenta pedagógica que auxilia no trabalho educativo, no momento do planejamento, na organização dos conteúdos, materiais, espaço físico. Isso não poderia ser diferente, pois, como já disse, está exposto no cartão. Os cartões demonstram ser um motivador para os alunos durante as sessões, ao mencionarem a importância da roda pedagógica, dos equipamentos, disponibilizando aos alunos maior clareza das informações e da qualidade dos materiais. Dá para afirmar que, de maneira geral, os cartões foram avaliados positivamente.

Agora eu vou falar especificamente das brincadeiras e dos jogos que estão presentes nas ilustrações e que também foram avaliados. Houve mais de 90% de aceite por parte dos coordenadores de núcleo e por parte também dos alunos envolvidos, os 130 alunos que conseguimos entrevistar e aplicar o questionário.

De modo geral a avaliação dos cartões no núcleo do Programa Segundo Tempo tem sido positiva pois professores e monitores consideram apropriada a utilização dos cartões. Estes cartões são valorizados pela clareza das informações, qualidade e possibilidade de autonomia aos participantes. O importante a destacar é que os cartões auxiliam muito na questão da descontinuidade que alguns núcleos apresentam quando, por exemplo, têm monitores que permanecem pouco tempo no programa e isso dificulta um pouco a progressão, muda um pouco a continuidade do trabalho. Nesse sentido, eles são ferramentas bem importantes.

Ficou como sugestões das avaliações que seja feito um permanente acompanhamento da aplicação dos cartões e a necessidade de formação ampliada que permita que os educadores adquiram um mínimo de qualidade dessa tecnologia. Nós já tivemos um processo de quase um ano de atuação com esses cartões e ainda temos muitas dúvidas com relação a alguns pontos que constam neles.

Por fim, acho que seria muito prudente a criação de novos cartões a partir da realidade dos núcleos nos quais o Programa Segundo Tempo está inserido. Obrigado.

MEMÓRIA DO
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Projeto vinculado ao Centro de Memória do Esporte (ESEF -UFRGS)
que abriga em seu acervo a coleção Programa Segundo Tempo.

Objetivos:

- Preservar a memória do PST por meio da guarda de seus acervos documentais, iconográfico, audiovisual e tridimensional;
- Disponibilizar o acervo documental e iconográfico em formato digital via LUME (Repositório Digital da UFRGS), home-page do Programa, consulta in loco e via recursos computacionais: e-mail, on-line e Cdrom.
- Produzir um acervo de entrevistas com sujeitos envolvidos com o PST (gestores, monitores, participantes, entre outros) e disponibilizá-lo para consulta

MINISTÉRIO DO ESPORTE
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Foto 7 – Banner do Projeto Memória do Programa Segundo Tempo

Parte V

**Relatório Síntese do evento
com apontamentos sobre as
potencialidades, fragilidades e
indicativos de ações para superação
e aprimoramento do Programa
Segundo Tempo**

Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo – 2010: Indicativos de avanços para o Programa Segundo Tempo¹

Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Gianna Lepre Perim

Apresentação

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio do Projeto de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo, desenvolveu o **Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo**, no período de 09 e 10 de dezembro de 2010, na cidade de São Paulo – SP, com a temática **Avaliação e Perspectivas Futuras**.

Este encontro teve por finalidade elaborar um balanço das realizações da SNEED em relação ao PST no seu último ciclo gerencial, buscando apontamentos junto aos participantes para a elaboração de um documento que possa subsidiar as suas futuras gestões. Para tanto foram convidados para participar no evento parceiros dos convênios de administrações públicas (municipais e estaduais) e privada do terceiro setor, assim como entidades fiscalizadoras e integrantes dos órgãos de controle, em especial da Controladoria Geral da União. Os convênios fizeram-se representar

1 Relatório Síntese do evento com apontamentos sobre as potencialidades, fragilidades e indicativos de ações para superação e aprimoramento do Programa Segundo Tempo.

pela presença de Coordenadores Gerais, Pedagógicos, Setoriais e de Núcleos, assim como de monitores.

A programação elaborada para o evento teve a lógica organizacional que buscou municiar os participantes com as realizações e avaliações que a própria Secretaria e seu contingente de RH realizaram, assim como de visões e pesquisas realizadas por entidades parceiras. A partir das apresentações e discussões, os participantes se subdividiram em grupos para os trabalhos nas oficinas. Todos tiveram plena liberdade para se dirigir à oficina cuja temática mais o atraísse, da mesma forma na qual pudesse contribuir.

Os temas trabalhados nas conferências, painéis e oficinas se prenderam a²:

Conferências

Esporte Educacional: da conceituação à ação – uma política viável

Esporte e Educação: uma relação imprescindível

Palestras

Programa Segundo Tempo – passado, presente e futuro

Avaliando o PST

Avaliação Pedagógica do PST

Painéis

O PST na visão dos gestores (Estadual, Municipal e Terceiro Setor)

A Proposta Pedagógica do PST na visão dos educadores

O Acompanhamento Operacional, Pedagógico e Administrativo dos Convênios do PST

Projetos Especiais no PST – Avaliando as experiências

2 A programação do evento e a relação dos participantes encontram-se no Anexo 1.

Oficinas

Tema 01 – A proposta Pedagógica do PST

Tema 02 – As diretrizes do PST

Tema 03 – Acompanhamento e Fiscalização dos Convênios do PST

Tema 04 – Os Projetos Especiais no PST – estruturando as propostas

Tema 05 – O PST no “Mais Educação”

O desenvolvimento das oficinas teve como organização a ideia de que os participantes fossem provocados e estimulados a um processo reflexivo avaliativo e propositivo, como forma de se levantar **três aspectos** ao seu final e que fossem aprovados pela plenária do evento. Estes aspectos se prenderam **a: Potencialidades, Fragilidades e Sugestões de Ações e/ou Procedimentos.**

As potencialidades procuraram apontar aspectos que foram considerados como satisfatórios e que merecem ser destacados e fortalecidos em futuras gestões, pois se colocam como estruturantes e fortalecedores de todo o Programa.

As fragilidades demonstram aspectos que necessitam ser mais bem observados pela futura gestão, pois em muitos casos poderão se colocar como impeditivos e dificultar avanços futuros para o PST.

Já as sugestões apontadas, baseadas no balanço realizado entre potencialidades e fragilidades, buscaram indicar à futura gestão da SNEED encaminhamentos que podem facilitar e potencializar as ações do PST junto à comunidade brasileira.

Dessa forma, como balanço geral apresentado pelos diversos grupos, tem-se:

Tema 01 – A Proposta Pedagógica do PST

Apresentação

No dia 10 de dezembro de 2010, reuniram-se em São Paulo, aproximadamente 35 pessoas, dentre elas, membros de equipes colaboradoras e pedagógica, coordenadores de convênio, coordenadores e monitores de núcleo do Programa Segundo Tempo.

A finalidade de tal momento foi identificar as potencialidades, fragilidades e sugestões de melhoria para a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo.

Assim, estiveram em pauta: a produção dos textos de fundamentos teóricos, didáticos e metodológicos utilizados como orientadores das capacitações e intervenções do Programa Segundo Tempo; os formatos de capacitação de coordenadores e monitores de núcleo, e; como esses elementos têm alterado o processo de intervenção pedagógica nos convênios do Programa Segundo Tempo.

Num primeiro momento foram indicados pelos presentes os elementos potenciais da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo e, posteriormente, as fragilidades que a mesma apresenta e, por fim, as sugestões de alteração para seu aprimoramento.

A Proposta Pedagógica atual, baseada nos temas abaixo apresentados, é que serviu às reflexões apresentadas, pois ela se coloca como resultado de avanços que se iniciaram em 2007 quando da elaboração do primeiro material pedagógico do programa e que se seguiram durante os anos de 2008, 2009 e 2010.

Temas de Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo e que são trabalhados nos seus processos de capacitação

Fundamentos do Programa Segundo Tempo: Entrelaçamentos do Esporte, do Desenvolvimento Humano, da Cultura e da Educação

Fundamentos do Lazer e da Animação Cultural

Corpo, Gênero e Sexualidade: Educando para a Diversidade

Estilos de Ensino e Aprendizagem Motora: Implicações para a Prática

Questões da Deficiência e as Ações no Programa Segundo Tempo

Organização e Desenvolvimento Pedagógico do Esporte no Programa Segundo Tempo

Procedimentos Metodológicos para o Programa Segundo Tempo

Planejamento do Programa Segundo Tempo: A Intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo

Potencialidades

- ✓ a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo assume claramente a opção pelo esporte educacional;
- ✓ os objetivos do Programa Segundo Tempo são maiores do que os elementos do esporte debatidos nos veículos de comunicação, visto que são frutos de uma política pública. Dessa forma, as limitações da proposta são semelhantes aos problemas encontrados nas reflexões e discussões epistemológicas da Educação Física, sobretudo, no que se refere aos aspectos metodológicos encontrados no ensino do esporte;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ ocorreram avanços nas políticas públicas para o esporte educacional, sobretudo, considerando o advento da constituição da equipe pedagógica e da rede de equipes colaboradoras que acompanham pedagógica e administrativamente os convênios do Programa Segundo Tempo;
- ✓ houve uma tentativa de síntese de conceitos epistemológicos, a partir de diferentes concepções, com vistas ao encontro de um consenso relativo ou mesmo intersecções para subsidiar as intervenções pedagógicas para o ensino do esporte no Programa Segundo Tempo;
- ✓ reconhece-se a importância de abordar a dimensão técnico-instrumental do conhecimento do esporte, que envolve aspectos técnicos e táticos das modalidades esportivas, pois se entende que esses elementos são direitos das crianças, jovens e adolescentes e lhes garantirão o prazer pela prática;
- ✓ os autores da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo entendem que a mesma requer discussões e reflexões contínuas. No entanto, reconhece-se que o formato atual atende às necessidades de organização e funcionamento dos trabalhos desenvolvidos nos núcleo;
- ✓ o formato de capacitação telepresencial que ocorreu de forma piloto no Estado de Minas Gerais atingiu um número elevado de recursos humanos, inclusive monitores, indicando melhoras significativas na formação e, portanto, na intervenção pedagógica dos núcleos.

Fragilidades

- ✓ houve um momento de intersecção dos conceitos epistemológicos, porém ainda há aspectos que precisam de maiores aproximações e

diálogos que permitam avanços na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo;

- ✓ os elementos conceituais encontrados na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo tratam o esporte como conhecimento. Entretanto, isso não é observado nas ações dos núcleos, uma vez que o ensino do esporte ainda está pautado somente na perspectiva do fazer e não do conhecer o esporte;
- ✓ as práticas do acompanhamento/reforço escolar ou outras atividades complementares podem descaracterizar a perspectiva do esporte educacional no Programa Segundo Tempo, caso não seja definido claramente qual é o momento de abordar/ realizar tais práticas durante as atividades dos núcleos, não ocupando o tempo de ensino do esporte;
- ✓ as intersecções dos conceitos epistemológicos da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo que promovem as relações entre os textos precisam ser mais bem explicitadas, favorecendo o processo de organização e intervenção pedagógica dos núcleos;
- ✓ houve uma superestimação da capacidade dos coordenadores de núcleo em repassar a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, visto que nas capacitações dos coordenadores há um formador para cada temática, enquanto nas capacitações de monitores os coordenadores são responsáveis por apresentar todas as temáticas;
- ✓ dificuldade do coordenador e dos monitores em compreender as diretrizes e a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, pois muitos entendem que a mesma se apresenta “fechada”, visto que o estabelecimento de uma modalidade individual e duas coletivas não confere “autonomia” aos coordenadores e monitores de núcleo.

Sugestões

- ✓ ampliar a abordagem do texto de fundamentos teóricos do Programa Segundo Tempo, buscando melhor articulação entre as demais temáticas apresentadas na proposta pedagógica do programa;
- ✓ adequar o formato dos fundamentos didáticos que orientam a elaboração do planejamento pedagógico dos núcleos, subsidiando sua construção a partir de eixos norteadores do processo, ao mesmo tempo em que confere autonomia para tal elaboração, reconhecendo as peculiaridades locais;
- ✓ construir textos que apresentem uma linguagem acessível aos diversos segmentos do Programa, sem perderem a consistência teórica, bem como elaborar textos específicos para determinadas temáticas de maneira a aprofundar as discussões e reflexões nos núcleos durante o processo de formação continuada e todo funcionamento do convênio;
- ✓ editar o material didático da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, para que se apresentem com linguagens e formatos semelhantes;
- ✓ produzir material didático para o ensino das modalidades esportivas, aproximando a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo das realidades dos núcleos;
- ✓ produzir material em EaD para subsidiar a capacitação dos coordenadores e monitores de núcleo;
- ✓ diferenciar os conceitos de esporte educacional, da proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo, das aulas de Educação Física Escolar, ao mesmo tempo apresentando quais são suas relações e pontos de intersecção;
- ✓ utilizar na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo diferentes formas de linguagem, tais como textos, vídeos, cartões,

execução de tarefas, entrega de relatórios, considerando as diferentes formas de compreensão e aprendizagem dos coordenadores e monitores dos núcleos;

- ✓ a capacitação precisa ser realizada por meio de um processo continuado, no decorrer da vigência do convênio, como um momento de disseminação e apropriação dos conceitos, facilitando a intervenção pedagógica de coordenadores e monitores de núcleos;
- ✓ o modelo de capacitação de coordenadores deve ocorrer de forma presencial e EaD, e para os monitores deve ser desenvolvida pelos coordenadores, mas com a utilização de material EaD e vídeos aulas;
- ✓ utilizar nas capacitações os espaços e os beneficiados dos núcleos, favorecendo a compreensão de que os conceitos apresentados na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo são possíveis de serem concretizados no contexto real dos coordenadores e monitores de núcleos;
- ✓ produzir textos e materiais didáticos que permitam aos coordenadores, monitores e beneficiados dos núcleos, a discussão, reflexão e compreensão dos direitos da criança e do adolescente, presentes nos diversos documentos e leis que orientam as políticas públicas, de forma a garantir que os beneficiados exerçam sua cidadania;
- ✓ produzir textos que orientem os coordenadores e monitores ao trabalho intersetorial nas próprias comunidades. Tais textos devem apontar estratégias que identifiquem os diversos órgãos (ONG's, Conselho Tutelar, Escolas, Associações de Bairro, Conselhos Municipais de Educação, dentre outros), entendendo-se que ao se criar a intersetorialidade local, ampliam-se as possibilidades de contribuição à garantia dos direitos da criança e do adolescente, assim como a garante-se a ampliação das possibilidades de desenvolvimento.

Tema 02 – As diretrizes do PST

Apresentação

A Política de Esporte Educacional desenvolvida pelo Ministério do Esporte nos últimos oito anos, em uma perspectiva ampliada, busca democratizar o acesso ao Esporte oportunizando a prática esportiva às crianças, adolescentes e jovens na escola pública e fora dela, por meio da oferta de múltiplas vivências esportivas com vistas ao desenvolvimento humano e como instrumento de inclusão social.

Essa ação se materializa por meio do Programa Segundo Tempo que é um Programa estratégico do governo federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. Os Núcleos de Esporte Educacional visam ocupar o tempo ocioso dos beneficiados e oferecem, no contraturno escolar, atividades esportivas sob orientação de coordenadores e monitores de Educação Física e/ou Esporte, reforço alimentar e atividades complementares.

Diretrizes Atuais do Programa Segundo Tempo

Público-alvo:

Crianças, adolescentes e jovens, entre 6 e 17 anos.

Objetivo Geral:

Democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator

de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Objetivos Específicos:

- oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral;
- oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade.

Meta Prioritária:

Democratizar o acesso à prática esportiva, ampliando a oferta por meio de parcerias com o MEC, com governos estaduais, municipais, universidades e o terceiro setor.

Modelo de Conveniamento:

Estabelecimento de alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais, municipais, organizações não-governamentais e entidades nacionais públicas ou privadas sem fins lucrativos. Por meio da celebração de convênios com o Ministério do Esporte, essas entidades se tornam responsáveis pela execução do Programa.

Modelo de Execução:

Implantação de Núcleos de Esporte Educacional, que visam ocupar o tempo ocioso das crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da

cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social.

Fundamentos Pedagógicos:

Múltiplas vivências do esporte em suas diversas modalidades, trabalhadas na perspectiva do Esporte Educacional, voltado ao desenvolvimento integral do indivíduo. Acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas como estímulo à vida ativa.

Ações que compõem o Programa:

- ✓ recursos humanos;
- ✓ capacitação de RH;
- ✓ material esportivo, suplementar e uniforme;
- ✓ reforço alimentar;
- ✓ infraestrutura esportiva;
- ✓ divulgação e identificação visual;
- ✓ acompanhamento e avaliação;
- ✓ outros.

Responsabilidades do Ministério do Esporte

- ✓ recursos humanos – coordenadores e monitores;
- ✓ capacitação de RH – coordenadores;
- ✓ uniformes;
- ✓ material esportivo e suplementar;
- ✓ reforço alimentar;
- ✓ acompanhamento e avaliação.

Responsabilidades do Parceiro

- ✓ espaço físico (infraestrutura);
- ✓ recursos humanos complementares;
- ✓ capacitação dos monitores;
- ✓ material esportivo e suplementar;
- ✓ divulgação e identificação visual;
- ✓ acompanhamento e avaliação;
- ✓ outros.

Núcleo de Esporte Educacional

- número de beneficiados:
100 por núcleo
- recursos humanos envolvidos:
um coordenador de núcleo graduado em Ed. Física ou Esporte (20h);
um monitor/estagiário em Educação Física ou Esporte (20h).

Desenho Estrutural do Convênio/Núcleo

- Recursos Humanos
um coordenador – geral (20h ou 40 h);
um coordenador – pedagógico (40h);
um coordenador setorial para cada 20 núcleos (20h);
um coordenador e um monitor para cada núcleo (20 h).

Funcionamento do Núcleo

- ✓ atividades esportivas: oferta de três modalidades diferentes (2 coletivas e 1 individual);
- ✓ frequência (por aluno): três aulas por semana e 2h/dia (24h/aula/mês);
- ✓ atividades complementares: passeios, palestras, artes plásticas, teatro, dança, música, poesia, desenho etc;
- ✓ suprimento de materiais esportivos e uniformes: fornecidos pelo ME ou adquiridos;
- ✓ oferta de reforço alimentar;
- ✓ cardápio aprovado.

Ciclo Pedagógico

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	Capacitação	Desenvolvimento Pedagógico						Desenvolvimento Pedagógico				
Recreio nas Férias						Recreio nas Férias		Festivais Internúcleos				

A vigência dos Convênios do Segundo Tempo varia de 12 a 24 meses. Dependendo do período de vigência do convênio, a estruturação do projeto varia entre dois a seis meses, sendo os demais meses destinados ao atendimento dos beneficiados.

Após a apresentação das Diretrizes atuais, o grupo identificou as Potencialidades e Fragilidades do Programa no que se refere às Diretrizes Gerais que regem a celebração dos convênios e o funcionamento dos Núcleos.

Potencialidades

- ✓ adequação do número de beneficiados por núcleo (relação do número de recursos humanos por beneficiado);
- ✓ aquisição e distribuição dos materiais esportivos pela SNEED;
- ✓ uniformes para os recursos humanos;
- ✓ melhoria da qualidade dos materiais esportivos;
- ✓ inclusão do Coordenador Setorial para convênios com 20 núcleos ou mais e Coordenador Pedagógico para todos os convênios;
- ✓ investimento médio anual por beneficiado;
- ✓ material suplementar;
- ✓ reforço alimentar;
- ✓ kits xadrez e damas;
- ✓ capacitação e acompanhamento;
- ✓ garantia da oferta de múltiplas vivências (participação de cada beneficiado em, no mínimo, três modalidades);
- ✓ existência do monitor de atividades complementares;
- ✓ definição do ciclo pedagógico.

O Grupo também entendeu importante registrar como ponto positivo o debate e a construção coletiva das diretrizes.

Fragilidades

- ✓ forma de seleção dos beneficiados e sua manutenção no Programa (a não-participação da família na seleção e a falta de compromisso na aderência dos beneficiados às atividades dos núcleos);
- ✓ falta de disponibilidade dos recursos financeiros, impactando no cumprimento do cronograma de execução;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ aquisição, logística e periodicidade de distribuição do reforço alimentar;
- ✓ exigência do número mínimo de modalidades para todas as faixas etárias;
- ✓ o padrão não se aplica a todas as realidades;
- ✓ a estrutura atual com a oferta de atividades esportivas não contempla todas as dimensões da formação integral;
- ✓ modelo de capacitação gerencial.

Discussão

Considerando-se que esta oficina apresenta-se como a responsável pela estrutura a ser disponibilizada para todo o Programa, entendeu-se por bem que os temas fossem justificados e apresentados de forma a esclarecer os pontos de vista resultantes da reunião.

O grupo validou a concepção da Política de Esporte Educacional vigente e os fundamentos gerais e pedagógicos do Programa Segundo Tempo, a partir do apontamento das potencialidades e fragilidades, entendendo que seria preciso propor algumas alterações nas Diretrizes, com vistas a qualificar a sua execução, o que se apresenta, a seguir, com a devida fundamentação:

NOVAS DIRETRIZES PARA O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Fundamentação e Proposições:

1. Análise e discussão sobre a manutenção do REFORÇO ALIMENTAR como ação do PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.

1.1. Considerações

- a concepção inicial do programa previa a permanência do alunado em tempo integral na escola, significando a necessidade do reforço alimentar, e que esta concepção alterou-se ao longo do tempo;
- o Programa Segundo Tempo foi implementado também fora do ambiente escolar, com atuação diferenciada;
- parceria com o Ministério da Educação, por meio da proposta de intersetorialidade ministerial, e inserção do Programa Segundo Tempo no Programa “Mais Educação”, garantindo que a oferta do reforço alimentar será de responsabilidade do MEC;
- o fortalecimento dos fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo, nas suas ações, qualificação dos recursos humanos e dos materiais esportivos disponibilizados;
- as dificuldades dos problemas encontrados e vivenciados até o momento com os convênios em execução, quais sejam dificuldades na licitação, cardápios sem valores nutricionais, as logísticas de distribuição e armazenamento;
- os impactos orçamentários nos convênios como um todo, e que o valor deste recurso é representativo, correspondente a cerca de 40% do valor total conveniado pelo ME no ano de 2010;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- trata de parcerias nas quais cabe ao parceiro assumir responsabilidades financeiras e operacionais, para a execução correta do convênio;
- este valor, se suprimido, significará a possibilidade de ampliação do atendimento e da qualificação a um número significativamente maior de beneficiados. Conclui-se com isto que a ação de Reforço Alimentar, que é uma ação secundária desde a concepção do programa, não seja mais uma ação de responsabilidade do ME, sendo possível e recomendada como ação a ser executada pelo parceiro, seja como contrapartida legal (percentuais estabelecidos em lei), e/ou compromisso social.

Proposta

O reforço alimentar deverá ser oferecido a título de compromisso social, e/ou contrapartida legal por parte da entidade, cabendo ao ME, quando formalizado, a responsabilidade de acompanhamento e supervisão desta ação.

2. Análise e discussão sobre a manutenção das ATIVIDADES COMPLEMENTARES como ação do PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.

2.1. Considerações

- o Programa Segundo Tempo tem como principal objetivo oportunizar e democratizar o acesso ao esporte;
- a necessidade da oferta de múltiplas vivências aos beneficiados;
- o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que contemple as diversidades, especificidades e realidades locais, frente à estrutura e capacidade técnica dos parceiros;

- a proposta pedagógica do PST contempla as atividades complementares como parte integrante das atividades esportivas a serem desenvolvidas nos núcleos;
- na prática as entidades desenvolvem as atividades complementares previstas no convênio inadequadamente, apresentando variação de convênio para convênio, alternando, ora entre a substituição das atividades esportivas por atividades complementares, ora pela sua total supressão. Conclui-se com isto que as ATIVIDADES COMPLEMENTARES não deverão constar como atividades regulares na grade horária dos núcleos.

Proposta

O fomento da prática das Atividades Complementares para incentivar as entidades a buscar parceiros para a sua realização, sendo excluído das diretrizes do Programa Segundo Tempo.

3. Análise e discussão sobre a manutenção do MATERIAL SUPLEMENTAR como ação do PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.

3.1. Considerações

- as dificuldades dos problemas encontrados e vivenciados até o momento com os convênios em execução, quais sejam dificuldades na licitação, as logísticas de distribuição;
- a Secretaria Nacional de Esporte Educacional assumiu a ação de aquisição e distribuição dos materiais esportivos suplementares;
- a melhoria da qualidade e diversidade dos materiais oferecidos a todos os núcleos.

Proposta

Entende-se que a responsabilidade de aquisição dos materiais suplementares, caso necessário, seja assumida pela entidade conveniente a título de contrapartida, cabendo ao ME, quando formalizado, a responsabilidade de acompanhamento e supervisão desta ação.

4. Análise e discussão sobre a manutenção do FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS – META DE ATENDIMENTO PÚBLICO-ALVO como ação do PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.

4.1. Considerações

- as dificuldades da manutenção das metas de atendimento aos beneficiados durante toda a execução do convênio;
- considerando o real problema de oscilação de frequência, detectado a partir das visitas in loco e comprovação de distribuição do reforço alimentar abaixo da meta;
- o parceiro tem dificuldades de manter o número de alunos dentro das metas pactuadas, e que há reais dificuldades de mensurar a quantidade de alunos por meio de um sistema informatizado que comprove efetivamente a realidade dos núcleos, sugere-se como forma de encaminhamento.

Proposta

Ajuste e alinhamento de parâmetros mínimos e máximos do quantitativo de alunos por núcleo, sendo estabelecido o mínimo de 70 alunos e o máximo de 100 alunos.

Assim, após as considerações e proposições apontadas anteriormente pelo grupo, organizou-se a proposta final distribuindo-se as ações, responsabilidades e funcionamento dos núcleos.

Ações que compõem o Programa

Recursos Humanos
Capacitação de RH
Material Esportivo e Uniforme
Material Suplementar
Reforço Alimentar
Infraestrutura esportiva
Divulgação e Identificação Visual
Acompanhamento e Avaliação

Responsabilidades do Ministério do Esporte

Recursos Humanos – Coordenadores e Monitores
Capacitação de RH – Coordenadores e Monitores
Materiais Esportivos e Uniformes
Acompanhamento e Avaliação

Responsabilidades do Parceiro

Espaço Físico (Infraestrutura)
Capacitação permanente dos Recursos Humanos
Reforço Alimentar
Material Suplementar
Divulgação e Identificação Visual
Acompanhamento e Avaliação

Núcleo de Esporte Educacional

- Número de beneficiados:
 - ✓ mínimo de 70 e máximo de 100 por núcleo
- Recursos Humanos envolvidos
 - ✓ um coordenador de Núcleo **graduado em Educação Física ou Esporte (20h)**
 - ✓ um monitor/estagiário **acadêmico de Educação Física ou Esporte (20h)**

Desenho Estrutural do Convênio/Núcleo

- Recursos Humanos
 - ✓ um coordenador – geral (20 ou 40h)
 - ✓ um coordenador – pedagógico (40h)
 - ✓ um coordenador setorial para cada 20 núcleos (20h)
 - ✓ um coordenador e um monitor para cada núcleo (20h)

Funcionamento do Núcleo

- ✓ **Atividades Esportivas:** oferta mais diversificada possível de modalidades esportivas de acordo com a faixa etária, garantindo a vivência mínima de três modalidades (sendo 2 coletivas e 1 individual) até a faixa etária de 14 anos. A partir dos 15 anos, de acordo com o interesse dos beneficiados, fica permitida a oferta de apenas uma modalidade a fim de que se possa ampliar o domínio sobre a mesma;
- ✓ **frequência (por beneficiado):** mínimo duas vezes por semana e 3h/dia ou três vezes na semana, 2h/dia (24h/aula/mês);
- ✓ **materiais esportivos e uniformes:** fornecidos pelo ME;

- ✓ **material suplementar:** como contrapartida da entidade e/ou utilização de rendimentos;
- ✓ **reforço alimentar:** como contrapartida da entidade.

Tema 03 – Acompanhamento e Fiscalização dos Convênios do PST

O acompanhamento e fiscalização dos convênios do PST são fundamentais para o monitoramento das ações pactuadas entre os parceiros e o ME. Este processo acontece desde a formalização até a prestação de contas final do convênio, por meio da atuação das diversas Coordenações da SNEED/ME, Equipes Colaboradoras, Entidades Fiscalizadoras, Órgãos de Controle e os próprios parceiros.

Levando em conta a necessidade de integrar as ações do acompanhamento pedagógico e administrativo realizado pelas Equipes Colaboradoras e o operacional realizado pela Área Técnica da SNEED, hoje ele é dividido da seguinte forma:

- o equipes colaboradoras: acompanhamento sistemático dos convênios com caráter formativo, durante toda a vigência, considerando os aspectos pedagógicos e administrativos;
- o equipe técnica da SNEED: acompanhamento sistemático com caráter orientador, de controle, e fiscalização, durante toda a vigência dos convênios considerando os aspectos técnicos e operacionais.

O acompanhamento realizado pelas equipes colaboradoras constitui-se de:

1. análise e validação dos planos pedagógicos dos convênios – PPNs;
2. capacitação pedagógica para os coordenadores de núcleo;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

3. realização das visitas in loco – uma visita a cada ciclo pedagógico e amostra estratificada de 20% do total de núcleos;
4. relatório de avaliação do convênio (relatório consolidado);
5. plantão de dúvidas (via e-mail e contato telefônico).

A Equipe Técnica também realiza visitas de acompanhamento operacional dos convênios:

1. acompanha a EC na primeira visita de cada convênio;
2. promove vistorias a qualquer tempo por motivo de denúncias ou outro;
3. relatórios de vistoria – gerados após as visitas.

Considerando a necessidade de ajustes e adequações com vistas à melhoria e aprimoramento do processo de acompanhamento e fiscalização dos convênios do PST, realizou-se uma oficina para debater o tema, na qual participaram 27 representantes da SNEED e ECs, Entidades parceiras e fiscalizadoras que apresentaram tendo por base suas experiências, as potencialidades, fragilidades e sugestões para o seu aprimoramento.

Potencialidades

- ✓ **diferenciação do “foco” da avaliação feita pela EC e pela Equipe Técnica:** permite a ampliação das dimensões do acompanhamento, definindo responsabilidades para cada equipe, quanto aos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão;
- ✓ **qualificação do atendimento promovido:** ao identificar os problemas na execução, a entidade recebe orientações da EC e da SNEED no sentido da superação/regularização, materializando o aprimoramento das ações implementadas;
- ✓ **aprimoramento da qualificação dos recursos humanos:** os procedimentos sistemáticos de capacitação, associados às experiências

compartilhadas entre as ECs, Equipe Técnica e Entidades têm permitido a evolução na formação e atuação de todos os profissionais envolvidos;

- ✓ **aprimoramento e implementação dos instrumentos:** revisão dos conteúdos das coletas de dados, eliminando as duplicidades, tornando-os mais objetivos e com maior abrangência para cada dimensão acompanhada;
- ✓ **disponibilização dos instrumentos de coleta no Siapa:** a implementação dos instrumentos no Siapa possibilitou a socialização em tempo real das informações sobre a execução do PST na ponta e a gestão compartilhada entre os setores responsáveis;
- ✓ **utilização dos elementos do acompanhamento:** os indicativos extraídos dos acompanhamentos realizados, durante toda a vigência do convênio, associados aos outros mecanismos de controle, têm servido para subsidiar a tomada de decisões, inclusive sobre a Prestação de Contas, a renovação ou não da parceria, ou ainda a sua renovação mediante a redução de meta de beneficiados.

Fragilidades

- ✓ **lapso temporal entre a visita/vistoria e o retorno das recomendações à entidade:** os fluxos que envolvem a elaboração dos relatórios, as revisões pelas coordenações responsáveis e a expedição de recomendações à entidade têm se mostrado morosos pela complexidade da integração. Desta forma, é recorrente que as informações não cheguem à ponta em tempo hábil, não se efetivando o saneamento das impropriedades /irregularidades identificadas;
- ✓ **muitas informações na Coleta de Dados da EC – pouco tempo para a interação pedagógica:** a extensão das informações abordadas, com as questões administrativas, limita o acompanhamento pedagógico,

reduzindo as possibilidades de orientações da EC para os profissionais envolvidos, principalmente nos aspectos teórico-metodológicos;

- ✓ **falta de integração entre o Coordenador Geral e o Coordenador de Núcleo na socialização das informações e problemas:** dificuldades na comunicação e no reconhecimento das responsabilidades sobre o não-cumprimento de atribuições inerentes às funções exercidas, comprometendo a gestão;
- ✓ **problemas operacionais quando do preenchimento do relatório *in loco* no Siapa:** dificuldades da EC na execução da ferramenta “Coleta de Dados” no Siapa, a exemplo: abertura de tela, volta à tela anterior, limitação de caracteres e salvar em rascunho;
- ✓ **falta de informação à EC sobre as decisões a partir do Relatório Consolidado:** o tratamento das informações extraídas a partir das visitas, que fundamentam decisões administrativas, nem sempre são repassadas à EC e comprometem os próximos acompanhamentos;
- ✓ **não atendimento das reformulações dos PPC e PPNs pela entidade:** verificada muita dificuldade e/ou resistência das entidades para a conclusão do PPC e PPNs, apesar dos esforços da EP e ECs nas orientações;
- ✓ **limitações nos conteúdos dos relatórios:** as ECs em alguns casos não retratam integralmente a realidade observada, limitando a gestão em equacionar a avaliação das dimensões pedagógica e administrativa e na tomada de decisão.

Sugestões

- ✓ **inclusão do instrumento de vistoria no Siapa:** embora tal instrumento integre o SIC, foi reivindicada a sua disponibilização também no Siapa, para acesso das ECs, cabendo a avaliação da pertinência, considerando que a EC tem acesso ao SIC;

- ✓ **capacitar os profissionais para cumprir os procedimentos administrativos:** necessidade de ampliar os conhecimentos dos Coordenadores de Núcleo e Monitores para a execução de suas atribuições, inclusive as administrativas, para as quais nem sempre estão preparados (ex: uso de internet/sistemas, preenchimento de lista de frequência);
- ✓ **fortalecer com os profissionais a necessidade de maior controle na gestão das ações:** incluir no processo de capacitação a temática para trabalhar as dificuldades referente à troca de informações (entre as Coordenações Geral, Setorial e Pedagógica e os Coordenadores de Núcleo e Monitores, bem como entre a entidade parceira e a EC e/ou SNEED), no sentido do reconhecimento das responsabilidades sobre o não-cumprimento de atribuições inerentes às funções exercidas e no aprimoramento da gestão;
- ✓ **permitir o acesso ao Coordenador-Geral do instrumento de coleta *in loco* no Siapa:** no sentido de possibilitar a verificação em tempo real das condições identificadas, e contribuir para a integração da informação e para a antecipação/celeridade na regularização de possíveis impropriedades/irregularidades, antes mesmo da notificação;
- ✓ **prazos e controles para a conclusão dos PPC e PPNs pela entidade:** necessário estabelecer prazos e aprimorar os fluxos entre a EC e a entidade, de forma a assegurar a finalização dos PPC e PPNs antes do início do acompanhamento pedagógico, oportunidade em que deverá ser verificada a respectiva implementação;
- ✓ **qualificar o fluxo para ciência das ECs acerca das recomendações e decisões antes do próximo acompanhamento:** estabelecer rotinas para agilizar a disponibilização das informações pela EC, o respectivo processamento pelas Equipes Técnicas da SNEED, as decisões da gestão e a atualização do SIC, de forma a situar a EC sobre os

encaminhamentos a partir da primeira visita, e as necessidades a serem monitoradas no próximo acompanhamento;

- ✓ **migração de dados para o relatório consolidado:** unificar os instrumentos de avaliação in loco e o relatório consolidado de visita, simplificando o processamento das informações e permitindo o cruzamento dos dados;
- ✓ **disponibilização de referenciais para padronizar a conclusão da avaliação por ação (atende/não atende/parcialmente):** incluir no relatório de visita referências percentuais para a EC sobre o atendimento, atendimento parcial ou não atendimento da implementação das ações, de forma a padronizar a conclusão e evitar subjetividade/distinções entre o julgamento das Equipes;
- ✓ **incluir nas diretrizes as atribuições e responsabilidades do Coordenador Setorial:** considerando as dificuldades já identificadas na sua atuação e integração com o Coordenador-Geral, sendo estratégica para a gestão e acompanhamento do convênio.

Tema 04 – Os Projetos Especiais no PST – estruturando as propostas

De acordo com o Planejamento estratégico de 2007 da SNEED, no qual dentre outras de suas ações visa “Qualificar e ampliar a abrangência do Programa Segundo Tempo” e “Assegurar a oferta do Programa Segundo Tempo voltado ao público do ensino médio e superior”, estabeleceu-se que uma das formas pelas quais as mesmas se dariam, seria por meio de Projetos Especiais destinados às comunidades não-atendidas diretamente pelo Programa Segundo Tempo, ou seja, Pessoas com Deficiência, Universidades e PST Padrão na Universidade.

Estes projetos especiais foram implantados em algumas instituições em forma de projetos-piloto, a partir de Diretrizes propostas pela SNEED. Todos os Núcleos-piloto tiveram acompanhamento pedagógico e administrativo com avaliação das diretrizes propostas.

Ao final do projeto-piloto, as diretrizes foram avaliadas e modificadas para a implantação definitiva de núcleos.

Esta ação ficou a cargo do Departamento de Esporte Universitário (Deuni) da SNEED, que juntamente com os parceiros envolvidos, estruturou as diretrizes dos projetos especiais.

Entende-se que o incentivo à prática esportiva nas Instituições de Ensino Superior (IES) deve ser trabalhado de forma articulada às políticas universitárias de inclusão e permanência do estudante. Nesse sentido, como forma de dar atendimento a esta ação, foram desenvolvidos Projetos-piloto no âmbito da pessoa com deficiência (UFPEL), Universitário (UFOP, UNB, UFSM e UFMG) e Navegar (UFRGS).

Nesse contexto foram observadas, de forma geral, todas as vivências e experimentos realizados, algumas potencialidades e fragilidades:

Potencialidades

- ✓ oportunizar a essas populações a prática de atividades esportivas, físicas e complementares, respeitando as suas especificidades;
- ✓ capacitar o futuro profissional da área da Educação Física a desenvolver o ensino das atividades esportivas e físicas, por meio da vivência de situações concretas de ensino-aprendizagem;
- ✓ a prática esportiva dentro da universidade e da comunidade acaba aproximando e estabelecendo vínculos de relacionamentos entre as pessoas envolvidas no ambiente do PST;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ proposição de indicadores quantitativos e qualitativos passíveis de estimular a proposição de políticas públicas de promoção de atividades esportivas, físicas e culturais;
- ✓ incentivo à criação de uma base de dados que permita a compreensão do universo complexo em que se inserem os fatores de participação da comunidade envolvida no PST;
- ✓ informação direta com as famílias e comunidade em assuntos relativos às condições das especificidades dessa população na promoção da saúde;
- ✓ divulgação dos esportes náuticos, paraolímpicos, olímpicos e demais manifestações esportivas no âmbito do PST.

Fragilidades

- ✓ acompanhar o calendário acadêmico (universitário e escolar), pois em período de férias e recessos acadêmicos, há o esvaziamento nas práticas oferecidas pelo programa;
- ✓ assegurar espaços destinados ao desenvolvimento do programa uma vez que as atividades são remanejadas para outros espaços em detrimento de outras atividades;
- ✓ baixa qualificação dos professores de Educação Física para o atendimento de crianças e jovens no âmbito do PST;
- ✓ a dificuldade de condições de acessibilidade em alguns locais de prática das atividades poderá ser uma barreira para o desenvolvimento do PST;
- ✓ continuidade do financiamento para o desenvolvimento do programa.

Nesse sentido, para o desenvolvimento e execução dos Projetos Especiais, entende-se necessário que sejam desenvolvidas ações que procurem minimizar

as fragilidades apresentadas considerando a relevância que o desenvolvimento do PST representa para a comunidade.

Por fim e a partir das diretrizes estabelecidas decorrentes das vivências junto aos estudos-piloto, destaca-se a importância da continuidade a estes novos modelos de oferta do Programa Segundo Tempo de forma a ampliá-los para toda comunidade brasileira.

A seguir estão apresentados os aspectos propositivos dos pilotos PST Universitário, PST Pessoa com Deficiência e PST Navegar.

PST Universitário

O Projeto-piloto Universitário tem como público-alvo prioritariamente o corpo discente dessas instituições, que serão atendidos por meio de núcleos universitários de esporte. É notória a necessidade de desenvolver pesquisas a fim de promover a prática esportiva na comunidade universitária. O esporte universitário deve ser incentivado a reverter o quadro de déficit da prática esportiva a partir de políticas públicas de Estado como o Programa Segundo Tempo (PST).

O PST é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o PST Universitário indica que o processo de implementação incorpore a participação da comunidade universitária, tanto no desenvolvimento das atividades como pela constituição de um conselho representativo com os diversos setores envolvidos, tendo como objetivo geral democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade acadêmica das Universidades Públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de Núcleos Universitários do Programa Segundo Tempo. Indica-

se tal ação como forma de possibilitar a ressignificação do esporte como manifestação da cultura corporal, cujos impactos diretos estão relacionados à interação entre os participantes e destes com a sua realidade local; a melhoria da autoestima dos participantes; a promoção e melhoria da qualidade de vida; o aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais e de lazer; a melhoria da qualificação de professores e estagiários de educação física ou esporte; a integração do esporte como método de aprendizagem;

O PST Universitário (piloto) foi realizado em quatro universidades UFSM, UFOP, UFMG e UNB com a seguinte configuração:

Composição do Núcleo

O Núcleo é composto de 100 beneficiados, um Coordenador de Núcleo e dois Monitores de atividades esportivas.

Funcionamento do Núcleo

As atividades serão oferecidas em horários alternativos, podendo os interessados realizá-las em qualquer um dos horários oferecidos.

A frequência mínima exigida é de duas vezes na semana, sendo em sessões de, no mínimo, 1h e, no máximo, 1h 30 min. cada.

A partir do desenvolvimento dos projetos-piloto, foi possível identificar potencialidades e fragilidades no seu desenvolvimento, tendo como resultado:

Potencialidades

- ✓ os acadêmicos ao realizar atividades diversificadas combatem o sedentarismo e o estresse acumulado pela carga horária acadêmica que realizam;

- ✓ muitos acadêmicos moram longe de casa e não possuem recursos financeiros para custear práticas esportivas em clubes, academias entre outros;
- ✓ acadêmicos que possuem alguns recursos financeiros canalizam para cursos de línguas, informática, deixando as práticas esportivas para um segundo ou terceiro plano;
- ✓ a prática esportiva dentro da universidade acaba aproximando e estabelecendo vínculos com os próprios colegas de curso;
- ✓ em alguns cursos as atividades esportivas oferecidas pelo PST Universitário contam como AACs – Atividades Acadêmicas Complementares;
- ✓ conhecimento e aproximação da comunidade universitária aos espaços ociosos da universidade;
- ✓ investimento por parte da universidade em recuperar espaços físicos para o desenvolvimento do Programa;
- ✓ investimento por parte da Universidade na compra de materiais visando atender às diversas atividades esportivas oferecidas pelo PST – Universitário.

Fragilidades

- ✓ acompanhar o calendário acadêmico, pois em período de férias e recessos acadêmicos, há o esvaziamento nas práticas oferecidas pelo programa;
- ✓ durante o período de provas ocorre o esvaziamento nas práticas programadas e dessa forma deve-se investir em políticas que destaquem a importância das práticas esportivas mesmo nesses períodos;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ necessidade de assegurar espaços destinados ao desenvolvimento do programa, uma vez que as atividades são remanejadas para outros espaços em detrimento de outras atividades acadêmicas;
- ✓ continuidade do financiamento.

Indicadores Finais

O incentivo à prática esportiva nas Instituições de Ensino Superior – IES deve ser trabalhado de forma articulada às políticas universitárias de inclusão e permanência do estudante de forma a universalizar a prática esportiva a partir do ensino e desenvolvimento do esporte a todos, fazendo eco aos anseios dos universitários.

Nesse sentido, para o desenvolvimento e execução dos Projetos Universitários, entendem-se como necessárias as ações que procurem minimizar as fragilidades apresentadas considerando a relevância que o desenvolvimento do PST Universitário representa para a comunidade acadêmica.

Por fim, e a partir das visitas in loco do PST Universitário e os seus resultados obtidos foi possível evidenciar a importância da continuidade e ampliação da oferta deste modelo a toda comunidade universitária de IES Públicas do país.

Sugestões

Sugere-se que os seguintes aspectos sejam levados em consideração aprimoramento das diretrizes para os próximos convênios:

- a. um diagnóstico para a formulação do projeto básico e diagnósticos semestrais visando à adequação dos horários das atividades promovidas de acordo com a disponibilidade dos beneficiados, pelas constantes alterações nas grades horárias de aula dos acadêmicos, as

quais ocorrem semestralmente. Esta estratégia pode contribuir para a diminuição da evasão dos beneficiados;

- b. a necessidade de um maior número de estagiários e menos coordenadores. Sugere-se que seja aumentado o número de bolsistas para três para cada 100 beneficiados e que cada universidade tenha um Coordenador Geral do convênio e um Coordenador Pedagógico para cada dois Núcleos, sem a necessidade de Coordenadores de Núcleo. Quando a distância entre os campi onde houver núcleos for significativa, deverá haver a mesma proporção de Coordenadores Pedagógicos por Núcleo. O número mínimo de Núcleos por convênio deverá ser de três;
- c. o período de vigência do projeto de 24 meses (2 meses de estruturação, 20 meses de atendimento e 2 meses de recesso).

PST Pessoa Com Deficiência

O preceito constitucional de que o esporte e o lazer são direitos de cada um e dever do Estado em ofertá-los e com a situação de exclusão dos jovens brasileiros com deficiência da atividade esportiva, o Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, propôs em 2008 a realização de um projeto-piloto no âmbito do Programa Segundo Tempo, com o objetivo de desenvolver e propor uma metodologia para atendimento de crianças jovens com deficiência em seus núcleos.

A partir do modelo proposto, o objetivo é democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças e jovens com deficiência, em situação de vulnerabilidade social.

Este projeto-piloto foi desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas; teve como público-alvo 70% de crianças e jovens com deficiência, com a

duração de um ano, com a participação de 68 alunos com deficiências e 32 alunos sem deficiências, com o seguinte modelo:

Composição do Núcleo

- ✓ o núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens;
- ✓ um coordenador de núcleo;
- ✓ quatro monitores de Educação Física e um monitor de atividades complementares;
- ✓ a faixa etária dos beneficiados é de sete a 21 anos;
- ✓ os alunos poderão desenvolver três modalidades livres (individual ou coletiva) de acordo com o planejamento do programa;
- ✓ reforço alimentar em cada período de atividades;
- ✓ frequência de atividades de duas a três vezes na semana/4 a 6h por semana, dependendo do tipo de deficiência e aptidão física de cada indivíduo;
- ✓ atividades complementares (atividades educacionais, atividades culturais, ambientais, entre outras).

As atividades esportivas oferecidas nos núcleos tiveram caráter educacional tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. O processo de ensino-aprendizagem voltou-se para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo pudesse reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social, além de oportunizar aos graduandos em Educação Física, na sua formação, uma vivência concreta em

atividades com essa população, uma vez que puderam atuar como monitores em ações específicas.

A definição das modalidades desenvolvidas junto aos beneficiados considerou o contexto como um todo: especificidades das deficiências apresentadas, disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização, vigência do Projeto, considerando a organização deste Piloto em um Ciclo Pedagógico, além dos meses de Planejamento e Fração, de forma a oferecer, no mínimo, três modalidades esportivas diferentes.

Em razão do tipo de deficiências apresentadas, tornou-se imprescindível trabalhar, durante todo o projeto, atividades de desenvolvimento motor e ginástica localizada (bolas suíças), com o objetivo de melhorar as condições gerais de coordenação, equilíbrio, força e mobilidade.

Além das modalidades esportivas, foram oferecidas atividades complementares relacionadas à educação, à saúde, à cultura, ao meio ambiente, entre outras áreas.

Nesse contexto, as discussões realizadas apresentaram algumas potencialidades e fragilidades.

Potencialidades

- ✓ fomentar conhecimentos básicos para a diminuição do preconceito social, quanto à participação efetiva de crianças e jovens com deficiências em programas de atividades esportivas, físicas e complementares, que visem à mudança do estilo de vida;
- ✓ disponibilização de prática de esportes paraolímpicos não oferecidos nas escolas regulares, especiais e comunidade;
- ✓ capacitar o futuro profissional da área da Educação Física, a desenvolver o ensino das atividades esportivas e físicas para crianças

e jovens com deficiência, por meio da vivência de situações concretas de ensino–aprendizagem;

- ✓ proposição de indicadores quantitativos e qualitativos como forma de estímulo a proposição de políticas públicas de promoção de atividades esportivas, físicas e culturais, para crianças e jovens com deficiência;
- ✓ incentivo à criação de uma base de dados que permita a compreensão do universo complexo em que se inserem os fatores de participação das crianças e jovens com deficiência em programas esportivos e atividades físicas;
- ✓ estímulo ao desenvolvimento de habilidades e aptidão física que propiciem às crianças e jovens com deficiência, a participação em atividades com a família, na escola e na comunidade;
- ✓ informação direta com as famílias e comunidade em assuntos relativos às condições da deficiência e promoção da saúde.

Fragilidades

- ✓ entende-se que existe ainda baixa qualificação dos professores de Educação Física para o atendimento de crianças e jovens com deficiências;
- ✓ a dificuldade de condições de acessibilidade em alguns locais de prática das atividades poderá ser uma barreira para o desenvolvimento do programa;
- ✓ dependendo do tipo de deficiências encontradas, poderá ser necessário um número maior de monitores por núcleo;
- ✓ a falta de conhecimento geral sobre o potencial das crianças e jovens com deficiências pode gerar atitudes de preconceito no âmbito do núcleo (professores e beneficiados) e da comunidade (pais, vizinhos, gestores...).

Em síntese, a participação no PST pode ser um elemento útil, ajudando as crianças e jovens com deficiências a um mais adequado ajustamento nas alterações do seu papel na sociedade. O PST pode proporcionar a oportunidade de aumentar as suas relações sociais, proporcionando a prática de atividades esportivas, físicas e complementares, estimulando novas amizades, bem como adquirir papéis positivos na melhoria da sua qualidade de vida.

Sugestões

Sugere-se que os seguintes aspectos sejam levados em consideração no aprimoramento das diretrizes para os próximos convênios:

- a. o número de Monitores de Esportes será de cinco e um de Atividades Complementares, contudo, este número poderá variar de acordo com os tipos de deficiências dos beneficiados;
- b. o Coordenador de Núcleo deverá comprovar experiência no trabalho com as deficiências dos beneficiados;
- c. O período de vigência do projeto de 24 meses (2 meses de estruturação, 20 meses de atendimento e 2 meses de recesso).

PST Navegar

O Navegar teve sua implantação em 1999 e foi concebido com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico, enfatizando a educação ambiental, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Caracteriza-se como uma importante ação na perspectiva de oportunizar o acesso de crianças e adolescentes à prática de atividades esportivas educacionais

náuticas que, de forma geral, são restritos à população pertencente às classes econômicas mais favorecidas.

Contudo, a partir de 2004/2005, a oferta do projeto foi substancialmente reduzida por parte do Ministério do Esporte, tendo apenas poucos núcleos com financiamento federal. Em 2009, como parte das metas estabelecidas pela SNEED, de ampliação da abrangência do PST, o Projeto Navegar foi incluído como Projeto Especial do PST.

Com base nesta decisão, teve início uma ação no sentido de reativar os núcleos do Projeto Navegar implantados desde sua criação no país, assim como estímulo a apresentação de novas propostas de núcleos. Foi criada uma Equipe Colaboradora, todos com experiência com o Projeto Navegar desde 2003, para fazer o levantamento dos equipamentos que foram obtidos com recursos do Ministério do Esporte, estruturar as diretrizes para o projeto, assim como elaborar uma proposta de projeto pedagógico para o modelo de PST e o desenvolvimento de material pedagógico para futuros processos de capacitação especializada ao modelo.

Esta equipe iniciou os trabalhos em novembro de 2009. A metodologia inicial para fazer o levantamento por meio de formulário enviado aos parceiros não obteve êxito, tendo em vista a dificuldade de identificação dos responsáveis pelos núcleos, bem como o pequeno número de formulários respondidos. Partiu-se então para as visitas in loco nos 40 núcleos existentes no país. Este levantamento detalhado in loco proporcionou uma visão clara do estado de conservação dos barcos, botes, motores de popa, etc bem como o custo para recuperação dos mesmos, em cada núcleo.

Foram também elaboradas as Diretrizes para os futuros projetos pelos membros da equipe colaboradora, com base em suas experiências e nas visitas realizadas nos núcleos de todo o país, no seguinte modelo:

Composição do Núcleo

- ✓ o Núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 jovens;
- ✓ faixa etária entre 11 e 16 anos;
- ✓ período de vigência do projeto é de 19 meses;
- ✓ atividades no contraturno escolar para os beneficiados;
- ✓ oferta de, no mínimo, duas modalidades náuticas (remo, vela, canoagem) a cada beneficiado;
- ✓ frequência mínima de duas vezes na semana e três horas diárias;
- ✓ atividades complementares (atividades educacionais, culturais e ambientais, jogo de xadrez, entre outras);
- ✓ acesso fácil ao local de desenvolvimento das atividades náuticas (rio, lago, barragem, etc) além de garagem para a guarda dos barcos e outros equipamentos, e rampa de acesso à água;
- ✓ reforço alimentar;
- ✓ um coordenador-geral - 40h/semanais;
- ✓ um coordenador de núcleo/pedagógico – 30h/semanais;
- ✓ três professores de modalidades náuticas (um por modalidade náutica) – 30h/semanais;
- ✓ três monitores de atividade esportiva – 30h/semanais;
- ✓ um monitor de atividade complementar – 20h/semanais.

A seguir, identificamos as potencialidades e fragilidades do PST Navegar:

Potencialidades

- ✓ o Brasil é um país que possui um manancial exuberante de rios, lagos, assim como um litoral margeado pelo mar que vai de Norte a Sul, o que favorece a aproximação do nosso povo com a água;
- ✓ oferta de esportes náuticos que, em geral, não são apresentados pela escola;
- ✓ acesso de jovens de escolas públicas a esportes que, normalmente, exigem a filiação em algum clube, seja como sócio ou atleta;
- ✓ divulgação dos esportes náuticos;
- ✓ desenvolvimento de atividades de educação ambiental;
- ✓ desenvolvimento de atividades de capacitação profissional (p. ex., marcenaria náutica, regulagem de barcos);
- ✓ apoio na formação de profissionais de Educação Física com conhecimento dos esportes náuticos;
- ✓ pode ser implantado em todo o país, onde exista rio, lagoa, lago, barragem, mar.

Fragilidades

- ✓ investimento elevado para aquisição e manutenção dos equipamentos;
- ✓ investimento elevado da infraestrutura (local adequado próximo a água, flutuadores, guarda dos materiais);
- ✓ falta de profissionais de Educação Física com experiência nos esportes náuticos;
- ✓ necessidade de capacitação ampliada, pelas características do projeto (riscos de acidentes, regulagem e manutenção do material, etc);

- ✓ limitação da faixa etária ofertada (11 a 16 anos) em relação ao PST Padrão, pelas características do projeto (riscos de acidentes, dimensões e peso dos equipamentos, etc)

A reativação e a possibilidade de criação de novos núcleos do PST Navegar, além de ser uma importante ação do Ministério do Esporte, pois irá recuperar parte de recursos substanciais já investidos na aquisição de equipamentos, amplia a oferta de modalidades esportivas que, em geral, não são universalizadas, especialmente em um país com uma imensa área de recursos hídricos. Portanto, entendemos que os pontos destacados colocam-se como estímulo concreto à retomada do PST Navegar como mais uma das grandes ações da SNEED/ME.

Sugestões

Sugere-se que os seguintes aspectos sejam levados em consideração aprimoramento das diretrizes para os próximos convênios:

- a. cada núcleo terá um Coordenador de Núcleo/Pedagógico, um professor para cada esporte náutico proposto (mínimo de 2), três Monitores de Esportes e um Monitor de Atividades Complementares;
- b. o número de beneficiados será de 100 por núcleo;
- c. a capacitação para Coordenadores, Professores e Monitores será específica, com, no mínimo, cinco dias de duração.

Os Projetos Especiais no PST – o caso dos Projetos de Aeróbica no PST e PST/TOPS

As oficinas do Projeto de Aeróbica no PST e do Projeto PST/TOPS, realizadas durante o Encontro das Equipes Colaboradoras em São Paulo no dia

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

10/12/10, tiveram a participação de aproximadamente 12 pessoas e ambas as oficinas começaram com uma rápida apresentação da metodologia que seria utilizada nas discussões dos dois temas.

Inicialmente, houve um breve depoimento das pessoas que atuaram diretamente nos pilotos, seja como pesquisador/observador seja como coordenador de núcleo ou monitor.

Esses depoimentos complementaram as apresentações dos resultados dos Projetos-piloto Aeróbica no PST e PST/TOPS feitas anteriormente no mesmo evento.

Em seguida, os participantes foram divididos em pequenos grupos de três ou quatro pessoas para discutirem três tópicos na seguinte ordem:

- pertinência da inclusão da GAE no PST;
- como universalizar o acesso da GAE no PST;
- como capacitar Coordenadores e monitores do PST para o desenvolvimento da GAE.

Ao final das discussões de cada tópico os grupos sistematizavam suas opiniões que eram apresentadas aos outros grupos para validação.

Após essa fase todos os resultados foram organizados em Potencialidades, Fragilidades e Indicativos e são apresentados a seguir.

Projeto Aeróbica no PST

Potencialidades

- ✓ promove a inclusão e permanência de meninas nos núcleos do PST;
- ✓ não necessita de nenhum material específico além de um aparelho de som portátil;
- ✓ pode ser desenvolvida em diferentes espaços físicos;

- ✓ promove a curiosidade no ambiente do núcleo por ser uma modalidade pouco conhecida;
- ✓ permite a divulgação dos esportes gymnicos.

Fragilidades

- ✓ modalidade pouco difundida;
- ✓ coordenadores e monitores sem vivência anterior, o que dificulta a iniciação das atividades nos núcleos;
- ✓ escassez de material didático para pesquisa;
- ✓ equipes de formadores pouco experientes para a transmissão dos conteúdos;
- ✓ material de apoio insuficiente.

Sugestões

- ✓ a capacitação dos Coordenadores de Núcleo deve ser por adesão, isto é, só participariam desta capacitação os coordenadores e monitores das entidades que optarem pela inclusão da aeróbica no seu Projeto Básico;
- ✓ criar cartões TOPS para os temas ginásticos começando pela GAE;
- ✓ garantir o conhecimento dos esportes ginásticos na capacitação, por meio de vivências, oficinas e vídeos;
- ✓ identificar nas ECs os professores com experiência em esportes ginásticos, para criação de rede de formação;
- ✓ investir na produção de novo vídeo e apostila, incluindo coreografias com crianças do projeto-piloto;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ deve ser incorporado ao PST padrão como possibilidade de atividade a ser ofertada.

Projeto PST/TOPS

Potencialidades dos cartões pedagógicos:

- ✓ o layout é atraente e motivador;
- ✓ é um bom material de apoio ao professor;
- ✓ É aderente aos princípios pedagógicos do PST;
- ✓ Pode ser utilizado para promover a interação dos beneficiados entre si e com os monitores e professores;
- ✓ Permite acelerar o processo de transformação da teoria à prática e após o processo de capacitação.

Fragilidades

- ✓ nem todos os cartões são atrativos, por não refletirem a cultura nacional;
- ✓ o conteúdo e a linguagem sempre são adequados à didática moderna;
- ✓ os kits de cartões não são autossuficientes, pois sempre precisarão vir acompanhados de orientações de utilização.

Sugestões

- ✓ para a universalização no PST, os cartões devem apresentar propostas adequadas às diferentes realidades;

- ✓ é preciso uma revisão detalhada dos conteúdos, com atenção aos verbos e a linguagem;
- ✓ os cartões devem ser utilizados como estratégias de divulgação das boas práticas do PST;
- ✓ a distribuição dos materiais (cartões) deve sempre estar aliada a uma orientação de qual é a proposta de utilização;
- ✓ estimular os núcleos e as ECs a criarem novos cartões.

Inclusão do TOPS nas capacitações do PST, como ferramenta de apoio no momento das práticas

Tema 05 – O PST no “Mais Educação”

O painel citado realizou-se com a presença de 34 participantes do Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo, realizado em 09 e 10 de dezembro de 2010 em São Paulo/SP. A oficina foi coordenada por representante do Programa “Mais Educação”/Secad/MEC e do Programa Segundo Tempo/CGAPA/ME, composta por gestores do Ministério do Esporte e do Programa Segundo Tempo, membros das Equipes Colaboradoras, Coordenadores Gerais e de Núcleo das entidades parceiras. Destaca-se que os participantes, de modo geral, estão envolvidos com questões ligadas à educação integral e programas esportivos sociais.

O painel teve como objetivo principal a discussão e reflexão sobre a proposta inicial da parceria entre o PST e o “Mais Educação” e a maneira como esta se apresenta no momento.

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

A proposta inicial apresentada pelo Ministério do Esporte junto ao MEC é:

- ✓ núcleo do PST/"Mais Educação" composto por 150 alunos;
- ✓ carga horária de 4h semanais de atividade por aluno;
- ✓ dois encontros semanais;
- ✓ professor de Educação Física para o desenvolvimento das atividades do PST nas escolas que aderiram ao "Mais Educação";
- ✓ capacitação dos profissionais envolvidos;
- ✓ acompanhamento pedagógico;
- ✓ fornecimento do kit de materiais esportivos e uniformes.

Considerando que, no momento, a contratação do profissional para atuar no Programa "Mais Educação" não possui amparo legal, a parceria ME/MEC entendeu que o Programa deveria ser iniciado provisoriamente nos mesmos padrões dos demais macrocampos do referido Programa, tendo o monitor como responsável pelas atividades desenvolvidas.

A dinâmica adotada na oficina foi a aplicação da matriz SWOT, sendo que os participantes foram divididos em quatro grupos que ficaram responsáveis por discutir e elencar os pontos fortes/fracos, oportunidades/ameaças, tendo como foco principal a proposta inicial apresentada para o MEC. Posteriormente, discutiu-se em plenária os aspectos identificados e validados, conforme abaixo:

Potencialidades

- ✓ qualificação do esporte como manifestação histórica, social e cultural;
- ✓ contribuição do esporte na indução para uma política de educação integral em jornada ampliada;

- ✓ ocupação de espaços externos, entendendo a cidade como espaço educador;
- ✓ ampliação do número de crianças atendidas pelo PST, bem como o tempo de práticas educativas;
- ✓ efetivação da parceria entre os Ministérios (MEC e ME);
- ✓ aumento das oportunidades de trabalho e ampliação dos campos de atuação do profissional/professor de Educação Física;
- ✓ estabelecimento de um diálogo do PST com os saberes curriculares e comunitários;
- ✓ possibilidade de descoberta natural de talentos esportivos;
- ✓ fortalecimento do esporte educacional no âmbito escolar;
- ✓ ampliação e oferta do conhecimento nas vivências corporais;
- ✓ inserção do esporte educacional no diálogo interdisciplinar;
- ✓ reforço da infraestrutura material e física das unidades escolares envolvidas;
- ✓ ampliação da oferta de modalidades esportivas na escola;
- ✓ fortalecimento da participação do aluno no contexto escolar, tendo o esporte como elemento aglutinador;
- ✓ aplicação do Processo de Acompanhamento Pedagógico do PST;
- ✓ contribuição para a autonomia da escola no gerenciamento do PST.

Fragilidades

- ✓ possibilidade de conflito/disputa pelos espaços e horários da Educação Física Curricular;
- ✓ possibilidade de conflito entre o PST e EF escolar no âmbito conceitual e operacional;

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

- ✓ descaracterização da identidade do PST em função do Programa “Mais Educação”;
- ✓ ausência e/ou desqualificação do professor de EF (localidades isoladas) ou, de modo geral, em desacordo com as diretrizes do PST, caso não seja mantida a exigência desse profissional para assumir as funções;
- ✓ inviabilidade da contratação do profissional de Educação Física por meios legais;
- ✓ uso e/ou manutenção indevida dos recursos materiais esportivos do PST;
- ✓ descontinuidade das ações/políticas educacionais, em virtude dos programas não se caracterizarem como políticas de Estado;
- ✓ atraso na entrega de materiais esportivos e uniformes;
- ✓ ausência de acompanhamento e avaliação (ME, ECs...);
- ✓ ausência de critérios na seleção de profissionais com perfil adequado;
- ✓ aplicação do programa somente no Ensino Fundamental (restrição do público-alvo);
- ✓ dificuldade de comunicação entre os agentes envolvidos.

Sugestões

- ✓ elaboração de manual de orientação - Passo a Passo PST/“MAIS EDUCAÇÃO” – com informações de orientação e normatização aos atores envolvidos e respectivas funções:
 - gestores/coordenadores das escolas: orientações gerais da parceria (MEC/ME); informações referentes à contratação de professores e monitores; utilização correta dos materiais (esportivos e uniformes) enviados pelo Ministério do Esporte/SNEED;

- professores/monitores do PST: informações referentes ao comprometimento com os pressupostos dos Programas; orientações em relação à EF Escolar x PST; orientações em relação à utilização de espaços para a prática esportiva, etc;
 - outros atores envolvidos no processo: com informações gerais referentes aos Programas PST e “Mais Educação” e sua operacionalização.
- ✓ criação e fortalecimento de um canal de comunicação entre o PST x Programa “Mais Educação” x atores envolvidos:
 - sistema integrado de informações;
 - videoconferências;
 - plantão de EaD;
 - equipes colaboradoras.
 - ✓ acompanhamento nos moldes do PST padrão e/ou outros, colaborando na orientação dos profissionais, quanto aos conteúdos, esclarecimentos aos gestores, etc;
 - ✓ viabilidade de aprovação de instrumentos legais para caracterizar os programas como políticas públicas e a efetivação da atuação do profissional de Educação Física;
 - ✓ ampliação progressiva da oferta do Programa ao Ensino Fundamental e Médio.

Conclusão

O Encontro Anual das Equipes Colaboradoras do Programa Segundo Tempo possibilitou, por meio das apresentações e discussões realizadas, a apresentação deste documento que esperamos possa subsidiar as futuras gestões da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. O encontro oportunizou

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

que os atores das diversas instâncias do PST pudessem se fazer presentes e apresentar suas considerações.

Os aspectos apresentados são oriundos das vivências e das experiências acumuladas ao longo dos vários anos de convívio com este Programa que ressaltamos, coloca-se como um dos mais importantes Programas Sociais envolvendo Esporte em todo o Mundo.

Esperamos que as indicações aqui apresentadas sejam consideradas nas futuras gestões do Esporte Educacional brasileiro, e em especial com a gestão do Programa Segundo Tempo.

Coordenadoria Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
CGAPA/SNEED/ME
Dez./2010

ANEXO 1

Programação oficial do evento e lista de participantes

**RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NO EVENTO DE SÃO PAULO –
DEZEMBRO DE 2010.**

CONVIDADOS CONVÊNIOS		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
Prefeitura Municipal de Boa Vista	Cecília Brito Castanheira	Coordenadora Geral
Instituto de Desenvolvimento Humano - IDESH	Maria Francisca Trigueiros Lins Britzky	Coordenadora Pedagógica
Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES	Ana Rita Lorenzini	Coordenadora Geral
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – Setre	Silvia Karla Bandeira Morais – Juracema Santos Silva	Coordenadora Geral Coordenadora de Núcleo
Secretaria de Esportes de Tocantins	Sabrina Hastenreiter Deluca João	Coordenadora Geral
Instituto PRÓ-AÇÃO	Cintia Eveline Santos Rampazzo	Coordenadora Geral
Prefeitura Municipal de Porto Velho	Cleidimara Alves Mônica Blank	Coordenadora Geral Coordenadora de Núcleo
Fundação Municipal de Esporte - Funesp	Claudia Diniz Maiara Fernanda Borges Fernandes	Coordenadora de Núcleo Monitora
Prefeitura Municipal de Volta Redonda	Thiago Guedes Carvalho	Coordenador Setorial
Prefeitura Municipal de Serra/ES	Francys Abreu Marins	Monitora
Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude – SEEJ	Arlson José Camargos Nogueira	Coordenadora de Núcleo

Continuação .../

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Continuação .../

Prefeitura Municipal de Uberaba	Ronald Carvalho da Silva	Coordenador Geral
ONG Bola Prá Frente	Joseane Oliveira de Azevedo	Coordenadora de Núcleo
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Luiz Henrique Porto Vilani	Coordenador de Núcleo
Prefeitura Municipal de Campinas - SP	Luiz Carlos Emmanoelli	Coordenador Pedagógico
Paraná Esporte	Maria Zuleica	Coordenadora Pedagógica
Instituto Contato	Simone Fraga	Coordenadora Geral
Prefeitura Municipal Doutor Ricardo	Rudimar Arosi	Coordenador Geral
Secretaria do Esporte - Sespote	Liliane M. Marques Benício Raphaelle Andrade Figueiredo	Coordenador Geral Monitora
SESC	Miguel Boaventura Fernandes Matos	Coordenador Geral
Comunidade Nova	Giseli Dian Coelho Nogueira	Coordenadora Pedagógica
CONVIDADOS PALESTRANTES		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
Casa de Taipa	Júlio Cesar Monzu Filgueira	Ex-Secretário
Pontifícia Universidade Católica/PUC-MG	Daniel Marangon Duffles Teixeira	Professor
Pontifícia Universidade Católica/PUC-MG	Vânia Noronha	Professora
Secretaria de Estado de Esporte da Juventude/SEEJ	Rogério Romero	Secretário-Adjunto
Prefeitura Municipal de Volta Redonda	Rosemari Machado Vilela	Secretária de Esporte
UFMT	Evando Carlos Moreira	Professor
Associação Caruaruense – Ascés/PE	Armando Dantas Barros Filho	Coordenador de Núcleo

Continuação .../

ENCONTRO ANUAL DAS EQUIPES COLABORADORAS DO PROGRAMA...

Continuação .../

Instituto de Desenvolvimento Humano - IDESH/AL	Dayse Cassia Alves Medeiros	Monitora
UFPR	Ruth Eugênia Cidade	Professora
Ordem dos Advogados do Brasil – Subsecção de Caruaru-PE	Saulo de Tarso Gomes Amazonas	Advogado
UFPeI	Alexandre Carriconde Marques	Professor
UFSM	Matheus Saldanha	Professor
UFRGS	Rodrigo Cavasini	Professor
UNB	Alexandre Luis Gonçalves de Rezende	Professor
Controladoria-Geral da União	Elwys Reis e Henrique Ribeiro	Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia
Ministério da Educação	Assessor da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania	Assessor da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
UEM	Verônica Müller	Professora
Unesp/Rio Claro	Suraya Darido	Professora

CONVIDADOS PROJETOS ESPECIAIS		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
UFSM	Matheus Francisco Saldanha Filho	Diretor Técnico PST
UFMG	Pablo Juan Greco	Coord. Geral PST
UFSM	Simone Neiva Milbradt	Coordenadora Geral
UFOP	Heber Eustáquio de Paula	Coord. Geral PST
UnB	Alexandre Rezende	Coord. Geral PST

Continuação .../

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Continuação .../

UFRGS	Rodrigo Cavasini	Vice-Coordenador Comissão Colaboradora dos projetos especiais
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Michel Saad	Grupo de Pesquisa TOPS
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Alexandra Folle	Grupo de Pesquisa TOPS
UFRGS	Silvana Goellner	Coord. Projeto Memórias do PST
UFPEL	Patrícia da Rosa Louzada da Silva	Monitora do PST Deficientes
CONVIDADOS ME		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
ME	Fabio Roberto Hansen	Secretário Nacional de Esporte Educativo
ME	Gianna Lepre Perim	Diretora do Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural / DEEIC/SNEED
ME	Alexandre Leonardo da Costa Silva	Diretor do Departamento Universitário /DEUNI/ SNEED
ME	Danielle Fermiano Gruneich	Chefe de Gabinete/ SNEE
ME	Milena Carneiro Bastos	Assessora da Diretoria/DEEIC/ SNEED
ME	Claudia Bernardo	Coordenadora Geral de Capacitação/ SNEED
ME	Silvia Bortoli	Coordenadora Geral de Projetos Especiais
ME	Elaine Cristina da Silva Siciliani	Assessora de Orçamento/SNEED

Continuação .../

ENCONTRO ANUAL DAS EQUIPES COLABORADORAS DO PROGRAMA...

Continuação .../

ME	Taise Garcia de Betio	Coordenadora da Análise do Cumprimento do Objeto/SNEED
ME	Thais Massumi Higuchi	Coordenadora da Implementação/SNEED
ME	Marcos Roberto Nascimento Cerqueira	Gestor Público/ME
ME	Marly Teresa Rangel Licassali	Coordenadora da Gestão da Informação/SNEED
ME	Dirceu Lopes Mattos	Consultor
ME	Carlos Nunes Pereira	Coordenador da Formalização de Convênios/SNEED
ME	Eidilamar Fátima da Silva Ribeiro	Coordenadora de Apoio Administrativo/SNEED
ME	Gladiann Nord´ma Corrêa da Silva	Assistente do Secretário
ME	Claudia Rodrigues de Oliveira	Coordenadora da Formalização
ME	Lazara Lorena de Oliveira Gvozdanovic Villar	Técnica da CGAO/SNEED
ME	Isabel Cristina ferreira de Santana	Técnica da CGAO/SNEED
ME	Leudiene Julia da Silva	Técnica da CGAO/SNEED
ME	Maria Simone Oliveira Santos	Técnica da CGAO/SNEED
ME	Natércia Micheletti Viana	Técnica Assuntos Educacionais/ME
ME	Marcelo Rezende Teixeira	Técnico da CGAO/SNEED
ME	Vitor da Cruz Melo	Técnico da CGES/SNEED

Continuação .../

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Continuação .../

ME	Paloma Maciel	Técnica da CGAPA/ SNEED
ME	Debora Carla S. Nascimento Berto	Técnica da CGAPA/ SNEED
ME	Claudio Luiz Pinheiro da Silva	Técnico da CGAPA/ SNEED

CONVIDADOS DIRIGENTES		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
Instituto de Desenvolvimento Humano – IDESH	Paulo Roberto de Araújo Ferreira	Presidente
Instituto Contato	Rui de Oliveira	Presidente
SESC	Rosimeri Pavanati	Gerente Geral de Lazer
Instituto Pró-Ação	Zilmar Moreira da Silva	Presidente
Prefeitura Municipal de Campinas-SP	Dr. Hélio de Oliveira Santos	Prefeito
CONVIDADOS REITORES		
INSTITUIÇÃO	NOME	CARGO
Universidade Estadual de Londrina-PR	Nádina Aparecida Moreno	Reitora
Universidade Federal de Minas Gerais	Célio Campolina Diniz	Reitor

EQUIPE GESTORA	
NOME	CARGO
Ricardo Petersen	Coordenador UFRGS
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira	Coordenador Pedagógico PST

Continuação .../

ENCONTRO ANUAL DAS EQUIPES COLABORADORAS DO PROGRAMA...

/... Continuação

Luiz Claudio	Coordenador das Equipes Colaboradoras
Sérgio de Souza	Coordenador de Apoio
Selda Engelman	Coordenadora de Apoio
Michele Ruzicki	Coordenadora de Apoio
Andrea Ewerton	Coordenadora de Apoio
Taiza Seron	Equipe Pedagógica
Juliana Pizani	Equipe Pedagógica
Roseli Teixeira	Equipe Pedagógica
Ieda Parra	Equipe Pedagógica
Pedro Paulo Deprá	Equipe Pedagógica
Antonio Carlos Dourado	Equipe Pedagógica
Felipe Rocha dos Santos	Equipe Pedagógica
Álvaro José Periotto	Equipe de Informática
CONVIDADOS EQUIPES COLABORADORAS	
NOME	CARGO
Lucídio Rocha Santos	Coordenador
Sidney Netto	Vice-Coordenador
Ivan de Jesus Ferreira	Avaliador
Daurimar Pinheiro Leão	Avaliador
Elizabeth Jatobá Bezerra Tinoco	Avaliadora
José Pereira de Melo	Coordenador
João Maria da Cruz	Avaliador
Leonardo Rocha da Gama	Avaliador
Allyson Carvalho de Araújo	Coordenador
Rafael Miranda Tassitano	Vice-Coordenador
Dennis William Abdala	Avaliador
Loreta Melo Bezerra Cavalcanti	Avaliadora
Sandra Regina Rosa Farias	Vice-Coordenadora
Renata Macedo Ribeiro	Avaliadora

Continuação .../

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

/... Continuação

João Danilo Batista de Oliveira	Avaliador
Carlos Alexandre Andrade dos Santos	Avaliador
André Luiz Teixeira Reis	Coordenador
Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende	Vice-Coordenador
Marisete Peralta Safons	Avaliadora
Luiz Cesar dos Santos	Avaliador
Evando Carlos Moreira	Coordenador
Raquel Stoilov Pereira Moreira	Vice-Coordenadora
Tomires Campos Lopes	Avaliadora
Cleomar Ferreira Gomes	Avaliador
Fernando Cesar de Carvalho Moraes	Coordenador
Rafael Ibanes Moraes Neto	Avaliador
Bianca Tognetti de Lima	Avaliadora
Andressa Meneghini	Avaliadora
Angela Bretas Gomes dos Santos	Coordenadora
Monica Borges Monteiro	Vice-Coordenadora
Alex Pina de Almeida	Avaliador
Renato Mendonça Barreto da Silva	Avaliador
Siomara A. Silva	Coordenadora
Layla Maria Campos Aburachid	Vice-Coordenadora
Anna Rachel Gontijo Mazoni	Avaliadora
Paulo Eduardo Gomes de Barros	Avaliador
Alessandra Aguilar Coca Ugrinowitsch	Coordenadora
Herbert Ugrinowitsch	Vice-Coordenador
Aline Horta Miguel	Avaliadora
Katia Lucia Moreira Lemos	Avaliadora
Crislaine Rangel Couto	Avaliadora
Claudio Kravchychyn	Coordenador
Walcir Ferreira Lima	Avaliador
Silvia Bandeira da Silva	Avaliadora

Continuação .../

/... Continuação

Cleide Marlene Vilauta	Coordenadora
Marival Antônio Mazzio	Vice-Coodenador
Maria Pereira	Avaliadora
Naldo Jose Nascimento	Avaliador
Alessandra R. Carnelozzi Prati	Avaliadora
Clarice Alves Teixeira	Coordenadora
Leandro Rechenchosky	Vice-Coodenador
Vanildo Rodrigues Pereira	Avaliador
Ruth Eugênia Cidade	Coordenadora
Kátia Bertolotti Marchi	Vice-Coodenadora
Khaled Omar Mohamad El Tassa	Avaliador
Marynelma Camargo Garanhani	Avaliadora
Vania de Fátima Matias de Souza	Avaliadora
Alexandre Carriconde Marques	Coordenador
Eraldo dos Santos Pinheiro	Vice-Coodenador
Gabriela Padilha Hax	Avaliadora
José Cícero Moraes	Avaliador
Horacio Accioly Junior	Coordenador
Gleudson Mendes Rebouças	Avaliador
Mario José Alves	Avaliador
Karla Danyelly Araújo	Avaliadora
Dinah Lucas Pinheiro de Azevedo	Coordenadora
Adalberto Pereira da Silva	Avaliador
José Lyryal Rolim de Castro	Avaliador
Thiago Tavares Soares	Avaliador
Silvano da Silva Coutinho	Coordenador
Heitor de Andrade Rodrigues	Vice-Coodenador
Everton Tostes Ferreira	Avaliador
Osmar Moreira de Souza Junior	Avaliador
Antonio Jorge Gonçalves Soares	Coordenador

Continuação .../

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

/... Continuação

Tiago Lisboa Bartholo	Vice-Coordenador
Hugo Paula Almeida Rocha	Avaliador
Felipe Rodrigues da Costa	Avaliador
Ieda e Roseli Teixeira	Avaliadora